

VI CONGRESSO
IBRCA - MERCADO DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
As Comunicações apresentadas pelos
professores da UnB

PARTICIPAÇÃO

REVISTA DO DECANATO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - ANO 5 - Nº 10 - NOVEMBRO DE 1991

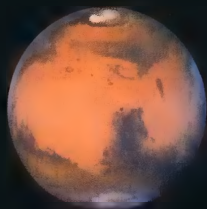


Repensando a Extensão

ICC Norte - Campus Universitário da UnB, Asa Norte, Brasília-DF. Fone: (61) 348-2578 • Centro de I'venicia - Campus Universitário da UnB, Asa Norte, Brasília-DF. Fone: (61) 348-2221 • Espólio Ambiental - Campus Universitário da UnB, Asa Norte (ao lado do Posto Ecológico) Brasília -DF • Setor Comercial Sul - Quadra 4, Bl. A, nº 170, Térreo, Brasília-DF. Fone: (61) 322-1036 • Restaurantes Carpe Diem - Pier 21, CLS 104, Terraço Shopping, Brasília-DF • Aeroporto Internacional de Brasília - Ed. 12, Embarque, Setor D, lj. 12, Brasília-DF. Fone: (61) 365-3341 • Aeroporto Internacional de Guararapes - Praça Salgado Filho, Área Comercial, 1º andar, Recife-PE. Fone: (81) 462-3373 • Travessa do Comércio, 16, Arco do Teles, Rio de Janeiro-RJ.


EDITORA
UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA

VOCÊ JÁ PODE IR A MARTE. MAS ANTES, PASSE POR AQUI.



LIVRARIAS UNIVERSIDADE
MAIS DE 28.000 TÍTULOS PARA AMPLIAR SEU UNIVERSO

EDITORIAL

É com muita satisfação que vemos que a discussão teórica sobre a extensão continua acontecendo na **Revista Participação**.

Neste número temos diversos trabalhos abordando aspectos essenciais nesta discussão. Dentre os mais significativos pontos temos: deve ou não a extensão existir como uma terceira atividade acadêmica - além do ensino e da pesquisa -, ou isso, na verdade, fragmenta o que deveria ser indissociável; a relação entre a multifuncionalidade da universidade e a extensão universitária também coloca importantes aspectos a serem considerados nesta era de sociedades globalizadas e de livre mercado, tendendo a pressionar a extensão como prestação de serviço e, portanto, colocando em risco o seu caráter público; a natureza do caráter público da extensão - na perspectiva organizacional do projeto politicopedagógico em construção nas Universidades Públicas, por meio da institucionalização efetiva da extensão nas universidades - aborda outros aspectos relevantes; como a análise dos atores da extensão, parcerias e construção coletiva do conhecimento passa a integrar, nos projetos extensionistas, o sentido acadêmico da pesquisa e do ensino com a realidade sócio-cultural e político-econômica, inserindo-se nas relações micro e macro do cotidiano da sociedade. Diversos outros trabalhos focalizam estudos de casos específicos da extensão em diferentes instituições, mas também nos possibilitam generalizações e aperfeiçoamentos institucionais que atendam as mais

diferentes áreas do conhecimento: Educação, Psicologia, Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente, Artes, Comunicação, todos neste número.

Enfim, um número vasto de (25) trabalhos completos que demonstram a versatilidade da extensão universitária no fortalecimento do elo entre as atividades acadêmicas da pesquisa e do ensino com os diferentes contextos em que a universidade se integra à sociedade: a própria extensão universitária sendo repensada no geral e no específico, na teoria e na prática, nas diversas disciplinas, nos mais diferentes processos de realização e diversificados contextos sociais em que ocorra. Afinal, assim é a extensão!

Para finalizar, queremos informar que este número da revista é o último desta gestão no Decanato de Extensão da UnB. Agradecemos muitíssimo ao Conselho Editorial que, nestes 4 anos, analisou quase 300 artigos, num esforço extremo pois tratavam-se dos melhores quadros acadêmicos da Universidade.

Agradecemos também a todo pessoal técnico que, com muita dedicação, editou os 8 números que couberam a esta gestão.

Para o reconhecimento da extensão como atividade acadêmica é fundamental que os trabalhos sejam publicados e esta revista conseguiu legitimar-se como um veículo respeitado. O número de trabalhos submetidos, vindos de todo o país comprovam isso.

A todos, nossos agradecimentos e à nova equipe, votos de sucesso!

PARTICIPAÇÃO

Revista do Decanato de Extensão
da Universidade de Brasília

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

Decana de Extensão

Dóris Santos de Faria

Decana de Pesquisa e

Pós-Graduação

Ana Maria Fernandes

Decano de Ensino e

Graduação

Fernando Jorge Rodrigues Neves

Decano de Administração e

Finanças (em exercício)

Erico Paulo S. Weidle

Decana de Assuntos

Comunitários

Thérèse Hofmann Gatti

PARTICIPAÇÃO

Conselho Editorial: Dóris Santos de Faria(DEX), Ana Maria Vicentini(Ida), Álvaro Ferraz Filho(CIFMC), Antonio Raimundo Teixeira(FS), Eugênio de Aragão(FD), Rita Laura Segato(DAN), Denise de Aragão Martins(LIV)

Periodicidade: quadrimestral.

Tiragem: três mil exemplares.

Edição: Wagner Antonio Rizzo e Maria Rita Leal

Editoração Eletrônica: Maria Rita Leal

Revisão: Lúcia Araújo Hochreiter

Ilustração de capa: Luiz Fernando Skopein

Fotolitos e impressão: Gráfica Ipiranga

Endereço

Decanato de Extensão

Prédio da Reitoria

Campus Universitário Darcy Ribeiro

70910-900 Brasília - DF - Brasil

(61) 272 4355 fax (61) 273 7122

e-mail: redex@unb.br

ERRATA

Não foram lançados os créditos da Professora DIRCE GUILHEM, do Dept. de Enfermagem, na principal co-autoria do artigo "O Cotidiano na Construção Solidária para o Adolescer", da Revista Participação n.º 9, de agosto/2001. Os co-autores apontados solicitaram esta correção.

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
A UNB E OS 500 ANOS DE GEOLOGIA NO BRASIL	6
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TERCEIRA ATIVIDADE?	8
MULTIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	13
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DO DISCURSO À PRÁTICA	22
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UM PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO EM CONSTRUÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	26
ATORES DA EXTENSÃO: PARCERIAS E CONHECIMENTO EM CONSTRUÇÃO	29
UM DESAFIO PEDAGÓGICO	32
BANCO DE DADOS DO PROJETO VIOLÊNCIA E MÍDIA - A PRÁTICA INTEGRADA DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	37
PROJETO INFORMÁTICA EDUCATIVA & EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	47
UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR	50

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA:
O CASO DA UFPB 58

PROJETOS DE EXTENSÃO À
COMUNIDADE - UMA EXPERIÊNCIA
ARTÍSTICO-EDUCATIVA
NA UNIVERSIDADE 61

PROJETO DE EXTENSÃO
"ASSESSORIA ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E
COMUNITÁRIAS RURAIS NO
MUNICÍPIO DE BARCARENA/PA":
UMA EXPERIÊNCIA AMAZÔNICA 65

O GRAU DE DEPENDÊNCIA E
AS ALTERAÇÕES DE COMPORTAMENTO DOS
PACIENTES COM DOENÇA HEPÁTICA
ALCOÓLICA 68

VIA ALTERNATIVA NA LUTA POR SAÚDE NOS
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM
SERGIPE 72

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS PARCERIAS
COM O PODER PÚBLICO: O PROJETO CRIANÇA
CIDADÃ DE PRESIDENTE PRUDENTE 76

EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UNIVERSIDADE E VIDA 80

LIXO PARA DAR E VENDER -
COLETA SELETIVA, RECICLAGEM E O
ENSINO DE QUÍMICA 83

NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, O CO-
NHECIMENTO NÃO É UM BEM COMUM: A
EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO NO PROGRAMA
UNISOL 2000 87

O IDOSO E A UNIVERSIDADE 92

PASSEIOS TEMÁTICOS PELA AMAZÔNIA 95

A PRESENÇA DA UNB PELAS AÇÕES EM
ARAIÓSES/ MA - A PERMANÊNCIA
DOS SABERES 100

A EXTENSÃO DA UNB E OS
PROJETOS ESPECIAIS 106



EVENTOS DE EXTENSÃO - UMA
ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO 108

EXTENSÃO E CULTURA: POR UMA
UNIVERSIDADE SEM MUROS 110

VI CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIO 113

A UNB E OS 500 ANOS DE GEOLOGIA NO BRASIL

REINHARDT ADOLFO FUCK

O presente texto apresenta os principais resultados das atividades desenvolvidas por ocasião do VII Simpósio de Geologia do Centro-Oeste e X Simpósio de Geologia de Minas Gerais, realizados entre os dias 14 e 17 de novembro de 1999, os quais foram inclusos no programa de extensão universitária "A UnB e os 500 anos de Brasil".

O evento contou com 224 participantes, entre ouvintes, palestrantes, apresentadores de trabalhos e organizadores. Deste total, 179 inscritos participaram na forma de ouvintes ou apresentadores em sessões *posters* ou orais.

A Comissão Organizadora foi composta por nove integrantes: Presidente – Prof. Reinhardt Adolfo Fuck (Universidade de Brasília); Secretário – Prof. José Eloi Guimarães Campos (Universidade de Brasília); Tesoureiro – Prof. Marcelo Gonçalves Resende (Universidade Católica de Brasília); Membros – Prof. Cesar Fonseca Ferreira Filho (Universidade de Brasília); Prof. Carlos Nogueira (Universidade de Brasília); Prof. Dermeval Aparecido do Carmo (Universidade de Brasília); Prof^a. Luciana Felício (Universidade Católica de Minas Gerais); Geol. Joffre Valmório Lacerda Filho (Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais - GO);

Geol. Eric Santos Araújo (Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais - GO) e Prof. Ricardo K. Weska (Universidade Federal do Mato Grosso). Contou ainda com a participação voluntária de nove alunos do curso de graduação em Geologia da Universidade de Brasília.

As excelentes palestras dos convidados foram um importante fórum de debates sobre temas atuais e importantes das Geociências, tendo sido proferidas na sessão de abertura, no encerramento do evento e na abertura das sessões técnicas, num total de 5, incluindo: "ATUAÇÃO DA ANP NA PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO", proferida pelo Dr. GIOVANNI TONNIATTI, Diretor da Agência Nacional do Petróleo; "TRANSPORTE DE MAGMAS FÉLSICOS", proferida pelo DR. ROBERTO WEINBERG, Professor Visitante do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Pernambuco; "RECARGA ARTIFICIAL DE AQUÍFEROS: UMA POSSIBILIDADE DE GESTÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA EM REGIÕES COM ESTAÇÃO SECA PROLONGADA", proferida pelo Professor UWE TRÖGER, do Instituto de Geologia da Universidade Técnica de Berlin; "A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL: ATUALIDADE E PERSPECTIVAS", proferida por LINCOLN

RUMENOS GUARDADO, Gerente Geral de Exploração da Superintendência Executiva de Exploração e Produção da PETROBRÁS e "PROPOSTAS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO GEOLÓGICO BRASILEIRO NO NOVO CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO MUNDIAL", proferida por Dr. HUMBERTO COSTA, Diretor Técnico da CPRM - o Serviço Geológico do Brasil.

A participação de pesquisadores externos à Universidade de Brasília foi bastante expressiva. Destaque para a Universidade Federal de Mato Grosso que enviou dois micro-ônibus com participantes entre alunos de graduação e pós-graduação, além de inúmeros professores e pesquisadores. O Estado de São Paulo marcou presença com pelo menos 15 pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (UNESP de Rio Claro), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP), os quais desenvolvem pesquisa no Estado de Minas Gerais. A grande ausência sentida foi dos pesquisadores de Goiânia, com apenas um participante inscrito. Além das universidades citadas, ainda participaram pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os resumos enviados à Comissão Editorial, foram organi-

zados por sessões temáticas, compondo o Boletim de Resumos do evento, o qual também inclui a Programação dos simpósios. Além do Boletim de Resumos, foram produzidas pastas alusivas ao evento e blocos de notas. As sessões temáticas foram organizadas da seguinte forma: Tectônica e Geologia Estrutural; Hidrogeologia; Economia Mineral; Geocronologia; Geofísica; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; Sedimentologia, Estratigrafia e Geologia do Fanerozóico; Geologia Econômica e Prospecção; Geologia Regional e Petrologia.

Os Simpósios são eventos oficiais apoiados pela Sociedade Brasileira de Geologia, e foram distribuídos certificados oficiais aos participantes inscritos.

O evento foi considerado um sucesso pelos organizadores e participantes, tendo toda a programação corrido dentro da normalidade.

A comissão organizadora aproveita a oportunidade para agradecer ao patrocinador, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e ao apoio recebido do Instituto de Geociências - IG da Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados - FA da Universidade de Brasília, Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE/UnB, Serviço de Apoio Técnico SAT/UnB e Fundação Universitária

de Brasília - FUBRA.

Dentre os principais resultados acadêmicos pode-se enumerar alguns artigos que apresentam dados e resultados inéditos sobre assuntos diversos das geociências destacando-se os resumos de:

. Brito Neves, B.B.; Campanha, G.A.C.; Pelosi, A.P.M.R - Evidências de glaciação Neoproterozóica do sul da Bacia do São Francisco - Minas Gerais, o qual apresenta dados inéditos sobre a paleogeografia do período glacial do final do Proterozóico;

. Palermo, N. A mineralização aurífera de Posse na região de Mara Rosa, Goiás. Este resumo agrega informações sobre a origem controversa deste depósito de ouro do Estado de Goiás;

. Moraes, R.; Camargo, M.A.; Fuck, R.; Lima, T.M. Ultrametamorfismo nos granulitos do Complexo Anápolis-Itauçu. Este trabalho contribui com os estudos petrogenéticos muito carentes na região das proximidades de Goiânia;

. Salomão, F.X.T.; Vecchiato, A.B.; Cutrim, A.O.; Santos Jr., W.A.S.; Moura, I.B. Estudo morfopedológico em Rondonópolis (MT), voltado à proteção das águas subterrâneas, que apresenta metodologia específica para integração de informações sobre solos e relevo para a determinação da susceptibilidade à contaminação das águas de subsuperfície;

. Valadão, R.C. apresenta dois interessantes trabalhos sobre a evolução geomorfológica do Brasil Oriental, agregando importantes informações à geologia fanerozóica brasileira.

Além dos exemplos citados, de forma geral, os trabalhos apresentaram excelente qualidade acadêmica.

A pesquisa geológica, no Brasil, foi iniciada no início do século XIX, sendo exclusivamente desenvolvida por pesquisadores estrangeiros. Entretanto, a geologia brasileira, realizada por cientistas brasileiros, existe há poucas décadas e já possui qualidade inserida no contexto internacional como pôde ser constatado pelos eventos em questão.

Por ocasião da comemoração dos 500 anos do Brasil, os simpósios aqui relatados e os demais realizados no Brasil, deixam evidente a evolução desta ciência no país.

REINHARDT ADOLFO FUCK
Coordenador do Evento
Professor Titular do Instituto de Geociências - UnB

Nota do editor: Devido a problemas técnicos, este artigo não foi publicado no número anterior da Revista Participação dedicada à comemoração dos 500 anos do Brasil.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TERCEIRA ATIVIDADE?

REGINA MARIA MICHELOTTO

A extensão universitária começou a aparecer nos discursos oficiais, no Brasil, na fase de industrialização do país, compondo, portanto, o contexto da modernização do Estado Capitalista, de modo similar ao que ocorreu nos EUA. Também as alterações na concepção da extensão e na forma como ela é desenvolvida revelam sua inserção no processo histórico.

Assim, aparece nas reformas de Francisco Campos como função supletiva, e no manifesto do Pioneiros da Educação Nova (1932), como função *vulgarizadora ou popularizadora das ciências e das artes*. Tratava-se, de fato, de *suprir* a burguesia urbana, que se afirmava como classe hegemônica, possibilitando-lhe o acesso a resultados de estudos em grau superior. Os termos que derivam do *popular* e do *vulgar* não se referem, como seria de se esperar, a todas as pessoas, mas têm sentido liberal, destinando-se à classe burguesa da época.

A legislação subsequente apresenta o seguinte quadro, no que se refere ao conceito da extensão universitária: a Lei nº 4.024/61 pouca referência faz a ela, restringindo-se, no art. 69 c, a citar "cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros...". No contexto dos anos 60, a extensão é retomada nas discussões

oficiais do governo militar, figurando no art. 20 da Lei 5.540/68, como serviços estendidos à comunidade: "As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhe são inerentes." Como se sabe, foi a época do Projeto Rondon que, na fase do desenvolvimentismo, deveria encarregar, apoliticamente, os jovens estudantes de atuar junto às populações pobres. A extensão tinha, da parte dos órgãos oficiais, caráter desmobilizador no que se refere ao movimento político, do qual participavam muitos estudantes. Entretanto, contraditoriamente, foi a extensão que acolheu e propiciou algum espaço de ação a setores da esquerda que permaneceram no país.

No relatório que avalia a Lei de 1968 a extensão é entendida como "(...) antes uma forma de exercício das funções puras (ensino e pesquisa) e não como uma terceira função". (REIS, 1988: 15). Essa concepção, portanto, apresenta como atividades inerentes à universidade apenas o ensino e a pesquisa. Assim, a extensão não é colocada como terceiro tipo de atividade da instituição, mas como o veículo encarregado de conduzir o ensino e a pesquisa ali reali-

zados, para fora de seus muros.

Por fim, a nova LDB, Lei 9.394/96, retoma o caráter de inerência da extensão, nivelando-a às outras como terceira atividade. Em seu art. 52 define que "(...) as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano..."

Como se observa, não há concordância, nos textos legais brasileiros, sobre a extensão ser ou não uma terceira atividade, até pela sua inserção nos diferentes momentos histórico-políticos. Mas pode-se encontrar em alguns analistas do assunto argumentação coerente a favor da resposta negativa a essa questão.

FAGUNDES, (1985: 144), por exemplo, argumenta, a partir de uma reconstrução histórica da extensão, que está equivocada a idéia de que a universidade tem três funções que lhe são inerentes: ensino, pesquisa e extensão, o seu tão divulgado tripé. Reforça que tal concepção desvia a atenção do verdadeiro problema: o do não comprometimento da universidade para com a sociedade em geral. Um entendimento de certa forma semelhante expressa Gurgel ROCHA (1986: 166), quando advoga que a "Extensão como filosofia venha a suceder a Extensão funcional". Entende como horizonte uma universi-

dade voltada para a sociedade, em seu conjunto, que ele chama de "universidade estendida." BOTOMÉ, reafirma que a extensão não é atividade à parte ou paralela, nem ocupa um terceiro posto dentro da estrutura universitária, mas deve ser entendida como dimensão e como etapa indispensável do ensino e da pesquisa (1996: 20). TAVARES corrobora essa idéia, afirmando que "(...) a extensão é o próprio ensino e pesquisa, desenvolvidos dentro de uma concepção político-metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população" (1997: 15).

Constata-se que ao aceitar a extensão como terceira função, está se aceitando, ao mesmo tempo, a fragmentação das atividades universitárias. Ao se incumbir a pesquisa da reflexão e a extensão da ação, reforça-se a separação entre teoria e prática que a sociedade capitalista promove e da qual se alimenta. Quando a análise toma por base a realidade concreta, a ação sem reflexão, embora muitas vezes imposta, como na administração taylorista, mostra-se impossível; porém é bastante devastadora em termos sociais, separando e marginalizando atividades e seus atores.

Setores mais progressistas têm tentado equacionar o problema da fragmentação estrutural das atividades universitárias, advogando a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e

extensão, expressão essa que se encontra na Constituição Federal de 1988 (art. 207). Convém ressaltar que ela, embora carregando a intenção de que se evite a compartimentação das atividades universitárias, produz resultado inverso, uma vez que sacramenta a colocação paralela da extensão junto às duas atividades inerentes à universidade: ensino e pesquisa. Colocada ao lado, a extensão toma cunho de *pura ação*. Essa localização paralela da extensão é o problema. Propugnar a indissociabilidade das três atividades é, portanto, reforçar que são três coisas diversas, paralelas, que devem estar associadas. Ora, a principal crítica recai, justamente, no fato de se considerar que as atividades são três e diversas. Assim, compartimentam-se as três atividades, delegando-se à extensão o encargo de atuar junto à população, como se tal atividade se constituísse apenas de caráter prático, enquanto a pesquisa teria conotação apenas teórica. Separa-se, assim, a teoria da prática, em conformidade à organização capitalista da sociedade, como denunciou Marx. Após o que, cria-se a idéia artificial da indissociabilidade, como um ato ahistórico, fruto da vontade dos sujeitos envolvidos, para se resolver o problema da fragmentação. Essa idéia mostra-se incapaz disso, pois a realidade vai mostrar que, dentro da burocrática

estrutura universitária, os projetos de extensão não se relacionam aos de pesquisa; pelo contrário, a própria universidade promove sua desarticulação. Em uma estrutura que reforça a fragmentação, é difícil *indissociar* os referidos projetos, situação essa que provoca, muitas vezes, a perplexidade dos professores que os propõem, que não sabem se os definem como de pesquisa ou como de extensão.

Essa perplexidade se baseia no fato de que, enquanto dentro da estrutura da universidade, projetos estanques dificultam a referida articulação, ao contrário, atividades desenvolvidas nas relações sociais concretas, em interação com setores da população, não apenas a aceitam como a exigem. Ocorre, então, a propalada indissociabilidade, não porém por mera vontade de quem realiza a ação, mas requerida pela situação do projeto. Ao desenvolver atividades com determinado grupo social, a universidade vê-se compelida a realizar uma investigação sobre o assunto, bem como, muitas vezes, a atuar na transmissão de conhecimento. Dessa forma, "é penetrando no conjunto das relações sociais e produtivas concretas, confrontando-se com situações reais, que a síntese entre produção/reprodução/divulgação acontece, onde a fragmentação poderá ser superada." (KUENZER, 1992: 187).

O quadro que se apresenta é o

seguinte: há e deve haver pesquisas sem extensão, assim como ensino sem extensão, mas há situações concretas que geram atuações da universidade em que a extensão é fundamental. Ela se impõe pelo tema escolhido, pelo *locus* e pelo contexto. Trata-se de pesquisa e ensino com um caráter determinado que pode ser chamado de extensionista. De fato, as demandas sociais exigem da universidade a produção e a socialização de saberes específicos que, desenvolvidos em interação com a população, adquiram um caráter que se pode entender como extensionista, não unicamente prático, mas de práxis.

Para que se possa desenvolver um trabalho conhecido como extensionista, o concreto social vai exigir a pesquisa e isso vai redundar nessa "sala-de-aula sem portas e sem janelas" (BAIBICH, 1995: 07) ou seja, no ensino; o que sugere que a realidade insiste em não se mostrar compartimentada como a burocracia social e, por decorrência, a universitária desejariam que ela fosse.

Uma tentativa mais articulada de resolver o problema da conceitualização da extensão foi realizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em 1987, que, após inúmeros debates, definiu como um *processo educativo, cultural e científico* e como *instrumento articulador* entre universidade e sociedade, entre

ensino e pesquisa, entre disciplinas, departamentos e setores da universidade. Eis a íntegra desse conceito: "A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade." (In: SESu/MEC, 1987: 3).

BOTOMÉ questiona tal conceito afirmando que ele atribui um poder mágico à extensão, "(...) conferindo-lhe uma capacidade de redenção da instituição". (1996: 85.). Enquanto elemento articulador, capaz de conferir sentido transformador à universidade, a extensão aparece como a panacéia dessa instituição.

SOSA também analisa o conceito do Fórum e deduz:

Dizer somente que a Extensão é um processo educativo não estaria contribuindo para clarear sua concepção, pois o ensino e a pesquisa também podem, com muita propriedade, reclamar esse papel e proclamar sua suficiência, sem necessidade de serem complementados pela extensão. (...) [Com] a idéia de instrumento articulador (...) procura-se conseguir um espaço para a extensão entre os espaços já conquistados pelas outras funções. (1994: 167).

Como se constata, o conceito conferido pelo Fórum à extensão também apresenta aspectos controversos. Tem sido, entre-

tanto, até o momento, no Brasil, o melhor referencial para o trato progressista da extensão universitária.

Outro equívoco muito comum na forma de se entender a extensão ocorre quando se confere a ela caráter compensatório. Teoricamente, o trabalho extensionista é aceito como o encarregado de "abrir" a universidade, promovendo sua relação com a sociedade em geral. Por decorrência, é o que visa a resgatar uma dívida que a universidade pública tem para com as camadas mais baixas na escala social, que ajudam a sustentá-la por meio de impostos, se não diretos, indiretos.

Um dos pontos controversos diz respeito à própria necessidade de existir a extensão, uma vez que há quem entenda que o atendimento às demandas sociais, ou seja, a busca empenhativa da melhoria da qualidade de vida de todos, já é, pode ou deve vir a ser efetuada pela universidade, nas atividades de ensino e de pesquisa, embora, às vezes, com resultados mais a longo prazo e/ou indiretos. Citam-se, também, as atividades chamadas *Pesquisa-ação* ou *Pesquisa-participante* que, já que se assemelham àquelas entendidas como extensionistas, tornariam essas últimas desnecessárias. Porém, uma análise mais acurada demonstra não ser possível a afirmação de que a universidade está sendo democrática em suas atividades de ensino e pesquisa.

O fator central é que a ciência não é neutra e o avanço científico-tecnológico, situado no contexto da sociedade capitalista, chega ao cotidiano das pessoas permeado pelo objetivo de acúmulo de capital e pela desigualdade de condições de acesso a ele, fruto da má distribuição da renda, mormente em situações como a do Brasil. Assim, não é suficiente que a universidade produza e divulgue ciência que indiretamente reverte em benefício da população. Precisa preocupar-se com o *se*, o *quando* e o *como* esse conhecimento vai ser apropriado pelos indivíduos sociais.

HOBSBAWM, demonstrando uma grande inquietação quanto ao crescimento da tendência de se entregar a empresas privadas a manutenção das pesquisas científicas universitárias, reafirma a não neutralidade da ciência:

Tornou-se evidente, na década de 1970, que não se podia divorciar a pesquisa das consequências sociais das tecnologias que ela, agora, e quase imediatamente, gerava. (...) Sabiam todos os cientistas: a pesquisa científica não era ilimitada e livre, quando nada porque exigia recursos que eram limitados. A questão não era se alguém devia dizer aos pesquisadores o que fazer, mas quem impunha esses limites e orientações, e por quais critérios. (...) A verdade é que a "ciência" estava demasi-

ado grande, demasiado poderoso, demasiado indispensável à sociedade em geral e a seus pagadores, em particular, para ser deixada entregue a seus próprios cuidados. (1994: 534-536).

Tullio REGGE acrescenta: "A redução da ciência a atividade puramente mercantil pode provocar um processo de decadência cultural que custará a todos, mesmo àqueles aos quais a cultura interessa pouco." (In: FROIO, 1996: 218)

No atual contexto, a questão da mercantilização da ciência está potencializada, principalmente em países como o Brasil, onde já se tornou oficial o incentivo a que as universidades públicas busquem auferir recursos financeiros para complementar sua receita, já que é intenção do atual Estado diminuir ao mínimo possível seus gastos sociais. Assim, reduz progressivamente as verbas e incita a chamada *prestação de serviços* a empresas, como fator de auto-sustentação das instituições públicas. Tal prestação de serviços é, na verdade, uma *venda de serviços*.

O risco que essa situação oferece é, como se viu, o atrelamento da pesquisa a interesses financeiros; é a universidade ser colocada como um balcão de serviços, onde quem mais paga mais recebe.

O quadro é ainda agravado pelo fato de a extensão ser, geralmente, secundarizada dentro da estrutura universitária (FÁ-

VERO, 1977: 85), muitas vezes considerada atividade menos importante frente às outras, da mesma forma que as atividades de *ação*, na sociedade, não merecem a consideração dada às entendidas como de *reflexão*. Nessa situação, a extensão universitária carrega consigo para uma posição também menos importante todas as atividades realizadas em interação com a população.

A argumentação exposta buscou defender a não inerência da extensão e a inadequabilidade de sua colocação como terceira função da universidade.

BIBLIOGRAFIA

- BAIBICH, Tânia - *Perfil Nacional da Extensão Universitária nas Universidades Públicas Brasileiras*. Cadernos de Extensão. UFPR. Curitiba, outubro/1995.
- BOTOME, Silvio P. - *Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: O Equívoco da Extensão Universitária*. Rio de J. - Vozes, 1996.
- FAGUNDES, José. - *Universidade e Compromisso Social - Extensão, Limites e Perspectivas*. UNICAMP, 1985. Tese de Doutorado.
- FÁVERO, M^a Lourdes - *A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1977.
- FROIO, Felice - *Le mani sull'Università*. Ed. Riuniti. Roma, 1996.
- HOBSBAWM, E. - *Era dos Extremos: O Breve Século XX*. Trad. SANTARRITA, M. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.
- KUENZER, Acácia Z. - *Para estudar o Trabalho como Princípio Educativo na Universidade: Categorias teórico-metodológicas*. Tese para concurso de Professor Titular. UFPR. Texto fotocopiado Curitiba, 1992.
- REIS, Renato Hilário. - *A Extensão Universitária na Relação Universidade-População*. Brasília, Dissertação de Mestrado, UnB, 1988.
- ROCHA, Roberto M. Gurgel. - *A Educa-*

ção Extensionista - Algumas Idéias Preliminares. In: A Universidade e o Desenvolvimento Regional. Ed. UFC. Fort. 1980.

- Extensão Universitária - Comunicação ou Domesticação?, S.P., Cortez, 1986.

SESu/MEC - Perfil da Extensão Universitária no Brasil, S/d.

SOUSA, Ana Luiza Lima. - A História da Extensão Universitária a partir de seus Interlocutores. Goiânia, Dissertação de Mestrado, Univ. Fed. de Goiás, 1994.

MULTIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

13

novembro 2001, N. 10
PARTICIPAÇÃO

EDINEIDE MESQUITA JEZINE

O Estado moderno constitucional do séc. XIX, na economia capitalista, é caracterizado pela sua organização formal, unidade interna e soberania absoluta num sistema de Estados e, principalmente, pelo seu sistema jurídico unificado e centralizado, convertido em linguagem universal por meio do qual se comunica com a sociedade civil. Esta, ao contrário do Estado, é concebida como o domínio da vida econômica, das relações sociais espontâneas orientadas pelos interesses privados e particulares do mercado livre.

Nesse contexto, as Universidades também se modificam; abandonam o padrão teológico-jurídico-filosófico e se abrem para as ciências na perspectiva iluminista do Renascimento e para os princípios políticos e sociais da Revolução Francesa, de modo que se expande pelas universidades, dos diferentes países, um movimento científico experimental e se constrói uma nova relação com o Estado. As universidades inglesas se direcionam à elitização do ensino superior, cobrando maiores taxas de mensalidade e tendem a se manter fora do âmbito estatal; as Universidades alemãs desenvolvem a pesquisa e a integração das faculdades de Medicina, Direito e Filosofia sob a proteção do Estado, e as

faculdades francesas introduzem o ensino gratuito e profissional, a tendência então passa a ser a diminuição e eliminação da autonomia de professores e alunos seguida da nacionalização e estatização. De modo que "... o sistema estatal napoleônico foi eficiente na formação de professores, mas as ciências não tiveram a evolução da universidade prussiana de Berlim." (Trindade, 1999:17)

E nesse sentido encaminharam-se dois modelos de universidade, que irão influenciar as mudanças nas universidades da Europa e da América. O primeiro, voltado para a pesquisa, que se iniciou com a Universidade de Halle e se consolidou com o sábio Humboldt, em 1809, que criou, a partir da Academia de Berlim, uma nova universidade que garantia a pesquisa desinteressada associada ao ensino, à liberdade dos cientistas sob a proteção do Estado, tornando-se um centro de luta de reconstrução da Nação Alemã. E o segundo, é o modelo francês que se organizava através de faculdades isoladas profissionalizantes, tendo influenciado a Universidade de Manchester, na Inglaterra, onde dominava a pesquisa aplicada.

Nesse sentido, a Universidade é impulsionada a inserir-se no contexto da aplicabilidade da ciência produzida pelo desenvolvimento capitalista, rompen-

do com o seu isolamento e passando de "torre de marfim a de Babel". Aos poucos se imiscui na realidade social, sendo pressionada a dar explicações e a indicar soluções para os mais diversos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais, tornando-se uma instituição nova, pela sua variedade e pluralidade, o que a faz perder uma das suas características clássicas, a unidade e a homogeneidade.

A MULTIVERSIDADE DA UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No pós-guerra, com a decadência das instituições liberais, dos governos representativos, da destruição do fascismo, do desenvolvimento do capitalismo, da expansão industrial e revolução tecnológica, se estabelece uma economia internacional de livre comércio, na qual os EUA passam a ser o principal dominador e estabilizador econômico.

A hegemonia americana também passou a predominar no modelo de universidade, que o presidente da Universidade da Califórnia, Clark Kerr denominou de "multiversidade", que inclui variedade de ações, desenvolvimento da ciência aplicada e participação nos problemas regionais. A educação superior americana tornou-se, então, instrumento de financiamento e conhecimento, fator central do crescimento

nacional dos Estados Unidos e modelo, sobretudo, para os países latino-americanos.

Como uma das decorrências, observou-se expressiva expansão do Ensino Superior entre o período de 1960 e 1980, quadruplicando o número de estudantes na França, Alemanha, Itália, Espanha, e no EUA que, aliás, foi um dos pioneiros da educação universitária "em massa", estilo seguido também pelo México, Índia, Filipinas e mais adiante o Brasil. Esse crescimento de estudantes revelou-se como inegável força social e política, explodindo em 1968 um forte movimento estudantil, que no Brasil culminou com a reforma universitária. Isso fez com que a universidade perdesse o caráter tradicional elitista e se transformasse numa instituição burocrática e complexa², com característica de uma "organização multifuncional".

A idéia de multifuncionalidade ou multiversidade, que já se esboçava desde o séc. XIX, foi experimentada no Brasil, na década de 60 com a Universidade de Brasília, que aglutinou à função formadora, de cultura básica, de preparação do especialista, de cursos de pós-graduação e pesquisa, a idéia de serviço e a sua integração na sociedade brasileira e nos seus problemas. Instituíam-se dessa feita, os fundamentos da Universidade de serviços, que posteriormente se ligará à indústria,

à defesa e ao desenvolvimento nacional, princípios defendidos no Plano Desenvolvimentista dos governos militares no Brasil.

Ao contrário de muitos países capitalistas desenvolvidos e da América Latina, com exceção do Chile, que expandiram o ensino superior a partir de instituições públicas, o Brasil fez a sua expansão sob o predomínio do ensino privado uma vez que, influenciado pelo pragmatismo da ciência, o ensino superior também passa a ser direcionado para os efeitos práticos e necessidades externas, valorizando mais o trabalho final, os resultados do que o processo de aquisição de conhecimento. Em três décadas, entre 60 e 90, as instituições privadas de ensino superior brasileiras expandiram de 40% para 75% as suas matrículas.

A idéia de multiversidade ou multifuncionalidade encerra a crença na universidade do conhecimento e no ideal da Universidade de Berlim; A universidade se transforma em muitas coisas, em "postos de serviços para o público em geral", com pessoas e perspectivas ideológicas diversas, não podendo deixar de entrar em conflito consigo mesma. A multiversidade estratifica a universidade ao formar a comunidade da graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão, do ensino, da formação profissional. O que a faz perder a identidade e a

própria utilidade que tanto almeja, pois ao mesmo tempo em que critica a sociedade a serve no atendimento às suas necessidades.

A forma mais concreta e funcional que a universidade encontrou para atender aos anseios e desejos de uma carência social, bem como para exercer a sua dimensão social foi a extensão universitária, que tende a se modificar, na atualidade, em virtude de perspectivas econômicas e tecnológicas implementadas na sociedade da globalização e do livre mercado.

A ORIGEM DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

A gênese da extensão universitária remonta ao século XIX às Universidades Populares e ao modelo norte-americano de extensão rural. As universidades populares assumiram grande importância em países como a Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália, porque pretendiam a disseminação de conhecimentos técnicos ao povo. Gramsci (1991:17) se refere a essas universidades como movimentos que "... eram dignos de interesse e mereciam ser estudados", apesar das críticas que fazia aos intelectuais, que embora desejosos de "servir ao povo" faltava-lhes organicidade, pensamento filosófico, solidez organizativa e centralidade cultural, de modo que muitos desses movimentos não frutificaram.

No Brasil, as Universidades Populares são conhecidas como Universidades Livres. A primeira no Brasil foi a Universidade Livre de Manaus, criada em 1909, no período áureo do ciclo da borracha, e extinta em 1926, ficando apenas em funcionamento o curso de Direito, pela necessidade de formação dos quadros burocráticos do Estado³. Com a Lei Rivadávia Correia (1911), mantém-se a Universidade Livre do Amazonas, e surgem as do Paraná e de São Paulo, sendo que esta última funcionou até 1917. *"Na Universidade Livre de São Paulo foi definida a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão. Estes, ainda hoje, representam a prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente."* (Gurgel, 1986:35).

Embora nessa época se tenha tido expressivas lutas de classes, que culminavam em greves e repressões policiais, as universidades populares não vingaram como um espaço de amadurecimento crítico, talvez pelo que Gramsci (op.cit.) chama de falta de unidade de pensamento que deve existir entre teoria e prática ou pela forma como os cursos de extensão eram realizados, o que aliás, ainda hoje os caracteriza. De modo geral, são desligados do todo acadêmico e fora da realidade da comunidade, gerando falta de interesse.

A origem da extensão univer-

sitária como prestação de serviços se dá nos Estados Unidos da América, sob a concepção da idéia de multiversidade, a partir da Universidade John Hopkins, que enfatizou a pós-graduação, a formação profissional e a pesquisa e do movimento de doação de terras para fins educacionais, feito pelo governo Abraham Lincoln (Lei Morrill - 1862), que deu início ao desenvolvimento e a expansão das universidades americanas. Segundo Kerr (1982:49), esse movimento de doação de terras surgiu para atender ao rápido desenvolvimento industrial e agrícola dos Estados Unidos, de modo que;

"As universidades tinham de contribuir para este desenvolvimento por uma formação que fosse além da criação do 'culto cavalheiro' e de professores; pregadores, advogados e médicos; pela pesquisa relacionada com o avanço técnico registrado na agricultura e na indústria; pela prestação de serviços a muitos e, enfim, de quase todos os segmentos econômicos e políticos da sociedade".

Assim, naquele país, antes da primeira guerra mundial se intensifica o movimento de doação de terras e as universidades contempladas estendem suas atividades além dos seus campi. A Universidade de Wisconsin

(1903-1918) desenvolveu a extensão rural e urbana, servindo a todo o Estado, de modo que as universidades públicas e privadas seguiram o exemplo, com importantes programas de extensão. Esse movimento também oportunizou um crescente acesso ao ensino superior, rompendo assim a sua atribuição de formadora de elite. *"Isso constituiu um dramático rompimento com as antigas tradições americanas e criou uma nova força social na história mundial. Em nenhum lugar, tinham sido as universidades tão intimamente ligadas à vida cotidiana de tão grande parcela de suas sociedades."* (op.cit. p.50).

Nessa perspectiva Wolff (1993:60), apesar de fazer várias restrições a esse modelo de universidade, defende a idéia de multiversidade, vendo-a como uma condição para a instituição promover a equidade social;

"Numa sociedade que distribui riqueza e status de modo verdadeiramente muito desigual, a multiversidade serve como instrumento fundamental de oportunidade e de ascensão para milhões de norte-americanos que estariam, de outro modo, presos nos níveis inferiores da pirâmide social. As grandes universidades inglesas, francesas e alemãs têm sido instituições exclusivas nas quais os altos e especializados padrões de admissão barraram praticamente todos, exceto os poucos privilegiados".

Portanto, considera justo que a universidade sirva à sociedade, porque seria um grande desperdício esta não ter utilidade em uma cidade moderna.

O interesse do governo americano pelo ensino superior se intensificou com a Lei Hatch (1887) que cria as Estações Agrícolas Experimentais, e pela Lei Smith-Lever (1914), que cria o Serviço de Extensão Agrícola, contribuindo para o envolvimento da universidade com os problemas da sociedade. Durante a Grande Depressão as universidades se imiscuem em Programas de Administração Nacional de Jovens e em Projetos de Trabalho, tendo durante a segunda guerra mundial participação mais ativa em programas de pesquisa de guerra, o que marca a importância do envolvimento da universidade nas questões de trato social e político.

Para Kerr (op.cit. p.79), se a primeira mudança substancial nas universidades americanas foi o movimento de doação de terras que proporcionou sua expansão, a segunda grande transformação tem-se dado a partir do chamado a universidade de "educar um número de alunos nunca imaginado anteriormente; a atender às crescentes reivindicações de prestação de serviços à Nação; a fundir suas atividades com as da indústria como nunca o fizera; a adaptar e recanalizar novas correntes intelectuais". Isso faz

a sociedade americana conceber a universidade e o conhecimento como elementos fundamentais para o crescimento nacional, fazendo-a também ficar cada vez mais dependente dos recursos governamentais, mais próxima e parecida com indústria, tornando os professores semelhantes à "empresários". O que causa a perda de uma característica fundamental, a sua autonomia, liberdade no pesquisar, ensinar e socializar o conhecimento.

Assim, apesar dessa concepção ser a preponderante na prática universitária norte-americana, não é bem aceita por todos. Há os que temem que o envolvimento da universidade na vida social leve à perda da sua objetividade e liberdade, afastando-a da pesquisa básica e aproximando-a mais da pesquisa aplicada e da sua própria aplicação. Criam-se, então, duas posições no interior da universidade americana quais sejam: a visão corporativista dos que são resistentes à mudança e a visão socializadora dos que defendem a prestação de serviços à sociedade, posição que, aliás, seria freqüentemente defendida pela administração e membros dos colegiados universitários.

Wolff (1993), ao destacar quatro modelos de universidade⁴, critica a posição de Kerr na defesa da universidade dos serviços, como o desaguadouro de um fluir da riqueza social, porque vê a universidade como,

"um elemento altamente produtivo da economia norte-americana por seu treinamento de pessoal habilitado, seu desenvolvimento de novas tecnologias e pela acumulação, em seu corpo docente, de rara e muito desejada pericia."

Assim, Wolff (op.cit.) ao criticar o livro "Os usos da universidade" de Kerr, argumenta contra a multiversidade, da qual citamos três pontos básicos: primeiro, quanto maior a diversidade na universidade, mais é necessária uma administração central, afastando-se a possibilidade de uma direção democrática. Segundo, Kerr não faz uma distinção entre os conceitos de *demand a efetiva* ou *de mercado* e *necessidade humana* ou *social*, quando defende que a instituição deva atender às necessidades sociais, valendo questionar: por quem são definidas essas necessidades? Para Wolff, os fundamentos dessas definições se encontram na lógica do "mercado livre" da ideologia liberal, que Kerr teima em escamotear, quando expressa que as demandas de mercado são automaticamente uma necessidade humana ou social, e, ao contrário, muitas necessidades humanas não conseguem ser expressas adequadamente como demanda de mercado, o que faz simplesmente, a universidade se ajustar à demanda efetiva imposta via o financiamento de bolsas e auxílios.

Por último, Wolff (p. 60-70) questiona: em sendo a universidade um *instrumento de interesse nacional* como poderá desenvolver a crítica desses interesses? As grandes universidades são as únicas instituições possuidoras de capacidade moral, intelectual para dizer *não* quando todos os outros dizem *sim*, para se contrapor às propostas do governo ou de empresas que tendem a manipular o conhecimento a favor de seus interesses. Por isso, defende que o papel da universidade reside na construção da crítica e não na aceitação da "cooperação".

Nesse sentido, não haveria condições materiais de liberdade diante da dependência demasiada as subvenções federais ou empresariais, o que impediria a tomada de posições contrárias a programas e orientações do governo, perdendo o seu direito de avaliação independente. Portanto, segundo ele, torna-se desonroso uma universidade transformar-se em agência do governo.

A influência da multiversidade, principalmente após a segunda guerra mundial, tem adentrado em todos os modelos de universidade da América Latina, dentre elas as brasileiras, uma vez que os Estados Unidos da América tornou-se um grande empreendedor econômico, trazendo para si a responsabilidade de ser protetor dos países pobres e oprimidos, através de infinitos financiamentos. No bojo da

A forma natural de atendimento às necessidades nacionais, também esconde uma divisão de interesses e demandas ou mesmo de privatização das instituições sociais

política de financiamentos junto a imposição e a implementação de valores culturais, morais, econômicos, políticos e sociais, penetrando nas diversas instituições da sociedade, influência da qual a universidade não pode se eximir por também fazer parte da sociedade.

Nesse sentido, quando se defende pura e simplesmente a multiversidade, está se fazendo da universidade uma agência de prestação de serviços, de atendimento aos interesses de quem pode financiar. Com isso o pensar e o criar, ações inerentes à sua produção obedecem apenas a uma lógica exterior a universidade. Além disso, escamoteia questões políticas como a autonomia universitária e a garantia da liberdade, lutas defendidas na sociedade moderna. A forma natural de atendimento às necessidades nacionais, também esconde uma divisão de interesses e demandas ou mesmo de privatização das instituições sociais, a exemplo das políticas governamentais de privatização dos serviços públicos, atualmente desenvolvidas no Brasil pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, o debate acerca da universidade de serviços também tem sido foco de discussão entre educadores brasileiros, sem perder de vista o contexto histórico, econômico e político de tal discussão, o que remete à questão das funções da universidade na sociedade contemporânea. E nesse contexto de multiversidade, situa-se a *extensão universitária*, caracterizada como uma das funções da universidade, ora na perspectiva de serviços prestados à sociedade, a exemplo do modelo americano, ou como função acadêmica, estando em nível do ensino e da pesquisa e desenvolvida na perspectiva da socialização do conhecimento como desejavam as universidades populares.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DO ASSISTENCIALISMO À VENDA DE SERVIÇOS.

A presente discussão tem questionado a relação entre Universidade e Sociedade, procurando estabelecer os objetivos da universidade em incentivar a oferta de serviços, para atender às demandas dos setores marginalizados da sociedade ou ser produtora de conhecimentos, voltada para a produção de valores éticos e culturais, capazes de promover um refletir sobre o fazer organizativo que impulse a transformação do indivíduo e do seu contexto social, político e cultural.

Em meio a esse debate muitas dúvidas e controvérsias têm se instalado, criando dois grandes

grupos: o dos que defendem a extensão universitária como uma função instituída da universidade, que deve articular o ensino e a pesquisa, a universidade à sociedade, cumprindo uma função social, e o dos que entendem não caber à universidade resolver os problemas sociais da sociedade, pois seu papel seria o da produção e socialização do conhecimento e a "extensão" do ensino e da pesquisa já atenderia a esse objetivo.

A discussão conceitual da extensão universitária brasileira tem privilegiado a perspectiva histórica, assinalando sua origem e institucionalização, conforme pode ser observado nas obras de Gurgel (1986); Cunha (1986; 1988 e 1989) e Fagundes (1986), que constituem referência para autores como Tavares (1997), Melo Neto (1997), Reis (1995), Botomé (1997) dentre outros. Os referidos autores consideram que a evolução do conceito de extensão universitária no Brasil teve a influência da idéia de levar o conhecimento até o povo, advindo das universidades populares, firmando a idéia de cursos de extensão. E a outra influência, segundo Gurgel (1986), foi a concepção norte-americana de Extensão que se consolida no Brasil a partir da criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1920, sob a influência da concepção americana que tinha por base a

experiência de extensão rural, consolidando-se a partir do acordo MEC-USAID e com a interferência de Rudolph Atcon na estruturação e organização da reforma das universidades brasileiras.

Como pode ser observado, no Brasil, a extensão se forma influenciada pelos ideais das universidades populares de levar o conhecimento ao povo, mas se consolida a partir da prática da universidade da multiversidade, a partir da oferta de cursos de extensão que devem transmitir o saber técnico aos desinformados, constituindo-se uma prestação de serviços à comunidade.

Tais tentativas de mudança de concepção conceitual e prática de extensão universitária na construção da extensão como função da universidade também são criticadas por um outro grupo de estudiosos do assunto, que defendem a universidade do conhecimento e as atividades extensionistas incorporadas ao ensino e à pesquisa, são autores como Paiva (1997), Botomé (1996), Moraes (1996) e Marcovitch (1998), que questionam a extensão na perspectiva da prestação de serviços e defendem a universidade como uma instituição que deve envolver-se com o ensino e com a pesquisa, sendo o lugar da criação e da transmissão do conhecimento. Portanto a própria "extensão" do ensino e da pesquisa já atenderia aos

objetivos da universidade.

Uma outra perspectiva que se apresenta, mediante as inúmeras mudanças ocorridas em termos, sociais, econômico, político e tecnológico é a perspectiva da venda de serviços, a universidade é vista como uma indústria do conhecimento, capaz de competir e conquistar mercados na venda de seu produto. Existem muitos meandros e interfaces nesta discussão, que não é nova, mas que nos anos 90 tem se apresentado sob outra roupagem e sido incorporada nos discursos de muitos autores por, vezes de forma tímida, outras de forma mais definida.

Por exemplo, Cunha (1998) questiona se no desenvolvimento das atividades de extensão tem havido uma proximidade entre teoria e prática e uma atuação mais próxima dos programas sociais. Assinala a necessidade do aumento da cobrança de maior eficiência dos projetos desenvolvidos pela universidade, pelo setor industrial, empresarial, financeiro, bem como o aumento da pressão por resultados da atuação da universidade na área de desenvolvimento social, junto aos setores organizados da sociedade. De modo que entende que o "setor produtivo" é atendido pela pesquisa associado a extensão que pode promover o desenvolvimento de novas tecnologias e as organizações pelas atividades de extensão, como "responsabili-

dade social". Assim, para o autor, "o estreitamento desta relação universidade/setor produtivo se mostra como essencial para o crescimento, manutenção e sobrevivência da universidade pública, em sua forma plural..." (Ibid. p. 42).

Baibich e Guimarães (1995:44), também defendem a articulação universidade e sociedade e criticam os projetos de "mão-única" e de justaposição, propondo projetos de articulação que, segundo a autora, se ajustem ao objetivo do estreitamento de relações com a sociedade, constituindo-se em um elemento capaz de operacionalizar a relação teoria e prática.

Luiz Rossi (1997), analisando a relação universidade e sociedade indica que a extensão tem assumido questões com a comunidade, com o Estado, de forma um pouco institucional, dependendo do esforço de um docente ou técnico e indica que a extensão deve se estender a todas as classes sociais, não atendendo apenas aos mais necessitados. No entanto, questiona como se representa esse todo?. Desta forma, indica que se deve superar a clandestinidade e institucionalizar o processo com os empresários, classe média, populares e ter uma relação estreita com o Estado.

Assim, encontra-se, embora de forma incipiente, a defesa da parceria, da exposição e comercialização dos produtos da uni-

versidade, seja através da prestação de serviços ou vendas, em que se pretende uma institucionalização dessa nova forma de socialização do trabalho acadêmico, em que a universidade também possa colher frutos.

De modo que, a venda de serviços como a nova perspectiva que se estrutura na defesa da institucionalização da extensão como função da universidade, tem-se efetivado nas universidades públicas via parcerias, acordos, convênios, cobrança de taxas e prestação de serviços, como um mecanismo de privatização, sob o pretexto de preencher os déficits orçamentários deixados pelo governo neoliberal.

A utilização da extensão universitária como instrumento de controle e desenvolvimento social, por diversos tipos de governo, não é fato novo, pois historicamente a extensão tem-se constituído instrumento ideológico do poder dominante, passando por várias fases que ainda se confundem e se entrelaçam.

Expropriada, na década de 60, da idéia de discutir os grandes problemas nacionais e da dimensão transformadora da realidade, foi apropriada pelos militares, como elemento de garantia do desenvolvimento e segurança nacional, adquirindo a perspectiva assistencialista e redentora da sociedade. Assim, a extensão assume a função de executar o "compromisso social

da universidade", com o papel de articular ensino e pesquisa, universidade e sociedade. E, no contexto do neoliberalismo, busca redimensionar seu papel no mundo globalizado, transformando-se em articuladora de parcerias e instrumento de captação de recursos com uma função político-social.

Essa última perspectiva extensionista carrega a dimensão política e ideológica de um projeto de privatização interna da universidade, promovida pelo projeto de reforma do Estado, em que elimina a possibilidade de igualdade de acesso mediante o pagamento de taxas e outros instrumentos que não representam uma universidade pública e gratuita. De forma que, o ensino superior feito pelas universidades públicas tem-se tornado cada vez mais escasso para as camadas mais pobres da população. E, a extensão que foi criada com a perspectiva de diminuir essa distância, hoje com a venda de serviços tende a aumentar mais.

Nesse sentido, a guisa de conclusão, a extensão universitária na dimensão da venda de serviços deve ser discutida e analisada por todos os integrantes da universidade, pois a necessidade de captação de recursos não deve indicar a anulação do público.

A nova racionalidade carece considerar a especificidade da instituição, não se pode atrelar

a universidade a uma concepção estreita que a compara a uma empresa. Portanto, o desafio que se impõe às universidades nesse novo momento histórico é de procurar exercer sua função da forma mais digna possível, ou seja, pensar e ensinar a pensar.

Partindo dessa dimensão, a extensão tem um papel orgânico a desempenhar, o de contribuir para a organização do pensar crítico e da ação transformadora da realidade, colocando-se a serviço da construção de uma sociedade independente, com soberania científica, tecnológica e cultural, voltada aos interesses concretos da população.

BIBLIOGRAFIA

- BOAVENTURA, Edvaldo; PÉRISSÉ, Paulo. "Educação e Globalização: Uma Perspectiva Planetária". Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 7 n. 22, 1999.
- BOTOMÉ, Paulo Silvio. Pesquisa alienada e ensino alienante o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, R.J. Editora vozes, EDUCS, EDUFSCAR, 1996.
- CUNHA, Luiz Antônio. "Universidade e Sociedade: uma nova dependência?". Revista brasileira de Estudos pedagógicos. Brasília. INEP. v. 74, n.º 74, 1993.
- CUNHA, Evandro José Lemos da. "O Fórum de Pró-Reitores e Perspectivas da Extensão na Universidade Pública". Extensão Universitária Reflexões. Cadernos de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, N.º 1, Janeiro/1998.
- IANNI, Octavio. "A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade". Universidade e Sociedade. São Paulo. ANDES. Ano VII, n.º 12, 1997.
- GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação. São Paulo. Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 9. ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1991.
- KERR, Clark. Os usos da universidade. Tradução. Débora Cândida Dias Soares. Fortaleza. Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.
- MARCHI, Euclides. "Ensino e Extensão: uma indissociabilidade natural". Cadernos de Extensão. Universidade federal do Paraná - Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Ano I, n.º 1, 1995.
- LESSA, Carlos. "A Universidade e a Pós-modernidade: o Panorama Brasileiro". Universidade e Sociedade. Brasília, v.9, n. 19, 1999.
- MARLIÈRE, Claudia Aparecida. "Do projeto Rondon à Universidade Solidária". Raízes e Rumos. Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, 1996.
- MARQUES, Juracy C. "Que faz a universidade: suas propostas e seus papéis sociais". Revista Educação. Porto Alegre. Faculdade de Educação PUCRS. Ano XVI, n.º 25, 1993.
- MELLO, Alex Fiúza - [Pró-reitor de Extensão da Universidade Federal do Pará- Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão]. "Integração Ensino Extensão: O papel social da Universidade". VIII Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. Universidade do Rio Grande do Sul. RGS, 1990.
- MELO NETO, José Francisco de Melo. Extensão Universitária em Busca de outra Hegemonia. Revista de Extensão. João Pessoa. UFPB, n. 1 julho 96.
- _____. "Autonomia e Extensão universitária". Revista de Extensão. Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. UFPB. Ano II, n.º 4, abr./97.
- MORAIS, Regis de. "Sobre a questão das extensões universitárias". In. A universidade desafiada. Campinas. S. P. Editora da UNICamp, 1996.
- OLIVEIRA, Luiz Robert Cardoso. "Extensão e Emancipação: Reflexão sobre a Socialização da produção antropológica". Coletânea dos Cadernos de Extensão - Brasileira. UNB, 1997.
- OLIVA, Wagner José. "Extensão e Qualidade". Cadernos de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UFRJ/UFES, Ano I, n.º 4, 1995.
- PAIVA, José Maria. "Da Extensão Universitária". Comunicações. Caderno do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIMEP. Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo. Ano 4, n.º 1, 1997.
- PEREIRA, Lucas Batista. "Revisitando o Passado e Revitalizando o Presente: A extensão Universitária em Questão". Extensão Universitária Reflexões. Cadernos de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, n.º 1, Janeiro/1998.
- PUCCI, Bruno. "A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão" Impulso. Revista de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo. UNIMEP. Ano 5, n. 10, 1991.
- REIS, Renato Hilário. "O currículo

enquanto instrumento viabilizador da articulação Ensino, Pesquisa e Extensão". *Cadernos de Extensão Universitária*, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UFRJ/UFES, Ano I, n.º 4, 1995.

_____. "A avaliação da extensão Universitária". *Coletâneas dos Cadernos de extensão universitária de Brasília*. Decanato de Extensão, 1997.

ROSSI, Maria José dos Santos. "Universidade ou Multiversidade?". *Extensão Universitária Reflexões*. *Cadernos de Extensão Universitária*, Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, n.º 1, Janeiro/1998.

ROSSI, Luiz. "Debate". *Participação*. *Revista do Decanato de Extensão Universitária*. UnB. Brasília. n.2, 1997.

SAVIANI, Dermeval. "Extensão Universitária: Uma abordagem não-extensionista". *Educação e sociedade - CEDES - Cortez - autores associados*. Ano III, n.º8, 1981.

SOUZA, Marcondes Rosa. "Extensão: Redimensionar é preciso...". *Extensão Universitária Um canal em duplão*. Coleção documentos universitários 21 - SUFC, 1986.

TAVARES, Maria das Graças. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade*. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. "Os múltiplos conceitos de Extensão". *Participação*. *Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília*. Ano 2, n.º 3, 1998.

TENÓRIO, Auremácio. "A Universidade Pública: A construção da Cidadania e a Afirmação da soberania Nacional: *Cadernos de Extensão*

Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UFRJ/UFES, Ano I, n.º 4, 1995.

TRINDADE, Hélgio. "Universidade, ciência e Estado". In. *Universidade em Ruínas na República dos Professores*. Petrópolis, RJ/Porto Alegre, RGS. Editora Vozes, CIPED, 1999.

TUTTMAN, Malvina Tania. "Linhas de Extensão: Proposta para desenvolvimento de um Trabalho Comprometido com a Realidade Social". *Extensão Universitária Reflexões*. *Cadernos de Extensão Universitária*, Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Universidade de Brasília. Ano 3, n.º 1, Janeiro/1998.

WOLFF, Robert Paul. *O ideal da universidade*. São Paulo. EDUSP, 1993.

EDINEIDE MESQUITA JEZINE

Professora assistente da Universidade Federal do Amazonas e Doutoranda em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

² *A burocracia e complexidade de conhecimento e os diferentes níveis de acesso à universidade foram instrumentos utilizados como forma de selecionar e excluir os pobres do ensino superior.*

³ *Ver Ribeiro, 1995 e Cunha, 1986.*

⁴ *Os modelos apresentados por Wolff (1993) são: a universidade como santuário do saber; a universidade como campo de treinamento para as profissões liberais; a universidade como agência de prestação de serviços e a universidade como linha de montagem para o homem do sistema.*

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DO DISCURSO À PRÁTICA

ROBERTO DE BARROS FREIRE

Inúmeros são os discursos acerca da Universidade e a função indissociável de ensino, pesquisa e extensão. A própria Constituição Federal nos seus artigos a respeito do ensino superior assim a coloca. Na maior parte dos discursos, ainda que se enuncie e se defenda a integração, a indissociabilidade, a importância e a relevância dessas funções "nobres" da academia, as mesmas são tratadas como atividades distintas, e, pior ainda, como finalidades da Universidade, confundindo-se meios e fins. A própria divisão interna nas universidades em três instâncias diversas (Pró-Reitoria ou outra denominação como decanato, secretaria, coordenação etc., de ensino, de pesquisa e de extensão) parece distinguir claramente em atividades diferenciadas o que deveria ser de antemão indissociável. Aliás, ensinar não seria já estender as atividades acadêmicas? E pesquisar não seria intervir na sociedade estendendo a atuação universitária no meio social? Ou será a extensão algo à parte da pesquisa e do ensino, uma atividade distinta, uma terceira via universitária? Se é, então, quando realizamos a extensão não realizamos nem ensino nem pesquisa?

Parece haver uma certa confusão sobre a função extensiva das universidades, fazendo com que ora apareça como uma função

redentora do ensino e da pesquisa "distanciados" das necessidades sociais, ora como único meio de integração da Universidade com o meio social, ora como uma mera assistência social, tentando fazer com que as universidades cumpram uma função que caberia a outras instituições sociais e organismos governamentais. Essas posições acabam desvirtuando a função dessa instituição social que deve produzir e distribuir conhecimentos, o que se realiza através do ensino, da pesquisa e da extensão. Numa primeira análise percebe-se que a extensão vem sendo viabilizada sob a forma de prestação de serviços sociais de caráter assistemático, sem vínculos com o ensino e com a pesquisa, em grande parte, visando assumir a responsabilidade de outras instituições governamentais.

Entretanto, a extensão universitária como indissociável do ensino e da pesquisa aparece nas universidades norte-americanas e européias no fim do século passado, fundamentando a importância do caráter educativo da prestação de serviço por parte das universidades, surgindo como um estágio dos modelos pedagógicos disponíveis que se mostravam insatisfatórios. Era uma complementação a uma educação teórica e, simultaneamente, uma oportunidade de realização de pesquisa para estudantes e professores. Voltou-se também para trabalhos com educação de adultos, enfatizando progressivamente uma idéia,

agora popular, de educação continuada, e efetuada em função do desenvolvimento de comunidades, através de cursos, conferências e outras atividades variadas, criando áreas de atuação fora da sede central e desenvolvendo um processo de regionalização das universidades. Com ela se obtinha a identificação da necessidade de pesquisas, de criação de cursos regulares em áreas onde os mesmos eram necessários, além de aumentar os laços entre as comunidades locais e a Universidade, e a aprendizagem progressiva das próprias comunidades. Importante frisar que essa atuação não era "preferencialmente" direcionada às comunidades carentes de assistidas pelas agências sociais, visando substituir organismos governamentais incumbidos de prestar assistência.

Porém, no Brasil, majoritariamente, desde sua primeira menção, em 1931, no Estatuto das Universidades Brasileiras, essa atividade tem sido entendida como algo a ser submetido aos interesses dos diferentes grupos sociais e dos sucessivos governos, que acabam orientando a instituição nas direções de seus interesses particulares, muitas vezes contrapondo-se aos interesses do ensino e da pesquisa. A extensão universitária tem sido uma das práticas mais sensíveis aos interesses de grupos e de governos, em troca de um suposto "valor social",

como se fosse um balcão de troca de interesses e favores, que têm conduzido a Universidade à assumir funções e tarefas que não lhe cabem, e, mais lamentável, deixando de cumprir com seu papel específico. E quando a Universidade não realiza as contribuições sociais que lhe seriam próprias – produzir e distribuir conhecimentos –, mesmo sendo tais contribuições mais difíceis de realizar, de serem identificadas, notadas ou detectadas na sociedade, pouco atrativas em função do esforço, não imediatistas, pois exigem esforços prolongados e processos mais profundos e duradouros de mudança, e pouco vistosos do ponto de vista de sua repercussão social e política, finda sendo negligente com a sociedade que supostamente pretende auxiliar com ações assistenciais que não lhe cabe realizar. Não poucas vezes, a extensão universitária tem sido um fator de desvio nas universidades nacionais do seu real compromisso social.

Por outro lado, fato relevante e que necessita ser ressaltado, por mais discursos enaltecedores que se faça a respeito da prática extensionista, é, de todas as atividades, a mais negligenciada, tanto em termos de prática, como de teoria: há inclusive pouca bibliografia a respeito e raros especialistas. Ainda que o trinômio ensino-pesquisa-extensão seja bradado aos quatro ventos, existe uma hierarquia

implícita (mas não explícita), de que em primeiro lugar vem o ensino, depois a pesquisa e, por fim, a extensão. Mesmo na estrutura administrativa das universidades, tal hierarquia está estampada nitidamente, fazendo com que as atividades extensivas se adaptem ao ensino, em primeiro lugar, e a pesquisa, em segundo lugar. O mesmo ocorre nas avaliações docentes e institucionais, onde a pontuação pelas atividades extensivas são secundárias e pouco expressivas. A extensão é realizada quando sobra tempo nas demais atividades. Nem professores, nem estudantes, nem administradores se programam para as atividades extensivas como se programam para as atividades de ensino e de pesquisa, ocorrendo meio espontaneamente e esporadicamente, via de regra com a comunidade acionando a Universidade.

De modo geral, não há uma preocupação de se criar uma cultura extensionista entre professores e alunos como forma de colocar em prática conhecimentos estudados e adquiridos; no máximo se encara como uma forma de solidariedade, com comunidades e municípios carentes, deficientes em pessoas com formação técnica e científica. Sem dúvida, até o momento, tem sido uma atividade acadêmica menor, que nem fornece títulos, nem prestígio, e ainda por cima recebe pontuações pífias no processo para a ascen-

são na carreira universitária, muito menos serve para justificar a contratação de novos quadros para a Universidade em função das necessidades para a sua realização.

Mas, para a Universidade é importante ampliar sua intervenção social, mostrar serviço, propalar seus conhecimentos, atuar na educação continuada da sociedade em que está inserida, difundir pelo maior número de pessoas, mesmo para o público externo, a sua função e importância, sua utilidade, angariar fundos através de prestação de serviços, participar mais ativamente do desenvolvimento social e econômico, contribuir para o esclarecimento da opinião pública. Enfim, a necessidade de atividades extensivas aparece no contexto da sociedade contemporânea, quando a Universidade, para continuar se desenvolvendo, precisa criar parcerias com vários outros setores sociais.

Além das práticas extensionistas existentes, onde a comunidade vem reivindicar alguma atividade do seu interesse, o que é bastante salutar, é necessário que se crie também uma prática extensionista que envolva todos os professores e estudantes como parte de sua formação profissional e acadêmica, onde estudantes colocariam em prática conhecimentos aprendidos nos seus cursos em conjunto com demais estudantes de outros cursos.

Professores e alunos das diver-

nas áreas e profissões, poderiam elaborar projetos de auxílio a comunidades carentes ou não, tanto perto das universidades para as atividades durante o semestre letivo, quanto distantes para atividades de férias escolares, onde diversos profissionais se integrariam para realizar um planejamento social e urbano. Estudantes de História, Antropologia, Sociologia, auxiliando na organização dos arquivos públicos, levantamentos de dados humanos e sociais, recuperação e conservação de características culturais; engenheiros ajudando no traçado de ruas, na construção de casas econômicas; médicos, biólogos, odontólogos, engenheiros sanitários, ensinando e desenvolvendo técnicas de medicina preventiva; pedagogos e licenciados auxiliando no desenvolvimento escolar; economistas, administradores, contadores, auxiliando na parte contábil e de planejamento de recursos para viabilizarem melhoras, ou mesmo na elaboração de projetos para a obtenção de recursos; agrônomos, administradores, auxiliando no desenvolvimento agrícola, industrial, comercial e na área de serviços etc.

A atividade extensionista deve ser pensada como uma forma de se colocar em prática o aprendizado, constatar suas carências e procurar sua superação no ensino, ou como forma de desenvolver atividades de pesquisa

na busca de solução de problemas localizados e específicos, além de aproximar as universidades da sociedade de uma forma mais intensa, transcendendo as atividades mais conhecidas, como os hospitais universitários, as assistências jurídicas, odontológicas, veterinárias, psicológicas etc., que algumas universidades mantêm, e é de fundamental importância que continuem mantendo e desenvolvendo. Dessa forma, não será apenas a comunidade que procurará as universidades, as universidades é que deverão oferecer seus serviços às comunidades. E sendo uma atividade além de acadêmica, assistencial², por vezes, para comunidades carentes, o trabalho de pesquisa envolverá além da integração de áreas profissionais e acadêmicas, a pesquisa sobre as comunidades e que tipo de necessidades se pode atender; também deverá se pesquisar e planejar a forma de se viabilizar recursos para a realização dessas atividades. Ou seja, que os estudantes estejam envolvidos desde o planejamento até mesmo nessas questões consideradas, equivocadamente, menores, como verbas e as dificuldades de sua viabilização. Aprender a obter recursos, a convencer autoridades governamentais, internacionais, empresariais e de entidades civis sobre as qualidades benéficas de determinado projeto, é parte importante na formação de

pesquisadores. Esse tipo de atividade extensiva permite um laço interdisciplinar entre as áreas e as profissões, pelo exercício profissional combinado, visando também fornecer a prática de trabalho em conjunto e coordenado.

Portanto, a extensão deve ser entendida como parte efetiva do processo de formação dos alunos, como possibilidade de realização de novas e significativas pesquisas, como integração de professores e alunos de áreas diferenciadas na obtenção de uma perspectiva interdisciplinar, como educação continuada e atualização de profissionais, e não como mera assistência social para populações desassistidas pelos organismos governamentais. A grande contribuição que as universidades dão ao desenvolvimento econômico e social não está quando tomam partido dos oprimidos, mas quando tomam partido do desenvolvimento e difusão dos conhecimentos que permitem às pessoas tomarem consciência de sua situação social e atuarem consciente e autonomamente para o autodesenvolvimento.

Bibliografia

FREIRE, Roberto de Barros. Elementos para pensar a Universidade, tese de doutorado Cuiabá: UFMT, 1999.

1 Por sinal, a única com essa incumbência. Ao assumir papéis sociais que não lhe cabe, está deixando de cumprir com sua missão, e aí a sociedade acaba mal assistida socialmente e culturalmente, transferindo recursos destinados para a produção e a distribuição dos conhecimentos para atender as carências sociais negligenciadas pelos organismos governamentais.

2 Porém, sem pretender substituir os organismos governamentais.

NÃO DEIXE DE LER!**CIÊNCIAS
HUMANAS****FONTES NOVAS
FONTES NOVAS
FONTES NOVAS
FONTES NOVAS****EDITORA
UFMT****Maria das Graças
Martins da Silva****EXTENSÃO
A Face Social da
Universidade?**

ROBERTO DE BARROS FREIRE
Chefe do Departamento de
Filosofia
Prof. Dr. do Instituto de Ciências Hu-
manas e Sociais – UFMT

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - UM PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO EM CONSTRUÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

ROSSANA MARIA SOUTO MAIOR
SERRANO

Entendendo a extensão universitária como parte indispensável do pensar e do fazer acadêmico que possibilita a democratização dos conhecimentos gerados pela universidade, e ainda, como aquela que promove uma troca entre o saber acadêmico e o popular, gerando uma produção atualizada e uma inserção mais significativa das universidades no desenvolvimento das comunidades com as quais mantém relação direta, identificamos na mesma duas funções básicas e indissociáveis: a *Função Acadêmica* e a *Função Social*.

A primeira concretiza-se numa extensão que produz conhecimentos com base nas experiências vivenciadas, que possui metodologias próprias e diferenciadas para o trabalho de interface com os diversos segmentos comunitários, que gera produção acadêmica e realimenta o ensino e a pesquisa.

No tocante à função social da extensão, ressaltamos que a mesma constitui-se na essência da função social da própria universidade pública, enquanto instituição socialmente comprometida com a promoção dos valores democráticos, de igualdade, de incentivo à organização social e

de formação para a cidadania.

A institucionalização de uma extensão verdadeiramente acadêmica exige, naturalmente, uma intensa articulação interna e externa às universidades; tanto na formulação de uma política pedagógica onde de fato a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa se materializem; quanto na formulação de parcerias de dimensão interinstitucional, e na integração com os agentes sociais dos projetos de extensão.

As dificuldades encontradas para uma estrutura de gestão eficaz na extensão centram-se, principalmente, na insuficiente base normativa; na cultura instituída de que a extensão não tem uma função acadêmica e que a mesma constitui *prática* dos que não querem maior envolvimento institucional, sendo delas decorrentes a falta de recursos, de programas de fomento, a ausência de uma política pedagógica que contemple a extensão como instrumento de formação cidadã, de ciência engajada, de saber partilhado.

Nos últimos 10 anos, o movimento nacional articulado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas vem promovendo discussões sobre as concepções institucionais de Extensão Universitária. Isto se materializou nos docu-

mentos oficiais do Fórum que tratam da interdisciplinaridade, da avaliação institucional, da institucionalização da extensão. Tais discussões geradas pelo fórum remetem a uma nova forma de pensar extensão e de fazê-la no interior das universidades, principalmente nas públicas cujo perfil é de uma extensão cidadã.

Neste processo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras produziu dois documentos referenciais para este processo de desmistificação de um possível perfil não acadêmico da extensão, quais sejam: O Plano Nacional de Extensão, de 1999, e o documento Universidade Cidadã, de 1998.

Diretrizes

Tais referenciais buscam a inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Os princípios básicos norteadores desta política são, entre outros:

1. *Reafirmar a EXTENSÃO universitária como processo definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter ou transdisciplinar e inter-profissional.*

2. *Enfatizar a utilização da*

tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distancia.

3. Valorizar os programas de EXTENSÃO inter-institucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade nacional e internacional.

4. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade." (Plano Nacional de Extensão 1999)

5. "Propiciar a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional-cidadão;

6. Priorizar ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo, portanto, comunidades que requerem potencializar sua organização política;

7. Estimular a identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns, bem como de solução de problemas coletivos, visando ainda, o processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando em uma ação assistencialista;

8. Explorar e apropriar as vivências e experiências do cotidiano da comunidade para o desenvolvimento das ações, buscando e compartilhando reflexões e práticas sociais em uma relação mútua de ensino-aprendizagem;

9. Implementar a socialização do saber acadêmico nas comunidades através das linguagens apropriadas, reconhecendo suas práticas sociais e valores culturais;

10. Possibilitar um diálogo aberto entre Universidade e as Comunidades ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária. (Doc. Universidade de Cidadã -1998)

Fundamentadas nestes princípios, as ações desenvolvidas e fomentadas pelas Pró-Reitorias de Extensão, ou equivalentes, das universidades públicas têm sido no sentido de fortalecer a extensão numa vertente de integração entre o pensar e o fazer acadêmico.

A prática extensionista numa visão acadêmica exige conhecimentos específicos e direcionados ao contato com a comunidade. Interdisciplinaridade, direitos humanos, metodologia para a pesquisa/ação, ciência política, história, dinâmica de grupo, são, entre outros conteúdos programáticos, necessários à formação de um extensionista de base acadêmica.

Além disso, fazer com que este conhecimento construído na vivência possa ser sistematizado e publicizado e condicionante para efetiva transformação da cultura universitária.

Dificuldades

Entre as dificuldades para implementar esta política podemos

citar os seguintes fatos observados:

· A Extensão Universitária não tem feito parte dos projetos pedagógicos dos cursos e departamentos das IES brasileiras. Na grande maioria dos casos a opção pela realização de trabalhos de extensão é de livre iniciativa de docentes ou técnicos.

· A extensão universitária não faz parte do modelo de qualificação das universidades brasileiras, adotado pelo MEC, o que internamente inibe investimentos nesta área.

· Há dificuldades na construção de programas institucionais que articulem a extensão, o ensino e a pesquisa.

· As agências de fomento do governo federal não priorizam financiamento para Extensão Universitária (não existe nenhum programa de governo específico); já das agências Internacionais, poucas financiam projetos diretamente para as Universidades.

· A quantidade pequena de professores e técnicos envolvidos com a extensão, se comparados ao número total de professores e técnicos existentes nas universidades.

Gestão Institucional

Compreendendo que o trabalho a ser desenvolvido pelas universidades deve priorizar ações que promovam a formação para a cidadania e a organização social, que os mesmos devem possuir um referencial teórico ba-

lizador e que, em fazendo parte da missão institucional, possa manter-se de forma sistematizada para gerar as mudanças necessárias no interior das universidades, consideramos fundamental a concentração de esforços para a efetiva institucionalização de extensão.

Assim sendo, destacamos como procedimentos para a tão necessária institucionalização da extensão:

1. A regulamentação das ações de extensão, contemplando: as formas de atuação, as formas de participação de alunos nos trabalhos de campo e o aproveitamento curricular desta participação, a estrutura organizacional para gestão universitária da extensão, Sistema de registro e base de dados da extensão;

2. Implementação de programa institucional de bolsas de Extensão, da própria universidade ou com parcerias,

3. Descentralização gerencial da política de extensão, remetendo às unidades acadêmicas o poder de determinar sobre seus programas ou projetos de acordo com o perfil pedagógico do curso,

4. Inclusão da extensão na matriz interna de recursos em cada universidade,

5. A inclusão da extensão na resolução que trata da Avaliação de Desempenho Docente para a GED, em igualdade de condições com as demais áreas do fazer

acadêmico, no caso das IFES,

6. Melhoria da infra-estrutura básica para os trabalhos extensivistas, tais como, transporte, equipamentos de informática e outros específicos para a área,

7. Capacitação específica para os que atuam na área,

8. Inclusão da extensão nos modelos de avaliação das universidades.

Mesmo considerando a necessidade de fortalecimento do processo de institucionalização da extensão no interior de cada universidade nos parece inquestionável a afirmativa de que as mesmas possuem inegável tradição no campo da extensão, ampliar e tornar esta prática incorporada a vida universitária constitui-se um desafio a ser vencido, e na medida em que se observa as diretrizes referenciais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão o tempo desta conquista será reduzido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATANI, D. B.; et all. Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão (1999-2001). Brasília: SESU/MEC, 1999.
- Documento Universidade Cidadã. Mimeo, 1998.
- PENTEADO, S. T. Identidade e poder na Universidade. São Paulo: Cortez, 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS. Oficina Temática da Administração Superior: Extensão na UFPB. João Pessoa: Mimeo, 1999.

ROSSANA MARIA SOUTO MAJOR SERRANO
 Farmacêutica, Bacharel em Direito,
 Professora Adjunto do Curso de Farmácia,
 Pró-Reitora de Extensão e Assuntos
 Comunitários da UFPB.

ATORES DA EXTENSÃO: PARCERIAS E CONHECIMENTOS EM CONSTRUÇÃO

MARIA ANTÔNIA DE SOUZA¹

O objetivo deste artigo é refletir sobre a produção do conhecimento, os atores envolvidos nos processos extensionistas e a construção de parcerias, que tem sido uma das ênfases dos governos locais e do nacional. Há que se destacar que as políticas de parcerias vinculam-se à idéia de incentivar a participação da sociedade em projetos ou políticas públicas, que até então eram funções do Estado. As parcerias estão inseridas no conjunto dos procedimentos de descentralização dos governos, o que culmina na participação da sociedade civil enquanto proponente e executora de projetos.

Um primeiro esclarecimento faz-se necessário a respeito do próprio termo extensão, ou seja, quais são os sentidos da extensão universitária? Quais as concepções teórico-metodológicas presentes quando se fala em extensão? Quais os atores envolvidos em processos extensionistas? A extensão ainda é permeada por significados tais como prestação de serviços, transmissão de conhecimento, doação, messianismo, invasão cultural, mecanicismo. Enfim, como dizia FREIRE, há pelo menos três décadas os termos que envolvem a extensão transformam o homem "... em quase coisa, o negam como um ser de transformação do mundo (...)

além de negar a formação e a constituição do conhecimento autênticos e de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações" (1). Ou seja, uma concepção dicotômica entre teoria e prática, entre sujeito extensionista e sujeito da ação ou "objeto da ação". A extensão universitária é mais que uma prestação de serviços ou doações; é construção de conhecimentos que ocorre num espaço privilegiado de relações. Qual é o sentido de espaço privilegiado? É justamente a relação entre pesquisador, que supõe-se que seja o extensionista, e a comunidade envolvida no processo. A comunidade não tem o sentido de mera receptora, mas de participante, proponente e reivindicadora da ação educativa, que supõe-se seja a extensão universitária da qual estamos falando.

Estamos num contexto de "globalizações", de sociedade em rede (2) e, ao mesmo tempo, de grandes desigualdades sociais, de injustiças, de situação precária de saúde, educação, entre inúmeros outros itens enquadrados no que chamamos de "condições sociais". Neste contexto, qual tem sido o papel da extensão e quais os atores nela envolvidos? Podemos falar pela área educacional da qual temos participado em projetos de extensão, pois estamos sendo chamados, ainda(3) no ano 2000,

a atuar em projetos de alfabetização de jovens e adultos. A universidade tem atuado em projetos do tipo "Comunidade Solidária" e também do tipo "Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária". O primeiro está imbuído da idéia de distanciamento, pois grupos de professores de universidades do sul do país são convidados a atuar em contextos nordestinos, por exemplo. O segundo, representa o contexto das parcerias entre governo, universidades e atores da sociedade civil, congregando projetos localizados em determinadas regiões, em que as universidades locais é que desenvolvem os projetos extensionistas, oferecendo profissionais que, na maioria dos casos, conhecem a realidade ou "comunidade sujeito" da extensão. Outro ponto a destacar é que o programa originou-se da luta de movimentos sociais, apoiados por entidades tais como a Universidade de Brasília e CPT. É um "novo" espaço de atuação extensionista universitário, ou seja, a parceria com governos e movimentos sociais e, portanto, um contexto de relações convergentes e divergentes que ao mesmo tempo contribuem para a ampliação de visão e conhecimentos dos acadêmicos e dos professores envolvidos no processo.

Ainda hoje, um dos desafios das atividades de extensão rela-

ciona-se à superação da idéia de transferência de conhecimentos ou assistencialismos a uma determinada comunidade. Em se tratando de projeto de extensão junto a movimentos sociais, há um outro desafio que é a superação do envolvimento ideológico. Não queremos com isto falar em nome da neutralidade na ação e na pesquisa, ao contrário, enfatizar processos de construção de conhecimento que vão além de meros conteúdos ideológicos, pois isto já é um dos objetivos do movimento.

No contexto universitário, os projetos de extensão objetivam relacionar os conhecimentos historicamente acumulados, o conhecimento produzido nas salas de aulas e nas pesquisas com uma determinada realidade cultural, social, econômica e política, enfim, objetivam a inserção dos acadêmicos e professores tanto nas relações micro quanto macro que permeiam o cotidiano. A inserção não tem idéia apenas de prestação de serviços, mas também da preocupação com a modificação de uma determinada situação, a partir das necessidades apresentadas pelos sujeitos de tal situação. Para além da universidade os projetos de extensão fazem parte também da dimensão das parcerias que envolvem desde Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais, empresas entre outros atores.

O cenário político dos anos 90 tem sido permeado pela política

de parcerias entre os diversos atores da sociedade civil e destes com governos locais, estaduais e municipais. As universidades têm participado de várias parcerias e dentre elas destacam-se aquelas voltadas à temática da educação. Um exemplo de tais parcerias refere-se ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, acima referido, que envolve atores tais como movimentos sociais, universidades e governo federal. O objetivo relaciona-se à educação de jovens e adultos das áreas de assentamentos rurais no Brasil. As atividades no contexto das universidades caracterizam-se pela dimensão extensionista, envolvendo acadêmicos, professores e a comunidade em questão. Assim, caracteriza-se um processo educacional que, nas palavras de FREIRE (1977, p. 69) "é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados". Poderíamos dizer que as atividades extensionistas culminam em redes sociais que produzem conhecimentos direcionados a uma determinada realidade. Ao mesmo tempo, as redes sociais são constituídas por troca de experiências entre os atores extensionistas e a comunidade, culminando num conjunto de conhecimento que permite a ampliação de visão de mundo tanto do extensionista quanto

do sujeito da comunidade. Transformações são visíveis entre jovens que participam de projetos de extensão junto às comunidades rurais com alto grau organizacional e de politização, pois alguns jovens tendem a se envolver com tais realidades, talvez por nunca terem tido experiências de participação política em movimentos sociais ou outras organizações políticas; talvez por se identificarem com o projeto político ou as temáticas de luta dos atores em questão.

Os espaços de relações sociais construídos no interior dos projetos de extensão contribuem para a ampliação de visão de mundo do acadêmico e, principalmente, o aprendizado da relação com o outro, da dimensão do ouvir os silêncios, da idéia de falar com e não para etc, concepções de um processo problematizador de educação.

A extensão pode ser entendida enquanto um espaço de construção de participações, onde, de um lado existe a dimensão organizadora e investigadora do extensionista e, de outro lado, o envolvimento da comunidade em busca de um benefício, o que ocorre em muitos projetos assistencialistas. Há o envolvimento na ótica política, com a preocupação acerca da temática da transformação social.

As parcerias em construção localizam-se num cenário político em que a sociedade civil é chamada a participar; no contexto do distanciamento do Es-

tado em relação às políticas sociais e públicas; no contexto da organização de programas com duração determinada. Enfim, o discurso presente entre governantes refere-se à contribuição que os atores locais da sociedade civil podem oferecer no atendimento a questões tidas como problemáticas.

Os conhecimentos em construção referem-se à dimensão macro e micro social, pois há possibilidade de que os acadêmicos e demais envolvidos em projetos extensionistas, de cunho educativo, ampliem sua visão de mundo e de sociedade. O envolvimento direto do extensionista com uma determinada comunidade oportuniza a construção de conhecimentos teórico-metodológicos sobre a futura profissão.

Enfim, a sociedade do conhecimento, da informatização e do analfabetismo e todas as demais precariedades sociais utiliza o trabalho extensionista com a finalidade de elaboração e divulgação de conhecimentos; envolve futuros profissionais no contexto em que poderá atuar; realiza proposições juntamente com a comunidade com a qual trabalha. Está presente a idéia de construção coletiva de conhecimento, que na sociedade informatizada parece bastante fragmentada, numa posição isolacionista ao mesmo tempo que é globalizada.

Para concluir, vale lembrar as palavras de GOHN (1999, p. 32)

de que "um dos grandes desafios contemporâneos é envolver os jovens nas atividades participativas, principalmente o tipo de jovem que pouco se interessa pela política, e pouco participa de movimentos, partidos e/ou sindicatos (...) é necessário formar pessoal especializado para que se realize a educação de um povo, em termos de formar/informar cidadãos ativos, conhecedores de seus direitos e deveres, assim como a estrutura e o funcionamento da administração pública". Neste contexto, podemos incluir a extensão universitária como espaço de desenvolvimento de atividades participativas.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Vide Freire, obra "Extensão ou comunicação", publicada em sua primeira edição, no ano de 1969.
- 2 - Lembrando Manuel Castells e seus três volumes sobre "A era da informação: economia, sociedade e cultura", publicado pela Paz e Terra, no Brasil, 1999.
- 3 - A palavra "ainda" indica o quanto absurdo é estarmos numa sociedade em que grande parte da população é analfabeta; denota indignação com relação à exclusão social e, especificamente, escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10 ed. SP: Paz e Terra, 1977.
- GOHN, Maria da Glória. Orçamento público e participação popular. In: *Balanco das experiências de orçamento participativo nos governos*. Fórum Nacional de participação popular nas administrações municipais; Governo do Distrito Federal, Instituto POLIS. N° 4, 1999

MARIA ANTÔNIA DE SOUZA
Doutora em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

GARMINDA MENDES ANDRÉ

Em março de 1999 aceitamos o convite da UNITRABALHO em parceria com a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires para nos integrar ao Projeto da Coordenação de Teatro daquela Gerência de Cultura, na função de coordenadora do grupo de trabalho do "Núcleo de Formação de Atores de Ribeirão Pires", pela certeza de que ensino e pesquisa são condições necessárias para a qualificação da universidade; mas também temos consciência de que esta qualificação só terá relevo e reconhecimento quando servir à comunidade através, por exemplo, de atividades de extensão gerando novos conhecimentos ou realimentando os já existentes. Para um curso de formação de professores, como é o de Licenciatura Plena em Educação Artística do Instituto de Artes da UNESP, torna-se imprescindível a constante troca entre conhecimento acadêmico e comunidade. Não é preciso dizer que o ganho que temos obtido com este trabalho de extensão está sendo inculcável.

A experiência que nos propusemos descrever aqui procurou realizar este intercâmbio entre o saber universitário e a realidade social. Porém, é preciso dizer que nossa integração, no Projeto Cultural de Ribeirão Pires, partiu da necessidade da própria comunidade (coordenadores da Prefeitura e integrantes do "Núcleo"). Ficamos muito impressionados

quando tomamos conhecimento do trabalho cultural que Ivan Russef (gerente de cultura), Alexandre Mate (coordenador de teatro até fins de 1998 e também professor do I.A. da UNESP) e Roberto Lima (coordenador de teatro a partir de fins de 1998) vinham desenvolvendo naquela Prefeitura desde 1997, o qual tinha e têm o propósito de articular Arte e Educação para trabalhadores da região.

Naquela oportunidade funcionavam Oficinas de teatro oferecidas gratuitamente e ministradas por monitores e um grupo de leitura dramática. Foram realizadas três Maratonas de Teatro¹ e eram oferecidos à comunidade dois tipos de benefícios culturais: espetáculos teatrais amadores, com debates abertos ao público, iniciando um trabalho importante de formação de público, e a opção de lazer com Oficinas de teatro para trabalhadores e filhos.

Muitos monitores das Oficinas se sentiam perdidos quanto ao conteúdo que deveriam dar em sala de aula e cada um trabalhava conforme suas informações. Alguns já tinham boa dose de experiência artística mas a maioria era (e continuam sendo) de amadores iniciantes que, no entanto, estavam na posição de monitores de teatro.

PROBLEMAS ENCONTRADOS

Realizamos o primeiro encontro com os monitores do Projeto ouvindo suas dificuldades e carências para que pudéssemos

intervir no "Núcleo" como parceiros, evitando uma postura impositiva e academicamente distante da realidade dos mesmos. Nesta oportunidade expuseram eles os seguintes problemas:

1. Falta de um objetivo pedagógico comum ao grupo de monitores e assistentes,
2. Dificuldades no próprio planejamento das aulas,
3. Ausência de diferenciação na metodologia com crianças e adolescentes,

4. Falta de amadurecimento na relação entre Cultura e Educação.

Ao tomar conhecimento do que se passava em sala de aula, pudemos constatar, também, uma grande confusão no tipo de trabalho que faziam com crianças, jovens e adultos; percebemos que desconheciam a diferença entre arte-educação e direção teatral. No entanto as Oficinas eram abertas para crianças a partir de 06 anos até terceira idade. Como poderíamos capacitar jovens amadores no trabalho com crianças? Como capacitá-los a dar aulas para os tão temidos adolescentes, sendo que a maioria dos monitores acabavam de sair da adolescência? E o que era mais complicado: a maioria deles não tinham se quer, formação técnica na área do teatro.

EM BUSCA DE UMA FILOSOFIA DE TRABALHO

Diante deste quebra-cabeça, nosso primeiro passo foi elaborar um PROGRAMA PEDAGÓGICO PILOTO para as aulas com

adolescentes e adultos, ampliando a duração das Oficinas de um, para dois anos, divididos em quatro semestres, com classes separadas por faixa etária; o primeiro ano trabalhamos conteúdos para iniciação teatral, no segundo, a realização de uma montagem teatral amadora. Antes deste Programa os monitores realizavam montagens amadoras que inicialmente eram semestrais e que depois passaram a ser anuais até a nossa chegada. No entanto, isto gerava uma confusão ainda maior, como poderemos ver mais adiante.

Para concretizar a articulação Teatro e Educação criamos três Cursos de Capacitação, concomitantes, para orientação pedagógica dos monitores. Este trabalho foi dividido entre eu, que trabalharia com os conteúdos das Oficinas de iniciação do primeiro ano e Roberto Lima, com os veteranos do segundo ano.

O Primeiro Curso propôs a orientação pedagógica para aqueles que iriam trabalhar com crianças e pré-adolescentes entre 07 e 12 anos, orientando-os a planejar suas aulas apropriadamente conforme as fases psicológicas de cada faixa etária. O segundo Curso foi essencialmente prático, ensinava a manipulação de alguns manuais de jogos teatrais através de sua vivência, procedimento este que apostou em um aprendizado orgânico, qual seja: o de não separar teoria e prática. O terceiro Curso orientou os monitores que trabalharam nas montagens

teatrais das classes veteranas.

Dividimos o Programa Pedagógico em três áreas de atuação:

Teatro-Educação para crianças de 7 a 9 e jovens de 10 a 12 anos, Teatro Improvisacional para adolescentes a partir de 13 anos e adultos iniciantes e, Teatro Formal para adolescentes e adultos veteranos.

DE CRIANÇA PARA CRIANÇA

No Teatro-Educação objetivamos alcançar o desenvolvimento da percepção e expressão artísticas dos iniciantes, não importando com o resultado do espetáculo.

Quando chegamos para o "Núcleo", a prática teatral aplicada com as crianças estava equivocada, pois alguns faziam com elas teatro de adultos. Entendemos que o professor de teatro para criança é um arte-educador e não um diretor de espetáculos. Enquanto o diretor está preocupado em criar uma obra de arte para ser apreciada por um público (o espetáculo), o arte-educador está preocupado em dar condições para que seus alunos possam desenvolver as capacidades perceptivas (cognitivas e sensíveis) com a meta de torná-los futuros cidadãos autênticos e criativos. A finalidade do teatro na educação não deve ser o espetáculo teatral porque a ansiedade da apresentação poderá encorajar a criança ao exibicionismo, atitude extremamente nociva ao processo de formação da personalidade no qual

se encontram. Somos o que nos treinaram e o que nos treinamos ser. Por isso a responsabilidade do educador é mais que informativa. Se ensinamos para a criança que o valor artístico está em fazer algo 'bonito' para os outros (uma forma aprovada pelos adultos e muitas vezes estereotipada), não podemos exigir que, mais tarde, este indivíduo seja autêntico pois agirá, em seu meio social, buscando sempre a aprovação dos outros, ao invés de ter o gosto pelo livre arbítrio.

A implantação do conceito de arte-educação foi muito interessante pois tivemos que lutar contra os pré-conceitos estéticos dos monitores, que avaliavam os resultados da sala de aula como diretores de espetáculo ou como plateia exigente, e não, como educadores. Foi necessário desvincular as Oficinas das crianças do Teatro Formal (cujo objetivo principal é a criação de uma comunicação entre atores e público) e introduzi-las aos métodos do teatro-educação (onde a plateia deve ser um elemento posterior no processo de formação). Por essa razão fizemos questão de incentivar os monitores a deixar com que crianças, jovens e adultos iniciantes criassem seus próprios espetáculos. Ou seja, "que criança fizesse teatro de criança para criança", que "adolescente fizesse teatro de adolescente para adolescentes".

As Oficinas com crianças alcançaram o espontâneo e a "al-

fabetização" de alguns elementos da cena. Pudemos ver crianças seriamente concentradas em seus personagens, improvisando roteiros de temas infantis, como se o palco fosse a extensão de sua casa, tal a espontaneidade alcançada. Porém, na maioria dos "exercícios públicos", o teatro com crianças não resultou em teatro de criança.

A organização formal bem como as soluções das cenas ainda refletiram forte intervenção dos adultos (monitores e coordenação) na criação infantil. Como pode-se ver, estamos a caminho, sabemos onde queremos chegar, mas ainda pesquisando a melhor metodologia a ser aplicada. Esbarramos em nossa falta de informação quanto à psicologia infanto-juvenil e, para este ano, pretendemos avançar neste conteúdo.

JOGANDO O JOGO DO TEATRO

O Teatro Improvisacional foi o meio pelo qual desenvolvemos a relação Educação e Arte para adoloscetes e adultos. Seu objetivo, diferentemente do trabalho com crianças, foi o de fazer a iniciação teatral, ou seja, introduzir o aprendiz ao "alfabeto" da linguagem do teatro. Pelo avanço dos conteúdos técnicos, a classe foi conduzida a criar seu próprio texto para ser apresentado como "exercícios públicos" ao final do primeiro ano. Se para os arte-educadores que trabalham com crianças é necessário diferenciar o teatro

profissional do teatro-educação, na prática do ensino para jovens e adultos é necessário diferenciar o teatro improvisacional do teatro formal (conceito que tomaremos da arte-educadora americana Viola Spolin).

Quando chegamos a Ribeirão Pires a prática era montar, por classe, um espetáculo anual. Percebemos porém, que isto sobrecarregava a função do monitor, que não sabia se deveria atuar na sala de aula como educador ou como diretor de espetáculo (acrescente-se ainda que estes monitores, em sua maioria, não tem uma prática consistente, seja no fazer teatral, seja como educadores).

Assim, como já foi dito, dividimos a Oficina de um, para dois anos e em duas etapas: no primeiro ano os monitores atuariam como professores e, no segundo, como diretores de espetáculos. Partindo desta divisão, formatamos uma Proposta de Oficina de iniciantes e veteranos para jovens e adultos.

O resultado foi variado, tivemos desde espetáculo improvisados por adolescentes que, por seu conteúdo delicado (como drogas, sexo, família) e sua exposição contundente (própria da adolescência), provocaram debates fervorosos com a platéia, até "exercícios públicos" que pareciam interpretado por profissionais, tal a qualidade e o empenho dos participantes.

Partindo do princípio de que todos somos capazes de atuar no palco e que "talento" é apenas o compor-

tamento de alguém capaz de experienciar com maior intensidade, de penetrar no ambiente e envolver-se total e organicamente nas atividades propostas, é que fundamentamos nosso método de trabalho.

Acreditamos que antes de se montar um espetáculo para ser visto por uma platéia desconhecida, é preciso "jogar" teatro pois: assiste-se teatro, atua-se no teatro mas também joga-se teatro. Em um curso de iniciação a finalidade não poderia ser o espetáculo acabado. A aula deve ser um acontecimento cênico. Os jogos teatrais sugeridos pelo monitor-professor deverão aguçar o iniciante e entrar no reino da criação artística e não na apresentação de um produto final. É seguindo esta filosofia de trabalho que encaramos esta coordenação de grupo do "Núcleo".

O aproveitamento do trabalho com jovens e adulto foi surpreendente. Cumpriu a meta de ensinar a criação de cenas, suscitando discussões fundamentais para a formação da cidadania dos alunos. Tivemos muito sucesso no trabalho com adultos iniciantes pois o método empregado foi bem aceito.

O REGENTE DAS MELODIAS CÊNICAS

O Teatro Formal foi exercitado pelos veteranos. Seu objetivo foi o ensino de técnicas simples de composição de personagens e a montagem de um bom autor de teatro, seja nacional, seja estrangeiro. As metas do diretor de teatro

deveriam estar presente desde o momento em que se escolhesse o estímulo que daria origem ao futuro espetáculo (um texto, tema, figuras, improvisações, etc.) mesmo que estas metas iniciais fossem confusas e desfocadas, mesmo que elas viessem a mudar no decorrer da prática (e com certeza isto aconteceria), o importante era que se tivesse o que dizer usando a linguagem teatral da maneira mais ajustada a este 'dizer'. O diretor de teatro é o regente das melodias cênicas (cenário, figurino, atuação, maquiagem, luz, som, música, outros), é portanto um líder e por isso tem que saber o que quer. Foi com estes princípios que condu-

zimos a supervisão dos monitores-diretores.

Nestes espetáculos tivemos a revelação de bons diretores amadores e um forte aprofundamento da dramaturgia nacional pois, por iniciativa própria, os monitores só trabalharam autores nacionais. Este é um outro valor implantado pelos mentores deste Projeto: conhecer e valorizar a cultura nacional.

SERÁ QUE ESTAMOS
VENCENDO O DESAFIO?

Acreditamos neste Projeto pelos laços criados entre Universidade e Comunidade, laços que possibilitam a descentralização dos conhecimentos de difícil

acesso a muitos brasileiros. Capacitando os próprios integrantes da comunidade, ao invés de trazer professores de fora (que vão embora levando o saber quando ao término de seu trabalho), este Projeto procura fazer da comunidade de Ribeirão Pires um município culturalmente auto-suficiente de São Paulo e regiões vizinhas, além de possibilitar a disseminação dos conteúdos adquiridos nos Cursos de Capacitação através da atuação cultural dos moradores-monitores pela região. O maior ganho porém, foi poder alcançar a desejada relação Arte, Educação e Cidadania através do

PROGRAMA PEDAGÓGICO

TEATRO EDUCAÇÃO

Para crianças
de 8-10 anos
e jovens de
11-13 anos

TEATRO

IMPROVISACIONAL
Para adolescentes
e adultos
iniciantes

TEATRO FORMAL

Para adolescentes
e adultos
veteranos

Teatro. Em janeiro de 2000 realizamos a "TV Maratona de Teatro" oferecendo à cidade 15 "exercícios públicos" realizados pelas turmas de iniciantes (incluindo crianças, jovens e adultos) e 10 espetáculos amadores interpretados por veteranos (também crianças, jovens e adultos). Como se pode ver, o "Núcleo de Formação de Atores", se não criou, ao menos incentivou o movimento teatral de Ribeirão Pires. A Prefeitura, ciente da importância do nosso trabalho educativo dentro das Oficinas de lazer, optou pela continuação do Programa Pedagógico implantado em 1999, aumentando o número de 15 para 21 monitores remunerados, além dos assistentes que frequentam os Cursos e atuam como estagiários junto aos monitores experientes, para que possam se tornar futuros monitores. Por outro lado, através da supervisão e Capacitação continuada que fazemos, estão sendo beneficiados aproximadamente 600 alunos-cidadãos, entre iniciantes e veteranos inscritos para o ano de 2000.

Para finalizar gostaríamos de relatar uma curiosa situação que o Projeto do "Núcleo" criou com a comunidade de Ribeirão Pires e que nos deixa ainda mais confiantes do caminho seguido: para alguns destes monitores o Projeto (iniciado em 1997) abriu alternativas de renda nas funções de dinamizadores cul-

turais, professores de teatro e produtores de espetáculos. Sem a pretensão de ser gerador de emprego, o Projeto, por sua sólida qualificação trazida pela UNESP e desejada por aquela parceria entre UNITRABALHO e Prefeitura, acrescentou, no conjunto dos benefícios oferecidos, alternativas de trabalho. É importante ressaltar que, sem a parceira Comunidade e Universidade, o sucesso do Projeto não seria o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boal, A. "200 exercícios e Jogos". RJ: Civilização Brasileira, 1989.
Chacra, S. "Natureza e sentido da improvisação teatral". SP: Perspectiva, 1983.
Kusnet, E. "Ator e Método". RJ: Instituto Nacional de Artes Cênicas", 1975.
Fritzen, S.J. "Exercícios Práticos de dinâmica de Grupo". Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
Spolin, V. "Improvisação para o teatro". SP: Perspectiva, 1979.

CARMINDA MENDES ANDRÉ
Profª. Mestre do Instituto de Artes da UNESP - Departamento de Artes Cênicas, Educação e Fundamentos da Comunicação.

BANCO DE DADOS DO PROJETO VIOLÊNCIA E MÍDIA – A PRÁTICA INTEGRADA DO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO.

TÂNIA SIQUEIRA MONTORO*

I. BREVE HISTÓRICO DA PESQUISA:

O projeto de Extensão Banco de dados sobre Violência e Mídia, nasce de um daqueles encontros singulares que permeiam a vida acadêmica como, por exemplo, ser professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, NEPEM/CEAM, que nos últimos anos vem se debruçando sobre o estudo da violência e suas múltiplas manifestações na vida contemporânea. Direcionamos nossa pesquisa não para o estudo do fenômeno da violência em si, mas para o estudo da sua representação nas notícias veiculadas cotidianamente pelos meios de comunicação.

Eleger, portanto, as notícias de violência como objeto de reflexão teórica e metodológica, no contexto de uma pesquisa em comunicação, possibilita este casamento singular entre dois entes presentes na vida social contemporânea: as notícias e a violência. Da mesma forma que a notícia impera em nossa época,

este outro fato, quase cotidiano, também habita as conversas, os encontros, as intimidações dos lares: a violência.

Se, por um lado, tal preocupação, tanto de natureza teórica como metodológica, contribui para a discussão tão premente sobre a intrincada relação violência e meios de comunicação, por outro, encontra estreita sintonia com as demandas da sociedade, que, cotidianamente, encontra-se cada vez mais exposta ao bombardeio mediático de conteúdos de violência.

Bisbal (1996:27) em um elucidativo artigo sobre notícias de violência reflete sobre o discurso dos meios de comunicação pontuando:

"Las violencias de la vida cotidiana están presentes aquí y ahora; hay una sensación de su consagración como único camino para legitimar las existencias, incluso para legitimar las estructuras sociales. Presenciamos entonces, una "espiral de violencias" que nos lleva paulatinamente, a una cultura de la violencia que es lo mismo que presenciar e instituir una cultura de la muerte. Así como hay gente que muere hay gente que mata. La muerte se transforma en un espectáculo que genera más violencia. Violencias

en las calles, en los hogares, en las ciudades y en el campo. Es la violencia de la vida interaccionando con las violencias de los medios de comunicación."

Dentro de uma perspectiva crítica orientada pelos Estudos Culturais da Comunicação, neste projeto de pesquisa, as notícias são concebidas como produto cultural e unidades narrativas que traduzem um determinado tipo de informação, que longe de ser uma descrição objetiva e fiel da dinâmica da realidade, se apresentam como um lugar privilegiado de construção de valores, identidades e mediações.

As notícias são protagonistas de nossa época. São elas que nos informam e nos inserem nos acontecimentos do mundo globalizado. Diferentes são os modos de construir a notícia e diverso é o público que as consome. Daí a necessidade de estudar este produto cultural, costumeiro, que oferece, em doses diárias, estratégias narrativas seletivas, para informar sobre determinado fenômeno.

2. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:

Do ponto de vista da produção de conhecimentos, o projeto está desenhado para funcionar como banco de notícias,

partindo, portanto, da própria conceituação de violência oferecida pelos discursos jornalísticos, tanto através do discurso direto como indireto, na titulação das matérias e artigos e pelo próprio conteúdo informativo veiculado.

Alguns interrogantes fundamentam as hipóteses da pesquisa e determinam os instrumentos metodológicos utilizados para classificar e relacionar os dados.

A violência é um valor notíciaco? Qual é o espaço noticioso ocupado por temáticas de violência no jornal? Qual a proporção das notícias de violência em relação às demais notícias do jornal ou telejornal? Que elementos visuais compõem as narrativas de violência? Quem fala pela violência nas notícias? Que vezes constroem a trama discursiva? Como são caracterizados estes personagens e protagonistas? Que recursos narrativos são aplicados para titular o episódio e enquadrar a temática? Que recursos lingüísticos e de comunicação são utilizados na construção da notícia? Que vetores são apontados pela imprensa como inibidores da violência? Que indicadores são apontados, pela notícia, como propulsores da violência? Que categoria(s) de violência(s) ocupa(m) este espaço noticioso? Que tipos de crimes são mais relatados? Que vetores discursivos são apontados para o incremento da violência na sociedade brasileira?

Que ações de cidadania e mobilização da sociedade contra a violência são noticiadas?

Muitos outros mapeamentos podem ser explorados, dependendo da aproximação que se pretenda realizar com relação ao objeto de estudo "notícia de violência". Um pesquisador interessado encontrará nos arquivos do Banco de Dados farto material de dados empíricos. Poderá saber, por exemplo, quantas vezes a polícia aparece como personagem do relato nas notícias de violência ocorridas no Distrito Federal publicadas num determinado período; ou quantas notícias sobre mulheres estupradas no Plano Piloto foram divulgadas nos últimos seis meses; ou ainda, que argumentos constroem a polémica mediática sobre o excesso de violência nos programas do horário nobre da televisão aberta.

3. A ASSOCIAÇÃO PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO.

Do ponto de vista do processo ensino aprendizagem, esta talvez tem sido a maior riqueza do projeto, tanto para professores como para alunos envolvidos na pesquisa. De um lado, porque ao analisar e inserir no Banco de Dados o conteúdo noticioso de violência, os alunos têm a oportunidade de efetuar uma leitura mais crítica dos meios de comunicação e consequentemente avaliar a qualidade da informação transmitida por um determinado veículo. De outro

lado, a bibliografia complementar de leitura e as discussões em seminários permitem uma reflexão mais substantiva sobre ética e imprensa e o papel social dos comunicadores, de oferecer uma informação de qualidade, fundamental para formação da cidadania e consolidação da democracia.

Em grandes linhas, pretende-se investigar, em última análise, o impacto das notícias na formação da opinião pública e na construção de imaginários. Durante a pesquisa, os alunos têm a oportunidade de utilizar as novas tecnologias, de modo integrado e coerente com os objetivos de uma investigação. A partir da indexação das notícias de violência, se colocam em contato com aplicativos de banco de dados, que permitem organizar, acessar, extrair informações quantitativas, básicas para o desenvolvimento de análises qualitativas posteriores. Ainda como parte de suas atividades de bolsista, participam também dos seminários, oferecidos no NEPEM, através dos quais propicia-se a oportunidade de aprofundar temas e conceitos recorrentes na literatura das ciências sociais, como gênero, violência social, direitos humanos e cidadania.

4. PRODUTOS DO BANCO DE DADOS.

O projeto de Banco de Dados gerido pelo NEPEM, ao longo de sua implantação e incremen-

to vem aportando elementos para trabalhos monográficos de final de curso tais como "O discurso jornalístico sobre violência contra mulher e negro na mídia impressa" (Letras); "Visibilidades e Ocultamentos na cobertura da violência contra mulher no Distrito Federal" (Serviço Social); "O discurso policial nas notícias de jornal" (Letras); "Violência rural: A construção da imagem dos sem terra". (Comunicação).

Posteriormente, alguns destes trabalhos se tornaram pilares para projetos de pesquisa de mestrado. Utilizando o Banco de Dados do NEPEM foram publicados também artigos como "Notícias de Violência: Uma leitura"²; "Violência contra as mulheres na mídia impressa"³; "Representación Social y Publicidad: La polémica como estrategia publicitaria"⁴; "La representación social de la violencia en los informativos de más audiencia en Brasil"⁵.

Durante o segundo semestre de 2000, os bolsistas Maria Clara Machado, Milena Dalmachio, Marcus Amaral, juntamente com a estudante de jornalismo do UniCEUB Bárbara Siqueira, se debruçaram sobre a tarefa de indexação das notícias de violência veiculadas pelo jornal *Correio Braziliense* no período de julho a dezembro. Foram indexadas 1800 notícias entre artigos, editoriais, notas, reportagens e entrevistas.

Com vistas a integrar à investigação a análise da notícia audiovisual de violência, quarenta telejornais foram gravados nos meses de março e abril de 2000 e encontram-se também indexados e associados ao banco de dados, que será ampliado, no sentido de comportar o processamento, gerenciamento e acesso a informações visuais e sonoras.

Individualmente os pesquisadores classificaram uma média de 450 notícias e somente pelo volume da mostra, pode-se ter uma idéia da presença e conseqüente visibilidade da violência nas notícias de jornal. Os bolsistas produziram também artigos sobre a cobertura midiática de casos de violência, com alta frequência de noticiabilidade, que se encontram nas reflexões que integram este artigo plural.

A bolsista Maria Clara faz uma leitura da cobertura noticiosa, que o *Correio Braziliense* ofereceu ao trágico assassinato do aluno de Publicidade da UnB, João Cláudio Cardoso Leal, no dia 09 de agosto passado. As estudantes de jornalismo Milena Dalmachio e Bárbara de Siqueira utilizaram o banco de dados para analisar comparativamente o tratamento informativo oferecido a cobertura de um caso de violência contra mulher, culminando com o assassinato da jornalista Sandra Gomide, um acontecimento noticioso exemplar, no que diz respeito ao estudo das relações entre gênero, violência e imprensa.

O bolsista Marcus Amaral auxiliado pelo prof. Armando Bulcão, da Faculdade de Comunicação da UnB, foi responsável pela operacionalização do Banco de Dados, disponibilizando informações para pesquisadores e comunidade. No artigo "Novas Tecnologias e Cidadania", o futuro jornalista explícita como as novas tecnologias podem estar a serviço da cidadania oferecendo, uma informação mais crítica e qualificada.

5 . NOVOS DESAFIOS : A CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DA MÍDIA COM FOCO NA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.

Nesta atual etapa de trabalho, buscamos encontrar e consolidar parcerias que permitam financiar a ampliação do projeto, rumo à operacionalização de um observatório da mídia, capaz de oferecer com agilidade e precisão instrumentos de pesquisa e análise crítica da chamada grande imprensa. Apoiada na perspectiva integrada ensino-pesquisa-extensão, esta expansão natural do acervo do banco de dados, contemplando outros veículos impressos e demais meios de comunicação audiovisual, como o rádio e a TV, conta desde já com a experiência acumulada no exercício deste e de outros projetos desenvolvidos pelo NEPEM.

De modo mais imediato, nos encontramos agora diante do desafio e a necessidade de disponibilizar *on line*, o Banco de Da-

dos Violência e Mídia para a comunidade universitária e a sociedade em geral. No momento, o atendimento é feito no NEPEM, carente dos espaços, recursos e eficiência desejados. Mesmo com todas estas limitações, temos, no entanto, a certeza de estar conseguindo aportar, com o apoio do Decanato de Extensão, dados relevantes e reflexões valiosas para atuação de instituições públicas, sindicatos, associações profissionais, grupos de mulheres, jornais comunitários, professores e pesquisadores dos mais diferentes campos do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹Bisbal, M.(1996) "Violencia y Television o el discurso de la conmoción social in Orozco, G.(org.) Miradas Latino Americanas a la television, Ed. Universidad Iberoamericana, México.

² Montoro, T.(1999) Noticias de Violencia "Uma leitura" in M.Suarez e L. Bandeira Violencia, Género e Crime no Distrito Federal, editora Unb e Paralelo 15, Brasilia, pp.105 a 121.

³ Carvalho, A. (1999) Idem .

⁴ Bulcao, A. Montoro, T. (2000) "Representación Social y Publicidad: la polemica como estrategia publicitaria" in Medios de Comunicación y Cultura, ed. Universidad de Salamanca, España, pp.305 a 328.

⁵ Montoro, T (2000) " La representación social de la violencia en los informativos de más audiencia en Brasil" in Anais da VIII Jornadas de Investigadores en Comunicación, Faculdade de Ciências da Informação, ed,Universidad de Santiago de Compostela, pp.225 a 245.

TANIA SIQUEIRA MONTORO

Professora da Faculdade de Comunicação da UnB, bolsista da CAPES para doutorado em Comunicação Audiovisual na Universidade Autônoma de Barcelona, coordenadora do projeto Violência e Mídia, NEPEM/ CEAM/DEX - UnB.

O BANCO DE DADOS VIOLÊNCIA E MÍDIA

Armando Bulcao

O principal resultado do processo de implantação e gerenciamento de um banco de dados sobre Violência e Mídia é sem dúvida o aprendizado de métodos e técnicas quantitativas e qualitativas para descrição e análise de mensagens produzidas e transmitidas pelos meios de comunicação.

A implantação do projeto piloto proporciona a experiência básica e necessária para implementar e desenvolver procedimentos e técnicas que colaboram na direção de ampliar e consolidar um Banco de Dados, Imagens e Sons de Violência e Mídia, acessível e ágil, consoante a extraordinária dinâmica das notícias nos meios de comunicação contemporâneos.

Nesta etapa experimental, tornam-se acessíveis os primeiros resultados obtidos através de um processo de seleção, coleta, catalogação e análise do material (recortes de jornais), atualmente organizado e indexado.

Através de planilhas, é possível acessar a estes recortes de acordo com as seguintes entradas:

Data
Jornal
Editoria
Página
Identificação
Notícia
Personagens
Artigo, Matéria, Nota
ou Editorial

Local da violência
Foto / Infografia
Entrevista
Manchete
Tamanho (cm²)
Categoria

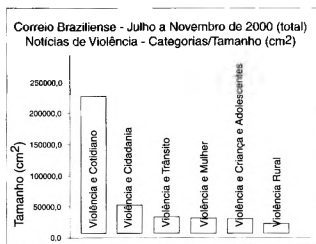
Além de viabilizar o acesso ao acervo as entradas permitem classificar as notícias e extrair informações, dando passo a uma abordagem relacional dos dados indexados.

Deste modo, é possível relatar, por exemplo, que a mostra processada contempla um universo de 1051 notícias de violência, correspondente a um total de 369463,3 centímetros quadrados de espaço ocupado nas edições diárias do

QUADRO I



QUADRO II



jornal Correio Braziliense, durante o período de Julho a Novembro de 2000.

De acordo com a orientação adotada, procedeu-se à consolidação de dados pertinentes à relação entre Categorias de Violência e Tamanho da Notícia, mensurado em centímetros quadrados. Na ilustração 1 (Graf. 1), podemos observar a evolução mensal das notícias de violência, classificadas segundo as principais categorias, dentre as elegidas pela pesquisa. Na ilustração 2, (Graf.

2) podemos observar: do total de notícias de violência indexadas, a maior parte (60,1%) foi classificada na categoria Violência e Vida Cotidiana, a qual inclui matérias, artigos e notas relativos a eventos típicos do contexto cidadão, tais como assassinato, seqüestros, agressões, chacinhas, brigas, assalto, bem como fatos concernentes a presídios e à segurança pública.

Como contraponto importante, ainda que quantitativamente inferior, a presença da categoria

Violência e Cidadania (12,4%), denota uma orientação editorial que busca também privilegiar a cobertura de ações, campanhas e processos de mobilização contra a violência e a favor da paz. Neste mesmo contexto discursivo, é possível compreendermos a presença da categoria Violência e Transição (7,9%). Reflete não apenas os altos índices diários de vítimas do trânsito, mas também, e principalmente, parece ser resultado de uma intensa, constante e importante decisão editorial, comprometida com campanhas pela paz no trânsito.

Outras informações, mais específicas, relativas à editoria ou página em que aparecem as notícias, ou ainda quanto ao tipo de violência noticiada ou ao local do evento, por exemplo, poderão também ser extraídas, a partir desta e de outras mostras, a serem coletadas e processadas pelo projeto.

Editados em formato Excel (1,26MB), os dados integrais do atual estágio de pesquisa, com respectivos gráficos e planilhas, já se encontram à disposição da comunidade, do público em geral e dos pesquisadores interessados, através do e-mail: violenciaemidia@yahoo.com.br

ARMANDO BULCÃO

Professor do Departamento de Audiovisual e Publicidade da Universidade de Brasília e bolsista do CNPq no doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona.

NOVAS TECNOLOGIAS E CIDADANIA

Marcus Vinícius O. dos Santos

Um *Banco de Dados* pode ser definido, de modo amplo, como uma coleção integrada de dados operacionais, compartilhada pelos sistemas de aplicações. Através de um sistema de banco de dados é possível manter e gerenciar informações através de registros no computador, adicionando, inserindo, eliminando e, principalmente, recuperando dados disponíveis em diversos arquivos.

Dados são seqüências ordenadas de símbolos, as quais se pode extrair informações, mas que isoladamente, não contém nenhum significado. Informações são dados tratados, analisados ou processados, capazes de transmitir algum conhecimento ao receptor. Sistema é um conjunto de elementos ou funções independentes, constituindo uma estrutura unitária, orientada para atender objetivos específicos.

Parte integrante de um *Sistema de Informação*, o banco de dados é hoje ferramenta básica para o monitoramento e controle das atividades de uma organização, empresa ou instituição. Registrando todas as movimentações internas e externas, gera, a partir dos dados que recebe, informações necessárias à otimização dos processos e do sistema como um todo.

Tais definições técnicas, po-

rém, pouco revelam as muitas potencialidades e a importância estratégica destas ferramentas no processo de construção da cidadania, antevistas no artigo da pesquisadora Marisa Perro ne:

"No cerne das transformações que estão alterando o panorama mundial, a informação é recurso de poder, pela vinculação do desenvolvimento com a capacidade de uma sociedade em gerar e aplicar conhecimentos. A informação concorre, assim, para o exercício da cidadania, à medida que possibilita ao indivíduo compreender a dimensão dessa mudança e oferece os meios de ação individual e coletiva de auto-ajustamento. Para isso, no entanto, é necessário garantir ao indivíduo o acesso à educação e à informação".¹

Neste sentido, o Banco de Dados Violência e Mídia do NEPEM certamente contribuirá para divulgar e democratizar os resultados de uma pesquisa acadêmica, fornecendo à comunidade dados e informações críticas sobre o tratamento informativo da Violência nos Meios de Comunicação.

Como primeiro passo nesta direção, a conclusão de um projeto piloto, executado a partir de uma mostra de um jornal diário, permitiu propor, experimentar e avaliar técnicas e procedimentos valiosos para implantação e

gerenciamento de um banco de dados mais amplo, abrangendo diferentes jornais diários e abarcando outros meios audiovisuais como o rádio e a televisão.

Nesta etapa, o Banco de Dados Violência e Mídia do NEPEM já proporciona, através de planilhas, gráficos e dados agregados, informações quantitativas que permitem identificar:

- Frequência das notícias de violência por categoria no jornal Correio Braziliense no período de julho a novembro de 2000;
- Espaço noticioso dedicado às notícias de violência
- Ordem hierárquica das notícias de violência em relação às demais notícias do jornal;
- Localidades, cenários, personagens e protagonistas nas notícias de violência;

Em termos de uma análise qualitativa das notícias de violência, este banco de dados "piloto" possibilita:

- Um ordenamento cronológico e acessível à sistematização dos títulos (enquadramento noticioso);
- Assinalar a presença de recursos visuais (fotos, infografias, charges, desenhos, gráficos, ilustrações);
- Identificar os discursos presentes na construção das noti-

cias de violência (quem fala pela violência e quais são os principais argumentos utilizados para construir a trama discursiva.);

Os gráficos gerados a partir de tais dados se encontram disponíveis, bem como a possibilidade de copiar os arquivos iniciais. Um próximo passo será disponibilizar, através da Internet, este *banco de dados*, organizado em função das próprias peculiaridades estabelecidas pelos pesquisadores e consolidado a partir da vivência do trabalho de investigação.

Sabemos que nenhum processo pode acontecer sem que formação, informação e conhecimento sejam considerados desafios críticos e primordiais. Apropriando-se das novas tecnologias para promover a qualidade da informação, este projeto, apoiado pelo Decanato

de Extensão da UnB, cumpre o papel de fornecer instrumentos e reflexões para uma leitura crítica dos conteúdos midiáticos, contribuindo para a formação de leitores e jornalistas mais críticos, mas exigentes e atuantes.

BIBLIOGRAFIA

Os Sistemas de Informação (Apostila)
Murilo Maia Alves
Alves, M. M. (Ano). *Os Sistemas de Informação (Apostila)*. — *A questão cidadania na sociedade da informação (Artigo)*/Marisa Perrone Campos RochaPerrone, M. (Ano). "A questão cidadania na sociedade da informação", in

¹ Rocha, M. P. (1999) A questão da cidadania na sociedade de informação.

MARCUS VINÍCIUS O. DOS SANTOS
Estudante de Jornalismo da UnB,
bolsista do Projeto - Violência e Mídia
do Nepem/ Ceam/Dex.

grande repercussão entre os estudantes da UnB, a juventude do Distrito Federal e a sociedade em geral.

Cumprindo os objetivos desta pesquisa, participamos da tarefa de indexar as notícias de violência, com vistas a implementar um projeto piloto de banco de dados, que nos permitiu quantificar um total de cinquenta notícias sobre o caso João Cláudio, entre reportagens, artigos, editoriais e notas foram veiculadas pelo periódico Correio Braziliense durante o período de 10 de agosto ao dia 15 de dezembro do ano 2000. Tal sistematização proporciona a base informativa deste texto, que busca refletir acerca de como o discurso(s) jornalístico(s) constrói as notícias de violência a partir da análise do tratamento informativo dado ao fenômeno da violência pelos meios de comunicação. O trabalho aqui desenvolvido pretende fazer uma análise da cobertura jornalística do assassinato do estudante João Cláudio, levantando alguns aspectos que possam revelar como o jornal trabalha as informações e fatos que tem para transformá-las em notícia.

O CASO JOÃO CLÁUDIO

Na edição de 10 de agosto do Correio Braziliense foram publicadas 11 matérias sobre o assassinato, na madrugada do dia anterior, de João Cláudio, jovem de vinte anos, branco, de classe média, morador da Asa Sul

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A COBERTURA NOTICIOSA DO ASSASSINATO DE JOÃO CLÁUDIO

MARIA CLARA MACHADO

Dentre as notícias de violência veiculadas pelo jornal Correio Braziliense, ao longo do segundo semestre do ano 2000, um caso, especificamente, me chamou a atenção: a cobertura jornalística dada ao assassinato do estudante

de Comunicação da UnB, João Cláudio Cardoso Leal. Antes de tudo, pelo fato de ser também estudante de Comunicação da UnB. Em segundo lugar, como bolsista do projeto de pesquisa e extensão "Violência e Mídia", do NEPEM e por ser este um caso de violência que causou e causa

e estudante de Publicidade na Universidade de Brasília. Na capa, em negrito, a manchete "Ele só tinha vinte anos" ocupou o espaço superior da página, destacado das demais notícias do dia. Estampada uma grande foto em "close", traduzida em imagem a vitalidade do olhar e a expressão de felicidade do rapaz.

Segundo o jornal, João Cláudio e seu amigo Gilson Elmokdisi saíram da boate "Music Hall", na 411 Sul, em direção ao carro de Gilson, estacionado em frente ao BRB, quando João Cláudio deu uma "cantada" numa moça que andava sozinha. Sem sucesso, os dois seguem para o carro, mas antes de entrarem no Pálio de Gilson, são abordados por outros rapazes, não se sabe ao certo se três ou quatro, com a seguinte pergunta: "Mexendo com a mulher dos outros?". Sem esperar resposta, os rapazes partem para a agressão. No primeiro golpe, Gilson desmaia. Ao acordar, vê o amigo João Cláudio caído e sangrando. João Cláudio já estava morto.

O CONTEXTO DA NOTÍCIA

Quase diariamente, casos como o de João Cláudio acontecem no país e, até mesmo com certa frequência, nas cidades satélites e entorno do Distrito Federal. Prova disto, no mesmo dia 10, durante um assalto num bar em Ceilândia, outro jovem

foi também assassinado. Tal fato, porém, não foi tratado com tanta importância. A identidade deste jovem sequer é revelada pela notícia, que não ocupa meia página (interior) do informativo, no mesmo dia 10, enquanto o assassinato do estudante de Comunicação sustenta quase cinquenta páginas do Correio, ao longo do semestre, cinco como destaques de primeira página.

O que o caso de João Cláudio tem de mais relevante e inusitado, se comparado ao caso de um outro jovem, também assassinado, na Ceilândia? Porque notícias de assassinato, que acontecem na periferia do plano piloto, com população de baixa renda, socialmente excluída e com menos acesso ao poder e à mídia, não possuem, na hierarquia de valor jornalístico o mesmo *status* noticioso?

Curiosamente, a cobertura do assassinato do estudante de Comunicação abriu caminho para que o jornal relembresse outros casos de violência, cometidos e praticados por jovens, em geral de classe média. No mesmo dia 10 de agosto, em que o caso foi noticiado pela primeira vez, a outra manchete de capa recordava aos leitores: "Hoje faz sete anos que Marco Antônio Velasco foi assassinado a socos e pontapés." (CB 10/08/2000).

Neste contexto discursivo, outras associações estiveram também presentes na narrativa: o

espancamento do estudante Clivertton Brito Rosa, 19 anos, ocorrido na 706 Sul; o também estudante Elimarcos Lisboa, 23, espancado durante um show de *axé music* na Asa Sul; e, principalmente, a morte, cinco dias depois da de João Cláudio, do também adolescente da Asa Sul Tiago Saraiva, assassinado por causa de mortalhas da *Micarecandanga*.

É importante observar que as comparações efetuadas pelos discursos jornalísticos em ação partem de uma homogeneidade discursiva: As vítimas eram estudantes, moradores do Plano Piloto, pertenciam a famílias de extratos médios e com bom nível de instrução e de acesso à imprensa.

OS DADOS DA PESQUISA

Dentre as cinquenta matérias veiculadas pelo Correio Braziliense sobre o caso, mais da metade, trinta, apresentam fotos, quase todas acompanhadas de legendas. Das trinta fotos e suas respectivas legendas sobre o caso, a maior parte refere-se à própria vítima ou à pessoas a ela vinculadas, seja por parentesco (principalmente os pais), amizade (amigos e colegas) ou relação profissional (advogados). A mesma foto do rapaz é utilizada em todas as matérias e serve de base para a criação de uma logomarca que identificará o caso. Nesta foto a vítima, João Cláudio aparece com um sorriso meigo e feliz.

Ao longo da cobertura fotoperiodística, emerge o perfil de João Cláudio como um jovem estudante alegre, tímido, pacífico e cheio de planos. Nas fotos, os pais, quando juntos, aparecem sempre abraçados, num símbolo de união familiar; o pai, com a cabeça erguida, punhos cerrados, aparenta confiar na justiça; a mãe aparenta fragilidade e desespero; os amigos, um olhar distante e triste. Os acusados, por outro lado, igualmente jovens de classe média, em close, aparecem com ar de loucura e desespero. Tudo leva a crer que João Cláudio era um garoto muito querido e que justiça deve ser feita.

Cabe lembrar, entretanto, que, na prática jornalística, "transformar um fato em notícia não é o mesmo que reproduzir singelamente o que ocorreu...é também alterá-lo, dirigi-lo, mutilá-lo...a produção da notícia significa a adaptação do fato social a algo mais rentável...o fato social é embelezado, pintado de novo, como ocorre com outras mercadorias na prateleira para atrair a atenção do comprador; o fato social aqui é também acirrado, exagerado, forçado...mudado para vender."¹

Esta observação nos conduziu a observar que os títulos das notícias sobre o caso João Cláudio realizam, em grande medida, a prática jornalística sensacionalista e minimalista descrita

por **Ciro Marcondes Filho**² :

"... a prática jornalística torna-se progressivamente minimalista. O enfoque do tema recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal... apenas para dar informações particularizadas aos leitores".

Nos exemplos abaixo, extraídos da mostra, podemos observar a presença destas construções narrativas no discurso jornalístico:

"Ele tinha só vinte anos", "Tanto sonho em vão", "Morte estúpida", "Ninguém queria acreditar", "Até quando?", "Ainda há o que fazer", "Acusado ainda livre, uma semana depois.", "Brasília reage", "Ainda falta um", "Acusados beneficiados".

Neste discurso, ao longo do texto, pudemos notar o papel de "guardião da justiça", reservado ao narrador / jornalista, legitimado pela presença recorrente de fontes oficiais nas matérias sobre o caso, seja através do discurso direto ou indireto. De fato, como é possível constatar através do banco de dados, policiais, advogados, promotores, juizes e políticos ocupam um espaço privilegiado nas notícias de violência, o que de certo modo corresponde à procura por conferir um *status* de maior confiabilidade e conseqüentemente credibilidade pública à informação do repórter.

Alsina (1998:26)³, analisando as opiniões presentes na im-

prensa sobre terrorismo chama atenção para o fato de que os discursos jornalísticos sobre violência desconsideram a multiplicidade de versões que existem sobre os acontecimentos e privilegiam as narrativas que podem ser qualificadas de autorizadas, de modo que esses discursos apresentam uma maior dependência das interpretações oficiais dos fatos e um enfoque noticioso mais homogêneo.

No caso João Cláudio especificamente, transparecem nos textos analisados um consenso discursivo, que aponta como causas do crime cometido basicamente três fatores: "ciúmes", "bebidas em excesso" e "falta de limite dos pais". Como fatores inibidores, isto é, que poderiam impedir a violência, destaca, principalmente: maior acompanhamento dos pais e maior número de policiais.

ALGUMAS RESPOSTAS, MUITAS PERGUNTAS

* Ao acompanhar o caso João Cláudio com destaque, a cobertura do Correio sem dúvida contribuiu para manter a atenção e o interesse das pessoas, que passaram a cobrar justiça ou pelo menos esperar que fosse feita. Não me pareceu, em nenhum momento, que o Correio haja se omitido, ou deixado de veicular alguma notícia que viesse a prejudicar a imagem dos acusados ou revelasse algum privilégio que

tiveram por serem estes bem colocados socialmente.

Pouco a pouco, além de se preocupar com a urgência do problema, a população passa também se mobilizar contra a Violência, o que se concretiza inicialmente através de debates discussões, manifestações, protestos, passeatas e, porque não, notícias. Entretanto cabe questionar se casos como o de João Cláudio não recebem esta merecida atenção muito em função de que os atores da violência – vítimas e agressores – gozam de prestígio social.

Dentro da cultura brasileira, parece de certo modo reafirmar-se assim a idéia amplamente difundida de que "a violência é praticada por sujeitos desviantes e nos espaços marginais da sociedade... e que a sociedade é vista como sofredora da ação violenta que é realizada por pessoas de fora dela que a ameaçam."⁴ Desta vez, entretanto, a classe média é vítima da própria classe média, e não da violência que lhe parece ser exterior - da periferia, dos marginais e dos excluídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Filho, C. M. (1999) *Jornalismo e Comunicação: A saga dos cães perdidos*. Hacker editores, São Paulo, pp.18.

² Filho, C. M. (1995) *O capital da notícia*, ed. Ática, São Paulo.

³ Alsina, M. R. (1998) "El impacto social de la violencia em la television" in *Revista Tripodos: Llenguatge- Comunicació- Pensament*, nº 5, Publicaciones de la Universidad Ramon Lull, Barcelona.

⁴ Montoro, T. (1999) "Noticias de violencia : Uma leitura" in M. Suarez e L. Bandeira (org)...

MARIA CLARA MACHADO

Aluna do Departamento de Audiovisual e Publicidade da Faculdade de Comunicação da UnB e bolsista do projeto Violência e Mídia, NEPEM/ CFAM/DEX - UnB.

PROJETO INFORMÁTICA EDUCATIVA & ENSINO A DISTÂNCIA

47

novembro 2001 - Nº 16
PARTICIPAÇÃO

MARINEZ MENEGHELLO PASSOS

MOISÉS ALVES DE OLIVEIRA

O projeto em questão visa difundir a informática educativa no âmbito educacional e integrar esses ambientes, através de uma rede de computadores, criando condições para o desenvolvimento da educação à distância.

A DÉCADA DE 80

Antes dos anos 80, conhecer informática era praticamente impossível para as pessoas comuns. Até essa época a informática era um privilégio de uma classe ou grupo de pessoas especiais. Essas pessoas privilegiadas viviam cercadas por máquinas especiais que incutiam em seus ambientes de trabalho, de lazer e de aprendizagem realidades e mistérios futurísticos. Seu custo exorbitante colocava-os muito além do alcance da grande maioria das pessoas. Somente as grandes corporações e o governo desfrutavam do seu uso. Até que a partir dos anos 80 ocorreram algumas mudanças e os avanços tecnológicos vieram transformar a sociedade moderna. De lá para cá os computadores, que antes eram geringonças grandes e desajeitadas, tornaram-se menores, mais potentes e relativamente baratos. Esse conjunto de mudanças contribuiu para que o computador invadisse todos os aspectos do dia-a-dia do cidadão comum. Sendo assim, um grupo de professores desta instituição vem desde 1989 desenvol-

vido uma série de atividades relativas à melhoria do ensino através do uso do computador, fundamentando-se na linha construtivista e utilizando a postura do "facilitador da aprendizagem." Durante todos esses anos o projeto dedicou-se a desmitificar e divulgar o uso do computador, atingindo educandos, professores, pais, direções e coordenações de escolas do ensino fundamental e médio. Já no ensino superior criou acadêmicos que fizeram o papel de multiplicadores desses conhecimentos, dando atendimento à crianças oriundas de escolas de Londrina e região. Entendemos neste projeto que a forma de utilizar o computador no processo pedagógico depende de uma posição filosófica, de uma concepção de educação e de uma teoria da aprendizagem conforme descrito por HAIDT (1994, p. 281). A partir desta reflexão é possível situar a questão da informática e do uso do computador no presente projeto. Considerada por SEVERINO (1994, p. 100) como mediação para a construção da condição da cidadania e da democracia, a Educação contribui para integrar o ser humano no tríplice universo do trabalho, da simbolização subjetiva e das relações políticas. Entretanto, "a educação só pode contribuir para a instauração da cidadania e da democracia se seu investimento se der na dimensão construtiva dessas media-

ções". A Educação, manifestação da cultura, depende do contexto histórico e social em que está inserida. É parte do processo da construção histórica da existência humana, desde que seja uma prática intencionalizada, um procedimento contínuo de superação de um "status quo", que instaure formas solidárias de crescimento, contribuindo pela sua própria especificidade na construção de um mundo melhor. A Educação, fato social, precisa ainda ser vista também sob a ótica individual, quando se pretende aprimorar a personalidade das pessoas, através do desenvolvimento de suas aptidões e potencialidades. O educador consciente não se contenta com a rotina pedagógica e com os hábitos escolares estruturados estatisticamente. Ao se refletir sobre a prática educativa, nossa ação pretende ultrapassar essa ação mecânica, escolhendo o caminho da construção do conhecimento, da construção do processo ensino-aprendizagem, da construção da educação e do homem. Este projeto fundamenta-se em uma reflexão antropológica, sob a ótica histórica-social, respeitando os valores da nossa sociedade, do homem, numa abordagem epistemológica de construção do conhecimento. Sabemos que a Educação Continuada e à Distância através de rede comunicacional informatizada a EAD, como é conhecida a Educação à Distância, não tem sido vista com

sua devida importância, apesar de ser uma alternativa de se fazer educação, e de ser possibilidade de estratégia complementar à educação presencial. Já foi vista com preconceitos e desconfiança, mas hoje, após inúmeras avaliações de diferentes experiências, e com a revolução tecnológica, esta é considerada uma opção para democratizar a educação. Um aspecto importante a ser enfatizado é que a EAD mostra-se "poderosa aliada no sentido de democratizar a educação, visto sua abrangência, seja em número de pessoas que podem ser beneficiadas pela mesma, seja pela sua penetração em regiões mais remotas, onde não existem escolas nem professores capacitados, seja para atender seus alunos em locais e horários adequados às suas possibilidades, seja para promover, facilitar, a educação continuada para um número maior de pessoas" (NAMPO, 1995). Os trabalhos dentro deste projeto estão em consonância com a metodologia desenvolvida pelos seus membros desde 1989 e atinge alunos do ensino fundamental e médio, adaptando aulas com a utilização de computadores sempre permeando-se pela postura do Facilitador de Aprendizagem, postura essa criada e difundida por Seymour Papert. Este grupo está consciente do papel das Universidades ou do Ensino Superior em ajudar na função social de divulgar e interagir com a sociedade,

a fim de ultrapassarem as formas arcaicas de abordagem dos conhecimentos já existentes e de produção de novos conhecimentos. De mudar também a forma antiquada da instituição escola relacionar-se com seus alunos. Para isso adotamos um processo histórico, dinâmico, ainda em teste e crescimento dentro do âmbito das inovações educacionais que são a implementação de rede de computadores seguida pela Educação à Distância. Este projeto visa difundir a informática educativa no âmbito educacional e integrar esses ambientes, através de uma rede de computadores, criando condições para o desenvolvimento da educação à distância.

DADOS DO PROJETO

A gênese desta ação proveio da aprovação em 1990, de um projeto intitulado "Estudo e Aplicação da linguagem LOGO no Ensino da Matemática do Primeiro e Segundo Grau" e a partir de 1996, com o projeto intitulado "Informática Educativa & Educação a Distância" O projeto está sendo desenvolvido no Campus Universitário, Centro de Ciências Exatas. A população-alvo engloba alunos do Ensino Médio e Fundamental da rede oficial e/ou particular de ensino. Compõe também a população-alvo alunos dos cursos da Universidade Estadual de Londrina e professores das redes pública e privada, bem como seus orientadores, coordenado-

res, diretores e outras pessoas afins. O projeto também atende as escolas, centros de estudos, CAIC, Usina do Conhecimento e em outros locais onde houver solicitações, mediante análise da viabilidade da proposta. Nos seus 9 anos de existência já atendeu a: 683 professores através de cursos; 299 estagiários acadêmicos da UEL; 20.500 horas/usuário do ensino fundamental e médio, no Laboratório hoje denominado "Clube de Informática" ou "Clube LOGO"; Possui, hoje, dez professores da UEL das áreas de matemática, matemática aplicada e química trabalhando ativamente e coordenados pela professora Marinez Meneghello Passos. Com relação à comunidade docente da UEL envolvida nesse processo (projeto) desde 1989, em suas reuniões e grupos de estudos, os efeitos foram indubitavelmente positivos, tornando o grupo coeso e cada vez mais criativo. A aquisição de conhecimento, em geral, dignos de nota, os quais vêm dando ao grupo um embasamento que possibilita a resolução dos impasses que surgem no dia a dia do laboratório. Um outro ponto muito importante que surgiu foi a criação de um projeto de pesquisa vinculado ao laboratório o qual pesquisou o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças que trabalham no laboratório. A capacitação de monitores nestes anos de atuação do projeto já atingiu

aproximadamente três centenas deles, os quais no final da capacitação encontram-se preparados para desenvolver atividades junto aos educandos, com uma ferramenta tecnológica e com uma metodologia adequada e própria. A capacitação de mais de 650 professores produziu efeitos incommensuráveis pois, através destes cursos o leque de pessoas que nos ajudam e ajudaram a divulgar a introdução da informática na educação multiplicou-se de forma importante. O desenvolvimento de atividades junto aos educandos do Colégio de Aplicação revela efeitos dignos de testemunhos os quais encontram-se anotados nos relatórios anuais dos 9 anos de projeto. O Clube de Informática nos seus 9 anos de criação já atendeu a alguns milhares de usuários da comunidade londrinense e da região, usuários estes de faixa etária entre 8 e 14 anos que foram introduzidos no uso do computador através de uma metodologia de ensino-aprendizagem criada pelo grupo de professores envolvidos no projeto e que vem sendo aprimorada ano a ano. O sucesso do Clube é tão grande (sem termos feito propaganda) que a lista de espera tem mais de 200 crianças no aguardo de vaga. A página sobre lixo urbano no endereço <http://www2.uel.br/pos/quimica/lixourbano>, já foi consultada por mais de 3 mil pessoas desde sua publicação em 1998. A página tira dúvidas de mate-

mática que explica de maneira didática e simplificada muitos conceitos matemáticos no endereço <http://www.sercomtel.com.br/matemática> já foi consultada por mais de 6000 visitantes. A participação da equipe em eventos criou a perspectiva ainda maior, para o desenvolvimento do projeto envolvendo cada vez mais discentes da UEL, professores da Rede de Ensino de Londrina e região, bem como, educandos da comunidade. A participação em eventos surte o contato com novas idéias e posicionamento, no que tange às atividades de Extensão, e também a abertura de horizontes para a divulgação da UEL e seus projetos. Quanto à avaliação das atividades relativas ao projeto esta é uma atividade essencial sem a qual a equipe não teria estrutura e capacidade para resolver os problemas surgidos no decorrer destes anos de atuação. Os questionários que nos norteiam na avaliação encontram-se com os membros da equipe do projeto e também aparecem muitas vezes exemplificados em cada um dos relatórios anuais. Ressaltamos aqui que muitos dos depoimentos relativos à atuação deste projeto, são depoimentos orais de professores, que lidam com estas crianças em sala de aula, informando-nos que as crianças que são nossas usuárias, mudam o seu comportamento e tornam-se mais questionadoras em sala de aula, mudando assim

o meio que as circundam. Um ponto muito interessante no nosso projeto é que a rotatividade da população alvo (crianças, professores e discentes) é anual e a cada ano que passa a divulgação é maior, e percebe-se que elas atuam na comunidade à pedido de mudanças e postura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAIDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. São Paulo: Ática, 1994.
- NAMPO, Darcy Kurozawa. *Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Educação à Distância "Um Salto para o Futuro" em Telepostos da Região de Londrina* - P. Marília, 1995. Dissertação (Mestrado) - UNESP.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Filosofia da Educação: Construindo a Cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

MARINEZ MENEGHELLO PASSOS (coordenadora)

Mestre em matemática, Professora Adjunta do Departamento de Matemática.

MOÍSES ALVES DE OLIVEIRA

Mestre em Química Ambiental, Professor Assistente do Departamento de Química.

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Centro de Ciências Exatas, Campus Universitário, Londrina - Pr. CEP 86051-970, Cx. postal 6001. Fone - 43 371 4226.

UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

MARISA M. BRITO DA J. NEVES
SANDRA FRANCISCA C. DE ALMEIDA
CLAISY M. MARINHO ARAÚJO
JULIANA EUGÊNCIA CAIXETA

A psicologia se interessa por temas educacionais desde o seu nascimento. Porém, o nascimento da psicologia escolar propriamente dita data dos anos 90 do século XIX com a psicometria de Galton, devido ao interesse em estudar as diferenças individuais e o desenvolvimento da inteligência e da personalidade (Leite, 1991). Na verdade, a psicologia escolar se desmembrou da psicologia clínica e fez uso dos testes desenvolvidos pela psicometria para desenvolver sua tarefa principal de diagnosticar alunos problemas com o objetivo de reajustá-los.

No Brasil, essa história se repete até porque nossas bases científicas vieram da Europa e dos Estados Unidos. Os primeiros estudos de psicologia escolar foram realizados nas primeiras décadas do século XX, em escolas normais, que abrigavam laboratórios de investigação sobre os processos mentais, através de testes de inteligência. Apenas posteriormente, a psicologia escolar voltou-se para estudar e aplicar suas técnicas e teorias na prevenção e tratamento das dificuldades de aprendizagem (Netto, 1990; Oakland, 1989).

A psicologia escolar brasileira é classificada como uma das mais desenvolvidas da América do Sul e é a terceira área de maior atuação

pelos psicólogos brasileiros (Oakland, 1989; Leite, 1991). No entanto, estas louváveis classificações camuflam as dificuldades da área. Dentre os principais problemas enfrentados pela psicologia escolar, destacam-se: a pobre fundamentação teórica, a ausência de pesquisas, a falta de reconhecimento do profissional e da psicologia escolar como área do conhecimento e de atuação e a falta de identidade do profissional. O que muitos autores colocam é que esta indefinição tanto da área quanto da função do profissional acaba por levar o psicólogo escolar a utilizar o modelo clínico na escola. Esta perspectiva acaba individualizando os fenômenos que acontecem na escola e mantendo, por sua vez, as concepções ideológicas dominantes, já que é uma prática acritica e que não leva em conta a complexidade das redes de relações, poder e comunicação na escola. Dentro deste contexto, a psicologia escolar funcionaria apenas como uma ponte para outras áreas, especialmente a clínica, seguida da organizacional (Oakland, 1989; Almeida, 1991; Bock, 1991; Leite, 1991; Silva, 1991; Andaló, 1984; Almeida, Rabelo, Cabras, Moura, Barreto & Barbosa, 1995; Almeida, 1999).

Se por um lado, a formação em psicologia prioriza e valoriza o modelo clínico de atuação, por outro, a sociedade cobra este modelo de atuação devido à desinformação. Assim, parece que o próprio profissional só se vê como

psicólogo se estiver utilizando o modelo clínico. As conseqüências dessa situação na escola são bastante delicadas uma vez que leva o psicólogo a assumir dois papéis extremos: o de salvador ou o de ameaçador (Andaló, 1984). Como salvador, o psicólogo é visto como aquele que vai "consertar" o aluno difícil, o aluno com problemas e devolvê-lo para a sala de aula. Enquanto ameaçador, é visto como aquele que vai separar os "saudáveis" dos "doentes"; os "bons" dos "maus". Tal postura, só faz atender à demanda do professor e do sistema, mas não do aluno, ou seja, ela reproduz o sistema social dentro da escola, onde a educação é problema do professor e o comportamento é problema do psicólogo (Reger, 1986). Esta dicotomia agrava a relação assimétrica entre a psicologia e a pedagogia e prejudica, mais ainda, o aluno com dificuldades, uma vez que se perde a visão do todo culpando-o por não aprender.

Além disso, a psicologia escolar, apesar dos muitos esforços no sentido de romper este ciclo, ainda trata os problemas da escola, especialmente dos alunos, de uma forma não sistêmica. Com isto, queremos dizer que o aluno continua sendo aquele que leva a culpa por não conseguir aprender. Almeida e cols. (1995) explica bem esse processo quando diz que o fracasso do aluno implica no sucesso da escola já que ela consegue separar os adequados dos ina-

dequados socialmente, repetindo o contexto social mais amplo.

Ainda são poucos os profissionais que mantêm uma postura crítica no sentido de questionar a adequabilidade da escola, ou melhor, de questionar: será que a escola é sempre adequada? Esta é uma pergunta que ajudaria aos educadores a mudar o foco da questão do aluno para a globalidade. É preciso entender que a criança com dificuldades é problema de todos - escola, família, sociedade - e, portanto, todo o seu contexto de vida deve ser tomado em conta no momento do planejamento de atividades com ela, visando suas potencialidades e seu bem-estar social e individual (Andaló, 1984; Almeida e cols., 1995; Reger, 1986). Como bem lembra Almeida e cols. (1995) estes dois níveis de bem-estar não são excludentes, mas sim complementares.

É preciso esclarecer ainda que não estamos aqui para subjugar ou excluir a psicologia escolar clínica. Muito pelo contrário, entendemos que o fracasso escolar, tal como explica Fernández (1991), pode se apresentar por:

a) Causas extras à família e ao indivíduo, sendo denominado, então, de fracasso escolar reativo. E, neste caso, é resultado de uma ação educativa inadequada, havendo necessidade de atuar em nível de "ideologia institucional, métodos de ensino, linguagem-comunicação e vínculo professor-alunos" (Almeida e cols., 1995, p. 119);

A psicologia escolar deve atuar no todo de forma a refletir tanto no macro - cotidiano da escola; quanto no micro, em nível de indivíduos

b) Causas próprias do aluno e da dinâmica de sua família. Já, neste caso, o fracasso escolar se revela em sintomas, onde um trabalho mais clínico, voltado para a busca do significado desses sintomas seria mais produtivo para o indivíduo e para família.

Com isto exposto, concordamos com Almeida (1999) quando ela expõe o engano que algumas vezes os psicólogos escolares cometem renunciando ao modelo clínico, sua atitude e escuta.

Na verdade Almeida e cols. (1995), Reger (sd) e Andaló (1984) vão falar sobre a reestruturação desse modelo clínico, até porque a psicologia escolar está entre a psicologia clínica e a organizacional. Nas palavras de Almeida e cols. (1995):

" (...) o referencial clínico, que constitui o núcleo da identidade profissional de tantos psicólogos que atuam na educação, não deve ser totalmente abandonado, mas ampliado e integrado a outros referenciais teóricos e metodológicos, sobretudo pela prática da interdisci-

plinaridade, no âmbito da formação acadêmica e do exercício profissional" (p.131).

Vemos, então, que a psicologia escolar deve atuar no todo de forma a refletir tanto no macro - cotidiano da escola; quanto no micro, em nível de indivíduos. O profissional de psicologia escolar deve ser um agente de mudanças e de mediação entre vários subsistemas da escola (Andaló, 1984; Reger, 1986; Almeida e cols., 1995; Almeida, 1999). Seu papel deve ser construído na sua formação e na escola. Dessa forma, é inevitável para a formação deste profissional o vínculo entre a escola, a universidade e a sociedade, afinal, como em toda área do conhecimento, a psicologia escolar surge da necessidade de atender a uma demanda social, que nesse caso específico, é um pedido de ajuda que ocorre num determinado contexto sócio-histórico e cultural.

Assim, o papel desse profissional é atender à instituição escolar na sua globalidade: desde professores e diretores a pais e alunos, de forma a promover e possibilitar um novo sentido sobre as relações na escola. Ele deve promover reflexões sobre a clientela, a política e a filosofia educacionais. E, como coloca Almeida e cols. (1995), a formação em psicologia escolar deve priorizar: a análise da relação professor-aluno e desenvolvimento-aprendizagem, a afetividade no ato de aprender e ensinar, a relação família-comunida-

de-escola, analisar os embasamentos teórico-metodológicos utilizados e a interdisciplinaridade, para citar alguns.

Tendo em vista as dificuldades da área, a reflexão de Almeida e cols. (1995) sobre o fato de não se provocarem mudanças de atitudes apenas pela denúncia e ainda o tripé que sustenta a universidade – pesquisa-ensino-extensão, o objetivo deste trabalho foi relatar uma experiência de extensão, realizada pelo Laboratório de Psicogênese da Universidade de Brasília.

O PROJETO PERMANENTE DE EXTENSÃO "INTEGRAÇÃO/PSICOLOGIA ESCOLAR"

O projeto permanente de extensão "Integração Universidade/Psicologia Escolar presta assessoria aos psicólogos escolares e professores da rede pública de ensino, oferecendo duas modalidades de estágio em psicologia escolar desenvolvidas a partir do 1º semestre de 1995. Esse projeto é fruto de algumas reflexões sobre:

- a) os problemas e desafios enfrentados pela escola, seus profissionais e sua clientela;
- b) a necessidade de formação de psicólogos escolares preparados para contribuir, de forma efetiva, com o processo de ensino-aprendizagem e com a melhoria das relações inter-pessoais, em nível institucional;
- c) a necessidade de instrumentalizar e desenvolver, nos psicólogos, competências técnicas e sensibilidade pessoal para a

realização da avaliação e do atendimento psico-pedagógicos de crianças com dificuldades no aprendizado.

OBJETIVOS DO PROJETO PERMANENTE DE EXTENSÃO

· Atender a uma necessidade de serviços contínuos, permitindo aos estagiários, estudantes e bolsistas de extensão do curso de Psicologia a continuidade de sua formação e aos profissionais da escola – professores e psicólogos – o seu aperfeiçoamento, num processo em que universidade e escola integram-se de forma mutuamente benéfica.

· Realizar cursos de extensão universitária, destinados aos professores da rede pública de ensino, com foco na relação ensino-aprendizagem, nos modos de transmissão, apropriação e mediação do conhecimento e na reflexão e redimensionamento das práticas educativas.

· Realizar cursos de extensão universitária destinados aos psicólogos da rede pública de ensino, focalizando abordagens teóricas e metodológicas que subsidiem a atuação profissional em psicologia escolar preventiva e/ou psicopedagogia clínica, de forma a desenvolver competências.

· Prestar assessoria/consultoria permanente aos professores e psicólogos da rede pública de ensino com o objetivo de:

- analisar e buscar soluções para os problemas de ensino e de aprendizagem, em parceria com os professores;

- analisar e redimensionar a atuação e as funções do psicólogo na escola visando a elaboração e a implementação de modelos de atuação em psicologia escolar preventiva.

ATIVIDADES DO PROJETO PERMANENTE DE EXTENSÃO JUNTO AOS PROFESSORES E PSICÓLOGOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

A) Cursos de extensão universitária

Esses cursos visam a:

· Proporcionar aos professores o aprofundamento de seus conhecimentos teóricos e metodológicos, visando encontrar respostas para os problemas e desafios com os quais se defrontam no cotidiano da escola e da sala de aula;

· Propiciar uma visão integrada e crítica das diferentes dimensões e formas de ação do psicólogo na instituição escolar e incentivar a elaboração de projetos de atuação em psicologia escolar preventiva;

· Proporcionar uma visão integrada dos diversos fatores e condições envolvidos na questão das dificuldades de aprendizagem e proceder a uma análise crítica dos procedimentos usualmente empregados na avaliação e no atendimento psico-pedagógicos;

· Incentivar a elaboração de novas propostas de avaliação e de intervenção psicopedagógicas, pelas equipes de atendimento, que considerem as características da criança, dos professores, das condições pedagógicas do ensino

e as relações interpessoais no processo ensinar-aprender;

- Propiciar uma reflexão e aprofundamento teóricos dos principais temas discutidos na supervisão de casos apresentados pelos psicólogos e pedagogos do atendimento psicopedagógico da FEDF, com vistas a subsidiar a prática.

B) Assessoria permanente aos psicólogos escolares e aos professores da rede pública de ensino

Objetivos específicos:

- Ler e discutir textos teóricos e relatos de experiências práticas que subsidiem a reflexão e o redimensionamento da prática profissional;

- Discutir problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, às relações interpessoais na escola e à atuação preventiva do psicólogo no contexto escolar;

- Discutir e elaborar propostas de atuação que visem superar os problemas identificados, pelos profissionais, na sua prática cotidiana;

- Analisar as possíveis causas que motivaram o sucesso ou insucesso de experiências novas e de iniciativas implementadas, pelos profissionais, nas escolas, buscando soluções para a superação das dificuldades e valorizando e estimulando a manutenção das experiências e atitudes positivas;

- Acompanhar e supervisionar, individualmente ou em peque-

nos grupos, novos projetos e propostas de atuação profissional, visando ao seu aperfeiçoamento.

ATIVIDADES DO PROJETO PERMANENTE DE EXTENSÃO JUNTO AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A) Estágio em Psicologia Escolar preventiva

Objetivos específicos:

- Proporcionar ao estagiário, inserido na instituição escolar, a compreensão da natureza, das dimensões e dos padrões das relações interpessoais que se estabelecem entre os diferentes grupos em situação de interação na escola, em especial, as relações professor-aluno;

- Possibilitar o planejamento e a implementação de estratégias alternativas de ação, com foco nas relações interpessoais professor-aluno, visando superar o modelo clínico de atuação, com a perspectiva de melhorar a qualidade do ensino e maximizar as aprendizagens do aluno;

- Criar condições e situações de discussão e de reflexão, com os profissionais e professores da escola, sobre as concepções e práticas relativas ao processo de ensino e de aprendizagem, com a finalidade de proporcionar, através da reflexão mediada pelo conhecimento psicológico, transformações nas representações sociais e nas atitudes dos atores do processo;

- Promover a reflexão e a

conscientização de papéis, funções e responsabilidades dos sujeitos que atuam no cotidiano da escola;

- Planejar e executar atividades que promovam a melhoria da comunicação entre escola, pais e comunidade.

B) Estágio em Psicologia Escolar Terapêutica

Objetivos específicos:

- Proporcionar aos estagiários a oportunidade de analisar, de forma crítica, as principais concepções teóricas e as representações sobre sucesso/insucesso escolar e as dificuldades de aprendizagem, de modo a compreender e a interpretar as práticas pedagógicas no contexto escolar;

- Possibilitar o planejamento e a execução de procedimentos de avaliação e de intervenções psicopedagógicas, com base na compreensão de que o não-aprender do aluno expressa seus modos de relacionamento com os objetos de conhecimento e tem sua explicação nas múltiplas relações e interações com a família, a escola, os professores e as condições pedagógicas, em particular;

- Proporcionar ao estagiário o aprendizado prático dos procedimentos, das técnicas e dos instrumentos de avaliação psicopedagógica da criança, nos seus aspectos evolutivos, cognitivos, sociais, emocionais, relacionais e pedagógicos, relacionando-os às estruturas objetivas e subjetivas do sujeito em aprendizagem;

· Proporcionar ao estagiário o aprendizado prático dos procedimentos, das técnicas e dos instrumentos de atendimento psicopedagógico, com base nas potencialidades e níveis de aquisição escolar da criança e no desenvolvimento de suas habilidades lingüísticas, cognitivas, afetivas e relacionais

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados os resultados alcançados no período compreendido entre os anos de 1996 e 1998 em cada uma das modalidades de atuação do projeto.

ATIVIDADES DO PROJETO PERMANENTE DE EXTENSÃO JUNTO AOS PROFESSORES E PSICÓLOGOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

A) Cursos de extensão universitária

Nessa modalidade as atividades se iniciaram no ano de 1995 com a realização de 2 (dois) cursos de extensão, na Universidade de Brasília, sendo OI dirigido para professores da rede pública de ensino e OI para os psicólogos escolares. Nos anos seguintes foram mantidos os cursos para os profissionais do Atendimento Psicopedagógico da Fundação Educacional do DF (professores com formação em psicologia e com formação em pedagogia). No ano de 1998 foram realizados OI curso e OI Workshop também para os

QUADRO I

CURSOS	ANO	HORAS/AULA	PARTICIPANTES
Psicanálise, Vygotsky e Wallon: pressupostos teóricos e implicações educacionais	1995	40	40 professores de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do DF
Curso de extensão em Psicologia Escolar	1995	60	35 psicólogos escolares da rede pública de ensino do DF
Atendimento psicopedagógico a crianças com dificuldades de aprendizagem, numa perspectiva institucional	1996	60	29 psicólogos e pedagogos das equipes de atendimento psicopedagógico da rede pública de ensino do DF
Ciclo de seminários sobre temas em psicologia e educação	1997	36	26 profissionais do atendimento psicopedagógico da rede pública de ensino do DF
Personalidade e criatividade: expressão e desenvolvimento no contexto escolar	1998	30	41 profissionais do atendimento psicopedagógico da rede pública de ensino do DF
Workshop para discussão de projetos didáticos criativos	1998	20	7 profissionais do atendimento psicopedagógico da rede pública de ensino do DF

profissionais do Atendimento psicopedagógico que atendem às crianças da rede pública de ensino com dificuldades de aprendizagem. A constância de oferecimento desses cursos e, também, o número expressivo de profissionais que os frequentaram, apontam para um resultado positivo dessa modalidade (quadro I).

B) Assessoria permanente aos psicólogos escolares e aos professores da rede pública de ensino

Foram realizados sob a forma de reuniões quinzenais no Laboratório de Psicogênese da Universidade de Brasília, encontros para

apresentação e acompanhamento dos projetos de atuação dos pedagogos e psicólogos do atendimento psico-pedagógico e da psicologia escolar da rede pública de ensino do DF. Essa modalidade de atuação iniciou-se em 1996 (quadro 2).

ATIVIDADES DO PROJETO PERMANENTE DE EXTENSÃO JUNTO AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A) Estágio em Psicologia Escolar preventiva

Os estagiários foram encaminhados para as escolas tendo suas atuações orientadas para busca de

QUADRO II

Reuniões/ palestras	Participantes	Ano	Atividades
16 reuniões	06 psicólogos escolares da rede pública de ensino do DF	1996	Implantação de um projeto de atuação em psicologia escolar integrando as abordagens preventivas e o atendimento psicopedagógico
18 reuniões	20 profissionais do atendimento psicopedagógico da rede pública de ensino do DF, lotados no Plano Piloto, Ceilândia, Guará, Taguatinga, Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes	1997	Apresentação e acompanhamento dos projetos de atuação dos pedagogos e psicólogos do atendimento psicopedagógico da FEDF
15 reuniões	06 psicólogos da rede pública que trabalham no Plano Piloto/DF no ensino fundamental e médio	1998	Acompanhar e supervisionar os projetos de atuação em psicologia escolar preventiva
06 reuniões	08 profissionais do atendimento psicopedagógico da rede pública que trabalham no Plano Piloto e Samambaia	1998	Apresentação de um projeto de acompanhamento das atividades do Atendimento psicopedagógico
10 reuniões	Professores de Psicologia e Educação e de estágio supervisionado das Escolas Normais	1998	Discutir e assessorar a elaboração de documento norteador do Estágio, no novo currículo do curso habilitação ao Magistério
01 palestra	06 Psicólogos escolares	1998	Discutir a identidade do Psicólogo escolar, novos modelos de atuação institucional com o foco nas relações interpessoais e a articulação com o projeto político pedagógico da FEDF-Escola Candanga
01 palestra	Professores do núcleo 04 da rede pública de ensino do Gama/DF	1998	Oportunizar contato com as Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem

QUADRO III

Ano	Escolas Participantes	Nº. de estagiários
1996	Escola Normal de Brasília Escola Normal de Taguatinga Escola Normal de Sobradinho	09 estagiárias
1997	Escola Normal de Brasília	02
1998	Escola Normal de Brasília	02

modos de ação do psicólogo escolar que promovam a reflexão e a conscientização de papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam no cotidiano da escola (quadro 3).

B) Estágio em Psicologia Escolar terapêutica

O atendimento constou de estudos teóricos das principais concepções teóricas sobre as dificuldades de aprendizagem, o processo de alfabetização e as técnicas de avaliação e de intervenção psicopedagógicas, bem como de avaliação e de atendimento psicopedagógicos. Essa modalidade teve suas atividades iniciadas no ano de 1995 (quadro 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades na atuação profissional do psicólogo escolar, que remontam à sua formação, pretendeu-se, com este Projeto de Extensão, contribuir com uma reorientação de sua atuação, especialmente para os profissionais em exercício da rede pública de ensino do D.F., bem como influenciar a formação de futuros psicólogos, por meio da oferta de estágio enfocando propostas de atuação preventiva.

Entende-se que a Universidade, no sentido de cumprir com seu objetivo de formação inicial e continuada, pode valer-se de alternativas como a apresentada nessa experiência de extensão, onde a relação Universidade-

QUADRO IV

Ano	Nº. de estagiários	Nº. de crianças atendidas
1995	06	12
1996	12	15
1997	05	10
1998	03	10

Sociedade se traduz em ações efetivas de construção de novos modelos de intervenção.

Nesse sentido, este trabalho objetivou imprimir, no cotidiano dos psicólogos da FEDF e dos futuros psicólogos, uma releitura do contexto escolar considerando as influências sociais, políticas e culturais que permeiam as relações interpessoais e as concepções sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A ênfase deste trabalho foi para a construção, tanto inicial quanto continuada, de uma postura crítica e reflexiva do psicólogo escolar em função de demandas cada vez mais complexas advindas do contexto escolar.

A necessidade de desmistificar aspectos patologizantes que envolvem a aprendizagem, de compreender a construção do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar, de desenvolver ações diversificadas e contextualizadas junto ao corpo docente e discente

da escola e de exercitar uma forma diferenciada de análise institucional exige um perfil profissional constituído a partir de competências técnicas, pessoais e éticas, que permitam ao psicólogo inserir-se no cotidiano escolar de forma a contribuir em mudanças estruturais e em transformações pessoais junto à clientela e ao contexto trabalhado.

Assim, avalia-se este trabalho como uma tentativa bem sucedida da Universidade na formação e no acompanhamento de um profissional comprometido com as atuais demandas sociais.

Acredita-se ainda que o mérito adicional desse Projeto seja o de possibilitar um espaço de escuta para os desafios que a realidade pedagógica impõe ao profissional de psicologia, cuja formação, hoje, carece de respostas ou competências advindas das especificidades do conhecimento psicológico e que venham a oferecer alternativas para promoção de Educação e Saúde no ambiente escolar.

Referências Bibliográficas

- Almeida, S.F.C. de. (1991). Mesa Redonda 15: Da formação do psicólogo escolar e de uma possível identidade profissional. In *Psicologia escolar e a realidade da escola. Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. ABRAPEE/PUCGAMP.*
- Almeida, S.F.C.de; Rabelo, L. de M.; Cabras, V.S.; Moura, E.R. de O.; Barreto, M.de S.F.; Barbosa, H. (1995). *Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares acerca das*

difficultades de aprendizagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11, 2, pp. 117-134.

Almeida, S.F.C.de (1999). O psicólogo no cotidiano da escola: re-significando a atuação profissional. In Cuzzo, R.S.L. (org) *Psicologia Escolar: LDB e educação hoje*. Campinas: Ed. Alinea.

Andaló, C.S. de A. (1984). O papel do psicólogo escolar. *Psicologia, Ciência e Profissão*. (Ano IV, 1), pp. 43-46.

Bock, A.M.B. (1991). Palestra proferida no I Congresso de psicologia Escolar. In Mesa Redonda 11: Psicólogo: um profissional da educação. In *Psicólogo escolar: identidade e perspectivas. Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. ABRAPEE/PUCGAMP.*

Fernández, A. (1991). *A inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Leite, S.A. da S. (1991). Mesa Redonda 11: Psicólogo: um profissional da educação. In *Psicólogo escolar: identidade e perspectivas. Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. ABRAPEE/PUCGAMP.*

Netto, S.P. (1990). *Psicologia: introdução e guia de estudo*. São Paulo: EPU.

Oakland, T. (1989). *Psicologia escolar no Brasil: passado, presente e futuro. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5, 2, pp. 191-201.

Reger, R. (1986). *Psicólogo escolar: educador ou clínico?* In Patto, M.H.S.(org.) *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.

Silva, Z.M.M.H. da. (1991). Mesa Redonda 8: Atuação do psicólogo na instituição escolar: perspectivas atuais e controversias. In *Psicólogo escolar: identidade e perspectivas. Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. ABRAPEE/PUCGAMP.*

Netto, S.P. (1990). *Psicologia: introdução e guia de estudo*. São Paulo: EPU.

Oakland, T. (1989). *Psicologia escolar no Brasil: passado, presente e futuro. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5, 2, pp. 191-201.

Reger, R. (1986). *Psicólogo escolar: educador ou clínico?* In Patto, M.H.S.(org.) *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.

Silva, Z.M.M.H. da. (1991). Mesa Redonda 8: Atuação do psicólogo na instituição escolar: perspectivas atuais e controversias. In *Psicólogo escolar: identidade e perspectivas. Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. ABRAPEE/PUCGAMP.*

Netto, S.P. (1990). *Psicologia: introdução e guia de estudo*. São Paulo: EPU.

Oakland, T. (1989). *Psicologia escolar no Brasil: passado, presente e futuro. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5, 2, pp. 191-201.

Reger, R. (1986). *Psicólogo escolar: educador ou clínico?* In Patto, M.H.S.(org.) *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.

Silva, Z.M.M.H. da. (1991). Mesa Redonda 8: Atuação do psicólogo na instituição escolar: perspectivas atuais e controversias. In *Psicólogo escolar: identidade e perspectivas. Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. ABRAPEE/PUCGAMP.*

PARTICIPAÇÃO

Semestral

(abril/outubro)

A partir do ano 2002 a Revista PARTICIPAÇÃO passa a ser semestral, publicada anualmente nos meses de abril e outubro. Para publicação no 1º semestre, os trabalhos deverão ser enviados **até dezembro do ano anterior** e para publicação no 2º semestre, **até junho do mesmo ano.**

Atenção Extensionista!

Envie seus trabalhos até junho e dezembro de cada ano!

Normas para envio de artigos para a revista PARTICIPAÇÃO

- 1.O conteúdo do artigo deve ser relacionado à Extensão Universitária.
- 2.O artigo deve ser acompanhado do nome completo do autor, titulação, departamento, unidade e cargo que ocupa.
- 3.O artigo deve ser apresentado sob a forma impressa em papel formato A4 (210mm x 297mm) acompanhada do arquivo em disquete.
- 4.Os trabalhos devem vir em disquete 3 ½ ", em Word for Windows 6.0/95, com até 06 laudas, fonte Times New Roman, tamanho 12. As margens esquerda, direita, superior e inferior devem ser de 2,5 cm; em espaço duplo, sem entrada para parágrafos.
- 5.As notas devem ser apresentadas ao final do artigo, em corpo 10, identificadas em algarismos arábicos.
- 6.As referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com as normas da ABNT.
- 7.Ilustrações e fotografias: as fotografia e/ou cromos devem ser entregues anexadas ao texto, com possível indicação da localização para a edição final.
8. Os artigos encaminhados serão submetidos ao Conselho Editorial para a aprovação e edição.

Decanato de Extensão - Prédio da Reitoria
Campus Universitário Darcy Ribeiro - 70910-900 Brasília - DF - Brasil
(61) 272 4355 fax (61) 273 7122 e-mail: redex@unb.br

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DA UFPB

LÚCIA DE FÁTIMA
GUERRA FERREIRA

As universidades brasileiras contam com sistemas de informação consolidados para as atividades de ensino de graduação, pós-graduação e de pesquisa, contudo, as de extensão ainda se ressentem da ausência desse recurso, com raras exceções. No sentido de superar essa situação, a proposta apresentada pelo GT Sistema de Dados e Informações, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, representa uma valiosa contribuição para a implementação, senão de um sistema único, mas pelo menos de sistemas que tratem de elementos comuns, possibilitando um diálogo e interação entre os mesmos. A disponibilização de software, como já foi feito pela Universidade Federal de Minas Gerais, com o SIEIX - Sistema de Informações de Extensão¹, serve de estímulo para outras universidades o adotarem, ou criarem outros atendendo as especificidades locais e exigências institucionais próprias.

No caso da Universidade Federal da Paraíba, conta-se com um Banco de Dados de Extensão (BANDEX) criado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), funcionando experimentalmente

desde 1994, sendo em 1999 institucionalizado através de Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A partir das contribuições locais e do Relatório do GT Sistema de Dados e Informações², o BANDEX foi reformulado. Os softwares foram desenvolvidos pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPB e o gerenciamento do Sistema está sob a responsabilidade da Coordenação de Cursos e Programas de Extensão (COPREX) da PRAC.

Além de constituir um instrumento que contribui para a institucionalização administrativa e acadêmica da Extensão, o BANDEX objetiva ser um dos elos de ligação da Universidade com a sociedade, através da transferência de informações científicas, tecnológicas e culturais que podem proporcionar à população o acesso aos resultados produzidos pela atividade acadêmica e, ao mesmo tempo, proporcionar à Universidade a oportunidade de produzir novos conhecimentos e formas de socializá-los a partir dessa relação com a sociedade.

O registro institucional das atividades de extensão, permanentes e eventuais, vem permitindo o conhecimento formal e quantificado do envolvimento da academia com a extensão, bem como da demanda da sociedade e dos recursos necessários à área. Esse

registro é imprescindível, tanto em termos de planejamento e avaliação institucional, como para a qualificação da UFPB junto às agências de fomento.

O BANDEX caracteriza-se como uma unidade de transferência de informações e serviços que inclui o gerenciamento do Banco de Dados, o Disque UFPB-Extensão, e o Serviço de Referência Bibliográfica em Extensão.

O Disque UFPB-Extensão atua no atendimento, via telefone (83 216 7071), da demanda de ações para a Universidade, desde janeiro de 1997. O seu funcionamento vincula-se a:

1. cadastramento das solicitações de atividades extensionistas, provenientes dos setores público e produtivo, de organizações não-governamentais e de movimentos organizados da sociedade;

2. consulta e a articulação com Centros, Departamentos, Núcleos e demais setores da Universidade para o atendimento às demandas;

3. acompanhamento das atividades desenvolvidas a partir do Disque UFPB-Extensão.

O Serviço de Referência Bibliográfica em Extensão (SRBE) mantém um acervo especializado na temática Extensão. A catalogação já foi realizada, encontrando-se em fase de automação, para em seguida ser aberto a consultas *in loco* ou eletrônica.

O Sistema BANDEX realiza o registro das atividades de exten-

são e possibilita consultas de forma descentralizada, com terminais interligados à Rede de Informações da UFPB em cada um dos 15 Centros da UFPB, espalhados nos sete campi. O banco pode ser alimentado diretamente pelos extensionistas, embora a senha de oficialização do registro esteja sob controle dos Assessores de Extensão de cada Centro. A coleta de dados também pode ser feita através de formulários impressos e disponíveis em disquete e na home/page da PRAC. Os formulários são os seguintes:

- Cadastro de pessoal extensionista;
- Cadastro de extensionista colaborador;
- Registro de Atividade de Extensão;
- Registro de Demanda do Disque UFPB-Extensão;
- Registro de Publicações em Extensão.

Além de outros relatórios que poderão ser criados atualmente o BANDEX tem capacidade para emitir informações e relatórios sobre:

1. atividades de extensão por Centro, Departamento, Núcleo e demais setores da UFPB;
2. atividades de extensão por município;
3. atividades de extensão por área de conhecimento, área temática e linha programática;
4. docentes que exercem ati-

vidades de extensão e número de horas dedicadas a estas atividades;

5. perfil do docente que desenvolve atividades de extensão quanto ao regime de trabalho, classe funcional e titulação acadêmica;

6. servidores técnico-administrativos que exercem atividades de extensão e número de horas dedicadas a estas atividades;

7. perfil do servidor técnico-administrativo que desenvolve atividades de extensão quanto à classe funcional e formação acadêmica;

8. alunos que exercem atividades de extensão;

9. número de alunos que exercem atividades de extensão por modalidade, conforme definição da Resolução CONSEPE N° 76/97 - PROBEX;

10. número de participantes externos à UFPB (extensionista colaborador), que integra as equipes de extensão;

11. número de participantes das atividades extensionistas, e qualificação da clientela;

12. distribuição dos projetos permanentes de extensão, segundo os programas contemplados pela política de extensão da UFPB;

13. composição e quantificação das atividades de extensão, segundo categoria (permanente e eventual) e a forma de atuação;

14. objetivos e metodologia dos projetos de extensão;

15. número de projetos que têm interface com o ensino e/ou a pesquisa;

16. número de projetos que envolvem docentes, servidores e alunos de mais de uma área do conhecimento;

17. produção e/ou produtos, conforme os tipos de atividade de extensão;

18. demandas provenientes dos mais diversos setores da sociedade;

19. disponibilidade e área de interesse dos docentes e servidores técnico-administrativos para o atendimento às demandas da sociedade;

20. número de convênios, firmados pela Universidade com outras instituições, que contemplam atividades de extensão;

21. principais dificuldades na execução das atividades de extensão;

22. trabalhos científicos, técnicos e culturais com base em atividades de extensão.

A experiência anterior indica que a obrigatoriedade de registro para o reconhecimento institucional da atividade de extensão se faz necessária para que, efetivamente, por um lado os extensionistas informem sobre suas atividades e, por outro, a administração central possa ter conhecimento do que se realiza cotidianamente na extensão universitária.

A implementação de sistemas

de informação sobre a extensão se constitui em meta prioritária a ser alcançada por todas as universidades. As possibilidades de interface e interação entre os sistemas também devem ser pensadas com urgência para evitar os ajustes e as mudanças contínuas que contribuem para a fragilidade da extensão. Além de se constituir em um instrumento de institucionalização administrativa e acadêmica da Extensão, um sistema de informação cria elos de ligação da Universidade com a sociedade, através da transferência de informações científicas, tecnológicas e culturais que podem proporcionar à população o acesso aos resultados produzidos pela atividade acadêmica e, ao mesmo tempo, proporcionar à Universidade a oportunidade de produzir novos conhecimentos e formas de socializá-los a partir dessa relação com a sociedade.

A construção de uma universidade cidadã passa, sem dúvida, pelo registro e disseminação das informações relativas ao tripé básico formado pelo ensino, pesquisa e extensão. As redes informacionais estão constituídas ou se formando em todas as áreas do conhecimento e da produção científica, e a extensão universitária não pode ficar fora desse processo. A RENEX - Rede Nacional de Extensão está implantada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, mas os Siste-

mas de Informação sobre a extensão nas Universidades ainda se constitui em um desafio.

Referências Bibliográficas

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão (1999-2001). Brasília: SESU/MEC, 1999.

..... Documento Universidade Cidadã. Mimeo, 1998.

..... Relatório do GT Sistema de Dados e Informações e Renex. Setembro de 1999. MELO NETO, José Francisco de. Extensão Universitária: uma avaliação de trabalho social. (Série Extensão, 18). João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

PENTEADO, S. T. Identidade e poder na Universidade. São Paulo: Cortez, 1998.

UFMG. Pró-Reitoria de Extensão. Sistema de Informações de Extensão-SIEX. Belo Horizonte, 1999.

UFPB. I Seminário de Avaliação Institucional. João Pessoa: Ed. Universitária, 1994.

UFPB. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS. Oficina Temática da Administração Superior: Extensão na UFPB. João Pessoa: Mimeo, 1999.

¹ UFMG. Pró-Reitoria de Extensão. Sistema de Informações de Extensão-SIEX. Belo Horizonte, 1999.

² Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Relatório do GT Sistema de Dados e Informações. 1999.



Foto 1 - Semana de arte no Sesi, 1996

PROJETOS DE EXTENSÃO À COMUNIDADE UMA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICO-EDUCATIVA NA UNIVERSIDADE

Silvia Deutsch
Catia M. Volp

O Departamento de Educação Física da Universidade Estadual Paulista de Rio Claro possui um vasto trabalho de extensão tanto com a comunidade universitária como com a população em geral. As atividades oferecidas subdividem-se em diversas áreas como:

Atividades esportivas – Futebol, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica Desportiva, Trampolim, Natação, Karatê, Capoeira de Angola, Capoeira Regional, Voleibol, Musculação; Atividades rítmicas e artísticas – Danças e ritmos brasileiros, Danças de Salão, Danças populares, Ginástica e Dança Aeróbica, Prodancin (Atividades de Danças para crianças), Contra-

tempo e Companhia Exciton; Atividades para grupos especiais – Atividade Física para a 3ª idade, Atividade Física para Crianças Asmáticas, Atividade Física Matinal (Ginástica Laboral), Programas de Educação Física Adaptada – portadores de deficiências; Atividades educativas – Anatomia Humana para Escolas de 1º e 2º graus; Atividades alternativas – Bio-

tonia e Relaxamento.

Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas: "A extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade".

Colocamos a seguir algumas informações sobre alguns dos projetos desenvolvidos regularmente no Departamento de Educação Física da Unesp de Rio Claro.

Iniciação à Ginástica Rítmica Desportiva - Este é um esporte que requer alto grau de habilidade, flexibilidade, coordenação e elegância de seus executantes, sendo também extremamente atraente para o espectador. É baseado em movimentos de dança, consistindo somente de seqüências de solo executadas com pequenos aparelhos e acompanhamento musical. Os aparelhos utilizados na Ginástica Rítmica Desportiva são: a corda, a bola, o arco, as maçãs e a fita. Em alguns países, principalmente de origem asiática, existe uma participação masculina neste esporte, porém, aqui no Brasil, apenas é desenvolvido com grupos femininos.

O objetivo deste curso é desenvolver os padrões de movimento de crianças de 5 a 12 anos, manuseando aparelhos da GRD e levar aos moradores da

comunidade o conhecimento sobre o esporte.

ATIVIDADE FÍSICA MATINAL - GINÁSTICA LABORAL CONSISTE EM REALIZAR EXERCÍCIOS NO PRÓPRIO LOCAL DE TRABALHO, ATUANDO DE FORMA PREVENTIVA E TERAPÊUTICA, SEM LEVAR O TRABALHADOR AO CANSAÇO POR SER DE CURTA DURAÇÃO E TRABALHAR MAIS O ALONGAMENTO E A COMPENSAÇÃO DAS ESTRUTURAS MUSCULARES ENVOLVIDAS NAS TAREFAS OCUPACIONAIS DIÁRIAS, ACRESCENTADA A PREOCUPAÇÃO COM O AUTOMATISMO DOS MOVIMENTOS E A PREVENÇÃO DO ESTRESSE, DANDO TAMBÉM UMA BOA RESISTÊNCIA MUSCULAR LOCALIZADA. É CONSTITUÍDA DE EXERCÍCIOS DIÁRIOS QUE VISAM NORMALIZARAS CAPACIDADES E FUNÇÕES CORPORAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO, DIMINUINDO A POSSIBILIDADE DE COMPROMETIMENTO DA INTEGRIDADE DO CORPO.

O projeto visa propiciar aos funcionários da Unesp do Campus da Bela Vista 10 minutos de atividade física, quatro vezes por semana. Tem por objetivo principal contribuir para a melhoria da qualidade de vida

dos funcionários, através de uma atividade física leve, mas que possa atuar sobre os diferentes domínios: físico, afetivo e social.

Como objetivos mais específicos, prevenir a fadiga muscular; corrigir vícios posturais; prevenir doenças por traumas acumulativos; promover sociabilização; melhorar a condição física geral; promover reeducação orgânica; diminuir o absenteísmo e procura ambulatorial; aumentar o ânimo e disposição para o trabalho; proporcionar a consciência corporal e a diminuição do nível de estresse.

Companhia Êxiton - Iniciou suas atividades em março de 1994. Logo depois recebeu o nome "Êxiton" que, na física, significa "num semicondutor, par formado por um elétron e por um buraco, e por meio do qual é possível haver transporte de carga elétrica".

Inicialmente, desenvolveu trabalhos que os integrantes da companhia idealizaram para o Festival Arte Expressão 93, evento anual do Departamento de Educação Física da UNESP. Com a integração, fruto do desenvolvimento conjunto, a "Êxiton" foi alterando seus trabalhos originais e incorporando novas idéias. Em 1996 a Companhia Êxiton passou a integrar os grupos institucionalizados artístico-culturais do Programa de Atividades Culturais (PAC-PROEX) da Pró-

Retória de Extensão da UNESP e, os integrantes da companhia passaram a receber uma bolsa artístico-cultural. Note-se que é raridade numa instituição de ensino superior haver recursos para atividades desta natureza. Nossa instituição, nestes atos, parece reconhecer que antes do produto artístico há também pesquisa e que investir em cultura também é investir na formação de novos profissionais, independente da área de atuação.

Os integrantes da companhia *Êxciton* são do campus da UNESP de Rio Claro. Alguns possuem experiência em dança, outros em artes plásticas e outros em técnicas esportivas.

O objetivo da companhia é integrar e aproveitar cada uma dessas linguagens, trabalhando-as de forma a possibilitar a participação de todos e o crescimento de cada um. As diferenças são respeitadas e trabalhadas para que delas possa nascer algo novo. O resultado é uma experiência variada, multidisciplinar, rica e difícil de ser caracterizada em poucas palavras.

Além de representar a UNESP, zelar e divulgar a instituição e a própria companhia, fazem parte das tarefas dos integrantes: criação de movimentos, criação de performances, criação de espetáculos, assistência a demonstrações e espetáculos, adaptação a situações alternativas, adaptação a materiais

alternativos, resolução de problemas individuais e em grupos planejamento e implementação de oficinas, pesquisas bibliográficas, participação em apresentações, manutenção do repertório da companhia, planejamento, execução e avaliação de audições para seleção de novos integrantes, exercício de incentivar e criticar os companheiros de forma saudável e de aceitar críticas e ajuda, etc.

Estas atividades dão oportunidade a cada integrante de vivenciar experiências únicas, que não são comuns aos cursos aos quais eles pertencem, e que contribuem em muito para a qualidade de formação. Eles dispõem 20 horas semanais para estas atividades, mas os benefícios são altos. Ao deixar a universidade, os ex-integrantes da Companhia *Êxciton* são profissionais diferenciados e, com certeza, melhor preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

Iniciação às Danças de Salão - Normalmente dançadas por casais que reproduzem passos predeterminados e variações, com objetivo de entretenimento ou de competição, em ambientes particulares ou públicos. Podem ser consideradas como uma forma de expressão artística, destacando-se como uma das mais belas e mais difíceis. Ensinando elegância, dá-nos um conjunto de movimentos corretos e harmoniosos. Dançar não é somente seguir o ritmo, a dança exige

mais. É preciso elegância, compostura, delicadeza. É sempre difícil para uma pessoa, conduzir-se bem num salão de baile. E aí está uma das grandes vantagens da dança: adaptação do indivíduo ao meio social, à prática da sociabilidade, ao exercício do convívio.

Ela tem potencial para produzir efeitos físicos, morais e educativos. Auxilia na correção de posturas defeituosas, oferece alegria e boa disposição. Fator essencial para a simpatia, facilitando as relações de familiaridade. Distrai-nos das preocupações laboriosas. Dá-nos certa agilidade, contribuindo para a robustez. É de utilidade terapêutica, recreativa e social (Giffoni, 1971; Haedrich, 1975).

Entre suas variadas funções, Brinson (1986) afirma que a dança pode exercer vários papéis na sociedade, como uma válvula social segura, como agente de controle social, como iluminadora espiritual, como transmissora de valores e heranças, como educadora, como definidora de divisas territoriais e sociais e como guardiã de rituais. Em sua forma mais moderna ela se encontra altamente técnica e com grande preocupação estética e artística.

Q projeto de extensão à comunidade de iniciação em danças de salão visa o aprendizado dos passos básicos e algumas variações dos ritmos mais utilizados na dança de salão, como

Valsas, Foxtrot, Tango, Chacha-chá, Rumba, Samba, Rock'n Roll entre outros.

CONCLUSÃO

Na educação em geral e na educação física sugere-se aplicar as artes como oportunidades ímpares para a criatividade e liberdade de expressão, embora, de fato, isso não ocorra.

Dascal (1985) distingue dois tipos de aprendizagem "aprender o que é e este é o caso" produz o denominado "saber o quê" ou "conhecimento proposicional" enquanto o modo de aprendizagem "aprender a fazer" produz o "saber como". O tipo de aprendizagem necessária para aquisição do conhecimento "saber como" está baseada na prática, experiência direta. O tipo de conhecimento "saber como" expressado no entendimento da arte envolve um jogo sutil entre fatores emotivos e cognitivos. Ainda segundo a autora, a arte é concebida como estando conectada com a experiência da estética pura. As artes visuais, música e outras artes de performance são, talvez, as formas de arte que hoje mais se aproximam destes aspectos. Os produtos são designados a serem contemplados e apreciados esteticamente pelo público. A dança e outras formas de movimento têm sido concebidas tradicionalmente como artes de performance e herdaram, portanto, estes aspectos contempla-

tivos da experiência estética.

A dança sempre fez parte dos programas dos cursos de educação física, primeiramente como disciplina feminina e depois para ambos os sexos. Na maioria das vezes um conteúdo estritamente técnico compôs o programa de dança na educação física, sem muito espaço para o criar. A UNESP, pioneira neste tipo de programa, se situa à frente das inovações educacionais, engajada em preparar o "homem" para lidar com um mundo físico e social complexo preservando e desenvolvendo melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRINSON, P. Dance and social policy: an argument for action. In: 8 COMMONWEALTH AND INTERNATIONAL CONFERENCE ON SPORT, PHYSICAL EDUCATION, DANCE, RECREATION AND HEALTH, Glasgow, 18-23 jul., 1986. Dance: the study of dance and the place of dance in society. London, E. & F. N. Spon, 1986, 73-80.
- DASCAL, Varda. A Case for Art in Therapy. ASSAPH C, Tel Aviv, n.2, p.142-152, 1985.
- GIFFONI, M.A.C. Considerações históricas sobre as danças sociais no Brasil. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1971. (Separata do arquivo municipal.)
- HAEDRICH, G. Tanzstunde: Die II Tanzen des Welttanzprogramms. Deutschland: Falken Fernsehbuch, 1975.

SILVIA DEUTSCH
Professor Assistente Doutor, Depto Educação Física, Inst.de Biociências.

CATIA M. VOLP
Professor Assistente Doutor, Depto Educação Física, Inst. de Biociências.

PROJETO DE EXTENSÃO "ASSESSORIA ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E COMUNITÁRIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE BARCARENA/PARÁ": UMA EXPERIÊNCIA AMAZÔNICA

65

novembro 2001 - N. 10
PARTICIPAÇÃO

OLINDA RODRIGUES MALATO.
NÁDIA SOCORRO FIALHO NASCI-
MENTO

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará - UFPa, no compromisso com a qualidade da formação profissional do seu alunado, vem desenvolvendo, ao longo dos anos, ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Com relação à extensão, a UFPa desenvolve atividades extensionistas desde a década de 60, através da ação, no âmbito local, do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, criado em 1972. Após uma reflexão crítica dos resultados imediatistas da experiência, inscrita no contexto das estratégias dos governos militares, o grupo de profissionais que atuava no CRUTAC (entre eles profissionais de Serviço Social), procurou superar esta prática extensionista no contexto de uma *"...postura crítica assumida pela intelectualidade brasileira da época, não só diante da ciência, mas de toda a formação social do país"* (Cardoso, 1983). No campo da pesquisa professores de Serviço Social passaram a desenvolver seus trabalhos no início da década de 80, integrando as primeiras ações da

UFPa na área do município de Barcarena¹. Naquela época pesquisadores já se ocupavam em estudar os efeitos da implantação do projeto Albras/Alunorte² naquele município paraense, com destaque para o processo de expropriação e expulsão dos primeiros moradores da área onde se instalaria o empreendimento, os quais foram retirados de suas terras para dar lugar à implantação do Grande Projeto. No início da década de 80 constituiu-se o chamado Programa Barcarena, englobando projetos na área das Ciências Biológicas, Humanas e Geociências. Um dos resultados dessa intensa fase de pesquisas foi a publicação de inúmeros trabalhos em revistas especializadas, congressos, seminários, etc.

Com base nos resultados das pesquisas realizadas em Barcarena e atendendo às demandas das organizações populares daquele município, o curso de Serviço Social da UFPa deu início, no ano de 1980, ao Projeto de Extensão "Assessoramento às Organizações Populares do município de Barcarena-Pa", posteriormente denominado "Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no município de Barcarena-

Pa". O referido projeto passou a se constituir assim em campo de estágio para o curso de Serviço Social na área dos Movimentos Sociais Rurais, buscando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva o trabalho vem sendo desenvolvido por uma equipe técnica que engloba professores (orientadores de TCC e supervisores de campo), técnicos (Assistente Social) e alunos (estagiários concluintes) do curso de Serviço Social da UFPa, desenvolvendo atividades planejadas dentro das disciplinas curriculares Estágio Profissional I, II e III e Estágio Específico para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. As atividades acadêmicas envolvem o estudo da questão rural, pesquisas exploratórias e prestação de serviços à comunidade.

A complexidade de questões sociais (questão agrária, saúde, educação, meio ambiente e outras) presentes em Barcarena decorre dos impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais que afetaram o município na década de 80, a partir do complexo Albras/Alunorte, sendo agravada, agora na década de 90, pela implantação de um novo grande projeto, denomi-

nado Projeto Caulim³. No que tange à questão agrária voltou à cena o remanejamento de comunidades para "ceder" lugar a implantação de novas empresas, demandando do Projeto de Extensão o acompanhamento sistemático desta questão em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Contando com o apoio das assessorias, as famílias afetadas pelo remanejamento conseguiram obter indenizações mais dignas, além de obrigarem as empresas a construir novas casas, escola, posto de saúde, eletrificação rural, etc.

As questões relativas a posse e uso da terra inscrevem-se num contexto mais amplo da problemática social na Amazônia, ou seja, do empobrecimento acelerado dessas populações; da degradação ambiental e social; o que demanda a luta pela conquista dos direitos de cidadania. No acompanhamento destas lutas concretas da população rural e urbana de Barcarena, o Projeto de Extensão tem atuado no sentido de fortalecer as organizações comunitárias do município, buscando potencializar suas lutas através da ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena - STRB. Compreende-se que *"... a extensão universitária, enquanto processo de articulação da Universidade com a sociedade, a partir da devolução do saber e conhecimentos produzidos em seu interior, não*

se restringe à prestação de serviços, treinamentos e cursos, mas implica um contexto em que a sociedade e universidade buscam contribuir para a elevação da qualidade de vida dos que estão buscando formação e dos que não têm acesso a esta formação" (Oliveira, 1996). A assessoria do Projeto de Extensão tem contribuído assim na instrumentalização das organizações comunitárias, repassando informação sobre seus direitos de cidadania, desvendando verdades impostas às comunidades do tipo *"vocês não têm direito a essa terra"*, ou *"as indenizações que receberam foram um favor"*. Essas verdades, construídas pelas empresas que se instalaram no local, objetivam subjugar a população, que desconhece seus direitos formais, mas não os tradicionais.

No entender dos moradores, eles são os legítimos donos da terra, posto que nela habitam ha dezenas de anos. No âmbito da universidade o projeto tem possibilitado um maior desempenho de nosso alunado (estagiários), que ao final do estágio elabora seus Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, elemento indispensável para sua titulação acadêmica. No ano de 1999 contamos com uma produção de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) TCCs, abrangendo diversas temáticas. Por outro lado professores-orientadores de campo também têm atuado na produção de

conhecimentos elaborando artigos, resenhas e monografias que dão visibilidade ao trabalho de extensão desenvolvido pelo curso de Serviço Social da UFFa, a qual se constitui na mais importante instituição de ensino superior da Amazônia.

Num contexto de crise como o vivenciado, o Projeto de Extensão Barcarena vem trabalhando com bastante dificuldade, tanto quanto os outros projetos de extensão, uma vez que os recursos são drasticamente reduzidos a cada ano. A alternativa que se coloca no momento é de unir esforços, pois as demandas da sociedade tendem a crescer, apontando para uma necessária ampliação do quadro de profissionais envolvidos em projetos dessa natureza.

As questões sociais presentes na realidade social do município de Barcarena apontam para a imperiosa necessidade de fortalecimento de projetos de extensão como o de Serviço Social, bem como para a ampliação de novas propostas de intervenção, tanto no que se refere ao fortalecimento da prestação de serviços à comunidade e à manutenção desta oportunidade de estágio profissionalizante em nível interprofissional e interinstitucional, como também para a realização de novas e mais amplas pesquisas. O momento é de ampliação dos horizontes e fortalecimento das atividades do Projeto de Extensão do curso de Serviço Social. A experiência

acumulada nestes quase dez anos de ações extensionistas respalda essa ampliação, que representa também a própria atuação da UFFA no contexto da vasta e cobrada região amazônica.

¹ O município de Barcarena está localizado a 40 km de Belém, que é capital do Estado do Pará, na região norte do Brasil. Até a década de 70, este município desempenhava um papel de polo de abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade ao mercado de Belém. A partir da implantação na década de 80 de um grande projeto em sua área, caracterizou-se a instalação do Distrito Industrial de Barcarena, com a destinação de grande parte de suas terras para a instalação de grandes indústrias.

² O Projeto Albras/Alunorte, que exporta alumínio, se constituiu numa associação entre a Companhia Vale do Rio Doce, uma estatal brasileira recentemente privatizada, que detinha 51% do capital investido e a NAAC do Japão com 49% dos investimentos.

³ O chamado Projeto Caulim se constituiu na extração e beneficiamento do minério do mesmo nome, pertencente ao grupo das argilas, com grandes aplicações industriais. "No Estado do Pará os depósitos de caulim foram localizados ao longo das margens do Rio Capim, afluente do Rio Guamá(...) [sendo que] A exploração destas reservas está a cargo de O2 (duas

empresas: a Pará Pigmentos S/A (...) e a Rio Capim Caulim S/A..." (Fialho, 1999, p. 102).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Maria da Paz Araújo. Abordagem cultural de comunidade: uma alternativa técnica para a realidade amazônica. CRUTAC/Proext/UFFA, Belém, 1983, mimeografado.
- CARDOSO, Maria da Paz et al. Magistério de 1ª a 4ª série numa área de ruptura das relações sociais tradicionais: a questão da formação profissional. Belém: INEF/FADESP/UFFA, 1986, Relatório Final de Pesquisa.
- CORRÊA, Elton. Extensão Universitária: Limites e Possibilidades de uma prática extensionista no Curso de Serviço Social. Belém. Trabalho de Conclusão de Curso. FIALHO, Nádia. O destino de uma comunidade cabocla frente a um grande projeto (o caso Montanha/ Curupeté). Curso de Mestrado em Serviço Social/CSE/UFFA, Belém, 1999, Dissertação de Mestrado.
- LEAL, Aluísio Lins. *Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRAS/ALUNORTE*. In: Revista Ciências da Terra, nº 5, Jul./Ago., 1982.
- OLIVEIRA, Vera Martins. A prestação de serviços à comunidade: uma modalidade de extensão universitária. Caderno de Textos de Serviço Social. UNAMA, Vol. 2, nº 0, Agosto/96.
- RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO "ASSESSORIA ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E COMUNITÁRIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE BARCARENA/PA". CSE/UFFA, 1994 A 1997.

OLINDA RODRIGUES MALATO.

Assistente Social, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Professora Assistente I do Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais do Curso de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico - UFFA, Coordenadora do Projeto de Extensão "Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Barcarena - Pa"

NÁDIA SOCORRO FIALHO NASCIMENTO

Assistente Social, Mestre em Serviço Social Especialista em Políticas Sociais e Movimentos Sociais, Professora Assistente I do Departamento de Fundamentos do Serviço Social do Curso de Serviço Social do Centro Econômico - UFFA., Ex-coordenadora do Projeto de Extensão "Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Bracarna-Pa".

O GRAU DE DEPENDÊNCIA E AS ALTERAÇÕES DE COMPORTAMENTO DOS PACIENTES COM DOENÇA HEPÁTICA ALCOÓLICA

FERNANDO DE LIMA FERREIRA –
 MANOEL DIAS GALVÃO
 LINAMÉLI PAZIN
 VANISE CAMPOS GOMES AMARAL

O objetivo geral do projeto aprovado pela PROEXT, foi prestar atendimento a uma população de pacientes portadores de doença crônica do fígado, correlacionando dados da ficha clínica do paciente com a história natural da doença a fim de que fossem estabelecidas rotinas de atenção a esse tipo de doentes, de modo especial os portadores de Doença Hepática Alcoólica, visto que ainda não há nesta cidade nenhum serviço voltado a esse tipo de pacientes.

MATERIAL E MÉTODOS

No período de Maio/99 a Novembro/99 foram referenciados no projeto 47 pacientes, nos quais buscou-se o grau de comprometimento orgânico através da presença de lesão hepática pelo exame clínico e laboratorial. Foram classificados como alcoólistas os que apresentavam ingestão de álcool diária (gramas de etanol/dia) superior a 60g/dia e obedecendo aos seguintes critérios (quadro na coluna a seguir):

Os pacientes que faziam uso de bebida alcoólica foram então submetidos aleatoriamente a 3 questionários buscando a mensuração do grau de dependência.

1. Questionário – CAGE²

QUANTIDADE DE ETANOL (ÁLCOOL COMUM) NAS DIVERSAS BEBIDAS ALCOÓLICAS

Por 100 ml	Álcool (gramas)
cerveja	3,8
vinho	10,5
champanhe doce	11,0
vermute	18,0
aguardente/rum/whisky	35,0
vodka	45,0

A dose de etanol (em gramas) foi calculada pela fórmula¹:

$$\text{gramas de etanol} = \frac{\text{ingestão/dia em ml} \times 0,8\% \text{ de etanol de bebida}}{100}$$

* densidade do álcool em relação à água

(*Cut-down, Annoyance by criticism, Guilty feeling and Eye-opener*), que tem como característica ser um questionário de triagem, de aplicação mais breve, menor custo operacional e com caráter menos intimidativo proposto por Ewing e Rouse em 1970², sendo traduzido e validado no Brasil em 1983 por Masur e Monteiro⁴.

2. Questionário – SAAD³ (*Short Alcohol Dependence Data*), o qual objetiva avaliar o grau de severidade da dependência pelo álcool, foi idealizado e desenvolvido na Inglaterra por Raistrick e cols.³, sendo traduzido e adaptado no Brasil por Jorge, M.R e Masur, J⁴. Classificando os indivíduos em baixa, média, e alta dependência.

3. Questionário – IDS³ (*Inventory of Drinking Situations*), desenvolvido na Toronto Addiction Research Foundation

por Annis, H.M, 1982³, onde buscam encontrar situações ou acontecimentos em que algumas pessoas tomam bebidas em demasia, servindo dessa forma como instrumentos para avaliação do comportamento associado ao consumo etílico. As alterações do comportamento são classificadas em leve, moderada e grave alteração comportamental.

RESULTADOS

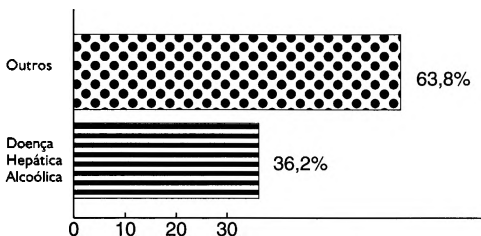
O comprometimento hepático sem etiologia definida foi encontrado em 30/47 dos pacientes; com indícios de Doença Hepática alcoólica 17/47. O que vem demonstrar que 36,2% da população dos atendidos apresentavam comprometimento hepático pelo uso do álcool (Gráfico 1), com predominância do sexo masculino, 30/47 sendo a média de idade 40 ± 14,8 anos.

No que diz respeito ao menor

número de mulheres alcoolistas, as explicações são culturais e se devem ao reflexo de um duplo padrão moral imposto pela sociedade. A embriaguez é menos aceitável para a mulher, representando uma quebra de estereótipo, "comportamento feminino", enquanto para os homens chega a ser considerada prova de masculinidade. No entanto, a mulher é mais susceptível que o homem à lesão tóxica pelo etanol, desenvolvendo hepatopatia mais grave em idade mais jovem e com ingestão média diária de etanol inferior à do homem.

Outro comportamento encontrado é o início precoce do hábito de beber, geralmente após a puberdade e, associado ao longo período necessário para a instalação da lesão hepática, explica que a sua eclosão clínica ocorra logo no início da quarta década de vida. O alcoolista primário médio, homem ou mulher, apresenta o primeiro grande problema vital relacionado ao álcool no início dos 30 anos, e a maioria dos alcoolistas apresentam-se para tratamento no início da quarta década. Se os problemas com o álcool continuam, o alcoolista aumenta a probabilidade de morrer quinze anos antes que a média da mortalidade na população em geral. O comprometimento hepático dos pacientes em uma faixa etária produtiva traz gastos para o sistema de saúde, para a

GRÁFICO 1. Distribuição dos pacientes atendidos no serviço de Hepatologia do A.A.L., Fundação Universidade do Amazonas, no período de maio a novembro/99, quanto ao diagnóstico clínico.



família e em última análise, para a sociedade.

Quanto ao tipo de ocupação, na nossa população, verificou-se a predominância de profissionais autônomos informais, 22/47 e funcionários públicos 13/47, mostrando o perfil sócioeconômico dos pacientes, inseridos numa classe economicamente baixa (Gráfico 2).

Vale ressaltar que a condição sócioeconômica da grande maioria, levando-se em conta a profissão (autônomos informais), justifica o uso de bebidas de baixo custo como a cachaça sendo este um dos tipos de bebida alcoólica mais lesivo ao organismo humano.

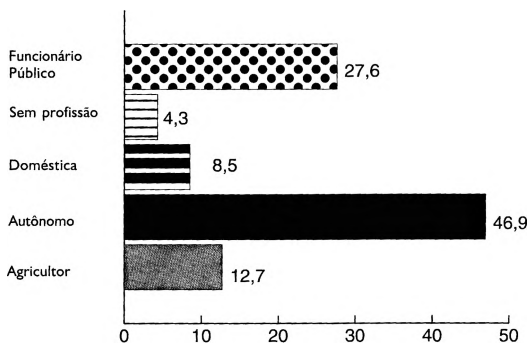
Os 47 pacientes atendidos relataram através da história psicossocial a ingestão ou não de bebida alcoólica, 40/47 referiram se apenas 7/47 negaram o uso.

Durante muito tempo a de-

pendência alcoólica era vista como desvio de caráter, passando somente nesse século a ser considerada uma doença. Com isso surgiu a necessidade de avaliar o fenômeno e as intervenções nele realizadas através de metodologia científica. As avaliações passaram a ser questionadas quanto a sua reprodutividade, sendo substituídas por avaliações padronizadas que nos revelaram: com relação ao questionário CAGE^{3,4}, obteve-se como alcoolistas 87,5% e como não-alcoolistas 12,5% dos avaliados (Gráfico 3).

Quando submetidos a questionários específicos para avaliação do comportamento associado ao uso de bebida alcoólica, SAAD E IDS³, tem-se como resultado que 50% dos avaliados apresentam uma alta dependência alcoólica e graves alterações de comportamento (Gráficos 4

GRÁFICO 2. Distribuição dos pacientes atendidos no Serviço de Hepatologia do A.A.L., Fundação Universidade do Amazonas, no período de maio a novembro/99, quanto à ocupação.



e 5) quando fazem ingestão de bebida alcoólica, o que é bastante preocupante, pois da mesma forma que o álcool em muitas situações apresenta uma função integrativa, ele também pode preceder comportamento de ruptura social, sendo freqüente sua associação à agressões físicas, violência familiar, acidente de trânsito e outros.

Neste contexto surge a necessidade de criação de outros serviços para atendimento desse tipo de população com essa morbidade, pois o Ambulatório de Hepatopatias, do AAL representa hoje o único referencial disponível em Manaus para estes pacientes. Por serem pacientes portadores de

doença crônica (alcoolicismo + doença hepática), necessitam de acompanhamento durante anos, através de uma equipe multidisciplinar, se fazendo necessário um apoio educativo sobre sua doença para que possam ter uma maior sobrevivência, e, ao mesmo tempo, uma melhor qualidade de vida, já que são pacientes jovens inseridos no mercado de trabalho, na família e na sociedade.

CONCLUSÕES

Após a análise dos dados obtidos durante a execução do projeto observou-se que a média de idade dos pacientes acometidos por doenças hepáticas foi $40 \pm 14,8$ anos tanto para homens quanto para

mulheres, e que os homens são mais acometidos, 78,8%, principalmente pela doença hepática alcoólica.

O alcoolicismo é fator causador de doença hepática e deve ser considerado como uma doença crônica que necessita de tratamento específico.

O hábito de ingerir bebidas alcoólicas mesmo em uma área hiperendêmica para vírus hepatotrópicos das Hepatites Virais, como a Região Amazônica, tem elevada importância do ponto de vista epidemiológico.

A retirada do caráter de voluntariedade da ingestão de bebidas alcoólicas abole, ao menos oficialmente, o julgamento moralista em relação aos alcoolistas, onde a responsabilidade da ingestão exagerada de álcool é atribuída à degradação moral ou a fraqueza de caráter. Ao alcoolista não deve mais ser atribuída uma falha moral, mas antes, ele deve ser considerado como vítima de uma doença, o alcoolicismo, cujo sinal patognomônico é a perda de controle. Para isso deve ser instituído um tratamento psicoterápico individualizado e um grupo de apoio a esses cidadãos.

O alcoolicismo traz não só alterações orgânicas como determina dependência química e sérias alterações de comportamento, prejudicando o indivíduo fisicamente e socialmente à medida que essas alterações se traduzem em violência, agressões e incômodo para a sociedade.

GRÁFICO 3. Distribuição dos pacientes atendidos no serviço de Hepatologia do A.A.L., Fundação Universidade do Amazonas, no período de maio a novembro/99, quanto à dependência alcóolica, segundo CAGE.

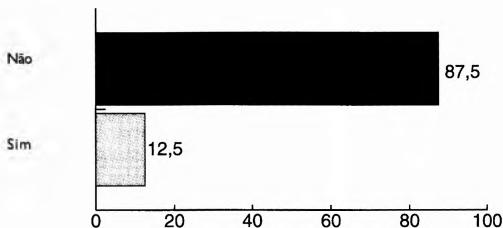


GRÁFICO 4. Distribuição dos pacientes atendidos no serviço de Hepatologia do A.A.L., Fundação Universidade do Amazonas, no período de maio a novembro/99, quanto à dependência alcóolica segundo SAAD.

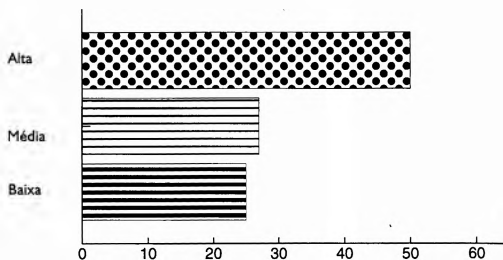
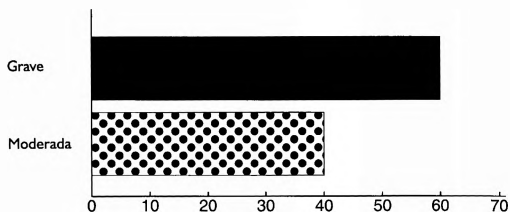


GRÁFICO 5. Distribuição dos pacientes atendidos no serviço de Hepatologia do A.A.L., Fundação Universidade do Amazonas, no período de maio a novembro/99, quanto à alteração de comportamento associado ao consumo de álcool, segundo IDS.



BIBLIOGRAFIA

1. Albuquerque, L.A.C. & Silva, A. *Doença Hepática Alcólica*. São Paulo: Sarier, 1990.
2. Ewing, J.A. & Rouse, B.A. *Identifying the hidden alcoholic*. Apresentado no 29 th. International Congress on Alcoholism and Drug dependence. Sydney, Australia. Fev., 2-6, 1970.
3. Formigoni, M.L.O.S.; Castel, S. *Rev. Psiq. Clin.* 26 (1) Edição Especial: 5-31, 1999.
4. Masur, J.; Caprigione, M.J.; Monteiro, M.G. & Jorge, M.R. Detecção precoce do alcoolismo em clínica médica através do questionário CAGE. Utilidade e limitações. *J. Bras. Psiq.* 34: 31-34, 1985.

FERNANDO DE LIMA FERREIRA

Professor Titular de Clínica Médica I, Chefe do Departamento de Clínica Médica, Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) da Fundação Universidade do Amazonas (FUA), Chefe do Serviço de Hepatologia do Ambulatório Araújo Lima, Manaus/AM.

MANOEL DIAS GALVÃO

Professor Assistente de Psicologia Médica e Clínica Psiquiátrica, Departamento de Clínica Médica, FCS, FUA, Manaus/AM.

LINAMÉLI PAZIN

Estudante do 5º ano do curso de Medicina da FUA.

VANISE CAMPOS GOMES AMARAL

Estudante do 5º ano do curso de Medicina da FUA.

VIA ALTERNATIVA NA LUTA POR SAÚDE NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE: CAPACITAÇÃO DE MONITORES DE SAÚDE

Noêmia Lima Silva
Daisy Maria dos Santos

As três vertentes básicas que sustentam o projeto político das universidades públicas – ensino, pesquisa e extensão – têm representado a viabilização da sua missão maior de produção e disseminação de conhecimento, o que configura a relação universidade-sociedade, sintonizando interesses, necessidades, buscas, experiências e avanços de ambos os lados, numa troca permanente, onde são geradas e processadas as relações entre teoria e prática no enfrentamento das demandas sociais emergentes.

A extensão tem sido palco onde estudantes, professores, técnicos e populações têm esquadrihado seus dilemas, seja teórico-práticos, sob a visão didático-científica, ou materiais e políticos, para o coletivo dos sujeitos envolvidos nesse processo, ensejando lutas e desvendando rumos.

Ora dando respostas, ora levantando questões, a extensão universitária tem ocupado um espaço crucial sob o signo do capitalismo neo-liberal, em tempos de políticas sociais compensatórias em que "pobreza, miséria, desemprego, doenças, exclusão, são alguns dos efeitos imediatos deste processo desarticulado das políticas públicas no país". (DRAIBE, 1995:88).

Considerando-se que a saúde um dos fatores mais importantes

para a qualidade de vida do cidadão, na realidade, ainda não se constitui num direito do povo brasileiro, conforme definido na Constituição.

A insuficiência e/ou má gestão dos recursos financeiros, inadequação das tecnologias e desqualificação dos recursos humanos, formam uma rede que sabota o processo de descentralização via SUS para o atendimento à saúde. Sobretudo na zona rural.

Em contrapartida o novo conceito de saúde remete à história social, onde a qualidade de vida da coletividade está inserida num contexto histórico e geográfico, envolvendo dimensões políticas, econômicas, culturais e institucionais expressas nas condições de emprego, alimentação, moradia e distribuição de renda.

Essa perspectiva fortalece a consciência de que é no espaço da comunidade que se deve detectar e promover as mudanças que condicionam o processo saúde-doença no nível individual e coletivo. Daí a importância da formação e qualificação de monitores de saúde para a utilização de medidas simples e eficazes que visem prevenir doenças e promover a saúde nas comunidades rurais.

O Projeto de Capacitação de Monitores de Saúde propõe cursos de formação nos assentamentos voltados para trabalhadores rurais acampados e assentados, com um enfoque de qualificação também

formal, a partir da sua estruturação em conteúdos programáticos, partindo de um planejamento didático-pedagógico, desenvolvido numa linha de educação popular.

E nesse caminhar remete-se ao conceito de educação defendido pelo próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): "Processo através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade ligada a um determinado projeto político e com uma concepção de mundo(...) tendo como princípio a relação teoria e prática, combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação, tendo a realidade como base de produção do conhecimento, conteúdos informativos socialmente úteis, educação para o trabalho e pelo trabalho, vínculo orgânico entre educação e cultura (...)". (MST/Caderno Educação N. 8:1996:05).

Esse trabalho tem como premissa básica o respeito a esses princípios. Entendendo que o acesso a formação e a informação num espaço que fomente a reflexão sobre as questões sociais, a troca de experiências que permita o crescimento individual e sobretudo coletivo, a saúde numa perspectiva maior de prevenção como decorrência do processo de capacitação virá a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e conseqüente melhoria da renda familiar.

As práticas alternativas de saúde, através do uso das plantas medici-

nais têm sido um dos recursos utilizados pelas comunidades e têm sido como resultado não somente o tratamento de algumas doenças, como principalmente a prevenção.

A formação de monitores de saúde com base na farmácia viva permite não só o uso das plantas medicinais como também a prática do plantio, cultivo, a transformação em produtos fitoterápicos e geração de renda, ao mesmo tempo em que permite um intercâmbio entre o saber científico e o saber popular.

Nessa experiência, há momentos importantes de crescimento crítico quanto a compreensão da realidade, numa reflexão coletiva e organizativa por conquista de espaços não preenchidos ou desrespeitados quanto aos direitos do cidadão.

O uso de plantas medicinais, como alternativa, incorporando novas formas de implementação da saúde, tem sido uma prática em vários Estados, a exemplo do que vem ocorrendo nos assentamentos em Sergipe, onde o nível de pobreza tem se mostrado extremo em decorrência das deficiências das políticas sociais e da falta de acesso dos diversos segmentos da população.

Todavia, na consciência de que "a superação da pobreza material - condição indispensável para a viabilização sócio-econômica dos assentamentos, depende fundamentalmente da superação da pobreza política" o MST tem man-

tido a vanguarda na luta pelo direito a uma vida digna. (DEMO:19 in Participação é Conquista, São Paulo Cortez, 1988)

O processo de formação foi sistematizado levando-se em conta também a dimensão humana, suscitando elementos capazes de provocar a reflexão, identificação e discussão das causas das condições de desigualdades extremas.

O desenvolvimento desse trabalho se dá com a parceria de organizações governamentais e não-governamentais cujas ações e competências efetivas da Universidade, do MST e do Movimento Popular de Saúde serão agora descritas.

O projeto consiste numa proposta de trabalho surgida junto com a criação do Setor de Saúde do MST em Sergipe, em 1997, a partir de uma demanda identificada pela equipe técnica do Projeto de Alfabetização que atua nas áreas de assentamentos de reforma agrária e lideranças do Movimento.

O esforço inicial da equipe, coordenada pela Prof^{ra}. Tereza Cristina Zavaris Tanezini, do Departamento de Serviço Social, resultou na reunião dos Departamentos acadêmicos de Saúde, Engenharia Civil e Química, Fisiologia, Morfologia, com outras organizações governamentais e não-governamentais (1).

Desde o início ficou patente que o projeto teria um caráter educativo, preventivo e alternati-

vo. Com base nessa premissa foi proposto o curso de capacitação distribuído em 6 módulos (2), com carga horária de 400 horas.

O objetivo era situar os monitores dando-lhes uma visão geral do sistema de saúde pública comunitária para que pudessem atuar como multiplicadores do conhecimento identificando recursos nos próprios assentamentos para melhoria das condições de vida.

De 98 a 99 a prioridade foi a formação em Farmácia Viva, em função tanto das condições ambientais dos assentamentos e o conhecimento popular acerca do uso de ervas medicinais no meio rural, quanto pelas exigências do órgão financiador (3).

Continuando sob a coordenação do Departamento de Serviço Social, agora pela prof^{ra} Noêmia Lima Silva, a abrangência do projeto contempla as cinco regiões do Estado (Metropolitana, Norte, Sul, Agreste e Sertão).

A execução do Projeto é da responsabilidade da Universidade Federal de Sergipe, coordenadora geral, somada a parcerias com o Movimento Popular de Saúde (MOPS), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), beneficiário e parceiro na execução, tendo como órgão financiador a Secretaria de Estado da Ação Social e do Trabalho através do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O cenário no qual se desenvolve o projeto sustenta necessidades e

potencialidades que demandam a sua execução, tais como:

- a dificuldade de acesso da população dos acampamentos/assentamentos ao sistema de saúde oficial;
- o conhecimento e as práticas populares disseminadas no meio rural relativos ao uso das ervas medicinais na prevenção e tratamento de algumas doenças;
- a conscientização dos acampados/assentados do valor da flora nativa; o treinamento no cultivo de espécies úteis à sua saúde;
- o benefício social, educativo e potencialmente financeiro a partir da produção e comercialização de artigos medicinais à base de ervas;
- o baixo nível de escolaridade dos acampados/assentados;
- o grau de formação política dos acampados/assentados favorece a produção coletiva em sistema de cooperativa, tanto para o cultivo das espécies em hortos medicinais nas regiões, quanto para a produção de artigos a base de ervas medicinais para comercialização;
- a ausência de infra-estrutura mínima que garanta condições de higiene e conservação dos produtos nos acampamentos/assentamentos, como energia elétrica e água encanada e tratada.

Em termos de resultados foram capacitados desde 1997 em torno de 160 monitores das cinco regiões, nas diversas áreas propostas, conforme mencionado, com ênfase, em Farmácia Viva, o que resultou na produção de uma cartilha "Faça seu Horto Medicinal", que se constitui numa refe-

rência básica de estudo e trabalho entre os assentados, inclusive nas aulas de alfabetização. O cultivo em farmácias vivas está disseminado em todas as áreas de assentamento e em cada região é mantido um horto medicinal composto por uma variedade de ervas, uma pequena área coberta por sombrite que serve de viveiro para mudas e uma comissão local é responsável pela manutenção.

Ao longo desses anos foram treinados monitores em cerca de 60 acampamentos/assentamentos, localizados em municípios de todas as regiões do Estado, beneficiando indiretamente em torno de 3900 famílias.

A metodologia foi construída a partir da articulação do conhecimento científico com o conhecimento popular, contando com a participação direta do setor de saúde do MST e coordenadores regionais, seleção dos recursos didático-pedagógicos apropriados àquele público levando-se em conta a identidade cultural das comunidades rurais, dando-se espaço às manifestações político-religiosas dos participantes através das místicas.

Com enfoque na formação, organização, disseminação do conhecimento e geração de renda, pode-se afirmar que a experiência tem se constituído numa contribuição mínima, porém, efetiva por condições dignas de vida nos assentamentos.

Entretanto, a ampliação desse benefício será concreta a partir do

momento em que as políticas públicas básicas de educação, saúde e assistência social tenham o alcance dessas áreas de reforma agrária, quando então a base de formação dessa frente de luta terá sido, finalmente, reconhecida como de cidadãos de direito conforme a Constituição.

(1)MOPS – Fase de planejamento e instrutores do curso de Farmácia Viva.

Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Nacional de Saúde (instrutores)

(2)1. Saúde e Sociedade; 2. Vigilância Epidemiológica; 3. Vigilância Sanitária; 4. Saúde da Família; 5. Alimentação alternativa e 6. Farmácia Viva.

(3)Secretaria de Estado da Ação Social e do Trabalho/MTb/FAT

NOÊMIA LIMA SILVA

Professora assistente, mestra, Chefe do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe

DAISY MARIA DOS SANTOS

Assistente social, técnica da Pro-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFS

VI CONGRESSO



IBEROAMERICANO
de Extensão

**BRASIL
SÃO PAULO
14 A 17 DE
NOVEMBRO
DE 2001**

**A RELAÇÃO TRANSFORMADORA COM A SOCIEDADE
A RELACIÓN TRANSFORMADORA CON LA SOCIEDAD**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Escola Paulista de Medicina/PROEX – R. Botucatu, 740 – CEP 04023-900

Telefone/Fax do Congresso (55 11 5539-0673 e 55 11 5084-8487)

e-mail: iberoamericano@proex.epm.br



CONSELHO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

UNIÓN LATINO AMERICANA DE EXTENSIÓN

Consulte nosso site para obter
outras informações:

<http://vicongressoibero.epm.br>

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS PARCERIAS COM O PODER PÚBLICO: O PROJETO CRIANÇA CIDADÃ DE PRESIDENTE PRUDENTE

VALDEREZ MARIA ROMERO
BONADIO
ALBERTO A. GOMES
SIMONE DURAND T. MARTINES

A universidade pública tem sido chamada freqüentemente a colaborar com a sociedade civil na elaboração e efetivação de projetos que redundem em benefícios à comunidade. Em muitos momentos tem sido cobrada quanto às suas responsabilidades sociais. Isso tem se viabilizado através da extensão universitária. Segundo MORAES apud ARRUDA (1999, p. 80), extensão deve ser entendida como extensão de ensino e pesquisa². Seguindo esse raciocínio, a parceria entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente tem por finalidade o desenvolvimento de projetos de extensão favorecendo aos alunos dos cursos de licenciatura a oportunidade de vivenciarem experiências no futuro campo de trabalho na forma de estágios. Além disso, objetiva atender às demandas sociais, no sentido de socializar o conhecimento produzido pela universidade. O Projeto Criança Cidadã desenvolvido em Presidente Prudente é um bom exemplo desse tipo de parceria com vistas ao trabalho de extensão, e tem atendido a algumas demandas da socieda-

de, em especial, o atendimento às crianças e adolescentes em situação de pobreza. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente todo grupo infanto-juvenil, até dezoito anos, tem assegurado por lei seu direito ao desenvolvimento integral. Porém, no Brasil somente uma pequena parcela das crianças e adolescentes usufruem dos seus direitos. O Município de Presidente Prudente não foge a essa regra. Uma grande parcela das crianças e dos adolescentes não chega a completar o aprendizado básico, vivendo em condições de miséria, exclusão social e inseridos precocemente no mundo do trabalho formal e informal, em geral de forma irregular em relação às leis trabalhistas. Além disso, para o grupo infanto-juvenil, na faixa etária de 07 a 14 anos, a educação é fundamental, requisito imprescindível para que o homem contemporâneo possa sobreviver, desenvolver suas potencialidades, tomar decisões, viver e trabalhar com dignidade. A educação básica possibilita uma vida familiar com mais qualidade, contribuindo para a família e a comunidade educarem melhor suas crianças, preparando as pessoas para melhorarem suas próprias vidas. Considerando que as famílias em situação de pobreza freqüentemente não possuem as condições básicas necessárias

para a vida escolar dos filhos, justifica-se a necessidade do serviço de complementação à escola. O serviço de complementação à escola torna-se fundamental para o desenvolvimento de atitudes, habilidades e valores necessários para a permanência e sucesso na escola. Conforme a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Poder Público Municipal, com apoio do Estado e da União, em parceria com a sociedade civil, é a esfera responsável pelo atendimento à criança e ao adolescente, administrando programas voltados, em especial, para as camadas economicamente desfavorecidas. Para atender a essa demanda, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, na atual gestão, decidiu criar um projeto que pudesse atender a essa população. O projeto, anteriormente locado na Secretaria de Educação, com outra denominação e metodologia, possuía objetivos que visavam o desenvolvimento global da criança e adolescente, mas sua operacionalização estava voltada para atividades ocupacionais e recreativas sem articulações definidas com a escola, a comunidade e a família. A demanda atendida estava em torno de 300 crianças e adolescentes. Os materiais utilizados no projeto eram escassos e nem sempre de boa qualidade. Os espaços fisi-

cos, em geral, eram salas de aula das Escolas Estaduais. Os profissionais não recebiam treinamento específico e os educadores que atuavam no projeto eram professores que se sentiam desvalorizados (sentiam-se atuando numa atividade secundária, em relação à sala de aula). Não possuíam material referencial teórico/metodológico de uma ação específica para este tipo de atividade. As atividades denotavam uma espécie de "extensão" da sala de aula, tornando a rotina desinteressante, delimitada à sala onde funcionava, ocasionando uma elevada evasão e, conseqüentemente, alta rotatividade entre as crianças e os adolescentes. Na atual gestão municipal o projeto foi transferido para a Secretaria da Assistência Social, tendo como público alvo a família em situação de pobreza. Os espaços físicos foram redimensionados para locais cedidos pela comunidade (centros comunitários, centros sociais de igrejas diversas), casas alugadas pela Prefeitura e prédios próprios da municipalidade.

O projeto recebeu nova denominação – Projeto Criança Cidadã. Criou-se nova metodologia de trabalho, fundamentada na "filosofia" do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos Programas Complementares à Escola conferindo uma identidade ao Projeto. Foram criados

programas intensivos de Capacitação dos Educadores Sociais, assim como condições para a elevação da auto-estima e valorização dos educadores sociais. Ampliou-se a equipe técnica que acompanha sistematicamente o trabalho passando de 12 para 55 funcionários, entre educadores, estagiários, equipe técnica e pessoal de apoio (limpeza, cozinha) e o atendimento foi ampliado de 300 para 1.500 crianças e adolescentes. Foram estabelecidos diversas parcerias e convênios, dentre eles o convênio com a UNESP o que assegurou maior autonomia ao Projeto. Foram adquiridos equipamentos como mesas, cadeiras, aparelhos de som, TV, computadores, espelhos, tablados para dança, uniformes e materiais diversos para o desenvolvimento da proposta e um ônibus para o transporte de crianças e adolescentes em atividades externas. O número de Bolsas Escola oferecido passou de 40 para 500 (adolescentes de 12 a 14 anos).

O projeto tem por objetivos, proporcionar às crianças e adolescentes oportunidade de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes que favoreçam seu ingresso, regresso, permanência e sucesso na escola; provocar impacto positivo na qualidade de vida da criança, do adolescente, da família e da comunidade, através da

educação, da convivência familiar, da participação comunitária. O projeto tem como público-alvo: crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, provenientes de famílias em situação de pobreza, famílias com renda mensal até 2 salários mínimos, ou "per capita" inferior a R\$ 60,00. Participam também crianças e adolescentes que possuam renda "per capita" superior, mas que se encontram em situação de risco.

Várias atividades são desenvolvidas sob a supervisão da equipe técnica da Secretaria de Assistência Social e assessoria de professores do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, tais como:

- ACOMPANHAMENTO ESCOLAR: os educadores sociais acompanham as tarefas das crianças e dos adolescentes;

- LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: atividade de caráter educativo, cujos equipamentos foram financiados pela Organização não Governamental Fundação Vitae;

- CORAL: com participação de 60 crianças, atividade desenvolvida em parceria com a Secretaria da Cultura;

- DANÇA DE RUA: atividade desenvolvida nos núcleos por um professor de dança, utilizando-se o espaço externo para a atividade;

- BALÉ CLÁSSICO: o projeto possui 3 salas equipadas para as aulas de balé. Essa atividade é

desenvolvida em parceria com a Secretaria de Cultura;

- **LITERATURA:** cada núcleo possui uma biblioteca para o incentivo à leitura e à escrita;

- **ATELIER DE ARTE:** o trabalho de arte instrumentaliza as crianças e adolescentes quanto à utilização de recursos expressivos e artísticos, através dos quais podem expressar seus sentimentos e emoções com construções criativas, integrando aspectos internos e externos de suas vidas e os aspectos cognitivo e afetivo. O enfoque é dado para as artes plásticas, pintura, desenho, modelagem, colagem, impressão e construção;

- **SALÃO DE BELEZA:** atividade desenvolvida por um profissional que percorre todos os núcleos, estimulando as crianças e os adolescentes a cuidarem do próprio corpo - fazem as unhas, cortam e tratam o cabelo, etc.;

- **ESPORTE:** natação, atletismo, vôlei, futebol, handebol (atividades desenvolvidas em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Turismo);

- **CULINÁRIA:** através dessa atividade as crianças e os adolescentes são estimulados a desenvolverem hábitos saudáveis de alimentação, boas maneiras e etiqueta;

- **JUDÔ:** as aulas são desenvolvidas em academia particular, onde as crianças e adolescentes são orientados por um profissional, participando de apresentações e competições no

Município e região;

- **CAPOEIRA:** as aulas são desenvolvidas nos núcleos por estagiário do curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP;

- **CORTE E COSTURA:** atividade desenvolvida por um profissional do SESI, que percorre os núcleos estimulando as crianças e os adolescentes a cuidarem e consertarem suas próprias roupas (pregar botão, fazer barra, etc.);

Para os adolescentes de 12 a 14 anos, além das atividades descritas, são realizadas as seguintes:

- **OFICINA DE ORIENTAÇÃO:** orientação sobre temas como: as mudanças em seu corpo, a sexualidade, prevenção ao uso de drogas, métodos anticoncepcionais, violência, cidadania e o Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho;

- **BOLSA DE ESTUDO:** são oferecidas 200 bolsas de estudo nas áreas de línguas, dança, informática e música em escolas particulares do Município;

- **SERIGRAFIA:** os adolescentes participam de aulas de serigrafia em estúdio particular sendo estimulados, através da atividade, a usar sua criatividade, dominar as técnicas das artes gráficas, a trabalhar em grupo, com divisão de tarefas, favorecendo o convívio social.

Podemos afirmar que nestes três anos do projeto alcançaram-se os seguintes resultados: satisfação das famílias, das crianças e

dos adolescentes com o projeto; inexistência de evasão do projeto; das 1.500 crianças e adolescentes que participam do Projeto, apenas 10 adolescentes não concluíram o ano letivo em 1.998, retornando à escola em 1.999; maior envolvimento dos pais em relação às atividades das crianças, em particular com o Projeto Criança Cidadã e a vida escolar dos filhos; elevação da auto-estima das crianças; melhora das relações escola-família-projeto; inibição da entrada precoce no mercado de trabalho através do oferecimento das bolsas-escola, das bolsas de estudo e laboratório de informática, que contribuem na preparação para o ingresso no mercado de trabalho; elevação do preparo profissional da equipe de trabalho; visibilidade social do projeto, com grande impacto junto à comunidade local e às famílias das crianças, despertando a sociedade de forma geral para a questão da criança e adolescente em situação de pobreza em Presidente Prudente; afirmação da identidade social do Serviço de Complementação Escolar.

O projeto conta atualmente com uma equipe composta por um coordenador, dois pedagogos, dois assistentes sociais, um professor de Educação Física e a assessoria de um professor do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.

O que podemos observar sobre o presente projeto é que ao longo de seu desenvolvimento tem sido construída uma eficiente metodologia para o trabalho com minorias excluídas, abrindo espaço para a ampliação de parcerias entre a universidade e o poder público, favorecendo amplos setores da população como podemos observar quanto à ampliação do número de crianças atendidas. Além disso, o projeto abre espaço para um grupo de alunos dos cursos de licenciatura (Educação Física, Geografia, Matemática e Pedagogia) experimentarem novos espaços educacionais e novas oportunidades de desenvolvimento profissional fortalecendo a formação do educador.

NOTAS

1. As professoras Valdez Maria Romero Bonadio e Simone Duran T. Martinez, da Associação Toledo de Ensino fazem parte da equipe coordenadora do Projeto Criança Cidadã como funcionárias da Secretaria de Assistência Social do Município de Presidente Prudente. O Professor Alberto Albuquerque Gomes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente, atua no projeto na qualidade de assessor e colaborador.
2. ARRUDA, Maria Sueli Parreira de e ANTUNES, Rita de Cássia Franco de Souza. Extensão Universitária e Difusão de conhecimento na UNESP. IN: 1º CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP. São Pedro: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, 1999. p. 80. ANAIS...

VALDEZ MARIA ROMERO BONADIO
Professora especialista do Departamento de Serviço Social da Associação Toledo de Ensino
ALBERTO A. GOMES
Professor Doutor do Departamento de Educação da UNESP
SIMONE DURAND T. MARTINES
Departamento de Ação Comunitária da Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UNIVERSIDADE E VIDA

MARIA SOELI DOS ANJOS FARIA
MARIA LUDETANA ARAÚJO
LUIZA NAKALAMA

A lei número 9.605 de crimes ambientais, publicada no Diário Oficial da União em 31/02/98, significou um avanço no ordenamento jurídico de proteção à biodiversidade brasileira, apesar de inacessível às populações atingidas pelo esgotamento dos recursos originado de intervenções humanas: extrativismo, caça e pesca predatória, lançamento de resíduos sólidos e venenosos nas águas e outros tipos de degradação ambiental.

O território paraense é cortado por rios, lagos e igarapés com alto potencial hidroviário, energético, pesqueiro e turístico. Cerca de 6 milhões de pessoas que habitam o Estado do Pará retiram do solo e dos recursos hídricos o seu sustento. Por outro lado, a degradação ambiental revela que em Belém, 55% da água são desperdiçados, 70% da população não são beneficiados com rede de esgoto e 90% do lixo são depositados a céu aberto (SECTAM, 1998).

O lixo produzido diariamente no porto e nos barcos de Belém é escoado diretamente na Baía do Guajará e no Rio Guamá. Muitas embarcações trazem coletores de lixo no seu interior, mas a população, de um modo geral, ainda está desprovida de uma cultura ambiental adequada, que dê conta dessa coleta

(SECTAM, 1998).

A maioria das atividades deste projeto foi realizada no Campus da UFPA - Belém (Centro de Educação e de Ciências Biológicas e Campus III), nos Campi Universitários da UFPA e no Parque Ambiental de Belém.

A UFPA tem como cartão postal o Igarapé Tucunduba (em fase de macrodrenagem) e o Rio Guamá. Pouco se tem feito pela preservação desses cursos d'água, onde está localizada a área de invasão Riacho Doce, há aproximadamente 12 anos.

Foi através do Programa de Educação pelo Esporte - Instituto Ayrton Senna, que nasceu o Projeto Riacho Doce, que congrega professores e estudantes da UFPA dos cursos de Pedagogia, Educação Física, Nutrição, Psicologia, Assistência Social e Odontologia, desenvolvendo atividades no Campus III - UFPA junto às crianças e adolescentes que residem no Riacho Doce, aproveitando o grande potencial destes jovens.

Outro espaço foi o Parque Ambiental de Belém, criado pelo Decreto Estadual 1.552 de 03/05/1993, constituindo-se numa Unidade de Conservação, localizado na zona urbana de Belém, com uma área de 1284 ha, onde se localizam os lagos Bolonha e Água Preta.

A transformação do Parque em uma unidade de conservação objetivou recuperar, preservar e assegurar a qualidade da água dos

mananciais, uma vez que os referidos lagos são responsáveis pelo abastecimento de 1 milhão de pessoas, o que corresponde a 65% da população metropolitana. Outro objetivo foi o de conservar amostras representativas da biodiversidade amazônica, propiciando um espaço de lazer para a comunidade, com a possibilidade de realização de atividades científicas, culturais, educativas e turísticas.

Em vista da necessidade de aproximar as ações acadêmicas realizadas no Centro de Educação - UFPA, na área de ensino, pesquisa e extensão, dos problemas sócio-ambientais da realidade amazônica, o Grupo de Estudo de Educação, Cultura e Meio Ambiente (GEAM), criado em maio de 1998, buscou, juntamente com a sociedade, respostas às demandas reais desta realidade.

OBJETIVOS

Os objetivos do presente trabalho foram:

- Realizar cursos, seminários, oficinas e ciclos de palestras em Educação Ambiental para a comunidade acadêmica da UFPA e demais interessados na discussão.

- Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância de práticas de educação ambiental para a manutenção da qualidade de vida, no interior da UFPA e, em especial, na comunidade Riacho Doce.

- Promover reuniões com as

coordenações dos campi da UFPA (Belém e interior) para a implantação de Programas de Educação Ambiental, com a participação de toda a comunidade acadêmica.

- Promover cursos de Educação Ambiental no Parque Ambiental de Belém, para professores e alunos da rede pública de ensino fundamental e médio, visando a implementação de projetos de Educação Ambiental nessas escolas.

- Promover palestras e aulas práticas para as crianças moradoras no Riacho Doce e que participam do referido Projeto.

METODOLOGIA

O trabalho no Parque Ambiental de Belém teve início em agosto de 1998, com o objetivo de desenvolver atividades de preservação dos recursos hídricos que abastecem Belém. As atividades foram desenvolvidas a partir de reuniões com monitores, professores e alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Prof. Mario Chermont. No projeto foram integradas atividades lúdicas e formativas como: palestras sobre vários temas (acompanhadas de vídeo sobre os lagos Bolonha e Água Preta, os problemas das queimadas, e do lixo); teatro com fantoches e com a participação das crianças; elaboração de trabalhos de colagem e desenhos; trilhas ecológicas; visita à Estação de Tratamento de Água

(COSANPA) e outras atividades, que levaram os alunos a interagir diretamente com o ecossistema natural.

No Projeto Riacho Doce foi realizada com crianças e adolescentes a oficina "Iniciação Científica- Parasitas Intestinais", com as seguintes atividades: reuniões com a coordenação pedagógica do Projeto para discussão das atividades a serem desenvolvidas; teatro com fantoches sobre o tema lixo e higiene; observação de microorganismos encontrados nos alimentos mal lavados e na água do Igarapé Tucunduba; palestra com slides sobre parasitas intestinais; exposição dos exemplares adultos desses parasitas acondicionados em fixador e observação de ovos e larvas dos parasitas encontrados no exame de fezes.

RESULTADOS

Com o auxílio do GEAM (Grupo de Estudos de Educação, Cultura e Meio Ambiente) e apoio da SECTAM (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente), conseguiu-se realizar, durante o período de agosto de 1998 a dezembro de 1999, as seguintes atividades:

- "Curso de Formação de Agentes Ambientais em Recursos Hídricos", nos campi universitários de Abaetetuba, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Santarém e Tucuruí e nos

municípios de Barcarena e Ipi-xuna, além de demandas das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Escolas Públicas Estaduais e Federal (NPI- Núcleo Pedagógico Integrado- UFPA), músicos da Fundação Carlos Gomes, envolvendo aproximadamente 1260 pessoas.

- Visita orientada ao Parque Ambiental de Belém, para 12 turmas de 30 alunos cada, da Escola Pública de Ensino Fundamental Mario Chermont e duas turmas de Pedagogia- aproximadamente 80 alunos.

- Curso: "Recursos Hídricos e os Impactos Sócio-Ambientais na UFPA: Problemas e Perspectivas", ministrado para 44 alunos de graduação (Pedagogia, Sociologia, Turismo, Direito, Letras e Educação Artística), para 15 comunitários (vendedores ambulantes do entorno do Centro de Educação), para alunos de Especialização em Tecnologia para a Educação Ambiental (25 alunos), para alunos da escola pública Mário Chermont (600 alunos) e para Projeto Riacho Doce (145 crianças).

- Oficina: "Iniciação Científica- Parasitas Intestinais", para 32 estudantes do ensino fundamental e moradores do Riacho Doce.

DISCUSSÃO

Os trabalhos desenvolvidos com as crianças e os adolescentes, tanto no Parque Ambiental

de Belém quanto no Projeto Riacho Doce, foram extremamente gratificantes.

Na trilha ecológica, por exemplo, os participantes orientados pelos guardas da CIPOMA (Companhia Independente de Polícia do Meio Ambiente) aprenderam a "andar na mata". Após o passeio, citaram espontaneamente alguns vegetais da floresta tropical encontrados ao longo da trilha, como: andiroba, freijó-branco, breu, imbaúba, ingá, ucúba, açaf, buriti, samaúma, açacú, anani, lacre, tinteiro e bromélias, estas encontradas nos troncos das árvores. Entre os animais destacaram entusiasmados a presença de avifauna: arara, papagaio, sabiá, coruja, tucano, bem-de-vi, beija-flor, pica-pau, gavião, garça, martim-pescador. Entre os mamíferos: chica-d'água, sagüi, macaco-de-cheiro, tatu, preguiça, cutia; entre os répteis: jibóia, sucuri, jacaré, calango e camaleão. Observaram que os animais mais numerosos foram os insetos como: saúva, formiga, cupim, borboleta, besouro, gafanhoto, louva-a-deus, vagalume e aracnídeos (escorpião e aranha-caranguejeira). Nos lagos Bolonha e Água Preta, citaram a presença de diversos tipos de peixes (tilápia, pirarucu, tucunaré, cará, entre outros).

No Projeto Riacho Doce, aprenderam a manusear o microscópio, ficando fascinados com os microrganismos que se

mexiam freneticamente na água e com os ovos e larvas de parasitas encontrados nas fezes. Assim, compreenderam que, mesmo aonde os olhos não vêem, podem existir organismos que podem provocar doenças graves, como tifo e cólera.

Portanto, através dessas atividades, espera-se que as crianças e os adolescentes participantes do projeto se tornem agentes multiplicadores espontâneos, pois através de conversas informais com coleguinhas e dentro de casa, poderão repassar informações sobre o cuidado e higiene com os alimentos, com o próprio corpo e com o ambiente, a manutenção e o respeito à biodiversidade.

Outro destaque percebido foi a nítida mudança nas pessoas, principalmente com relação ao tratamento ecológico e equilibrado e sustentável dos recursos naturais da região. Assim o trabalho certamente será permanente no sentido da formação de agentes multiplicadores ambientais.

Concluiu-se que, quando a universidade se torna aliada da comunidade à sua volta e das escolas públicas, em especial as da periferia urbana, todos saem ganhando: não só as crianças e adolescentes atendidos, mas também os professores, que vêem seus trabalhos rendendo frutos e os estudantes universitários que com eles trabalham, crescendo enquanto cidadãos e futuros profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARÁ. Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. *Relatório Anual*. 1998. Belém, 1999.

Agradecimentos

A PROEX-UFPA, PREFEITURA DO CAMPUS DA UFPA E DE BELÉM (SESAN), CIPOMA, DIAMB-DIVISÃO DE ESTUDOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA SECTAM, SEDUC-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, SUDAM- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, PARÁ PIGMENTOS, GUARANÁ GLOBO. Agradecemos à Gabriela Nunes Campos pela revisão e digitação final, e, em especial, a todos os professores, estagiários e bolsistas que participaram direta ou indiretamente da realização deste trabalho.

MARIA SOELI DOS ANJOS FARIAS
Doutoranda em Ciências da Educação/
UNED- Espanha
Departamento de Administração e Planejamento da Educação/CED-UFPA
Prof. Auxiliar de Ensino III
MARIA LUDETANA ARAUJO
Doutoranda em Ciências da Educação/
UNED- Espanha
Departamento de Administração e Planejamento da Educação/CED-UFPA
Prof. Adjunto IV
LUIZA NAKATAMA
Doutora em Genética Bioquímica e Molecular do Departamento de Biologia/
CCB-UFPA
Prof. Adjunto IV

LIXO PARA DAR E VENDER

COLETA SELETIVA, RECICLAGEM E O ENSINO DE QUÍMICA

83

dezembro 2002, No. 10
PARTICIPAÇÃO



Foto 1 - Oficina de reciclagem realizada no Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade

Marcia C. Veiga Amorim
Mônica R. Marques Palermo
de Aguiar
Zilma A. Mendonça Santos
Suely K. Sato
Gisele Abreu L. C. dos Santos

Este artigo relata um trabalho que foi desenvolvido dado a importância da proteção do meio ambiente e o exercício da cidadania. Estes foram os incentivos para desenvolver e estimular o ensino de química através do tema reciclagem, além da implantação

efetiva da coleta seletiva em escolas de ensino médio.

CENAS DO COTIDIANO

Antes de sair para o trabalho damos uma arrumada na casa. Recolhemos o lixo do banheiro, jogamos fora o jornal do dia anterior, rasgamos alguns papéis e correspondências inúteis, juntamos a sobra de uma reunião e cozinha da noite anterior e entramos na cozinha para fazer o café. Terminada essa refeição sobraram migalhas de pão, a caixa do leite, o coador de papel, as cascas de fru-

tas, a embalagem de iogurte. Juntamos tudo isso num saco plástico, amarramos e colocamos num lugar para ser levado para longe dali. É assim que se inicia diariamente uma enorme produção de lixo, que continua aumentando e só termina quando as luzes se apagam.

Passamos o dia inteiro produzindo lixo. Em um dia o Brasil produz nada menos que 240 mil toneladas de lixo. Apenas 2% desse total são reciclados e outros 3% são transformados em adubo ou incinerados. O resto está em

aterros sanitários.

Assim, faz-se necessária uma mudança nos hábitos de consumo, principalmente de materiais descartáveis, para que possamos diminuir o volume de produção de lixo e o ritmo acelerado de exploração de recursos naturais^{1,2}.

NOVO MODELO DE APRENDIZAGEM

A química participa do desenvolvimento científico-tecnológico com importantes contribuições específicas, cujas decorrências têm alcance econômico, social e político. A sociedade e seus cidadãos interagem com o conhecimento químico por diferentes meios, pois a tradição cultural difunde saberes, ora fundamentados do ponto de vista químico-científico, ora baseados em crenças populares.

Muitas vezes, a informação veiculada pelos meios de comunicação, intencionalmente, visa formação de determinadas opiniões, a serviço de determinados interesses. Frequentemente, as informações são superficiais, errôneas ou exageradamente técnicas. Transforma-se a química na grande vilã do final do século ao se enfatizarem os efeitos poluentes que certas substâncias causam no ar, na água e no solo, sem se falar na necessidade e na competência da química para controlar as fontes poluidoras, melhorando os processos industriais e tornando mais eficaz o tratamento de efluentes. Dessa



Foto 2 - Latões alocados no Colégio Estadual Brigadeiro Castrioto pintados pelos alunos da escola

forma, as informações recebidas podem levar à compreensão unilateral da realidade e do papel da Química³.

Na escola, de modo geral, o indivíduo interage com um conhecimento essencialmente acadêmico, através principalmente da transmissão de informações, supondo que o estudante, memorizando-as passivamente, adquira o "conhecimento acumulado". A promoção do conhecimento químico em escala mundial nestes últimos 40 anos tem incorporado novas abordagens, objetivando a formação de futuros cientistas, a formação da cidadania ou divulgando informações sobre a química no sistema produtivo, industrial e agrícola. Apesar disso, no Brasil a abordagem da química escolar continua praticamente sem modificação. As

vezes "maquiada" com aparentes lances dessa modernidade, a ausência continua a mesma, priorizando o academicismo.

Dessa forma, vale lembrar que o ensino de química tem se reduzido à transmissão de informações, definições e leis isoladas, sem qualquer relação com a vida do aluno, exigindo deste o conhecimento quase sempre de pura memorização, restrito a baixos níveis cognitivos. Enfatizam-se muitos tipos de classificação, com tipos de reações, tipos de ácidos, tipos de soluções, que não representam aprendizagens significativas.

Conhecer química significa compreender as transformações químicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada, e assim poder julgar de forma mais fundamentada as in-

formações advindas da tradição cultural, da mídia e da escola e tomar suas próprias decisões, enquanto indivíduo e cidadão, de acordo com sua faixa etária e grupo social. Daí a importância da presença da química na escola formal e, especialmente, no ensino médio que completa a educação básica. Para tanto, a química no ensino médio deve possibilitar ao aluno uma compreensão dos processos químicos em si, conhecimento científico, em estreita relação com as aplicações tecnológicas, suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas.

Então, utilizando-se a vivência dos alunos e os fatos do dia a dia a tradição cultural, a mídia, a vida escolar busca-se reconstruir os conhecimentos químicos que permitiriam refazer essas leituras de mundo, agora com fundamentação também na Ciência.

A integração entre a química e o cotidiano pode criar as condições necessárias para uma aprendizagem motivadora, na medida em que ofereça maior liberdade aos professores e alunos para a seleção de conteúdos mais diretamente relacionados aos assuntos ou problemas que dizem respeito à vida da comunidade³.

RECICLAGEM E A ESCOLA

Esse trabalho faz parte do projeto de Extensão IQ/UERJ que envolve licenciandos em química e professores, técnicos e cola-

boradores. As aulas programadas foram elaboradas no DQO/IQ/UERJ com o material didático preparado de acordo com cada turma. Os licenciandos em química, participantes do projeto, tiveram a oportunidade de treinar a elaboração e a apresentação de aulas com o aprofundamento no tema proposto.

Baseado na necessidade da integração entre a química e o cotidiano, este trabalho tem como objetivo utilizar o tema reciclagem e coleta seletiva para estimular o ensino de química, além da implantação efetiva da coleta seletiva em escolas de ensino médio.

O projeto foi desenvolvido durante 1998 e 1999. O público alvo foram turmas do 1º e 2º anos do Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade (localizado na cidade do Rio de Janeiro) e todas as turmas do ensino médio do Colégio Estadual Brigadeiro Castrioto (localizado na cidade de Niterói).

METODOLOGIA

Após a apresentação do projeto à direção das duas escolas fez-se contato com os recicladores da cidade do Rio de Janeiro e com a Companhia de Limpeza de Niterói (CLIN), a qual possui coleta seletiva e forneceu latões apropriados para o armazenamento do lixo reciclável no Colégio Estadual Brigadeiro Castrioto.

A partir daí, houve o preparo do material de divulgação, organização de aulas, pesquisas e cronograma. As aulas foram ministradas pelos licenciandos do IQ/UERJ sob a orientação dos professores. Foram vinculados os tópicos do programa de Química no ensino médio (como por exemplo, funções orgânicas e estruturas químicas) com o tema reciclagem. Para a realização das aulas foram utilizados vários materiais didáticos como: transparências, vídeos, amostras de materiais em geral. Ao final foram realizadas de oficinas de reciclagem de papel e plástico e com o uso da sucata a confecção de novos artefatos sendo jornais velhos transformados em papel cartão.

Como forma de avaliação da aprendizagem e da própria validade do projeto, foram analisadas: a participação nas aulas, perguntas feitas e as respostas dos questionários aplicados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas duas escolas houve grande receptividade e participação dos alunos. Durante as aulas, dúvidas e indagações foram esclarecidas, permitindo que o assunto fosse amplamente discutido.

Nas oficinas de reciclagem o lixo plástico foi transformado em novos objetos e os alunos que mais se destacaram em suas criações foram premiados com livros. Essas atividades permiti-

ram a visualização e manuseio das amostras apresentadas, o que foi fundamental para o aprendizado (foto 1).

A participação dos professores e alunos do Colégio Estadual Brigadeiro Castrioto, motivou também os alunos do ensino fundamental a participarem do projeto. Com a permissão da CLIN e o apoio da direção da escola, os latões, antes amarelos, foram pintados por estes alunos em cor relativa a cada material (foto 2).

Os resultados das avaliações mostraram que os alunos compreenderam a relação entre química e reciclagem e a importância desta para conservação do meio ambiente. A manipulação dos materiais e os recursos utilizados durante as aulas "não convencionais" apresentadas, entusiasmaram os alunos pelo tema e pela disciplina. Os resultados mostram que esta inovação tornou o ensino de química agradável e interessante, sem que houvesse a necessidade de decorar fórmulas e nomenclaturas.

No Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade, houve a conscientização do corpo docente e discente a respeito da importância da reciclagem. A direção do colégio reativou a parceria com a LATASA, para a coleta de latas de alumínio, o que reverterá em materiais necessários à escola.

A coleta seletiva foi efetivamente implantada no Colégio Estadual Brigadeiro Castrioto, em parceria com a Companhia de

Limpeza de Niterói, que semanalmente coleta o lixo reciclável.

Este trabalho demonstrou a importância da integração do ensino de química e o cotidiano como ferramenta para um aprendizado mais efetivo. Além disso, pode ser observado que a parceria entre comunidade, universidade e escola auxiliou no aprendizado dos alunos e na implantação de um serviço importante para a comunidade como a coleta seletiva.

AGRADECIMENTOS

DEXPET SR-3 / UERJ, Colégio Estadual Brigadeiro Castrioto, Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade, Companhia de Limpeza de Niterói.

Referências Bibliográficas

- 1) *Guia Pedagógico do Lixo (Atividades didáticas)* Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Coordenação geral José Flávio de Oliveira. São Paulo: SMA, 1998.
 - 2) Guia de Coleta Seletiva - Compromisso Empresarial para Reciclagem São Paulo, 1999
 - 3) LDB e o Ensino Médio. Disponível na internet. <http://www.quimica.ufpr.br/cquim/Documentos/L>
- PARA SABER MAIS:
1. EIGENHEER, Emilio Maciel. *Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.
 2. JAMES, Bárbara. *Lixo e Reciclagem*. Tradução por Dirce Carvalho de Campos. São Paulo: Scipione, 1992.
 3. *Jogando a vida fora*. Associação Ecológica Marapendi. Apoio da Coca-Cola. Rio de Janeiro, 1993. (12min):color;VHS.
 4. *Ilha das Flores*. Jorge Furtado. Porto Alegre: Nora Goulart: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989. (10min): color;VHS/NTSC.

MARCIA C. VEIGA AMORIM, formada em engenharia química pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e doutora em ciência e tecnologia de polímeros pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é docente do Departamento de Química Orgânica, no Instituto de Química, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

amorim@uerj.br

MÓNICA R. MARQUES PALERMO DE AGUIAR, formada em química e licenciatura em química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutora em química orgânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é docente do Departamento de Química Orgânica, no Instituto de Química, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

mmarques@uerj.br

ZILMA A. MENDONÇA SANTOS, formada em licenciatura em química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aluna da pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Ciências da Universidade Federal Fluminense, é professora do Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade e Colégio Nossa Senhora da Penha.

NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, O CONHECIMENTO NÃO É UM BEM COMUM: A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO NO PROGRAMA UNISOL 2000

87

Revista - 2001 - N. 18
PARTICIPAÇÃO

MARA CRISTAN

Desenvolvido em conformidade com os princípios do Conselho da Comunidade Solidária – promoção de parcerias voluntárias entre municípios e instituições de ensino superior – desde 1995 a Universidade Federal do Espírito Santo participou de todas as versões do Programa Universidade Solidária. Fato que demonstra o intuito de colaboração entre a instituição e as chamadas do governo para desenvolvimento dos programas de cunho educacional desenvolvidos enquanto atividades extensionistas.

No ano de 1999 a UFES, em parceria com a Prefeitura Municipal de Macajuba-BA, enviou uma equipe coordenada pelo Prof^o. Dr^o. Luiz Gastardi àquela cidade. Em 2000, este convênio foi reiterado e a universidade voltou a promover sua experiência na mesma localidade, agora sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Mara Cristan.

Com o propósito de relatar nossa experiência na coordenação da equipe enviada pela UFES, apresentamos este trabalho enfocando: 1) nossa compreensão acerca do papel da extensão universitária diante de uma das prioridades entabuladas pela ONU nos últimos

anos: o desenvolvimento humano; 2) uma descrição de minha experiência – enquanto coordenadora da equipe – no ano

de 2000 quando participamos do UNISOL; 3) as conclusões a que cheguei após realização de nossos trabalhos; 4) apresentação de uma avaliação pessoal acerca dos princípios do programa e sua eficácia em termos proporcionais.

1) DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E ATIVIDADE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Desde 1991, quando a Organização das Nações Unidas passou a apresentar os Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, as modalidades de planificação no nível internacional abandonaram o uso estrito de dados econômicos e promoveram um redirecionamento na concepção acerca do desenvolvimento, deixando de lado a já superada renda *per capita* e o PIB como indicadores deste, traçando novas diretrizes baseadas no que era designado por qualidade de vida.

Incluindo índices como acesso a bens públicos como habitação, saúde, educação, etc., a ONU evoluiu rumo a uma concepção que privilegia a multidisciplinarização dos dados, reconhecendo que para um país demonstrar melhoria em seus padrões de vida não basta o acesso àqueles indicadores – também essencialmente econômicos – mas é fundamental que a ampliação de acesso àqueles bens coletivos esteja acompanhada de

uma ativação da cidadania, como direito de reivindicar mudanças sociais e recriar as possibilidades humanas reconhecidas como obstáculos historicamente determinados.

Com a modificação da tônica dos relatórios internacionais houve uma transformação radical no conceito de educação que deveria ser aplicado através de políticas governamentais redistributivas. Ou seja, já não era suficiente saber desenhar o nome, como acontecia quando estavam em funcionamento programas como o MOBILAL ou experiências como o Projeto SACI (Chauí, 1986)². Nem tampouco acredita-se mais na educação que torna o professor um reproduzidor de conhecimentos e o aluno um mero copiador da cópia.

Ao contrário, a educação como fator de desenvolvimento humano é a possibilidade de romper barreiras sociais porque não ensina apenas o domínio de técnicas, mas ensina a aprender a aprender, ensina pensar. Tal concepção – que contraria as tradições acadêmicas no Brasil, onde pensar é privilégio de doutor – deve garantir o direito não só ao acesso de tecnologias mais modernas e que se apliquem aos problemas do cotidiano, mas deve garantir autonomia ao sujeito histórico, daí portanto um construtor de seu próprio conhecimento e de sua organização enquanto ator social (FREIRE, 1999)³, que reivindica seus direitos e não os toma como favores, produtos de um clientelismo

atrasado e bastante arraigado no município em que atuamos.

Diante da perspectiva do conhecimento como primeiro indicador de desenvolvimento humano – embora apresentada de forma bastante resumida – penso que a atuação da universidade dentro do Programa Universidade Solidária, deveria estar circunscrita a prestar diagnósticos dos municípios atendidos pelos órgãos federais para, apenas posteriormente, apresentar uma proposta ancorada principalmente em projetos de educação a distância: quer em relação à difusão de tecnologias produzidas nas instituições de ensino superior, quer no atendimento em termos de prestação de serviços e consultoria às prefeituras engajadas nos programas do Conselho da Comunidade Solidária. O que implicaria, certamente, em reestruturação do programa, inclusive em relação às regiões geopolíticas nas quais as universidades atuam.

Embora em tão curto espaço não tenha sido possível abordar aspectos subjacentes a esta matriz, procurei coordenar o trabalho da equipe UNISOL 2000 da UFES imaginando como factível a realização de uma experiência que primasse: pela autonomia dos alunos da universidade que integraram a equipe; pela transmissão de algumas tecnologias – sobretudo na área rural – que alertassem para a

importância do conhecimento técnico para a sociedade; pela realização de uma experiência que viabilizasse o reconhecimento de algumas condições em que o ensino se realiza naquele município e do significado da escola para aquela comunidade; pela sensibilização dos alunos, no sentido de torná-los cientes das condições de pobreza e miséria em que se encontra mergulhada 40% da população brasileira; enfim, de organizar um trabalho revelando os limites políticos do próprio Programa Universidade Solidária.

2) A EXPERIÊNCIA DA UFES NO UNISOL 2000

a) Processo de Seleção e Constituição da Equipe UFES-UNISOL/2000:

Ciente de que todas áreas de conhecimento têm algo com o que contribuir, em termos de um trabalho educacional e que visasse a multiplicação dos sujeitos através do desenvolvimento da capacidade de auto-organização do próprio alunado, tive o cuidado de compor uma equipe com perfil pluridisciplinar.

Assim, tendo em mãos 120 inscrições de alunos procedentes dos mais variados cursos que a universidade oferece – com exceção dos alunos das graduações em medicina e enfermagem que não aderiram ao convite – promovi uma pré-seleção basea-

da nos seguintes critérios: coeficiente de rendimento, integralização de pelo menos 40% dos créditos e, primando pela variedade da amostra, procurei compô-la de modo a oferecer participação no processo seletivo final para representantes de todas as áreas cursadas pelos alunos interessados. Ademais, dentro dos candidatos pré-selecionados, houve o cuidado em incluir o nome de duas alunas que haviam participado do UNISOL em 1999, entendendo que elas já acumulavam experiência.

Portanto, dentro de um universo de 30 alunos pré-selecionados, realizou-se uma oficina onde constaram as seguintes atividades: apresentação pelo Pró-Reitor de Extensão – Prof.º Dr.º Carlos Rogério Melo – dos princípios que regem o programa e da manifestação de seu interesse em que a universidade se mantivesse receptiva quanto ao convênio; apresentação pelo Prof.º Dr.º Luiz Gastardi de um vasto material audio-visual relatando como foi a experiência da equipe anteriormente coordenada por ele; aplicação de dinâmicas de grupo e de uma redação pela coordenadora, com a intenção de obter informações sobre o modo como os alunos reagiriam a um provável choque sócio-cultural e de que potencial crítico e criativo estavam dotados.

Concluída a primeira etapa, foram selecionados alunos dos

seguintes cursos: artes plásticas, odontologia, ciências sociais (2 alunos), engenharia elétrica, serviço social, psicologia, biologia e ciências agrárias (2 alunos), os quais foram convidados a participar de duas reuniões onde, entre outros assuntos, foram elaboradas e discutidas algumas normas que orientassem a conduta dos membros do grupo durante nossa estada naquele município, sobretudo porque entendíamos que, por tratar-se de uma comunidade pequena – a cidade possui 10.700 hab. (SEPLANTEC, 1997)* – despertaríamos curiosidade excessiva, o que não é muito bom em termos de aceitação da equipe pela população local, podendo impor dificuldades a um trabalho que foi realizado durante 21 dias.

b) Planejamento e Execução das Atividades de Trabalho:

Sem que tivéssemos realizado a viagem precursora, a primeira viagem foi realizada por toda a equipe o que, de certo modo, trouxe alguns atropelos dado a falta de um conhecimento mínimo do cotidiano daquela população. Apesar disso, iniciamos os trabalhos com uma atividade de planejamento participativo, convidando as lideranças e a população em geral para uma reunião, da qual participaram um número muito reduzido de lideranças. Apesar do que, iniciamos uma experiência de

planejamento auto-gerido pela equipe, ou seja: desenhamos as atividades a partir das contribuições que os alunos poderiam oferecer, procurando envolvimento tanto com a comunidade, quanto seguindo as orientações da difusão de tecnologia, realização de um trabalho na área de educação e sensibilização dos alunos ante os problemas da pobreza.

Dentro deste panorama desenvolvemos as seguintes atividades: a) realizamos um treinamento em educação denominada “Curso de Capacitação para Profissionais na Área de Educação”, com caráter pluridisciplinar, atendendo 150 professores – leigos ou não – das zonas rural e urbana, com o propósito de obter informações acerca da educação e do ensino; b) promovemos, em conjunto com os Agentes Comunitários de Saúde e membros das Pastorais da Igreja, “Feiras de Ciência, Beleza e Utilidades” na sede do município e em dois povoados – Nova Cruz e Santa Luzia – além de visita ao povoado de Pombal, objetivando apresentar algumas tecnologias em saúde e extensão rural, mas sobretudo partilhar a experiência da solidariedade; c) realizamos diariamente um programa na Rádio Comunitária – coordenada pela igreja – com vistas a abordar temas transversais como: sexualidade, violência contra a mulher e a criança, prevenção ao consumo de drogas,

preservação ambiental, noções de importância acerca de educação e tecnologia, além de abordarmos vários problemas locais denunciando a malversação dos recursos públicos destinados ao FUNDEF e ao Programa de Renda Mínima pela prefeitura, procurando atingir sobretudo a zona rural onde as possibilidades de acesso eram nulas diante dos recursos destinados à equipe e da falta de apoio do governo local; d) todos os dias realizamos diversas atividades de lazer como organização de duas festas populares, praça de recreação com oficinas variadas em artes plásticas, jogos na quadra poliesportiva, exibição de filmes e posterior discussão das temáticas implícitas no centro comunitário, bate-papo na praça com grupo de jovens; objetivando integração com a comunidade e sua auto-valorização; e) com intuito de ampliar acesso a tecnologias em saúde e auxílio das Agentes Comunitárias de Saúde, realizamos visitas domiciliares orientadoras, visita aos idosos no asilo local, visitas às escolas para difusão de técnicas de escovação preventiva, atendimento psicológico sobretudo às mulheres.

Tudo foi feito dentro de recursos parcos, pouco apoio da prefeitura, mas com grande auxílio das Pastorais da Criança e da Família, de um grupo de freiras, dos Agentes Comunitários de Saúde, de um fundo

emergencial que a UFES colocou à disposição, de alguns diretores de escola e, sobretudo, com imenso apoio da comunidade, dos jovens, de voluntários e das crianças. O trabalho que realizamos só foi possível graças ao apoio dessa gente e do enorme empenho dos alunos, que viveram momentos intensos de alegria, de depressão, de impotência, de revolta, de compreensão mútua, enfim, na confusão e explosão dos sentimentos, me restou a esperança de que, pelo menos, a intenção de sensibilizar os alunos quanto ao papel que devem desempenhar na sociedade que detém conhecimento, mas que não o socializa, se concretizou.

3) AVALIAÇÃO DO PROGRAMA E SUAS LIMITAÇÕES:

Integrado ao Conselho da Comunidade Solidária, o Programa Universidade Solidária deve estar inserido nos mesmos princípios que regem as políticas de assistência social do governo federal, cuja tônica volta-se para o combate à pobreza. Herdeiro de programas de ação social desenvolvidos desde o governo Geisel, passando pelos Planos de Prioridades Sociais da Nova República – consagrado pelo famoso *tudo pelo social* – e do Programa de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, originalmente concebido pelo sociólogo Betinho, o Conselho da Comu-

nidade Solidária – menos da comunidade e mais do governo – estabeleceu ações que visavam descentralização dos programas e estabelecimento de parcerias, incentivar auto-organização das populações perfilada pela geração de emprego e renda, além de procurar alternativas que avançassem o padrão sócio-educacional e cultural das populações gerenciados pelas instituições internacionais de fomento aos programas sociais⁵.

Ocorre que, em decorrência do baixo grau de cidadania da população brasileira – obstáculo histórico aos desafios do desenvolvimento com equidade – ações desconexas a um programa social mais integrado e multidisciplinar vêm redundando em fracassos constantes. O Programa Universidade Solidária – dentro de uma visão pessoal acerca da extensão universitária – aparece como produto dos vícios incorporados aos diversos programas assistenciais postos em prática no país.

Primeiro, porque o UNISOL não possibilita a realização da atividade de extensão universitária enquanto difusora de um conhecimento que não deve apenas ser copiado, mas incorporado pela população. Ou melhor, a geração de ciência e tecnologia – meio e fim das universidades – não pode ser instrumentalizada pela população atendida porque o programa carece de problemas

tanto em termos de infraestrutura disponível, quanto de sua validação apenas como ação tópica, destituída da expectativa de uma socialização do conhecimento, como deveria ser.

Depois, porque, como não existe viabilização de recursos materiais para que a universidade, parceira do município conveniado, possa manter algum tipo de trabalho – a educação a distância dentro de uma vasta gama de iniciativas, por exemplo – implicando na falta de seqüência ao que poderia se constituir como algo inovador dentro do Programa Universidade Solidária.

E, por último, porque a direção dada ao UNISOL não incorporou os avanços da concepção multidisciplinar de desenvolvimento: o de que apenas uma população que tenha adquirido direitos básicos de cidadania – dentre eles o de aprender a pensar – pode preparar-se para intervir de maneira mais eficaz rumo à construção de um país onde problemas estruturais como o desemprego não se associe imediatamente à pobreza e à fome.

Porque a pior miséria é aquela de nem se perceber ignorante, de nem se perceber agente da história e não apenas sujeito a ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁵ COMUNIDADE SOLIDÁRIA/ Programa Universidade Solidária. *Informa-*

tivo às Equipes. Brasília, 2000.

² CHAUI, Marilena de Souza. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo; Ed. Brasiliense, 1986.

³ FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Petrópolis; Ed. Vozes, 1999.

⁴ Governo da Bahia/Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. Macajuba: perfil municipal. 1997.

⁵ DEMO, Pedro. Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade. Campinas; Autores associados, 1996.



UniRede

**Universidade Virtual
Pública do Brasil**

Visite o portal da UniRede

www.unirede.br

Entre em contato por e-mail:

unirede@universidadevirtual.br

**Leia o
Informe UniRede**

MARIA ESTELITA ROJAS CON-
VERSO

Observa-se, nos últimos anos, uma crescente preocupação por parte de vários segmentos da sociedade com a condição social e de saúde dos indivíduos que estão envelhecendo. Essa preocupação advém do significativo crescimento da população idosa em todo o mundo, decorrente do progresso dos recursos científicos e tecnológicos. Particularmente, no Brasil, este fato vem acompanhado do rompimento do paradigma de país jovem. O Censo de 1991 foi o primeiro a indicar que o percentual de idosos está aumentando. A população idosa com mais de 64 anos passa de 4,01% para 4,83% de 1990 para 1991. Esses números marcam o início do envelhecimento da população brasileira. Considerando-se a expectativa de vida no país que no início do século era de 34 anos, na metade do século de 43 anos, a perspectiva para 2025 é que atingirá 71 anos. Um índice que ajuda, também, a compreender a estrutura etária de uma população é o que compara o número de idosos com mais de 65 anos com o número de crianças menores de 15 anos. No Brasil, em 1980, esse índice era de 10,4% (dez idosos para cada grupo de cem crianças), em 1991 ele aumentou para 13,9%. Todos esses dados trazem, paralelamente, questões muito im-

portantes, que vão desde os problemas acarretados pela falta de uma política sócio-econômica voltada a essa população, até a questão: como estará a qualidade de vida dessas pessoas no futuro? Através dos problemas que podem ser vistos hoje, alguns pontos são necessários de serem abordados e discutidos para um benefício futuro do idoso como: a introdução de tópicos sobre gerontologia e/ou geriatria na formação de todos os profissionais da área de saúde para auxiliar no atendimento aos idosos; a implantação de uma política sócio-econômica adequada aos problemas reais dos idosos; a busca de um trabalho preventivo dos problemas decorrentes da idade avançada, atuando principalmente em campanhas de vacinação, orientação sobre prevenção de patologias e incentivo ao desenvolvimento físico e aprimoramento intelectual, com objetivo de melhora da qualidade de vida; incentivo à pesquisa nas áreas de gerontologia e geriatria, pelos órgãos financiadores, com intuito de auxiliar a solução de problemas pertinentes ao idoso; e, finalmente, iniciar na área educacional um programa que esclareça crianças e jovens sobre o processo normal do envelhecimento (senescência) demonstrando que o mesmo é inerente à vida e preparando-os para tratar o idoso com o respeito que merece. Alguns desses tópicos já

estão sendo pensados, como exemplo recente temos a reforma que está ocorrendo na Previdência Social, a qual está preocupada com o aumento de aposentados que a maior expectativa de vida vem acarretando. Mas infelizmente, a preocupação é apenas com os gastos excessivos que estas aposentadorias trarão aos cofres públicos. Outro exemplo recente é a campanha de vacinação contra a gripe que vem acontecendo nos últimos anos para as pessoas com mais de 60 anos. O Ministério da Saúde está entendendo que é mais barato investir na prevenção de doenças do que arcar com as despesas decorrentes de seu tratamento, que normalmente envolvem gastos com medicação, médicos e longas internações. A preocupação neste caso é também financeira, mas não deixa de auxiliar muito na melhora da qualidade de vida dos idosos. Temos como exemplo, também, o envolvimento das universidades com a problemática do idoso através da prestação de serviços à comunidade, muitas delas desenvolvendo programas muito bem estruturados voltados à população idosa. Segundo Motta (1989:16) "*O envelhecimento social é um processo frequentemente lento que leva à progressiva perda de contatos sociais gratificantes. É um processo que se inicia em algum momento da vida de um dado ser humano, acentua-se em dife-*

rentes ocasiões e, através de avanços e recuos nem sempre precisos, pode levar à chamada "morte" social. O envelhecimento social, como resultado de uma série de ocorrências, por vezes alheias à vontade dos que nela estão envolvidos, é o caminho percorrido em direção à morte social e esta é o total isolamento, a completa ausência de relacionamentos interpessoais; é a impossibilidade ou a perda da capacidade de estabelecer relações significativas com os outros seres humanos." Um fato que demarca na maioria das vezes esse envelhecimento é a aposentadoria. A ausência, no Brasil, de um planejamento para uma "aposentadoria útil", como existe em outros países, acentua ainda mais os problemas que essa situação de "improdutividade" traz ao idoso. Estudos demonstram que a ociosidade traz à tona conflitos interpessoais que foram, durante anos, abafados através das atividades ocupacionais. O aposentado tem dificuldade de trabalhar com a mudança de status na sociedade e a inversão de papéis que invariavelmente acontece no seio familiar, tornando-se de detentor da autoridade a dependente dos filhos, o que acarreta sérias dificuldades intrafamiliares. Esses fatos, juntamente com muitos outros, levam a uma diminuição da sua auto-estima e auto-imagem, afastando-o do contato com as outras pessoas e

com o ambiente social, favorecendo o seu completo isolamento. A universidade atua neste sentido propiciando uma maior integração entre eles e entre eles e a sociedade, e, também, esclarecendo-os sobre os problemas que os acompanharão com o passar dos anos. Seu objetivo maior é trazer para seus espaços de produção e divulgação de conhecimentos pessoas com mais de 50 anos para que as mesmas possam se informar e discutir sobre temas relacionados com a senescência; um local para realizar suas atividades de lazer com orientação profissional eficiente; discutir assuntos polêmicos da sociedade e do mundo; manter sua mente ativa e ocupada com atividades culturais; entrar em contato com as pesquisas que estão sendo realizadas pela comunidade acadêmica de sua cidade; ter condições de entrar em contato com os avanços tecnológicos e científicos que ocorrem no mundo; e, finalmente, poder realizar atividades, tanto de lazer como culturais, que antes as atividades ocupacionais impediam. O programa da FCT/UNESP teve início em 1995, e, atualmente, oferece aos 160 idosos participantes uma série de atividades que vão ao encontro das suas necessidades e reivindicações, além da disponibilidade da unidade com recursos humanos e financeiros necessários às atividades propostas. O progra-

ma de atividades que será desenvolvido no semestre é discutido com os idosos, que participam desde sua elaboração até sua execução. O programa consiste em encontros semanais (às quartas-feiras) do grupo, e de atividades complementares com acompanhamento em outros dias da semana, dependendo da disponibilidade de cada um dos participantes. Atualmente são: palestras sobre temas relacionados à saúde; físico-recreativas; excursões turístico-culturais; cursos de línguas, dança, alfabetização e computação; oficinas de teatro e coral; vagas em disciplinas dos cursos regulares da unidade; mini-cursos sobre cultura brasileira, fatores de risco em doenças cardiovasculares, entre outras. Toda essa programação é oferecida não apenas com o intuito de "ocupar o tempo" do idoso, mas de mantê-lo em contato com a problemática da população em geral para que possa atuar como agente social, levando sua experiência de vida e conhecimentos adquiridos no programa para as outras pessoas. O benefício deste programa não se esgota no idoso, mas também é sentido no aumento do número de pesquisas acadêmicas dos alunos, dos diversos cursos de graduação da unidade, nos temas gerontologia e geriatria. Muitos destes trabalhos estão sendo realizados baseando-se no grupo de idosos que participam do programa. A interação dos

jovens com o grupo de idosos apresenta uma troca de experiências e conhecimentos muito enriquecedora e gratificante para ambos. Esse tipo de programa configura-se, ao mesmo tempo, em um desafio intelectual e em um dever da universidade pública que, assim, torna os trabalhos de docência, pesquisa e extensão úteis para a construção de um envelhecer saudável e integrado à sociedade, além de melhorar a qualidade de vida de nossos idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JORDÃO NETTO, A. Universidade Aberta para a Terceira Idade: uma Avaliação Crítica. *O Mundo da Saúde*. São Paulo, ano 21. v. 21, n. 4, p. 213-7, jul/ago. 1997.

MOTTA, E. Envelhecimento Social. *A Terceira Idade*. São Paulo, v.2. n.2, p. 16-39, 1989.

NERI, A. L.; DEBERT, G. G. *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papius, 1999.

PICKLES, B. et al. *Fisioterapia na Terceira Idade*. São Paulo: Livraria Santos Editora, 1998.

MARIA ESTELITA ROJAS CONVERSO

Mestre em Educação – Departamento de Fisioterapia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Presidente Prudente – Coordenadora do Programa “UNESP Aberta à Terceira Idade” da FCT/UNESP.

E-mail: converso@stetnet.com.br

PASSEIOS TEMÁTICOS PELA AMAZÔNIA

95

novembro 2001 - N. 16
PARTICIPAÇÃO

EURÍPEDES DA CUNHA DIAS

O convite para a integração na Expedição Kota Mama III surge, inesperadamente, como possibilidade para ver, sentir, reconhecer ou estranhar configurações amazônicas já sugeridas pelas mais variadas fontes: antigos relatos de viagens, interpretações discor-dantes ou não do percurso feito pela colonização ibérica, pesquisas sistemáticas e, para não alongar muito a lista, as imagens desse "mundo silvestre" divulgadas pelas empresas de turismo como fonte de atração para o mundo moder-no e domesticado pela civilização, ou ainda, notícias na mídia sobre a inclusão da Amazônia na rota do tráfico das drogas. A possibilidade de viver a experiência, no entanto, mal se esboça e já ameaça se con-verter no seu contrário: no papel de *observador acadêmico* reservado aos participantes brasilei-ros dessa expedição, como se orientar num contexto com tantos e tão complexos atores? como conciliar o espaço continental amazônico a ser observado, desde a Bolívia até Belém (PA), com uma viagem cujo roteiro deveria atender a dife-rentes interesses, o que tornava o tempo curto para a observação de espaços físicos e culturais tão amplos? Decidiu-se que dividi-ríamos a viagem em duas fases: a primeira fase como integrantes do percurso da expedição, de Porto Velho (RO)

até Itacoatiara (AM), durante a qual seria possível manter contatos com as comunidades ribeirinhas; a segunda fase, de Santarém, Manaus (AM) até Belém (PA), seria um roteiro independente, pois embora algumas dessas cidades estivessem na rota da expedição, o seu calendário a ser cumprido não se adequava às nossas necessidades.

Ao longo de todo o trajeto seria possível observar e colher informações sobre o movimento da Cabanagem, projeto de pesquisa já em andamento e principal motivador da integração na expedição. Assim, aos poucos, com os esclarecimentos sobre as condições e estratégias da expedição, foram possíveis os primeiros encaixes entre o que objetivavam e o que se apresentou como inesperada oportunidade para o conhecimento, um século e meio depois, de algumas comunidades que serviram de redutos da Cabanagem. Mas ao final a experiênci-a foi além do que se esperava resultando em propostas de variados temas para pesquisa: alguns previamente programados como a Cabanagem e a observação de populações ribeirinhas, outros previsíveis ou "achados"; cada um deles, recortados de diferentes lugares do espaço amazônico e nenhum deles enquadrados em períodos históricos específicos, mas dispersos na memória, no imaginário e nas relações substantivas e institucionais encontradas. Portanto, a

participação na Expedição Kota Mama viabilizou condições para observações preliminares, cujos resultados permitem o recorte de pesquisas sistemáticas futuras, a escolha de campo para observação etnográfica e o acréscimo de informações para pesquisas em andamento.

Como foi dito acima, o trabalho já em andamento e que serviu de âncora para buscas e achados de outros temas foi a Cabanagem, movimento social que ocorreu entre 1835 e 1840, tendo o início em Belém e chegando até Tabatinga, na divisa com o Peru: "*desde o litoral paraense pelas ilhas do arquipélago do Marajó, o litoral escassamente habitado pelo Amapá, o Baixo amazonas pelos rios Tocantins e Xingu, Santarém no Tapajós e Borba no Madeira. Remontando o Solimões atingiu Tabatinga, e pelo Rio Negro alcançou Santa Isabel ou Tapuruquara*" (Reis, 1965: 24).

Tendo se iniciado como movimento nacionalista liderado pelas elites brasileiras locais para expulsar os portugueses que ainda detinham total domínio político e econômico no estado do Pará, quinze anos após a independência, a revolta cabana que congregou as três etnias recrudescer mesmo depois de se atingir os objetivos, isto é, garantir a integração de brasileiros na estrutura de poder. Mas o que norteou a observação foi a idéia da transformação do movimento

num conflito étnico que pela primeira vez envolvia as três etnias numa luta de índios e negros contra brancos.

No entanto, a proposta de não se restringir à consulta de fontes históricas, mas de colher informações locais sobre um movimento de meados do século XIX, inicialmente, trazia em si a suspeita de ser pouco realista e exequível. Esse temor deveu-se primeiramente ao fato de a Região Norte ter recebido sucessivas levas de migrantes, principalmente nordestinos portadores de cultura bastante diferenciada e que poderia se sobrepor à cultura das comunidades locais, dificultando a possibilidade de apreensão da memória e do imaginário da Cabanagem. Em segundo lugar vinha a suspeita sobre as condições para a observação empírica, já que as populações ribeirinhas enfrentavam temporariamente o fenômeno das "terras caídas", reduzindo-se assim a sua fixidez e obrigando-os a deixarem as terras inundadas e arrastadas pelas corredeiras. As terras que se desprendem se acumulam às margens dos rios, formando baixios que são solidificados pela vegetação ao longo do tempo. Tornam-se terras adequadas ao cultivo de lavouras periódicas, principalmente o arroz, mas essas populações ainda não assimilaram a cultura desses cultivos de subsistência e nem têm familiaridade com o uso do pilão e

muito menos do monjolo que permitiria o beneficiamento caseiro do arroz. Dependem das beneficiadoras localizadas em cidades maiores com infra-estrutura para o comércio de gêneros alimentícios.

Mas nos contatos que se seguiram, as duas suspeitas, se não foram suspensas, foram pelo menos atenuadas. Não se constatou mudanças no perfil cultural das comunidades provocadas pela presença de nordestinos. Foram visitadas 17 comunidades, ao longo do rio Madeira, desde Porto Velho: São Carlos, Santa Catarina, Calama, Humaitá, Faro, São Salvador, Primavera, Lago Acará, Nazaré do Retiro, Manicoré, Vencedor, Novo Aripuanã, Auará Grande, atual Monte Sinai, Borba, Nova Olinda do Norte e Itacoatiara. Nas rápidas visitas feitas, não foram encontrados nordestinos nas comunidades tipicamente ribeirinhas, isto é, as que vivem exclusivamente da pesca. Nesse percurso, a presença deles foi notada em Humaitá, e integrados ao comércio local, sendo que duas das principais lojas que vendiam roupas, calçados, malas, redes, etc. eram de nordestinos.

Quanto ao tema da cabanagem, durante o tempo em que durou a pesquisa, trinta dias, foi possível notar certo reconhecimento desse modo de entender o movimento, isto é, como conflito interétnico, garantindo-se assim a legitimidade de pesquisas sistemáticas de

cunho antropológico sobre a reconfiguração da Cabanagem como luta por liberdades étnicas. Logo apareceram os primeiros indícios. Em Itacoatiara (AM), a biblioteca do colégio público conserva exemplares de uma coleção proposta pelo Ministério da Educação para o ensino regional e, no exemplar sobre a história da cidade, a Cabanagem, contada em quadrinhos, projeta nas narrativas e nas ilustrações as imagens do índio, do negro e do caboclo, exaltando-os e dando relevância à condição de excluídos justificadora da revolta. Ali também se constatou a presença do movimento na memória do grupo. Em conversas com professores de comunidades vizinhas reunidos para seguirem um curso, surgem inesperadamente disputas pelos nomes das cidades que teriam abrigado as primeiras manifestações da revolta. Segundo alguns, o movimento teria surgido na "Aldeia dos Abacaxis, à margem direta do rio do mesmo nome, afluente do Paraná Tupinambarana, onde habitavam índios Mundurucu" (Mello, 1986: 65). Mas em 1758 é removida para outro sítio onde recebe o nome Itacoatiara. No mesmo ano muda novamente o nome para Serpa, uma cidade portuguesa, para finalmente voltar a denominar-se Itacoatiara. A reivindicação da Aldeia dos Abacaxis como lugar de nascimento da Cabanagem é uma disputa toponímica que expressa as ligações afetivas e políticas com

aquele movimento.

Também a estória do nome da cidade paraense de Santarém revelou que a toponímia encobre uma trama de re-escritura sobre a Cabanagem. Diz-se dos cabanos que tinham gosto, usando opalimpsesto, em recuperar os nomes nativos considerados bárbaros pelo Marquês de Pombal. Esta cidade, em cujas proximidades os cabanos tinham um forte reduto, em 1757 era uma paróquia jesuíta e tinha o nome Aldeia dos Tapajós (Fonseca 1996). Em 1758 é elevada à categoria de Vila, recebendo o nome de uma cidade portuguesa, Santarém. Mas em 1833, durante a Cabanagem, volta a se chamar Aldeia dos Tapajós, o que foi bastante comemorado pelos rebeldes nacionalistas, retornando, em 1841, ao nome de origem portuguesa que mantém até hoje. A disputa toponímica torna-se, assim, referente de significações do grupo sobre a Cabanagem. Mas além de ser referida como um movimento que recuperava nomes nativos das comunidades, ela também disputou com os colonizadores a adesão de grupos indígenas. Assim, os Mundurucu (Dossiê Mundurucu), conhecidos pelos intensos combates travados contra os portugueses durante a segunda metade do século XVIII, depois de submetidos aliam-se, no século seguinte, às elites portuguesas, contra a Cabanagem, enquanto

que os índios Mura são sempre citados como aliados dos cabanos.

Esses contatos rápidos sugeriram que há muitas cabanagens; aquelas com históricas já confirmadas em pesquisas e textos e as cabanagens modeladas pelo imaginário de muitos que pretendem dar a ela o status de principal atributo da identidade amazônica. É, portanto, uma temática ainda em construção e um campo aberto para muitas observações.

No percurso entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM), entre 22 de julho e 9 de agosto, a nossa atenção foi cativada pelas 17 comunidades ribeirinhas visitadas ao longo do rio Madeira. De longe, do barco, o cenário visto era sempre o mesmo em todas elas: canoas geralmente de pequeno porte estavam amarradas em estacas à margem do rio, o terreno inclinado que alcança maior elevação quase à porta das casas de palafita cercadas pelos lados e na parte de trás por densos arvoredos.

Com a aproximação do barco, sempre alguns moradores se agrupavam à margem do rio e ali ficavam, sem nenhum espanto, apenas olhando com muita tranquilidade a nossa descida à terra. Essa postura causou-me estranheza e logo a comparei com a gestualidade, a que estava acostumada, do sertanejo do Centro Oeste e que se aproxima à do sertanejo nordestino, imagens passadas em filmes e

relatos de pesquisa. No primeiro momento, essa gestualidade e a fala emitem sinais de acanhamento, esforço para agradar e humildade, e só depois de alguma camaradagem revelam a autoconfiança e a integridade captadas pela literatura regional. Já nos homens e mulheres das populações ribeirinhas, o primeiro olhar revelava certa altivez, mas sem arrogância, talvez porque fosse uma linguagem endogamia, não verbal, na qual foram endoculturados desde tempos mais remotos e que se sobrepunha à arrogância que é muito mais um falar para fora, para o Outro. Talvez essa diferença se desse a que o homem do sertão do Centro Oeste e do Nordeste tenham vivido dominados, dentro da propriedades de outros, enquanto que aqueles ribeirinhos se não são proprietários da terra em que vivem, ainda expressam os sentimentos de quem é livre da relação de propriedade da terra.

Quando se comunica a gestualidade facial confirma a primeira impressão: olham nos olhos do interlocutor com a tranquilidade do olhar auto-centrado e falam emitindo com naturalidade opiniões próprias. Apresentam-se com roupas de cores mais vivas, e as mulheres realçam o biótipo ainda fortemente indígena com os cabelos soltos, penteados e com a boca também realçada com batom. O que perturbou essa paisagem foi a

resposta à pergunta feita a um jovem ribeirinho sobre o significado da palavra *caboclo*. Mostrou-se acanhado ao dizer que os outros os chamavam de caboclos, descendentes de índios, mas que eles não o eram.

Na passagem por uma das comunidades, Monte Sinai, a presença da Igreja Evangélica foi imediatamente percebida como remodeladora da cultura através da mudança do sistema de nomeação e da toponímia. O nome indígena da comunidade é Auará Grande, e o pastor que ali vivia há poucos anos mudou o para Monte Sinai, mas muitos moradores ainda a chamam pelo primeiro nome. Também nomes bíblicos foram dados às crianças: Ezequiel, Abraão, Rute etc.

Nessa comunidade encontramos evidência de que, mesmo com a ocorrência do fenômeno das terras caídas, ainda havia fixidez das populações ribeirinhas. A anciã mais velha de Auará Grande tinha 96 anos de idade, há 76 anos havia se mudado, com 20 anos, para viver com o pai nesta cidade, do que se pode concluir a permanência naquela localidade há mais de 76 anos. Segundo o que se pôde constatar pela paisagem do rio Madeira durante a viagem e pelos relatos dos moradores de diferentes comunidades, quando as terras cedem às corredeiras e deslizam, os moradores recuam mata a dentro, o que foi possível observar em mais de uma ocasião em

se viu casas recém construídas e afastadas da margem do rio.

Na viagem por terra de Santarém até Manaus, um novo tema, aqui denominado de *novos nordestinos*, foi achado. Novos porque esse segmento da nossa população tem uma longa história de exclusão e dominação. Viveram de cultivos de subsistência, como cultivadores da cana de açúcar nos engenhos do nordeste, mais tarde transformados em usinas e posteriormente como seringueiros submetidos ao sistema de *barracão* na Amazônia. Essas observações preliminares entre Santarém e Manaus marcam a presença de nordestinos como proprietários de sítios que produzem gêneros alimentícios e na produção e comércio de itens da culinária do Norte e do Nordeste à beira da estrada, mudando, assim, a longa trajetória histórica de migração para a exclusão.

Finalmente é oportuno falar de algumas impressões que ficaram depois da rápida permanência em Itacoatiara e Manaus no estado do Amazonas e Santarém em Belém. Visitando mercados, museus, escolas e conversando com os *intelectuais nativos*, não passaram despercebidas as constantes referências às culturas Amazônicas. Reproduções delas adornavam jardins em Santarém, ilustravam cartazes para o turismo local e os museus onde eram expostas integravam a lista de sugestões de lugares para visitas, feitas por quem encontrávamos.

Ressaltam a Cultura Marajoara, a Tapajônica ou Cultura Santarém encontradas na foz do rio Tapajós, no Baixo Amazonas, e que na cidade do mesmo nome estão desenhadas no piso da orla do rio Tapajós recém inaugurada. Fazem também referência às instigantes cerâmicas da Cultura Maracá, encontradas no pequeno rio Maracá, afluente da margem esquerda do rio Amazonas (Santos 1999 ; Suassuna 2000).

Essa rica produção cultural já está classificada em catálogos de arqueologia como objetos culturais produzidos por populações já extintas. Mas no contexto em foram feitas as nossas observações, percebe-se o quanto elas se integram ao cotidiano de algumas cidades, podendo-se afirmar que as cerâmicas não podem ser consideradas como referentes de algo já extinto e cristalizado no passado. Ali, o uso do material arqueológico não é somente comercial, é anagramático e a palavra arqueologia repassa ao imaginário amazônico as significações dos objetos culturais produzidos no passado, mas reatualizados no presente. Visto por essa perspectiva anagramática, deixa de fazer sentido, pelo menos nesses casos, o risco de manipulação da perspectiva arqueológica como forma de negação de identidades do presente pelo seu encobrimento com as identidades passadas (Marcus 1993). As culturas do passado conservadas arqueologicamente podem ser

encobridoras do presente aos olhos de turistas desavisados ou para aqueles que negam a alteridade do caboclo e do índio, mas há espaços no imaginário amazônico, criados principalmente nos relatos feitos pelos intelectuais nativos, para o reconhecimento daquelas culturas como fontes de atributos que afirmam a complexidade do contemporâneo.

**ATÉ
JUNHO
ATÉ
DEZEMBRO**

Bibliografia

Boletim Informativo do Museu Amazônico. Dossiê Muduruku. Vol.5, No. 8, pp 1-103. Jan./jul. 1995.

FONSECA, Wilde Dias. *Santarém: Momentos Históricos*. Editora Tiago. Santarém, PA. 1996.

MARCUS, George. "Past, present and emergent identities: requirements for ethnographies of late twentieth-century modernity worldwide". In Lash, Scott and Friedman, Jonathan. *Modernity and Identity*. Blackwell. Oxford and Cambridge. USA: 309.

REIS, Gustavo Moraes Rêgo. *A Cabanagem: Um Episódio Histórico de Guerra Insurrecional na Amazônia (1835-1839)*. Ed. Governo do Estado do Amazonas. Manaus AM. 1965

MELLO, Octaviano. *Topônimos Amazonenses* Imprensa Oficial. Manaus, AM. 1986.

SANTOS, Paulo Rodrigues. *Tiapiulândia*. Gráfica Tiago. Santarém, PA, 1999.

SUASSUNA, Felisberto. *Amazônia: Tápajônica: Santarém: Enigmas e Revelações*. Multigraph. Santarém, PA. 2000.

**PRAZOS
PARA ENVIO
DE
TRABALHOS
PARA A
REVISTA
PARTICIPAÇÃO**

EURÍPEDES DA CUNHA DIAS
Prof^a. Adjunta do Departamento de
Antropologia da Universidade de
Brasília.

A PRESENÇA DA UNB PELAS AÇÕES EM ARAIÓSES/MA- A PERMANÊNCIA DOS SABERES

FRANCISCO GOIS DE OLIVEIRA
ANTÔNIA CÉLIA BARROS LINS
BONFIM

1. ARAIÓSES NO CONTEXTO
HISTÓRICO NACIONAL

Se fizermos um estudo histórico da educação brasileira, neste corte da série de 500 anos, podemos sustentar o enunciado de que o Brasil, em termos de dignidade e desenvolvimento humano, é a competência de suas políticas educacionais, onde as estratificações existentes na sociedade correspondente à cultura gerencial destas políticas.

Diversamente de outras nações que aproveitaram o século XX para criarem base e consolidarem seus projetos, o Brasil praticou o discurso da prioridade à educação ao longo de muitas décadas. Discurso que não ressoava na geração de ações consistentes com as declamações no que se referia à formulação de um projeto pedagógico próprio e inerente à nação brasileira.

Todos os estudos evidenciam que o Brasil nunca primou pela consequência prospectiva na gestão da educação. Ou seja, a educação nunca integrou a estratégia brasileira de desenvolvimento. Neste campo não foi reproduzido "o modelo" bem sucedido em outros países. Referenciais existiam: Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, optaram por investirem na educação como a essência de seus projetos de nações e nas relações com o resto do mundo. A situa-

ção interna desses países e a qualidade de suas participações no mundo globalizado confirmam a relevância da escolha: educação como substantivo da qualidade de vida para seus cidadãos e suas cidadãs, em seus diferentes estágios de vida.

É notório, pela leitura dos indicadores sociais elaborados por instituições nacionais ou internacionais, excepcionalmente através de uma análise mais acurada do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano – UNESCO/IPEA), que o Brasil negligenciou no setor da educação, negando prioridade discurçada mediante a implementação de políticas desenvolvimentistas, onde a infra-estrutura, instalação e aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologias predominam e eram práticas traduzidas na construção de estradas, pontes monumentais, hidroelétricas, usinas nucleares, fábricas e pela adoção de políticas agrícolas de monoculturas para a exportação, tudo com uma densa participação do Estado através da concessão de incentivos, subsídios, isenções fiscais, além de sua participação direta no financiamento desses empreendimentos.

Visto por esta face, do desenvolvimento intensivo em capital físico, o Brasil tem um bom desempenho na acumulação e na produtividade, ficando bem localizado no ranking das maiores economias do mundo, porém, significativamente, distante das melhores sociedades

planetárias. Na educação, o cerne de tudo, o país anuncia seu empobrecimento através do elevado número de analfabetos, a baixa escolaridade, a exclusão na escolarização, na repetência, na retenção na série escolar.

Este quadro pode ser confirmado por dados oficiais (MEC/INEP-1998). De cada 100 crianças que iniciaram os estudos em 1997, apenas 66 chegarão à oitava série do ensino fundamental. Em 1998, 14% dos brasileiros com mais de 15 anos eram analfabetos (cerca de 15 milhões de pessoas), ainda, para o mesmo ano, 46% do alunos matriculados no ensino fundamental apresentavam defasagem na relação idade/série; e a repetência apresenta um custo de 5 bilhões de reais. São recursos desperdiçados, uma vez que não vêm servindo para que os alunos aprendam. Os indicadores confirmam que os repetentes transformam-se em multirrepetentes e acabam sendo excluídos da escola, até porque os fatores estruturais que contribuem para a composição deste cenário, e da educação como um todo, ainda continuam sendo tratados com políticas pontuais e muitas vezes afetadas por descontinuidades, em virtude das "políticas maiores" de ajuste econômico.

Em síntese, até agora, é esse o resultado da educação brasileira: uma elite bem-educada e uma massa de analfabetos e semi-analfabetos. Esta situação torna o Brasil um gigante frágil para participar competitivamente

te da chamada Nova Economia. Ou da economia do conhecimento, advinda do desenvolvimento das tecnologias da informação.

Neste novo cenário mundial, onde ocorrem grandes mudanças no sistema produtivo, nas relações de serviço e de trabalho, nos organismos de representação social e nas relações pessoais, cada vez mais permeadas por informação, conhecimento, ciência e saberes, os bens físicos têm sua importância relativizada pela prevalência de idéias - o capital inteligente cujo desenvolvimento urge investimentos e gestão profissional de uma política educacional vinculada a um projeto de nação.

Neste novo contexto global, interna ou externamente, as possibilidades de sucesso das pessoas e, conseqüentemente, de qualquer país, depende da qualidade da educação implementada. As atividades mais simples do dia-a-dia, por exemplo, de um frentista, requer que esse trabalhador saiba operar a máquina de cartão de crédito e as bombas automáticas, além de ter uma formação geral que o torne hábil para se relacionar com diferentes clientes com bom atendimento.

O advento da sociedade do conhecimento tem implicações sobre as necessidades de aquisição de conhecimento por todas as pessoas numa concepção de educação permanente, passando dos grandes executivos, ao pessoal de "chão de fábrica", aos empregados domésticos, (dos

quais se exige, por exemplo: que o empregado ou empregada saiba fazer ligações urbanas, interurbanas e internacionais; operar aparelho de fax; dirigir automóveis; fazer pagamentos em bancos informatizados; operar computador em ambiente de Internet e operar o correio eletrônico). São todos, exemplos, de funções intensivas em conhecimento e tecnologias da informação cuja utilização pressupõe uma escolarização mais elevada do que a proporcionada até agora à maioria do povo brasileiro.

Neste sentido, o Brasil apresenta uma grande lacuna e dívida social. Pode até ter sido competente na contenção de outros déficits, mas o educacional exige uma resposta estruturada em política de curto e médio prazo, conjugando a implementação de políticas compensatórias (bolsa escola, livro didático, programa de renda mínima, proteção contra o trabalho infantil, merenda escolar, cesta básica, programa de aceleração e programa de valorização do magistério) com a concepção de um projeto educacional autorreferenciado no Brasil como parte do mundo, articulada a outras políticas (reforma agrária, política agrícola, reforma urbana, distribuição de riquezas ...). O fundamental é não se manter no discurso da prioridade nem vislumbrar a educação como panacéia para sustentar a base produtiva da economia, mantendo esse instrumental, mas considerá-la como a essência das

necessidades do povo brasileiro para uma vida melhor no âmbito nacional, em nível de município, único espaço real de relações e expressões vitais, e com os demais países do mundo. Sem subordinações, mas como autônoma e integrante da "ordem", partindo do concerto interno.

Visto sob esses ângulos, é pertinente o exercício de parcerias que a partir do trabalho em realização através do Programa Alfabetização Solidária no Município de Araióses, também busque conhecer a competência técnico-gestional da escola pública no município, o projeto pedagógico, as lacunas e crises de realização da rede, bem como a relação desta com as demais políticas setoriais (saúde, promoção social, agricultura, habitação, saneamento básico e meio ambiente ...), mediante o desenvolvimento de uma pesquisa-ação que resulte em formação e assessoria aos gestores dos programas públicos institucionais e àqueles que exercem representações sociais na instâncias decisórias, deliberativas e de controle social das políticas públicas (conselhos populares, conselhos institucionais, organismos comunitários, ONG's).

2. ARAIÓSES — UM OLHAR MAIS PRÓXIMO

Araióses, município do Estado do Maranhão, localiza-se na microrregião do baixo Parnaíba, a 462 Km de São Luís, a capital do Estado e a 2.116 Km de Brasília, a capital da Repú-

blica Federativa do Brasil. Em 1996 tinha uma população residente de 45 mil habitantes. Com a emancipação do distrito de Água Doce e a consequente criação e instalação do novo Município em janeiro de 1997, o município de Araióses tem população total de 36.080 habitantes, estando 20% (cidade sede do município, cidades e povos de distritos) localizados na zona urbana e 80% na zona rural (interior).

O Município de Araióses saiu do anonimato estadual, regional e nacional quando o Censo do IBGE/1991 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), atualizado pela PNAD/1996 (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), demonstrou a sua posição dentre os 32 municípios brasileiros com taxas de analfabetismo superior a 55% para a faixa etária de 15 a 17 anos e a sua primazia entre os municípios do Maranhão.

Face a esta elevada taxa de analfabetismo: 55,26% dos jovens de 15 a 17 anos de idade, formando um contingente de 1.645 analfabetos, Araióses foi escolhido como área de atuação do Programa Alfabetização Solidária cujas ações desenvolvem-se mediante um "arranjo" sócio-institucional que compõe uma parceria entre a Universidade de Brasília - UnB, o Instituto General Motors do Brasil - IGMB - e a Prefeitura Municipal de Araióses, todos com responsabilidades definidas e voltados para o alcance da meta

de reduzir o analfabetismo em 2 anos de atividades, pelo menos à média nacional, então correspondente a 12,4% dos adolescentes e jovens.

Escolhido Araióses como área-programa, o projeto-piloto do Programa Alfabetização Solidária - correspondente ao 1º Módulo, foi desenvolvido no período de 01 de fevereiro a 17 de julho de 1997, apresentando resultados que validaram a sua continuidade (70% de terminabilidade). Apresentando sempre resultados, igualmente, compatíveis com os parâmetros reconhecidos como eficientes em educação de jovens e adultos - com as seguintes taxas de aproveitamento: 90% no 2º Módulo; 78,60% no 3º Módulo; 81,78% no 4º Módulo; 69,50% no 5º Módulo; 67,50% no 6º Módulo; 64% no Módulo 7º; 53,38% no Módulo 8º; e 71,25% no Módulo 9. Registramos que esta variação, para menos, verificada a partir do 4º. Módulo tem forte influência das adversidades encontradas no interior do Município (dificuldade de supervisão, distância entre a escola e as residências, iluminação, chuvas...), mesmo assim os resultados ratificam a eficácia das atividades de alfabetização.

No decurso de 4 anos de atuação o Programa Alfabetização Solidária, com ações circunscritas ao município de Araióses (sede e interior), beneficiou um público-alvo além da delimitação programática, ou seja, as

turmas foram constituídas com pessoas de faixas etárias diferentes daquela estabelecida como meta-fim, foram alfabetizadas 2.510 pessoas de distintos gêneros e idades. Por isto, faz-se necessário uma análise de resultados para verificar a aproximação destes com a meta de reduzir o analfabetismo entre jovens de 15 a 17 anos à taxa nacional de 12,4%.

Isto se nos restringirmos a uma leitura estática da questão do analfabetismo em Araióses, mas se abordarmos em sua complexidade, como fenômeno político, econômico, cultural e educacional cuja dinâmica entre estes fatores tem implicações variadas na "organização", este cenário societal evidenciado por elevada taxa de analfabetismo, exige um estudo mais fundamentado, a fim de se encontrar os fatores preponderantes para o surgimento do problema e sua propagação histórica, assim como conhecer o tratamento que estes fatores receberam para que deixassem de incidir como impulsores do analfabetismo.

Dentro desta perspectiva, qualquer abordagem que pretenda lidar com um problema caracterizado com essa riqueza fenomenológica, urge desenvolver uma pesquisa-ação, a fim de se conhecer, metodologicamente e com o necessário rigor científico, quais são os fatores intervenientes nessa situação de analfabetismo, total e funcional, no município de Araióses.

Feito esse investimento em Araióses, é consequente alme-

jar saber, metodicamente, como estão as questões enunciadas a seguir:

· O perfil atual dos professores atuantes na rede municipal (80% não tinham habilitação pedagógica, tinham baixo nível de escolaridade e exerciam uma relação de trabalho precária: formalização, remuneração e condições de trabalho);

· A situação atual do alfabetizadores que estiveram vinculados ao Programa e foram selecionados, capacitados e, pedagogicamente assistidos pela Universidade de Brasília - UnB (aonde estão? o que estão fazendo? o que mudou em suas vidas? quais os seus projetos de vida? qual foi a importância do programa para eles?);

· Mudanças podem ser identificadas na educação municipal e na cultura gerencial (plano municipal de educação e projeto pedagógico? plano de carreira da educação e programa de valorização do magistério? gestão da educação e das escolas no município? autonomia e mecanismo de participação comunitária na gestão das escolas? formação de gestores e professores?);

· Houve melhorias na qualidade de vida dos egressos do Programa Alfabetização Solidária (como estão os alfabetizados? qual a importância para eles desta experiência? estão dando continuidade aos seus processos de escolarização? o que mudou em suas vidas? quais são seus desejos e suas perspectivas à profissionalização?);

· Ocorreram impactos das ações do Programa Alfabetização Solidária em Araióses, no sentido de mobilizar e articular outros programas que reforcem a política de educação do Município? (até que ponto houve unidade de propósitos com vistas a otimizar o alcance de benefícios para a população em geral e para melhor atender ao público assistido? cesta básica; agente comunitário de saúde; livro didático; merenda escolar; transporte escolar; aceleração da aprendizagem; regularização das escolas; sistemática de matrícula; ensino noturno; erradicação do trabalho infanto-juvenil; agricultura familiar);

· Há necessidade de se desenvolver um processo avaliativo que perceba a articulação das ações destes programas, no que se refere à consecução de seus objetivos e metas e o impacto destas para as mudanças no Município (o que ficou? quais as implicações para alavancar transformações? quais são os efeitos remanescentes?);

Todas estas indagações são pertinentes e remanescem como decorrência da implementação das ações do Programa Alfabetização Solidária no Município de Araióses. Após este investimento, respondê-las constitui uma responsabilidade acadêmica e inerente a função institucional da UnB como integrante da parceria que viabilizou esta atuação até então. São questões a serem investigadas cuja resposta indicará a

efetividade do programa, no que se refere a contribuição de suas externalidades para a elevação da qualidade de vida dos municípios, bem como para articular o concurso de outras políticas para o Município, face a necessidade de transformar-se a realidade ensejadora do analfabetismo.

Face esta necessidade e a responsabilidade da parceria em ver consolidados os esforços dedicados à alfabetização de jovens e adultos em Araióses, torna-se imperativa a continuidade da atuação do Programa Alfabetização Solidária no Município, porém numa perspectiva mais ampla em termos de ensino, pesquisa, geração e sistematização de conhecimento e criação de uma capacidade gerencial, técnico-pedagógica e de domínio tecnológico na base local.

Esta proposição significa a realização de investimentos para formar recursos humanos e disponibilizar um suporte tecnológico de comunicação que possibilite o exercício da cidadania ativa e da democracia através do acesso e acompanhamento dos recursos aplicados no Município, assim como, permitindo a produção e elaboração contínua de informações e de conhecimento com possibilidade de interatividade com outras experiências ocorrentes nos diferentes municípios brasileiros e no mundo. Para isto, tornam-se imprescindível equipamentos básicos, tais como: computador ligado à internet; fax; jornais;

revistas; e implantação de bibliotecas públicas nas comunidades do interior e com programações que concorram para fomentar hábitos de leitura. Neste sentido, a atuação imediata seria a implementação de uma pesquisa-ação, simultaneamente, às atividades de alfabetização para jovens e adultos, onde o programa de trabalho subsequente será viabilizado a partir do processo investigativo mediante planejamento com participação.

3. QUAL O SENTIDO DA CONTINUIDADE DAS AÇÕES?

·Para a população ampliar os seus conhecimentos e desenvolver suas potencialidades, em todas as suas dimensões, partindo de um processo educativo de concepção holística e libertadora;

·receber a capacitação para o trabalho como parte do processo educativo na aceção mais abrangente, através de uma formação que atenda às necessidades do educando e as exigências para uma vida ativa em seu contexto e na sociedade mais ampla;

·desenvolver a auto-estima e a consciência crítica dos educandos e educadores, através de um processo de educação continuada que possibilite as necessidades de aperfeiçoamento e de valorização pessoal e social.

4. À UNB - EM SUA FUNÇÃO PÚBLICA

·Assessorar o Município para aumentar o nível de conhecimentos gerais dos alfabetizados

mediante a continuidade dos estudos em educação de jovens e adultos, promovendo esta oferta para a população urbana e rural;

·Possibilitar aos alfabetizados a aquisição de competências técnico-profissionais com vistas a sua participação na vida social, cultural e produtiva, intensiva em informações e conhecimento;

·Desenvolver a formação dos educadores do município, capacitando-os a atuarem no resgate da cultura local, para o exercício de uma relação ambientalmente sustentável, a partir da consciência crítica dos cidadãos e cidadãs, exercida no processo de aprendizagem;

·Contribuir para melhoria das condições de vida da população local, descobrindo estratégias que superem as situações de empobrecimento das famílias e das comunidades.

5. CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA ATUAÇÃO DA UNB

Para que os objetivos acima enunciados transcendam o texto e insiram-se em contextos reais, os princípios abaixo elaborados deverão permear todas as ações programáticas em Araiões:

·universalização da educação básica, inclusa a alfabetização de jovens e adultos, como responsabilidade pública e da sociedade, particularmente em estabelecimentos da rede pública;

·gestão democrática da edu-

cação no Município cujas ações inerentes tenham a participação social na gerência;

·relação sócio-institucional na promoção da educação básica, articulando e reconhecendo o desempenho à rede municipal, a educação pelo trabalho e as práticas sociais;

·adoção de concepções pedagógicas que fortaleçam a autonomia dos educandos e educadores no processo de ensino e que respeite e valorize a experiência dos jovens e adultos;

6. PESQUISA-AÇÃO

Trata-se de uma forma de pesquisa realizada pelos técnicos a partir de sua própria prática (Wilfred Carr e Stephen Kemmis, 1983). É uma pesquisa libertadora e crítica. Conforme estes autores, esta metodologia de pesquisa, tem a vantagem de possibilitar a participação direta dos técnicos e docentes no conhecimento dos problemas a partir deles mesmos e com outros sujeitos envolvidos.

De acordo com Carr e Kemmis, o desenvolvimento da pesquisa-ação caracteriza-se pela presença das seguintes exigências fundamentais:

·deve rejeitar as noções positivistas de racionalidade, de objetividade e de verdade;

·deve empregar as categorias interpretativas dos docentes, dos técnicos, dos discentes e dos demais participantes do processo educativo;

·deve ser capaz de fazer análi-

se das idéias e das leituras de-
formadas pela ideologia, avali-
ando o desvio em relação às que
não o são, e perguntar como
superar as distorções;

· deve empenhar-se para iden-
tificar o que, na organização
societal existente, está bloque-
ando a mudança e propor
interpretações teóricas para
compreender esta situação;

· ter consciência de que está
lidando com um conhecimento
prático, ou seja, uma situação em
contexto real, e de que a questão
da verdade não corresponde,
necessariamente, a esta situação.
Ela precisa ser conhecida e
teorizada pela práxis.

Desta forma, a pesquisa-ação
torna-se a ciência da práxis exer-
cida pelos pesquisadores no
âmbito de seu local de atividade,
de sua área-programa. O objeto
da pesquisa é a elaboração
dialética da ação em processo
pessoal e único de reconstrução
racional pelo ator social. Esse
processo é relativamente liber-
tador quanto às imposições dos
hábitos, dos costumes e da sis-
tematização tecnocrática.

Para Barbier, a pesquisa-ação
emancipatória observa três tó-
picos fundamentais:

· pressupõe que os pesquisado-
res percebam o processo educa-
tivo como um objeto passível de
investigação;

· pressupõe que esses pesquisa-
dores percebam a natureza social
e as consequências das mudanças
em curso e decorrentes das ações
derivadas dos estudos;

· pressupõe que os pesquisado-

res compreendam a pesquisa
como uma atividade política e,
portanto, tem implicações ide-
ológicas.

A pesquisa-ação, como ciên-
cia, utiliza múltiplas técnicas de
trabalho (diários, registros au-
diovisuais, instrumentos de co-
leta de dados, análise de infor-
mações e documentos). O mé-
todo da pesquisa-ação, inspira-
do em Lewin, é o da espiral com
suas fases: de planejamento, de
ação, de observação e de refl-
xão da prática, para retroalimen-
tar o planejamento da experiên-
cia em curso.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Barbier, René. *A Pesquisa-Ação*. EAD/FE,
Brasília, dezembro/1997.

Barbosa, Joaquim Gonçalves. *Multirrefe-
rencialidade nas ciências e na educação*.
Editora da UFScar, São Carlos, 1998;
D'Ambrosio, Ubiratan. *A Era da Consci-
ência*. Ed. Fundação Peirópolis, São Pau-
lo, 1997.

Freire, Paulo. *Extensão ou comunicação*.
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977;

Lampert, Ernani. *Educação para a cida-
dana*. Editora Sulina, Porto Alegre, 1999;
Marcovitch, Jacques. *A Universidade Im-
possível*. Ed. Futura, São Paulo, 1998;
Menezes, Lutz Carlos. *Universidade Siti-
ada*. Ed. Fundação Perseu Abramo, São
Paulo, 2000;

Teixeira, Anísio. *A Universidade de on-
tem e de hoje*. EdUERJ, Rio de Janeiro,
1998;

Wagner, Daniel. *Alfabetização: construir
o futuro*. SESI-DN, Brasília-DF, 2000;

Antônia Célia Barros Lins Bonfim
Especialista em Educação a Distância
Membro da equipe de Coordenação
Geral do Programa de Alfabetização de Jovens e
Adultos do Decanato de Extensão da UnB
Francisco Gois de Oliveira
Economista
Especialista em Gestão de Territórios e
Políticas Públicas
Membro da Equipe de Coordenação
Geral do Programa de Alfabetização de Jo-
vens e Adultos do Decanato de Extensão
da UnB

A EXTENSÃO NA UNB E OS PROGRAMAS ESPECIAIS

SONIA RAMOS CRUZ

Conceitualmente os programas especiais compreendem atividades de duração determinada que, inicialmente, não se enquadram na estrutura básica do Decanato de Extensão. Contudo, extrapolando o conceito, interferem e se inserem na extensão universitária praticada na Universidade de Brasília como um todo.

Assim é que, a dimensão que os programas existentes têm alcançado e a visibilidade institucional adquirida reafirmam a importância desta modalidade de extensão para o aprofundamento das relações da Universidade com a sociedade, a partir do envolvimento intra e multidisciplinar no âmbito de suas unidades acadêmicas e na parceria com organismos públicos e privados.

O Decanato de Extensão absorveu e buscou a efetiva melhoria das condições dos projetos especiais herdados de administrações anteriores, de alcance local e nacional. É o caso do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária - GTRA, por intermédio do qual a UnB-DEX "tem desenvolvido diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de contribuir com a realização da Reforma Agrária, fomentando ações e reflexões sobre a importância do espaço rural na sociedade brasileira."

Desta forma, a UnB atua in-

tensamente no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, que atende, hoje, cerca de 75 mil alunos e envolve 49 universidades públicas federais; coordena a Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo; contribui para o desenvolvimento rural nos assentamentos do Entorno (região metropolitana de Brasília), que inclui o nordeste goiano e noroeste mineiro (10.000 famílias assentadas); está promovendo a terceira turma do "Curso de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas" e organizando o curso de extensão "Introdução Crítica ao Direito Agrário".

Um outro programa especial do DEX de projeção nacional constitui o "Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, centralizado em projetos governamentais, como a Universidade Solidária-Unisol, e Alfabetização Solidária-PAS. Com tais programas parceiros, a UnB ousou na criação do Alfabetização Brasília e encampou o Projeto Grandes Centros Urbanos-Brasília. Esses programas beneficiaram o total de 13.157 pessoas, entre capacitadores (559) e alfabetizando (12.598).

Tais projetos têm angariado efetivo e importante reflexo social e encontram-se em franca expansão, como bem demonstram os relatórios das atividades 1998/2001 apresentados por

suas coordenações.

Importante salientar dois aspectos marcantes presentes nos projetos especiais do Decanato de Extensão no quadriênio 1997/2001. De um lado, o incrível senso de oportunidade na manutenção, concepção e desenvolvimento. De outro, o pleno incentivo às parcerias, quer internas ou externas, que viabilizam a continuidade e a expansão dos projetos.

Foi o senso de oportunidade que determinou, em 1998, a criação do Programa Agenda 21 da UnB na esteira das diretrizes do desenvolvimento sustentável e na elaboração, então em curso, da Agenda 21 brasileira. Contando com a colaboração de um grupo assessor, composto de docentes e técnicos, das várias unidades acadêmicas e administrativas, o programa inaugurou um processo de discussão e cumpriu várias etapas do seu cronograma original, objetivando em síntese, a melhoria da qualidade de vida no campus, dentro de uma visão de sustentabilidade ambiental.

A UnB e os 500 anos de Brasil, um programa que realizou 47 eventos, no período de 22 de abril de 1999 a 23 de abril de 2001 - gerado ao ensejo das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Tal programa teve a missão de "redescobrir" do Brasil, oportunizando um amplo e abrangente processo de "refle-

xão sobre as artes, a cultura, as ciências e suas implicações para a sociedade". O programa culminou com a produção de um vídeo-documentário e uma edição especial da Revista Participação.

Uma frente de trabalho, não menos oportuna, sob a iniciativa do Decanato, resultou na realização de vários projetos visando a reconstrução do Timor Leste, em geral, e especialmente a inclusão daquele país na Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP.

Para tanto, e impulsionando o empreendimento, o DEX ousou na realização, na UnB, de um marcante e significativo ato público em defesa de Timor Leste, reunindo MRE, Câmara dos Deputados, Anistia Internacional, CNBB, Embaixada de Portugal, Instituto Camões Brasil, Centro Cultural de Brasília e várias entidades envolvidas com a defesa dos direitos humanos.

O trabalho com repercussão imediata no âmbito da cooperação internacional, ampliou os canais de envolvimento da UnB com o Ministério do Exterior, e, mais fortemente, com o Instituto Camões Brasil. O inusitado e excelente livro fotográfico de Regina dos Santos, publicado pela Editora da UnB, focalizando o povo timorense em ritmo de reconstrução nacional, foi um dos resultados da atuação do Decanato de Extensão.

Pode-se concluir que os pro-

gramas especiais enriquecem sobremaneira a área de extensão, refletindo e fortalecendo, na prática, o histórico conceito inerente ao objetivo maior da extensão universitária de "promover a interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, integrando as artes e a ciência ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento social".

O Decanato de Extensão, em suma, por intermédio dos seus programas especiais, remete a Universidade de Brasília a uma posição de referência nacional na prática das ações extensionistas, contribuindo na construção de modelos desenvolvimentistas para o futuro do nosso País.

EVENTOS DE EXTENSÃO UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

MARLENE BOMFIM

Nos últimos anos, instituições governamentais e privadas no Brasil vêm investindo na técnica de realizar eventos.

Em suas dimensões teórico-práticas, vale ressaltar a importância estrutural e administrativa do papel que o evento tem nas organizações.

No cenário universitário, por exemplo, dentre as diversas atividades que contribuem para a divulgação e consolidação da imagem institucional, como também para a disseminação do conhecimento e técnicas, encontra-se a organização de eventos.

Partindo de sua própria filosofia - propiciar à população o acesso ao conhecimento produzido e existente na Universidade - a extensão universitária da Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do Decanato de Extensão (DEX) consolidou, também, a realização de eventos como uma atividade formadora de opinião pública favorável à socialização do conhecimento.

Trata-se do desenvolvimento de atividades institucionais de curta duração. Referimo-nos especificamente às modalidades em forma de seminário, debate, congresso, palestra, mesa-redonda, encontro, semana, exposição, lançamento, etc, que têm como objetivos promover a discussão sobre um determinado assunto, criar conceitos, difundir e propiciar a troca de conhecimentos e experiências.

Estas atividades são propostas

pelas unidades acadêmicas e administrativas ou pelo próprio DEX, desenvolvidas por professores e especialistas internos e externos à UnB. Alguns eventos buscam a parceria de órgãos da iniciativa pública e privada. São, ainda, direcionados à comunidade em geral e muitas vezes dirigidos a um público específico. A multidisciplinaridade é outro critério essencial à execução dessas atividades

A Coordenadoria de Eventos de Extensão, vinculada à Diretoria Técnica de Extensão é responsável, pela realização de eventos no âmbito do DEX. Em linhas gerais, a Coordenadoria gerencia o monitoramento das diversas fases e elementos necessários à realização de um evento (*check list*), presta assessoria técnica aos proponentes na elaboração de propostas com registro no Sistema de Informações de Eventos de Extensão - SIEEX e promove a avaliação dos resultados.

A avaliação dos eventos é instrumentalizada com a aplicação de um questionário ao público participante, desenvolvido para aquele fim. Eles são avaliados qualitativamente em reunião com seus organizadores. Esta avaliação tem o objetivo de identificar as falhas cometidas e corrigi-las posteriormente.

Desenvolvemos nosso trabalho utilizando técnicas específicas de forma a caracterizar o evento não simplesmente como uma atividade operacional, mas como um instrumento da estratégia de comunicação, com objetivos bem

definidos e permitindo a sua visibilidade no contexto da extensão universitária.

EVENTOS: 1998/2001

De 1998 a 1999 o número de eventos dobrou (de 51 para 115) com um crescimento no número de participantes de 539%, que foi de 3.275 para 17.657. Já em 2000, foram realizados 89 eventos, com aumento de 11,73% na participação do público, com 20.720 participantes.

No 1º semestre de 2001 foram realizados 73 eventos, com a participação de 9.313 pessoas. Devido a uma greve, iniciada no início do 2º semestre, as atividades estão paralisadas.

Em 1998, a Coordenadoria esteve presente nas discussões do Fórum Permanente pela Paz no Trânsito, sediado nesta Universidade, sob a coordenação do professor David Duarte Lima, do Departamento de Saúde Coletiva da UnB.

Objetivando divulgar as ações e a produção extensionistas da UnB, realizamos três grandes exposições - em 1999 na Biblioteca Central e no Restaurante Universitário e em 2000, no Pavilhão Anísio Teixeira da UnB, por ocasião da 52ª Reunião Anual da SBPC.

Como fruto da grande demanda da comunidade interna e externa no desenvolvimento de trabalhos foi realizada de 8 a 11 de maio de 2001 a I Semana de Extensão da UnB, intitulada A Extensão de Todos Nós com a apresentação de 37 eventos

realizados em diversos espaços do Campus Universitário Darcy Ribeiro. Esse evento reuniu cerca de 4.000 pessoas e sua programação abrangeu ampla e diversificada modalidade de atividade.

Dois aspectos interessantes e positivos da I Semana de Extensão merecem destaque. O primeiro foi o engajamento de professores (68), alunos (48) e técnicos administrativos (12) de diversos institutos, faculdades e centros da UnB (40), instituições públicas e privadas (39) e representantes de comunidades (24). Outro aspecto a ressaltar diz respeito à participação de membros e populares atingidos pelos programas e projetos com os relatos de experiências e avaliações da própria comunidade.

Essa iniciativa visou obter, também, uma avaliação da contribuição da extensão na formação do aluno, bem como aperfeiçoar o atendimento ao público extensionista.

Em junho de 2001, com a parceria da Câmara Legislativa, por iniciativa do Deputado Chico Floresta, foi realizado o I Encontro do Movimento em Defesa das Águas, no Auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB. Na ocasião foi definida por unanimidade, pelas instituições e público então presentes, a Agenda em defesa das águas. Cumprindo essa agenda, foi realizado o II Encontro, dia 14/9/01, em Santo Antônio do Descoberto-GO, sob o tema geral "Fragilidade e Colapso do Fornecimento de Água no DF e Entorno". Mais

dois grandes encontros estão previstos: o primeiro sob o tema geral "Alternativas e Custos", provavelmente em Águas Lindas-GO e o segundo sob o tema "Projetos e Campanhas", na Universidade Católica de Brasília, com datas a definir devido a greve deflagrada na UnB, desde o início do 2º semestre.

Com o envolvimento de importantes parcerias, o Movimento visa conscientizar a comunidade universitária, de Brasília e do Entorno, sobre a importância da Água para a vida, possibilitar o debate dos principais e emergentes temas relativos à sua gestão em Brasília e no Entorno, envolvendo os vários segmentos representativos da sociedade organizada, dando-se voz à comunidade e apontando soluções e alternativas.

Os dois Encontros já realizados reuniram parlamentares, professores, pesquisadores, alunos, ambientalistas, comunidade de Brasília e do Entorno e autoridades de órgãos competentes envolvidos com a questão da água, como: Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMARH, Companhia de Saneamento Básico do Distrito Federal - CAESB, Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, Ministério Público do Distrito Federal e de Goiás e contaram com as parcerias da Universidade Católica de Brasília, Fórum Ambiental do DF e Entorno, Cáritas Brasileira, Ecooidéia, ECO Museu do Cerrado, Movimento Pró-Santo Antônio, Movimento Ecológico do Lago, Associação dos Amigos

da Cachoeirinha e Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto - GO. (Histórico do Movimento em Defesa das Águas)

"Foi importante e plausível esta iniciativa de esclarecer problemas desta magnitude ao cidadão", "É uma forma de esclarecimento e incentivo para aqueles que defendem ou que querem defender não só a água, mas o ambiente em si.", "Aprendi aqui muitas coisas que eu nunca pensei em escutar e espero que continue assim com esses projetos", "Foi muito importante, as pessoas precisam ser mais conscientes do problema", "Foi um meio de conscientização, uma forma clara para abrir a mente dos jovens para esta idéia". Esses são alguns depoimentos do público participante do II Encontro do Movimento em Defesa das Águas, em Santo Antônio do Descoberto - GO, 14/9/01)

MARLENE BOMFIM
Coordenadora de Eventos de Extensão - UnB/DEX
Especialista em Gestão da Comunicação nas Organizações

EXTENSÃO E CULTURA: POR UMA UNIVERSIDADE SEM MUROS

ANGÉLICA MADEIRA

A cultura é setor estratégico neste trânsito histórico de século e de milênio. Os fatos trágicos recentes – onda de terrorismo, guerras e ataques biológicos – provam o quanto a base simbólica que sustenta as sociedades é atualmente investida de poder, tanto de poder político, quanto de poder econômico. É em nome da cultura, de valores religiosos que são organizados os grupos de guerrilheiros do Afeganistão e é em nome da cultura que se organizam as redes de produção material e produção de notícias e imagens, modeladoras, em grande medida, de nossa percepção da realidade. Por outro lado, fala-se hoje, de muitas maneiras, das relações entre cultura e mercado, da alta rentabilidade deste setor aliado ao turismo e afins, nos desdobramentos infinitos de produtos e gadgets inspirados em linguagens étnicas em todos os setores da produção cultural, do mais tradicional ao mais tecnologicamente avançado.

Estariamos falando do mesmo conceito de cultura? O que tem a Extensão a ver com isso? Tudo, pois, mais do que nunca, é preciso que a Universidade se apresse para pensar e oferecer respostas e propostas ágeas

para os impasses e indagações que se apresentam em todas as frentes de trabalho e ação.

A Extensão, em mão dupla como atualmente se advoga, deve ser capaz tanto de sintetizar, sistematizar e divulgar o conhecimento científico, humanístico e artístico produzido, quanto de trazer para dentro do campus novas experiências, estéticas, sociais, expondo os estudantes e a comunidade acadêmica ao que se faz de melhor e de mais seletivo em termos de produção cultural. Estamos falando de uma Extensão que se compreende como um elo e um vetor entre ensino e pesquisa e entre o conhecimento produzido e sua apropriação social. Os limites e a potencialidade da Extensão são os mesmos da própria Universidade, neste momento também de grandes redefinições para a instituição. A extensão advoga para si esse lugar de escuta e de costura, setor responsável pelas múltiplas ramificações que podem irrigar mutuamente Universidade e Sociedade. É também a Extensão o setor mais adequado para assumir a função de definir uma política cultural universitária.

Dos eixos temáticos considerados prioritários para a Extensão, a cultura certamente é o que perpassa a todos, qualquer que seja o sentido em que possamos apreendê-la.

Em uma primeira dimensão, podemos compreendê-la como a própria pauta dos valores que agem na vida social e que fornecem os padrões de conduta e

motivações para a ação dos sujeitos. Trata-se da cultura como ethos e como ética. Esta questão está profundamente ligada à Segunda dimensão, baseada na capacidade de usar a linguagem e assim fazer valer expressões de grupos não hegemônicos, seus hábitos, costumes, sua história, em nome de uma democratização radical da sociedade. Chegamos à terceira dimensão, a que mais tradicionalmente evoca a ideia de cultura, que é constituída por um repertório de artefatos, de forte teor simbólico, que formam patrimônios e acervos que remetem às diferenças entre os povos. Nesse sentido, cultura guarda uma afinidade com o seu sentido alemão original que a identifica como portadora de uma ou várias particularidades capazes de criar identidades coletivas.

Portanto a extensão é obrigada a compartilhar um conceito amplo de cultura, um conceito que a veja nos objetos da cultura material, mas também, nas práticas sociais mais cotidianas, envolvendo alimentação, saúde e trabalho. A amplitude da atividade extensionista abarca a totalidade do campo social e é por essa razão que é preciso traçar rumos, propor políticas que definam as ações prioritárias, urgentes e eficazes.

Pode-se também dizer que o acesso à informação, à tecnologia e ao conhecimento constitui condição para a formação do ci-

dadão e, como tal, é também afeto à Extensão. É evidente que as tecnologias de comunicação vêm aumentar a responsabilidade e o âmbito atingido pela Extensão. Os cursos *on-line*, as perspectivas que oferecem, o sucesso que vêm conhecendo são um exemplo do que acaba de ser dito. Assim também os cursos presenciais, mini-cursos, oficinas constituem um instrumento pedagógico jamais ultrapassado para o processo de comunicação e formação permanente.

A Extensão, mais que qualquer outra atividade, é obrigada a lidar com um paradoxo. Por um lado, orientar-se por um estrito sentido de realidade – identificar necessidades e lidar com a precariedade de condições para exercer suas funções, tornar-se mais competitiva para reivindicar verbas públicas e buscar parcerias que possam reverter em recursos para implantação de projetos relevantes. Por outro, ter em mira um horizonte com possibilidades ampliadas de utopia, pois o utópico não é o inexistente ou o inexistível mas o que ainda não está aí, podendo vir a ser instaurado por sujeitos conscientes de seu papel, pessoas envolvidas com um projeto democrático para a Universidade.

Algumas linhas desse projeto? Pôr os conhecimentos específicos a serviço da solução de problemas que podem ser atacados – mesmo que pareçam

puntuais e restritos, como os relativos aos portadores de necessidades especiais ou aos idosos; atuar em quantos setores da sociedade for possível à extensão chegar, pois nada lhe é estranho; identificar áreas estratégicas que tenham capacidade de captar recursos públicos para o financiamento de projetos específicos e outras que tenham capacidade de gerar recursos pois certamente a Universidade pode oferecer atividades como reciclagens, cursos técnicos e especializados, a grupos sociais com poder aquisitivo. Estas têm sido linhas que orientam a atividade extensão-nista como um todo e a filosofia de atuação da Casa da Cultura da América Latina. O lugar que ocupa, as funções que exerce, sua presença na cidade estão na razão direta dos esforços feitos para mantê-la ativa, atraindo, cada vez mais, os públicos específicos e amplos que preten-de atingir. Já a ampliação de sua área de atuação que deixou de estar restrita a exposições de artes plásticas e passou a incluir concertos, mostras de cinema e seminários avançados, assim como a implantação de um projeto pedagógico mais sistemático, comprova o novo sentido de extensão que orienta suas ações. O fato de priorizarmos o trabalho sobre um rico acervo de arte indígena, de cultura material e de obras sobre papel também é revelador da existência de uma política que

se pauta pela conserva de um patrimônio da Universidade de Brasília, à espera de ser devidamente socializado através de mostras e de produção de conhecimento sobre seus artefatos. Embora esse trabalho seja silencioso e não provoque alarde, estamos conscientes de sua importância para a integridade das peças que constituem esse acervo artístico, o único que possuímos, hoje com mais de 1200 peças. Sobre ele também foram implantadas pesquisas específicas a fim de servir de subsídios às futuras exposições e catálogos. O trabalho de escuta e ação sobre setores em risco fez com que mobilizás-somos instituições – UNESCO E MINC – e pesquisadores portadores de técnicas e de conhecimentos específicos sobre o tipo de acervo com que se está a lidar para melhor conservá-los e disponibilizá-los ao público.

A cultura como setor estratégico na sociedade contemporânea é a parceira número I da própria atividade de Extensão. Onde atua a Extensão deve implantar-se também uma atividade de conscientização radical de modo a tornar os bens culturais – simbólicos, materiais e até mesmo os direitos – cada vez mais acessíveis, revertendo a tendência perversa das sociedades periféricas ao *apartheid* social e estendendo o sentido de pertencimento coletivo tanto dos cidadãos dentro de sua cidade quan-

to da universidade dentro da sociedade em que atua.

Pois a cultura de uma comunidade é um repositório de forças vivas, energia que brota da própria sociedade, capaz de fornecer valores alternativos aos valores do mercado, os únicos preconizados pela sociedade de consumo. A cultura pode vir a ser a base dos padrões de relacionamento que reconstituam o tecido social esgarçado pela necessidade e pela violência. Formas tradicionais de interação e de trabalho, práticas comunitárias ainda vivas poderiam ser reativadas como alternativas para a solução de problemas cotidianos, soluções informais que, no entanto, são capazes de criar novas redes de solidariedade. Como promover estas práticas? De que forma elas poderiam contribuir para a solução de problemas em escalas locais? Quais dessas práticas deveriam ser consideradas pelos projetos de Extensão? Como poderiam ser promovidas políticas compatíveis com a riqueza cultural e ambiental do Brasil, evitando seu sucateamento precoce, impedindo que ocorram desastres ecológicos? De que forma a educação, a informação assim como os conhecimentos específicos de história, da sociedade, da arte, podem fazer valer sua potencialidade libertária? Como podem gerar crítica e reflexão capazes de munir os cidadãos dos instrumentos para

enfrentar o desafio de viver em um mundo tão complexo, tão poderoso e tão precário, cindido por duas linhas de força que apontam, ao mesmo tempo, para carências aparentemente intransponíveis e para o acúmulo e concentração de riqueza e de poder?

A tarefa da Extensão conta, para sua execução, com a base da cultura pois é no campo cultural que se encerram as mais ricas possibilidades de troca, em qualquer das dimensões do conceito, tão necessário para orientar as práticas concretas e ações.

ANGÉLICA MADEIRA
Professora do Departamento de Sociologia e Diretora da Casa da Cultura da América Latina.

PARTICIPAÇÃO DA UNB NO VI CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EXTENSÃO NIVERSITÁRIA



Entre 14 e 17 de novembro será realizado em Embu, São Paulo, o VI Congresso Ibero-americano de Extensão Universitária. O evento conta com o apoio do Ministério da Educação, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e da Unión Latino Americana de Extension Universitária, além das agências de fomento CNPq, CAPES, SESU e FAPESP. Para participar do Congresso foram convidadas 2.024 instituições, sendo 1.629 brasileiras, 341 latinoamericanas, 32 portuguesas e 22 espanholas. Várias atividades foram programadas: mostras internacional e brasileira de extensão, sessões de comuni-

cação, exposição de painéis, palestras e mesas de discussão. Os trabalhos e discussões devem estar inseridos em duas áreas gerais, "Organização e Sistematização do Trabalho de Extensão" e "Extensão e Programas Interdisciplinares"; e em oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. A reunião de tantas instituições de ensino superior será uma oportunidade ímpar para a troca de experiências e discussões de idéias e concepções da extensão universitária, o que irá contribuir para o fortalecimento das atividades extensionistas. A Universidade de Brasília

estará participando intensamente do Congresso. Atendendo o convite do Decanato de Extensão, vários professores inscreveram comunicações sobre os trabalhos que vêm realizando na UnB. Essas comunicações serão apresentadas nas sessões específicas de cada área temática e também sob a forma de painéis. Além disso, a UnB estará presente no estande dedicado ao Centro-Oeste, onde serão divulgadas as informações sobre as atividades desenvolvidas por cada instituição. É com satisfação e legítimo orgulho, que a Revista ParticIPAção reproduz a seguir, as comunicações que serão apresentadas pelos professores da UnB.

Apresentação da Álgebra do Ensino Básico em Multimídia

www.mat.unb.br/extensao/proj_textos

· PROF.^a TÂNIA SCHMITT (MESTRE EM MATEMÁTICA), COORDENADORA - MAT/UNB
· PROF. GUY GREBOT (PHD EM MATEMÁTICA) - MAT/UNB
· JULIANA FONSEGA DUARTE (CURSANDO ESPECIALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA - MAT/UNB)
· RAFAEL MURBACH COUTINHO (LICENCIANDO EM MATEMÁTICA, MAT/UNB)

Nos tempos atuais, faz-se necessário aproveitar as informações diárias, recebidas pelas mais variadas mídias, sem perder de

vista a importância de seus conteúdos e sua função formativa para nossos futuros profissionais, tanto no que diz respeito à formação da cidadania quanto da formação profissional. E a Matemática é a linguagem necessária para que se consiga desenvolver as relações existentes no mundo globalizado e automatizado em que vivemos. Os Parâmetros Curriculares Nacio-nais

apontam um novo rumo para o ensino (que não parece, ainda, entendido em sua plenitude por nossos educadores): contextualizado, formador de opiniões, onde a Matemática tem papel ativo na formação da cidadania.

No entanto, o ensino de Matemática, principalmente em nível básico, não tem se adequado a esses novos tempos: falta interação entre seus conteúdos, há excesso de teorização, falta ligação dos aspectos práticos da Matemática com as situações cotidianas. Isso se deve à formação dos professores, que ainda segue um modelo

antigo e desatualizado, o que se reflete na sua maneira de atuar: o professor copia na lousa uma série de definições e fórmulas, seguem-se exercícios de fixação (que, em sua maioria, são aplicações imediatas das fórmulas apresentadas), e o aluno é convidado a resolver exercícios, quase sempre repetitivos e descontextualizados.

Os livros e materiais didáticos, em geral, refletem e incentivam tal postura: são descontextualizados, não exercitam a criatividade do aluno, não incitam o professor a criar. Poucos materiais atualmente apresentam o conteúdo de forma a enfatizar a interdisciplinaridade, despertando o interesse do aluno pelas múltiplas conexões que a Matemática permite de forma sucinta, precisa e clara.

Em termos de multimídia, cuja principal vantagem é a possibilidade de um material realmente interativo, a situação ainda nos parece mais grave, pois os materiais existentes são, em sua maioria, precários tanto em forma quanto em conteúdo. É tentando apresentar uma alternativa para os professores de Matemática de ensinos fundamental e médio que decidimos iniciar este projeto.

Nosso projeto é composto por

- Textos,
- Hipertextos,
- Jogos, Atividades e Materiais para sala de aula, que serão apresentados numa Sala Virtual, um ambiente virtual dividido em 3 partes, interligadas, sendo possível, portanto, passar de uma para outra.

objetivo de humanizar mais o atendimento e promover o desenvolvimento social.

Há longas esperas nos ambulatórios na Rede Pública de Saúde. O atendimento nos Hospitais Públicos, pela falta de recursos e de pessoal, obriga aos pacientes a chegar mais cedo, gerando esperas longas e ansiogênicas; quando ocorre, por exemplo, em ambulatórios de oncologia, a situação é psicologicamente avassaladora.

O contato entre pacientes com patologias diferentes, a visão de pacientes mais graves, a diferença de níveis emocionais e educacionais torna essa espera aterrorizante. Por outro lado, também para os médicos não é nada fácil tentar diagnosticar e/ou tratar com serenidade pacientes já esgotados emocionalmente.

A maioria dos médicos além de não ter recebido orientação para lidar com esses problemas, está ocupada em cuidar da saúde física dos pacientes não tendo tempo para relações interpessoais.

Durante o curso de Medicina, o médico não é preparado para lidar com aspectos sociais, psicológicos e emocionais de pacientes portadores de doenças crônicas e, muito menos, com pacientes terminais. Através desta atividade, realizada diretamente com o paciente durante espera, procuramos convertê-la em aprendizado e estímulo psicológico.

Este projeto não abrange so-

A sala de espera ambulatorial como fator de integração universitária na saúde da comunidade

MARIA DE FÁTIMA BRITO VOGT (COORDENADORA GERAL)

PROFª ADJUNTA DE GINECOLOGIA E MASTOLOGIA FM / UNB (E-MAIL: clinfavogt@uol.com.br)

MARIA TEREZA M. REBELLO (COORDENADORA DO GRUPO DE PSICÓLOGOS)

MESTRADO EM PSICOLOGIA PELA UNB

SILVIA MARIA AGOSTINHO (COORDENADORA DO GRUPO DE VOLUNTÁRIOS)

ALUNOS: MARGIO PAES, DANIELE C. BRANCO, BEATRIZ ARAÚJO (MEDICINA); CELIA PEREIRA, JANAINA SILVA (ENFERMAGEM); FLÁVIA MOURA (PSICOLOGIA)

Estimulados pela idéia de promover maior integração entre a Faculdade de Medicina da UnB, o Hospital Universitário de Brasília e a Sociedade, criamos essa atividade de extensão, que funciona na sala de espera dos ambulatórios de Mastologia, não apenas com o intuito de melhorar a qualidade do ensino, mas principalmente, com o

mente o horário da Sala de Espera, estando vinculado a outras atividades para estimular a participação de toda a comunidade, tanto alunos como voluntários, no trabalho com a população.

Essa proposta vem-se realizando há cerca de 18 meses, nos ambulatórios de Mastologia do HUB, com excelentes resultados e contando com a participação de uma equipe de voluntários. Foi transformada em projeto como intuito de oficializá-la, buscando a associação com novas parcerias e mais recursos. A cada dia desenvolve-se uma nova ciência, e com esse projeto almejamos deixar de ensinar aos nossos alunos velhas idéias. O aprendizado é mútuo e gratificante.

Objetivos gerais

Proporcionar educação continuada aos pacientes que aguardam atendimento ou tratamento médico específico nas salas de espera dos ambulatórios; humanizar o atendimento nos serviços públicos de saúde; aproximar o estudante universitário da população.

Objetivo específico

Avaliar o impacto desse tipo de atendimento nos ambulatórios de Mastologia do HUB. (Estudo em andamento)

Metodologia

O grupo de trabalho é composto por estudantes de Medicina e Enfermagem, alunos de pós-graduação de Psicologia, voluntários e profissionais médicos especializados. No período de abril a setembro de 2001,

917 pacientes, atendidas no Serviço de Mastologia, participaram do projeto. Para a avaliação do grau de satisfação, tem sido aplicado questionário próprio. O nível de estresse tem sido avaliado por meio da aplicação do inventário de Beck e do inventário de Ansiedade Traço-Estado-IDATE.

Esse trabalho desenvolve-se através da utilização de técnicas de relaxamento, da explanação e discussão de assuntos de interesse da comunidade, esclarecimento de dúvidas dos pacientes, e apoio psicológico aos pacientes e à equipe.

Discussão e comentários

Desde a sua implantação nos ambulatórios do Serviço de Mas-

tologia do HUB, este projeto tem sido muito bem recebido pelos pacientes e seus acompanhantes, pelos estudantes, profissionais de saúde e grupo de voluntários envolvidos. Vem gerando importante aprendizado, tanto para a equipe de trabalho, quanto para os pacientes. Trabalham-se os medos, as incertezas e com situações de vida e morte, saúde e doença. Dessa forma, vem-se observando uma integração maior entre a equipe, os pacientes e os acompanhantes. O grau de satisfação dos pacientes tem sido elevado, observando-se pacientes interessados e participativos. Este projeto ainda está em andamento e os resultados, portanto são preliminares.

Sistematização de Projetos de Extensão: Planejamento, Formulação de Propostas e Execução Financeira

MARIA APARECIDA G. SOLER
PROFESSORA DOUTORA DO INSTITUTO DE FÍSICA E DIRETORA DA ESCOLA DE EXTENSÃO/
C E A D / D E X / U N B .
JORGE A DA SILVA
SERVIDOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, ESCOLA DE EXTENSÃO/CEAD/DEX/UNB.

O desenvolvimento das atividades de extensão exige a articulação com o ensino e a pesquisa dentro da Universidade para, então, disponibilizar esse "produto" ao público externo à Instituição, resultando em um processo que permite a transfe-

rência para a sociedade dos conhecimentos gerados na Universidade. No sentido inverso, a pesquisa das necessidades da sociedade permite orientar as atividades de extensão, estabelecendo uma relação dinâmica entre a Universidade e a comunidade. Planejar, elaborar e executar projetos que permitam a construção efetiva dessa ponte Universidade-Sociedade é o desafio para profissionais que trabalham na administração e organização da área de extensão

exigindo, assim, a sistematização de novos procedimentos.

Neste trabalho apresentamos e discutimos as técnicas utilizadas na implementação de controle para execução de projetos de extensão que estão sendo desenvolvidos pela Escola de Extensão/CEAD/DEX/UnB. Para facilitar a análise dos projetos submetidos às várias instâncias, formulários foram desenvolvidos permitindo um detalhamento mínimo necessário para a clareza dos objetivos e transparência nas fases de elaboração do orçamento e aplicação de recursos. O sistema de gerenciamento foi desenvolvido levando-se em conta as seguintes premissas:

1. Definição clara das receitas e despesas quando da fase de

planejamento dos projetos;

2. Normatização de rotinas com abertura de subcontas por projetos aprovados;

3. Desenvolvimento de planilhas de execução financeira;

4. Comunicação com o coordenador do projeto;

5. Conciliação de contas.

O sistema inclui recursos que facilitam o trabalho dos proponentes por meio da utilização de planilhas que efetuam automaticamente o cálculo da previsão orçamentária. Estas planilhas permitem calcular o custo do projeto ou definir as aplicações a partir de receitas prévias. As planilhas, em Excel, incluem as fontes de recursos e o plano de aplicação dos mesmos, que é detalhado, levando-se em conta

os impostos e contribuições (INSS, CPMF, ISS, Cofins), os pagamentos a pessoas físicas e jurídicas e demais itens de despesa. Parte do projeto desenvolvido, tais como, planilha para cálculo do orçamento, proposta para curso presencial, instruções de preenchimento, estão disponíveis: <http://www.unb.br/dex/exe>. informações para professores.

Consideramos que a experiência adquirida ao longo do desenvolvimento deste trabalho, se compartilhada e discutida com os pares, poderá contribuir na melhoria das técnicas de gerenciamento e transparência na aplicação de recursos, bem como no aperfeiçoamento do sistema desenvolvido.

Marcos Conceituais e Diretrizes para a Extensão Universitária

COORDENAÇÃO: PROF^a. DORIS SANTOS DE FÁBRIA (DEGANA DE EXTENSÃO DA UNB)

O livro *"Contribuições para a Construção Conceitual da Extensão Universitária no Brasil"*, lançado para este Congresso Ibero-Americano, reúne uma série de artigos publicados pelos principais estudiosos brasileiros sobre o assunto. Nele identifica-se claramente que a conceitualização de extensão

universitária encontra-se em momento que deverá anteceder profunda reformulação, dado que quase todos os autores identificam as insuficiências atuais, o que repercute na própria prática da extensão pelas universidades brasileiras. Questionam-se as concepções de "tripé ensino-pesquisa-extensão" e sua (suposta) "indissociabilidade" da relação ("mão-dupla") entre universidade e sociedade; há

críticas aos caminhos históricos que passaram pelo assistencialismo da extensão universitária e hoje pela submissão ao mercado, dentre as mais marcantes. Como tendência mais fundamental, identifica-se nos trabalhos que a extensão é o ensino e a pesquisa e, como tal, não seria mais correto concebê-la como atividade separada daquelas. Como consequência, fica implícita a inadequação da própria es-

truturação em pró-reitorias distintas, na estrutura organizacional da universidade.

Trouxemos como debatedores deste painel sobre os marcos conceituais da extensão universitária dois dos autores de trabalhos mais polêmicos, os professores Pedro Demo e Silvio Boto-mé, para agora relacionarem os marcos conceituais da extensão formulados por cada um com as diretrizes para sua prática. As principais questões atualmente em jogo são:

Se a tendência for o desaparecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão na instituição universitária, como fazer - do ponto de vista da estrutura organizacional - para que tenhamos "ensino estendido" e "pesquisa estendida" efetivamente acontecendo? Como fica a parte da extensão mais afeta à prestação de serviços?

Se é inadequado reivindicar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, como fazer na prática a articulação do "ensino e da pesquisa estendidos", de modo que tanto a produção do conhecimento quanto a formação de recursos humanos deem-se de maneira integrada? Como formular isso teoricamente?

Quais os núcleos conceituais que devem caracterizar a extensão universitária? Continuam ou não sendo os mesmos, ou seja, considerando a extensão como: (a) atividade acadêmica

como ensino e pesquisa, (b) socialmente contextualizados e/ou (c) com atuação em todas as áreas do conhecimento, das ciências, das artes etc...? Com a minimização do estado e de seus compromissos com a universidade pública, que caminhos a extensão deverá tomar? Qual o papel da extensão na implementação da autonomia universitária?

Como vêem a relação da extensão com o mercado? Qual a interferência da globalização no futuro da extensão universitária? Que sugestões dão para a in-

serção das atividades de extensão no processo que se observa de flexibilização dos currículos de ensino superior?

Que novas práticas e papéis sociais identificam para a extensão no futuro, tanto no Brasil quanto na América Latina?

Como complementação de leitura para o debate anexamos dois trabalhos divulgados nos Congressos anteriores ao presente VI Congresso Ibero-americano de Extensão: um primeiro, argentino de 1997; e um segundo, nicaraguense, apresentado no ano 2000.

Formando Redes Territoriais de Desenvolvimento: A experiência do curso de especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária

MÔNICA COSTAGNA MOLINA
 ADRIANA GLADERON GREGOLIN
 GT DE REFORMA AGRÁRIA - DEX/UNB

A partir de pesquisas realizadas pela equipe de supervisão do Projeto Lumiar no DF e entorno constatou-se que uma das grandes dificuldades que entravam o desenvolvimento dos assentamentos da região é a falta de organização e a incapacidade de ações coletivas dessas comunidades rurais,

visando garantir seus direitos sociais e econômicos.

Buscando suprir as deficiências de informação e estimular as habilidades necessárias para a ação coletiva, a Universidade de Brasília, em parceria com os movimentos sociais e instituições governamentais (INCRÁ, - EMBRAPA - CERRADOS, IICA), através do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária e da Faculdade de Educação,

propôs a realização do Curso de Especialização e Extensão em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos, com 480 horas aula presenciais e 192 horas de oficinas no campo totalizando dois anos de trabalho.

O curso teve como eixo a construção do conceito de sustentabilidade entendida na perspectiva da Teoria da Complexidade e da construção de uma consciência histórico-crítica que subsidiassem as articulações coletivas para tomada de decisões, visando a promoção do desenvolvimento local sustentável.

Trabalhando com metodologias interdisciplinares, participativas e na perspectiva da Formação em Processo, 60 alunos entre assentados e técnicos foram capacitados para trabalhar como agentes de Desenvolvimento Rural. Atuando como multiplicadores, cada aluno integrou ao processo do curso cinco pessoas de seu assentamento. durante

estes dois anos, formando uma cadeia pedagógica com 360 pessoas em 27 assentamentos da região.

Ao término desse processo diversos indicadores analisados no início foram alterados positivamente tais como, funcionamento das associações destes assentamentos; surgimentos de parcerias com as secretarias municipais de educação; agricultura e outras; implantação de Escolas de Informática e Cidadania nos assentamentos do Curso; parcerias com outros centros de pesquisa para trabalhar nestas áreas.

Como um dos resultados também pode-se apresentar a continuidade da capacitação desta Equipe, através de um Curso de Formação Técnico Agropecuária, com ênfase no Desenvolvimento Sustentável, para os assentados que continuarão trabalhando agora como monitores e agentes de desenvolvimento rural.

D'Aliança. O referido município possui uma área de 3.339,5km², fazendo divisa com os municípios de Alto Paraíso, Nova Roma, Água Fria, Planaltina de Goiás, Formosa, Flores de Goiás e Niquelândia. Está distante 394km da Capital do Estado de Goiás e 160km de Brasília. No município de São João D'Aliança existem 23 comunidades rurais e 5 (cinco) Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Essas comunidades são basicamente constituídas por aglomerados de famílias que quase sempre estão ligadas por um grau de parentesco. Por possuírem geralmente pouco espaço de terra para cultivar e criar, a agricultura e pecuária praticada nessas comunidades se baseia na Agricultura Familiar, modo este em que há a participação significativa e decisiva de todos os membros da família. A UnB, através da efetiva colaboração e participação de alunos e professores de diversas áreas acadêmicas, trabalhando de maneira interdisciplinar, realizou atividades nas mais diferentes áreas profissionais. Este processo só foi possível de ser realizado devido à aplicação da metodologia do Diagnostico Rural Participativo - DRP, que proporcionou levantar dados das comunidades rurais existentes no município. Os principais problemas diagnosticados durante o processo foram categorizados em seis áreas: Atividades produtivas e geração

Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável no Município de São João D'Aliança- GO

LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA E
ADRIANA CALDERAN GREGOLIN
GT de REFORMA AGRÁRIA - DEX/UNB

Desde o ano de 1995 a Universidade de Brasília - UnB em parceria com o Sindicato dos

Trabalhadores Rurais - STR de São João D'Aliança e a Prefeitura Municipal local realizam trabalhos visando proporcionar o desenvolvimento sustentável do município de São João

Viveiro Florestal Comunitário em São João D'Aliança: uma alternativa para o Cerrado

LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA
GT DE REFORMA AGRÁRIA - DEX/UNB

de renda; Recursos naturais e infra-estrutura; Organização; Educação; Saúde; Ambiental. Dentre os trabalhos desenvolvidos podemos citar: a implantação de viveiros em algumas comunidades rurais visando produzir mudas de essências florestais (*Eucalyptus sp.*), nativas e frutíferas; o manejo e a proposta de continuidade de manejo de reservas florestais; estudo da demanda e do potencial hídrico em comunidades rurais; projetos de abastecimento de água; conscientização e implantação de métodos de conservação e manejo adequados dos solos como: análise dos solos, curvas de nível, utilização de adubos e corretivos; levantamento da ocupação dos solos, da qualidade da água dos rios e do subsolo e da caracterização pedológica em todo município; levantamento de 96% das escolas da área rural do município, realização de Encontros das Educadoras e Educadores do município de São João D'Aliança, da I Conferência Municipal de Saúde e do I Curso de Manipuladores de Alimentos dentre outros.

O Estado de Goiás possui micro-regiões em seu espaço territorial que diferem umas das outras social-econômica-culturalmente. A região do nordeste goiano é composta pelos municípios de: Água Fria, Planaltina de Goiás, São João D'Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma. Estes municípios não possuem nenhuma representatividade econômica dentro do Estado, sendo geralmente esquecidos pelo poder público federal. Sabendo-se da complexa realidade em que se encontram as micro-regiões, principalmente a do nordeste goiano, por estar mais próxima ao Distrito Federal, a Universidade de Brasília-UnB por meio do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária - GT/RA, desenvolve projetos ligados à área ambiental, nutricional, educacional, de produção, organização e saúde no município de São João D'Aliança. Estes projetos visam dar suporte ao desenvolvimento sustentável em todo município. Com a realização do Diagnóstico Rural Participativo - DRP em São João D'Aliança,

no ano de 1997, foi possível levantar uma gama de informações. Diante disto pode-se verificar que dentre os diversos problemas levantados na área rural do município, em 50% das comunidades rurais há ausência e/ou degradação, de forma acentuada, de matas ciliares e fragmentos de matas. Diante de tal situação, o pequeno e o médio agricultor sem alternativas concretas para adquirir madeiras para serem utilizadas em suas propriedades, passam a utilizar a vegetação nativa existente nas cabeceiras e ao longo dos rios, e de pequenos fragmentos de matas dispersas dentro do município. Ao praticar estas ações os agricultores estão destruindo o que ainda resta da vegetação do cerrado no município e também contribuindo para formação de outros problemas que virão futuramente, como assoreamentos dos rios e diminuição gradativa de água na região. Como forma de diminuir este problema, a UnB, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João D'Aliança, e, principalmente, com o apoio dos agricultores familiares da região, desenvolvem um programa com três linhas de atuação. A primeira está

relacionada à recuperação de áreas de vegetações nativas já alteradas pelo homem, e ao correto manuseio das áreas que ainda foram pouco exploradas. A segunda em produzir e fornecer a curto e médio prazo, aos agricultores familiares, espécies

de madeiras que possam ser utilizadas diariamente na área rural, evitando-se assim a retirada deste material das vegetações nativas e a terceira linha voltada para a atividade de paisagismo e arborização da sede do município.

Subsídio para a Elaboração de Projetos de Extensão

VÂNIA LOMÔNACO BASTOS
DIRETORA DO CEAD – CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA, CONTINUADA E A DISTÂNCIA – DEX/UNB.
VLB37@UNB.BR

As atividades de extensão na Universidade de Brasília passaram por uma profunda reformulação nos últimos três anos. As ações seguiram principalmente quatro linhas de atuação:

1. Definição de uma política geral de extensão, consubstanciada no documento "Política de Extensão na Universidade de Brasília", que estabelece as competências dos órgãos afetos ao DEX e a política de captação e aplicação de recursos oriundos das atividades de extensão.

2. Mudanças na estrutura organizacional: a principal alteração foi a reestruturação do Centro de Educação Aberta, Continuada e a Distância - CEAD, que passou a aglutinar as unidades responsáveis pelos cursos de extensão: Escola de Extensão, Núcleo de Educação a

Distância e UnB Virtual.

3. Política de estímulo ao trabalho acadêmico de extensão: a principal ação foi a abertura de edital para liberação de recursos destinados a apoiar as atividades comunitárias.

4. Definição de normas e procedimentos administrativos visando a agilização e padronização dos procedimentos adotados para o encaminhamento dos projetos de extensão. A partir desse trabalho, foi possível elaborar um guia para orientar professores e alunos, "A Extensão na Universidade de Brasília – O que é e como participar".

Uma vez definidas as normas gerais, os formulários para apresentação de propostas de atividades de extensão foram reelaborados, com o objetivo de incluir maior volume de informações e permitir uma análise adequada dos projetos. Partindo do princípio de que os projetos têm diferentes graus de complexidade, foram estabeleci-

dos formulários diferenciados para as modalidades de extensão. Para a apresentação de propostas de eventos de curta duração, como congressos, seminários, palestras, há uma versão simplificada do formulário, que demanda menos tempo para seu preenchimento. Já no caso de cursos de extensão e de projetos comunitários, exige-se um maior detalhamento da execução. Algumas exigências são comuns em todas as modalidades de extensão, como a inclusão de currículos dos professores e/ou técnicos externos.

Informações sobre a execução financeira, peça fundamental de qualquer projeto, são apresentadas de forma detalhada em todas as atividades. O orçamento é composto pela previsão de receita, que registra as fontes de receita, e pelo plano de aplicação de recursos. O valor mínimo da receita prevista indica a viabilidade econômica do projeto: esse só será aprovado se esta for suficiente para cobrir as despesas com a execução.

Esses formulários e as planilhas para a elaboração do orçamento estão disponíveis na página do DEX/UnB (www.unb.br/dex), podendo ser consultados por todos os interessados.

Projeto Integração Universidade Escola: uma forma alternativa de vinculação entre a universidade e a escola

ROBERTO R. DA SILVA, JOICE DE A. BAPTISTA, GERALDO A. L. FERREIRA, GERSON DE S. MÓL, ELIZABETH TUNES, AFONSO M. NETO, ANDRÉ G. A. FERNANDES, CASSIO B. SOUZA, JOAQUIM D. NETO, JOARKS A. COSTA, KAMILA S. ALBUQUERQUE e RENATA F. MOURA.

Em trabalhos anteriores evidenciamos que o ensino de química e ciências apresenta algumas falhas. Por exemplo, nos níveis fundamental e médio, apresenta um caráter meramente informativo com exagerada ênfase em habilidades de baixo nível cognitivo; no superior, o estágio no qual o licenciado deveria aprender a praticar o ensino é, em geral, artificializado tornando precária a integração dos alunos de licenciatura com a escola. Com o objetivo de sanar tais problemas, implantou-se uma assessoria permanente a professores do ensino médio e fundamental, do Distrito Federal e entorno, buscando-se incentivá-los a identificarem e dimensionarem problemas no ensino, gerarem e implementarem propostas de solução, focalizando, de modo integrado, as relações entre sujeito que conhece (aluno), objeto de conhecimento e atuação mediadora de outro indivíduo (professor e condições de ensino). A assessoria foi feita em reuniões com pequenos grupos de pro-

fessores para a identificação de problemas de ensino; geração de possíveis soluções; elaboração de roteiros de atividades práticas utilizando material simples e de baixo custo; construção de equipamentos que possam ser transferidos para as escolas públicas e utilizados até mesmo em salas de aula; programação de palestras, visitas, encontros de professores, cursos, etc. Durante a vigência do projeto (1991-2001) foram realizados 12.986 atendimentos a alunos; 1060 atendimentos a professores, envolvendo-se 238 escolas; foram apresentadas 29 comunicações em congressos; publicadas 9 artigos científicos, 28 artigos de divulgação científica e 5 livros/capítulos de livros;

defendidas 6 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado; realizadas 77 palestras para professores; 9 cursos de extensão; 2 ciclos de palestras; 110 seminários de divulgação científica; 2 cursos de capacitação para professores (80 horas); 1 curso de especialização para professores (Pro-Ciências, 180 horas). Houve a participação de 49 alunos de licenciatura e de alunos de 12 disciplinas de graduação; registrando-se 12.000 visitas à homepage. Os resultados mostram que o modelo de assessoria adotado constitui-se numa proposta efetiva de atuação da Universidade no Ensino Fundamental e Médio, conjugando atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Política de Extensão como fator de melhoria nos índices de desempenho na Extensão

EQUIPE DA DIRETORIA TÉCNICA DE EXTENSÃO: PROF^a. MÉRICA ELIANA BICALHO VALADARES RIBEIRO – DIRETORA TÉCNICA DE EXTENSÃO, CLELMA MARIA LINHARES – ASSISTENTE DA DIRETORA TÉCNICA.

A atual gestão do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília estabeleceu como uma de

suas prioridades a reformulação da política de extensão, reestruturação do decanato e implementação das atividades potencializando o impacto social da extensão.

As discussões tiveram início no primeiro ano desta gestão – 1998,

na Câmara de Extensão (CEX). Foi, então, elaborado um documento e encaminhado a todos os Institutos e Faculdades para apreciação e ampla discussão. O documento final foi aprovado pelo Conselho Universitário da UnB e hoje temos uma Política de Extensão formulada com a participação de toda a comunidade acadêmica.

Simultaneamente à reformulação da Política de Extensão foi estabelecida uma nova estrutura organizacional e foram implantadas medidas que favoreceram a desburocratização das atividades. Em consonância a essas medidas, foi possível elaborar um "Manual de Extensão" com todas as informações para execução das ações de Extensão.

Um dos avanços da nova Política foi a criação do Fundo de Extensão. Os recursos deste Fundo, oriundos do Fundo de Apoio Institucional – FAI, possibilitam ao DEX custear ações de extensão que não conseguem obter financiamento para sua execução. Dessa maneira, a universidade pública cumpre seu papel social ao captar e aplicar recursos na implementação de projetos de extensão com grande importância social.

Reformulada a política e simplificado o funcionamento, cresceram as diversas atividades de extensão e também o número de beneficiários e participantes.

Dentre essas ações podemos destacar os Projetos Comunitários de Extensão cujos objetivos são o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração da universidade com instituições de ensino.

Com recursos do Fundo de Extensão foram lançados dois Editais para "Apoio a Projetos Comunitários de Extensão" desenvolvidos nos anos de 2000 e 2001, que beneficiaram respectivamente 18 e 20 projetos com a quantia de R\$ 3.000,00 para execução de cada um.

O número de projetos comunitários passou de 26 em 1998 a 78 em 2001, registrando um crescimento de 300%. Não dispomos do número de pessoas beneficiadas por esses projetos no mesmo período, entretanto, a previsão do

impacto social para 2001 será o atendimento a mais de 50.000 pessoas.

Além do impacto social, esses projetos causaram um significativo impacto acadêmico.

O número de professores envolvidos passou de 61 em 1998, para 236 em 2001, registrando um aumento de 387% e o de estudantes passou de 270 para 487 no mesmo período, registrando um crescimento de 180%. O número de bolsas de extensão (60h/mês com duração de dez meses), passou de 141 para 352, registrando um crescimento de 250%.

Com base nesses dados, podemos constatar, que os Projetos Comunitários de Extensão foram muito beneficiados com a reformulação da Política de Extensão da UnB.

Distribuição dos Projetos Comunitários de Extensão segundo as áreas temáticas principais*/ Quadriênio 1998/2001

ÁREA TEMÁTICA/ANO	1998	1999	2000	2001
Educação	10	09	18	28
Saúde	05	09	13	22
Cultura	07	02	06	03
Direitos Humanos	01	04	07	04
Meio Ambiente	02	03	04	08
Tecnologia	-	-	03	07
Trabalho	01	01	04	05
Comunicação	-	-	-	01
TOTAL DE PROJETOS	26	28	55	78**

* Estabelecidos pelo grupo técnico Sistema de Dados e Informações e RENEX- Rede Nacional de Extensão

** Dados parciais até 24/07/2001

IMPACTO ACADÊMICO

Ano	1998	1999	2000	2001
Nº de docentes	61	81	148	240
Nº de discentes	270	195	324	489

IMPACTO SOCIAL

Ano	1998	1999	2000	2001*
Público Atendido	-	-	25.437	51.183

* DADOS PARCIAIS

diversos momentos, de estudantes de graduação e pós-graduação. Devido ao seu caráter coletivo e atuante no sentido de intervir concretamente sobre a realidade, pode-se dizer que o projeto, em seu conjunto, contribuiu para a construção da cidadania e o *empowerment* social da comunidade, tendo sido utilizado como uma caixa de ressonância dos pensamentos e ações dessa mesma comunidade. Este caráter se expressou claramente na etapa final do projeto, referente ao período do financiamento pelo FNMA/MMA, em que se editou o livro "Educação Ambiental na Cachoeira do Morumbi, Planaltina-DF", incluindo as falas de membros da comunidade questionando a incorporadora e sua propaganda enganosa, bem como o folder de propaganda da venda dos terrenos como prova que viabiliza novas ações, inclusive judiciais. A integração escola-comunidade também foi buscada quando da edição e distribuição do livro-síntese do projeto, tendo o lançamento do mesmo ocorrido no pátio lotado da escola. O livro contém, também, os trabalhos escolares feitos pelas crianças da Escola-Classe Osório Bacchin, de forma que tanto a comunidade, de modo geral, como a comunidade escolar, em particular, pudessem "se ver" retratadas no livro, e, deste modo, se sentirem valorizadas. Mais ainda, o

Construção da cidadania e *empowerment* sócio-comunitário na educação ambiental*

CARLOS HIROO SAITO (COORD.)¹, EUCILENE MAIA FRANCO², IVETE TERESINHA GRAEBNER³, IVANILDE PEREIRA DE VASCONCELOS³, RAUL LUIS DE MELO DUSI⁴

¹ DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, SAITO@UNB.BR. BRASÍLIA/DF, BRASIL.

² PROG. PÓS-GRAD. NUTRIÇÃO HUMANA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, GRAEBNER@UNB.BR. BRASÍLIA/DF, BRASIL.

³ LOTEAMENTO RURAL JARDINS DO MORUMBI, PLANALTINA/DF, BRASIL.

⁴ UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, RAUL@UCEB.BR. BRASÍLIA/DF, BRASIL.

RESUMO

O projeto "Educação e Pesquisa Ambiental Participante: uma comunidade em defesa de sua cachoeira" teve início em 1977, por demanda da comunidade preocupada com a proteção cachoeira do Morumbi, situada no curso do rio Maranhão (DF/

GO). Adotou-se como teoria-guia a investigação-ação participante. Nos 3 anos de atuação conjunta, analisamos a problemática ambiental à luz da legislação vigente, acionamos a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, questionamos os órgãos ambientais do DF, promovemos o debate no seio da comunidade e integramos a escola pública local às ações do projeto, planejando, de forma conjunta com os professores, atividades pedagógicas de caráter interdisciplinar. No âmbito do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, o projeto constituiu-se numa oportunidade de integrar ensino, pesquisa e extensão, contando com a participação, em

livro não é vendido – foi feita uma tiragem para ser distribuído um exemplar para cada família do loteamento, e mais cinquenta exemplares para a escola. A maior autonomia da comunidade na busca e cobrança de ações dos órgãos de fiscalização do poder público, o maior conhecimento da legislação ambiental, o interesse na sua organização é resultado deste processo, inclusive com a cons-

tuição de um Conselho de Meio Ambiente em Planaltina/DF, ainda que seja um resultado indireto.

* Apoio: Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA/MMA.

agenda ambiental institucional. Em 1999, o GT de Resíduos Sólidos avaliou a situação dos resíduos sólidos gerados pela UnB, quanto à quantidade e qualidade, de acordo com a unidade acadêmica ou administrativa fonte dos resíduos. O GT de Resíduos Sólidos decidiu que os trabalhos de separação do lixo e educação ambiental deverão ser implantados paulatinamente, por setores, escolhendo, para tanto, uma unidade piloto. No ano de 2000 foram feitos levantamentos da rotina de trabalho do Restaurante Universitário e caracterização do lixo produzido, que apontou o setor de pós-consumo, com elevada produção de lixo plástico descartável, como o setor privilegiado para as ações educativas baseadas no conceito dos 3Rs: reduzir, reutilizar e reciclar. O ano de 2001 tem sido dedicado a aplicação de questionários a usuários e funcionários objetivando apreender sua percepção das implicações da produção de lixo descartável e a aceitação de alternativas. O GT de Resíduos Sólidos tem também realizado exposições e performances teatrais para esclarecimento do grande público. Com base no diagnóstico do pensamento dos usuários, está-se iniciando a preparação de material educativo escrito e outras estratégias pedagógicas para desencadear o trabalho de educação ambiental

Agenda ambiental Institucional e Gestão de Resíduos na Universidade de Brasília

CARLOS HIROO SAITO (COORD.), ANA PAULA BATISTA, CAROLINA CRISTINA DE BARROS E MARTINS, CHANDRA WOOD VIEGAS, CLEITON DE SOUZA CORREIA, CLÊNIA DE SOUZA CORREIA, ELISABETH BRANDÃO DOURADO, ELIZABETH RAMOS BARROS, FERNANDA QUEIROZ ASSUNÇÃO, GLAUCIA FERREIRA DE ALMEIDA, HELOISA CRISTINA SCHUMACHER, LEANDRO DE CASTRO SIQUEIRA, LEONI CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS, MARIA JOSÉ GUNHA.

DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA/DF, BRASIL.
E-MAIL: SAITO@UNB.BR OU GTLIXO@UNB.BR.

Resumo

Diante da relevância da temática ambiental e do papel da universidade na formação de valores, a Universidade de Brasília, buscando a melhoria da qualidade de vida no Campus, iniciou no ano de 1999 discussões em torno da elaboração de

uma Agenda Ambiental Institucional, com a realização do seminário Agenda 21 da UnB, tratando dos temas água, energia, alimentação e saúde, áreas verdes, resíduos sólidos. O GT de Resíduos Sólidos pautou sua trajetória pelo trabalho interdisciplinar, colaborativo e integrador das áreas de ensino, pesquisa e extensão da universidade, estruturando uma equipe de trabalho permanente, envolvendo docentes, funcionários e estudantes. Adotou a investigação-ação como teoria-guia, e vem fazendo do trabalho de gestão de resíduos sólidos um momento também de deteriorização e desenvolvimento de metodologias para o fazer coletivo em educação ambiental e

e gestão de resíduos no Restaurante Universitário, e utilizar esta experiência-piloto como base para a expansão das ações de minimização e gestão racional de resíduos em todas as unidades do Campus Universitário. Acredita-se que as ações no âmbito da Agenda Ambiental Institucional,

de modo geral, e da Gestão de Resíduos Sólidos, em particular, na Universidade de Brasília, constituem elementos fundamentais para a mudança de valores de toda uma geração social, em virtude do efeito multiplicador, na perspectiva da sustentabilidade.

ante a uma visão filosófico-antropológica, como a mutação ontológica do real e um vetor para sua transformação e atualização. A educação que intencionamos implementar visa, portanto, resgatar a qualidade e a essência da praxis educativa, transformando-a em uma prática dialógica, comunicativa, para viabilizar a interação entre professores e alunos como sujeitos autônomos e reflexivos na construção cooperativa do conhecimento.

Dentre as atividades que têm sido desenvolvidas destacamos os cursos: "Saúde no Brasil", "Promoção da Saúde"; "Educação ambiental sob o prisma da ciência e tecnologia", "Metabolismo" e uma pesquisa-ação para educação musical. Em geral, essas atividades (disponibilizadas no sítio www.unb.unbvirtual.br) evidenciam metodologias didáticas aliadas à lógica interativa do hipertexto com o potencial dos chats, fóruns de debates, listas de discussão; recursos mediadores na concretização da educação virtual almejada. Cabe, contudo, destacar algumas inovações mais específicas. A metodologia da pesquisa-ação, voltada para a educação musical, por exemplo, proporciona a ressignificação epistemológica da investigação científica, instaurando a criação de comunidades virtuais crítico-reflexivas.

A Extensão Universitária no movimento contemporâneo das redes de Comunicação

MARIA DA GLÓRIA NORONHA SERPA
PROFESSORA DOUTORA / UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA/ UNB VIRTUAL

A emergência da Internet instaura novas modalidades de interações humanas propiciando a formação de coletivos inteligentes, assim como, a acolhida e fortalecimento das singularidades, no processo de construção, comunicação e socialização do saber. Esse fato histórico deve-se, sobretudo, à lógica hipertextual da rede aliada às novas configurações do tempo e espaço, que irrompem nesse cenário. Esse fenômeno social sugere uma nova aliança entre educação, ciência e tecnologia. Aliança que pode constituir-se em um dos caminhos possíveis

para re-significar a educação, fortalecer a integração ensino, pesquisa e extensão, incitar a educação continuada e permanentemente e, conseqüentemente, provocar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Sobressai, portanto, a necessidade de pensarmos a extensão universitária interconectada com a rede de comunicação, em resposta aos imperativos de nosso tempo.

A interconexão da extensão com o movimento dinâmico e contemporâneo das redes tem sido, com efeito, um desafio para professores e técnicos que partilham do trabalho desenvolvido pela UnBVirtual/UnB. Concebemos o virtual, conso-

Similarmente, a "Promoção da Saúde" é um curso ousado propiciando, por meio de oficinas virtuais, a construção do saber, sob a visão planetária e da interdisciplinaridade. Ressalta-se, também, o curso "Metabolismo" inaugurando a estratégia de mapas conceituais e de simulações digitais que favorecem a

aprendizagem significativa de conceitos e o desenvolvimento de competências cognitivas.

Compartilhar nossos desafios e experiências é o objetivo maior desse trabalho. Este é também um convite para edificarmos a extensão universitária, interconectada com o movimento contemporâneo das redes.

Promoção da saúde, via rede: uma visão planetária

ELIOENAI DORNELLES ALVES
PROFESSOR DOUTOR DA FACULDADE DE ENFERMAGEM/UNB
MARIA DA GLÓRIA NORONHA SERPA
PROFESSORA DOUTORA DA UNB VIRTUAL/UNB

Há algumas décadas que a satisfação da sociedade com o modelo de atenção à saúde tem sido questionada, principalmente, frente ao fato de que o modelo de assistência, o enfoque curativo e a prática hospitalocêntrica-medicocêntrica, desarticuladas do social, não têm evidenciado resultados produtivos e eficazes. E, no entanto, a promoção da saúde é um processo que possibilita ao coletivo humano os meios para assegurar uma melhor qualidade de vida e cidadania. Urge, portanto, buscar alternativas que possam contribuir com a melhoria da formação teórico-prática dos profissionais da área proporcionando-lhes uma visão contextualizada da promoção da saúde e

a integração recíproca entre a teoria e prática articuladas com a realidade social.

Essas preocupações têm mobilizado ações conjuntas no âmbito da Universidade de Brasília, notadamente no campo da extensão universitária. Diversas têm sido as iniciativas com esses propósitos, entre as quais destacamos o curso "*Promoção da Saúde, via rede: uma visão planetária*" que resulta de um trabalho coordenado por docentes da Faculdade de Enfermagem/UnB e da UnBVirtual. Compartilham também desse trabalho, as universidades integrantes do Consórcio UNIVIR-CO - Universidade Virtual do Centro-Oeste,

O curso "Promoção da Saúde" via rede" (www.unb-unbvirtual.br) construído sob o enfoque filosófico-multiprofissional apresenta-se como uma experiência inovadora, crítica e

ousada, em função de duas grandes características articuladas: a metodologia da educação a distância, via Internet e as estratégias didáticas utilizadas. A utilização da Internet insere a temática no movimento das redes propiciando a democratização do saber. A lógica hipertextual da rede aliada aos recursos dos fóruns de debates, intercâmbios via e-mail e chats favorecem a construção conjunta e interativa do conhecimento e, ao mesmo tempo, fortalecem as expressões das singularidades humanas. Emerge nesse contexto a formação de comunidades virtuais de ensino e pesquisa, resgatando a indissociabilidade dessas práticas. O ciberespaço, dedicado à promoção da saúde, está ademais permeado pelas oficinas virtuais; estratégias didáticas inovadoras nesse cenário. As oficinas virtuais instigam os encontros pedagógicos da coletividade e proporcionam a interdisciplinaridade. Permeadas pelo lúdico e mediadas pelo uso dos fóruns e listas de debates, essas dinâmicas redefinem o papel de professores e alunos, transformando-os em sujeitos interativos na construção do saber. Ademais, promovem a visão planetária permitindo apreender a questão da promoção da saúde na complexidade histórico-social, que lhe é intrínseca.

Implementar e democratizar essas atividades é um desafio que enfrentamos visando contribuir com a melhoria da prática da promoção da saúde sintonizada com as mudanças e aspirações de nosso tempo.

Saúde e qualidade de vida dos adolescentes na comunidade do Varjão/DF

MARILUCIA ROCHA DE ALMEIDA PICANÇO, PROFESSORA ADJUNTO DE PEDIATRIA, FACULDADE DE MEDICINA, COORDENADORA DE EXTENSÃO DA FAC. MEDICINA/UNB/DF, MARIA DE FÁTIMA RAMOS BRANDÃO, PROFESSORA ASSISTENTE DO DEPTO. DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO UNB - CIC, BRASÍLIA - DF, BRASIL - TEL/FAX: (0 XX 61) 273-3589/307-2702/307-2703 R:206 - COORDENADORA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INFORMÁTICA/UNB/DF
ANA CARLA MIRANDA, PSICÓLOGA, MESTRANDA DE CIÊNCIAS SOCIAIS /UNB

Este trabalho foi desenvolvido no período de julho a dezembro de 2000, na primeira etapa, na Comunidade do Varjão, região carente próxima ao Lago Norte em Brasília/DF. O desenvolvimento do Projeto foi realizado por equipe de seis alunos de graduação do curso de medicina, quatro de informática da Universidade de Brasília (UnB), dois estagiários de psicologia e dois de educação física que acompanharam o Projeto. A participação interinstitucional se deu com a adesão de quatro alunas da Psicologia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

O objetivo do Projeto era capacitar 40 jovens adolescentes, entre 10 e 17 anos, com o enfoque voltado ao resgate de estilo e qualidade de vida saudáveis. Formando Agentes Multiplicadores de Saúde e Qualidade de Vida na comunidade.

A metodologia se baseou no modelo Piagetiano, com o re-

passo de conteúdos por meio de oficinas lúdicas permitindo uma maior adesão e concentração pelos adolescentes. Aos conteúdos programáticos incluiu-se temas relativos à saúde como: Adolescência, o desenvolvimento psico-social, Sexualidade, fatores de risco para a gravidez e DST/AIDS, violência doméstica e estrutural e ainda foram capacitados em Informática como forma de socialização do conhecimento em tecnologia. Desta forma o Projeto visava permitir o acesso dos adolescentes carentes, pela internet, ao mundo globalizado, virtual, além da possibilidade de geração de renda, no futuro. Foram adquiridos 02 computadores, com 02 impressoras sendo para utilização da comunidade pelos adolescentes capacitados, podendo repassarem a seus pares. O Projeto foi agraciado com o primeiro lugar do

concurso promovido pela Universidade Solidária (UNISOL), em que recebeu R\$ 20.000,00 do V PRÊMIO BANCO REAL na primeira etapa. Na segunda etapa, de março a julho de 2001, novos alunos foram incorporados, como alunos de música, artes cênicas e dança. As oficinas foram mais participativas e foi criado o Clube da Leitura na Comunidade, com muita aceitação pelos adolescentes. Os alunos de graduação que foram monitores no processo e organizaram as oficinas de artes (música, teatro, dança e leitura), sentiram a diferença do aprendizado quando comparados às salas de aulas. No processo da ida a Comunidade houve uma grande troca de conhecimentos e para o grupo da medicina, foi uma rica experiência fora dos muros do hospital na compreensão do processo saúde/doença.

A Universidade de Brasília na Comemoração dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil

Uma reflexão sobre as artes, a cultura, as ciências e suas implicações para a Sociedade

SONIA RAMOS CRUZ
COORDENADORA DO PROGRAMA

Desde a abertura em 22 de abril

de 1999 até o encerramento em 23 de abril de 2001, o programa A UnB e os 500 Anos de Brasil,

tal qual propunha, preencheu significativos espaços de reflexão e ofereceu momentos raros de beleza e de abstrações sobre a construção do Brasil de quinhentos anos.

Apesar da sua concepção na esteira das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, o programa ultrapassou o simples e polêmico significado comemorativo prestando-se sim, a fortalecer a extensão universitária, na busca de caminhos para o futuro da nação.

O Programa constituiu amplo processo de engajamento interno e externo, consolidando parcerias e privilegiando a multidisciplinaridade. Assim, nesse exercício de reflexão se assistiu a expressão científica e artística do debate de novos e velhos conceitos, a crítica de modelos e a idealização de uma nova nação: uma sociedade justa, igualitária, cidadã, em que cada indivíduo, branco, negro, índio, seja e se perceba

como parte da modernidade e não dela excluída.

Somando 52 eventos realizados nas mais diversas modalidades, o programa abrangeu debates de temas contemporâneos, seminários nacionais e internacionais, espetáculos artísticos, exposições, publicações, provas desportivas e até uma expedição náutica científica de estudos amazônicos.

O Programa vivenciou momentos grandiosos, entre outros, como o da execução da "Cantata dos 10 Povos" - uma exaltação à língua portuguesa -, reunindo um público de 1500 pessoas; a apresentação da peça "Mulheres Brasileiras", no Pelourinho, em Salvador, BA; o Encontro Nacional de Pajés, durante a magia das cerimônias do pôr-do-sol; e na empolgação dos tripulantes da "Expedição Humbolt - Amazônia 2000".

Alguns aspectos importantes e reveladores que condicionaram o êxito do programa foi o engajamento da nossa comunidade

universitária - cada Instituto, Faculdade, Centro e Núcleo -, o esforço pessoal de cada coordenador de projeto, alunos e professores envolvidos; as parcerias firmadas quer internas, entre as unidades acadêmicas e administrativas, quer externas, com várias embaixadas, instituições públicas e privadas e com universidades brasileiras e estrangeiras.

Na tentativa de inventariar e traduzir tal processo foi publicada em agosto deste ano uma edição especial da revista ParticIPAÇÃO do DEX/UNB e também realizado um vídeo-documentário. Ambos marcaram o encerramento do programa.

Os 15 artigos e a síntese cronológica dos eventos integram o acervo produzido.

Cada peça testemunha a realização de um projeto que se revelou abrangente e que incorpora o histórico e inerente conceito da extensão universitária desenvolvida na Universidade de Brasília.

Projeto Interdisciplinar de Ensino de Ciências: Relato de Experiência

RUI SEIMETZ (COORDENAÇÃO)
DEPT^o DE MATEMÁTICA

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência vivenciada por um grupo de professores de áreas distintas¹ da Universidade de Brasília, e alunos dos cursos de graduação dessas áreas² que

teve início em 1999 - o Projeto Interdisciplinar de Ensino de Ciências - PIEC.

O PIEC tem por objetivo propor atividades educacionais e/ou criar materiais didáticos, jogos, modelos, textos, experimentos e outras atividades práticas, a serem usadas por professores do

ensino médio que desejam adotar uma abordagem interdisciplinar em sala de aula.

O PIEC vem buscando formas que possam viabilizar o ensino de Ciências Naturais e Matemática de forma interdisciplinarizada. Para isso, uma das idéias de consenso do grupo foi a de-

terminação de um tema como sendo o centro inter-relacionador dos diversos campos de estudo. A partir desse tema, procurou-se determinar formas de coleta de informações que permitissem desenvolvê-lo até chegar nas diversas áreas do conhecimento abordadas.

Após ser feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da interdisciplinaridade e uma pesquisa documental, necessária para definir as tendências educacionais oficiais no país, obteve-se como tema aglutinador a "ÁGUA". A forma encontrada para buscar as informações e idéias necessárias para desenvolver tal tema foi realizar saídas de campo a locais onde a água desempenhasse papel significativo para o meio observado.

No Distrito Federal, a barragem do Lago Paranoá bem como a usina hidroelétrica do Paranoá, são locais em que o tema proposto, água, está em profunda interação com o ecossistema e com as modificações implementadas pelo homem e, portanto, rico em informações.

Em vista disso, o grupo organizou duas oficinas para professores do ensino médio, baseadas em saídas de campo à Barragem do Paranoá. O objetivo destas oficinas era trazer, para integrar o grupo, uma equipe de professores da rede pública a fim de trabalhar em conjunto a vivência interdisciplinar.

Atualmente o grupo está trabalhando em parceria com professores do estabelecimento de ensino da rede pública do DF – Centro de Ensino Médio do Setor Leste – oferecendo minicursos. O enfoque destes minicursos é a elaboração, com os professores, de duas apostilas didáticas envolvendo o tema água. Estas apostilas serão posteriormente utilizadas pelos próprios professores para análise da sua relevância e aplicabilidade, dentro das condições vivenciadas por eles em sala de aula. Além disso, serão feitas sugestões para

o aperfeiçoamento do material elaborado.

¹ Denise Imbroisi (Química), Edi Mendes Guimarães (Geociências), Eliana dos Reis Nunes (Física), Eliane Mendes Guimarães (Biologia), Lilian Hitomi Gonçalves (Química), Maria de Fátima R. Makiuchi (Física), Tânia Schmitt (Matemática)

² Alessandro R. de Jesus (Física), Carlos Q. de Medeiros (Física), Caroline Cazarin (Geociências), Cristiane A. T. Silva (Química), Diego Faulhaber (Geociências), Fábio H. Vieira (Biologia), Fabricio M. Queiroga (Biologia), Jeana G. S. Vatos (Química), Marilucy M. de Souza (Física), Rafael M. Coutinho (Matemática), Tatiana T. Lobo (Biologia) e Wilson A. Badaró Júnior (Química)

“Biom virtual” – um espaço privilegiado para a Educação Ambiental

LENISE APARECIDA MARTINS GARCIA
DEPT^o DE BIOLOGIA CELULAR

Desde Tbilisi, a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação. Esse aspecto de *dimensão* continua sendo, por sua pouca realização efetiva, uma novidade: não se trata de introduzir, isoladamente, novos conteúdos, mas de mudar o enfoque da educação, tornando-a mais orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente. São necessárias a abordagem interdisciplinar e a participação ativa e responsável de cada

indivíduo e da coletividade.

Alguns passos fundamentais foram dados para a inserção da Educação Ambiental nas escolas brasileiras: a inclusão de “Meio Ambiente” como um “tema transversal” nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a publicação da lei 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Resta, porém, o principal e mais difícil: fazer com que chegue às escolas, efetivamente, essa dimensão ambiental permeando o conjunto das atividades de ensino e aprendizagem e não “o ambiente” como um tópico

isolado. Essa meta educativa só poderá ser atingida partindo-se de uma ampla capacitação de professores. O desafio é, de fato, muito grande: oferecer formação em Educação Ambiental a todos os professores, de todas as áreas, em todos os níveis de ensino.

A extensão universitária tem importante papel nesse desafio, pela sua flexibilidade e possibilidade de atingir grande número de pessoas, em particular utilizando-se Educação a Distância, salientando-se a Internet.

A Internet destaca-se de outros veículos midiáticos por permitir a interatividade e, em consequência, a aprendizagem colaborativa. Pode propiciar ambientes de aprendizagem nos quais todos são, ao mesmo tempo, educadores e educandos, realidade sempre

presente quando se trata da capacitação continuada de professores. Cada educador traz as suas próprias experiências e vivências, particularmente ricas quando temos a presença de pessoas das mais variadas áreas, como é o caso quando se trata de Educação Ambiental.

Pode ser feito um interessante paralelo entre as interações que acontecem no ambiente natural e humano – objeto da Educação Ambiental – e no ambiente virtual, que pode ser veículo dessa educação. Poderíamos dizer que a interação entre as pessoas no ambiente virtual constitui de algum modo um “bioma virtual”, com inter-relações que propiciam o equilíbrio entre diferentes enfoques, a diversidade e a aprendizagem colaborativa.

tendo como ética o cuidado com o meio ambiente.

O Rio das Brancas nasce no município de Água Fria e deságua no Rio Tocantins, no município de Alto Paraíso. Abastece o município e corta as terras usadas na agricultura de grãos.

São focalizadas as matas ciliares degradadas nas comunidades rurais *PA Santo Antonio das Brancas*, *PA Terra Conquistada e Ribeiro*, no município de Água Fria e *Jatobazinho*, *Jatobá*, *Pedra de Amolar* e *PA Mingau* no município de São João D'Aliança.

O projeto abrange as escolas existentes em São João, correspondendo à inserção da educação ambiental no currículo.

Grande parte das matas ciliares do Rio das Brancas encontra-se degradada e suas águas contaminadas pelo uso abusivo de agrotóxicos. Além disso, as águas do rio recebem grande quantidade de lixo.

O projeto propõe-se a recuperar, em 12 meses, 2 hectares das matas ciliares de cada comunidade, além de promover a organização, pela atuação das mulheres, de um conselho de vigilância do Rio das Brancas, com representação das comunidades rurais.

A sensibilização da população é feita por meio de campanhas de limpeza do rio e pelo envolvimento direto da rede pública de ensino local.

O projeto abrange atividades relacionadas a quatro eixos

Mulheres das Águas: despoliando e recuperando as matas ciliares do Rio das Brancas¹

LEILA CHALUB MARTINS
EDUCADORA E ANTRÓPOLOGA SOCIAL, PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNB E COORDENADORA DO PROJETO.

PARTICIPAM DIRETAMENTE DO PROJETO: MARIA NILA CRISÓSTOMO, PRESIDENTE DO STR SJA; GRUPO PET – EDUCAÇÃO; CLARISSA CASSAB DANNA, PEDAGOGA; E GISELE PAES GOUVEIA, ENGENHEIRA FLORESTAL; IVANETE AMORIM DOS SANTOS, PEDAGOGA; LEOPOLDO RICARDO, ANTRÓPOLOGO.

Recuperação das matas ciliares e limpeza do Rio das Brancas por meio da atuação das mulheres professoras, produtoras rurais e mães, promovendo na agricultura a estabilidade, a resistência e a diversidade do cerrado e atendendo as necessidades humanas de forma sustentável,

principais:

1-Organização do grupo de mulheres, com o interesse de viabilizar maior participação feminina nas decisões de interesse doméstico e profissional, para permitir futuras ações coletivas do grupo.

2-Plantio das mudas às margens degradadas do rio – O sentido é o de promover o reconhecimento pela população local do problema ambiental e de medidas necessárias para saná-lo.

3-Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamen-

tal, a partir do envolvimento com o projeto. O processo foi desencadeado com a realização de uma gincana, envolvendo 165 alunos e 22 professores das escolas da região.

4-Resgate das tradições culturais da região. Com essa finalidade, estão em curso as atividades: levantamento do imaginário da população local; levantamento e registro dos contos e histórias da região; levantamento das histórias de vida dos mais velhos; levantamento do *brincar* típico da região.

o campo, tendo como ênfase a questão ambiental. Deste modo, o Grupo PET Educação estruturou, juntamente com a comunidade escolar, a proposta de projeto político pedagógico centrado na participação organizada dos diferentes segmentos interessados, na educação ambiental e na avaliação baseada no porta-fólio, como um procedimento capaz de contribuir para a organização de trabalho pedagógico em que todos realmente participam da tomada de decisões, fazendo escolhas e avaliando continuamente o seu desempenho pessoal e o da instituição. O trabalho iniciado em dezembro de 2000 está apenas no seu começo. Após o levantamento do diagnóstico e sua construção sob a forma de porta-fólio mural, para ser exibido nos corredores da escola, e visível por todos, a segunda fase do processo encontra-se em fase de organização: projetos estão sendo definidos e organizados como um passo decisivo na construção da escola desejada por todos.

PARTICIPAM DIRETAMENTE DO PROJETO: GRUPO PET – EDUCAÇÃO; CLARISSA CASSAB DANNA, PEDAGOGA; IVANETE AMORIM DOS SANTOS, PEDAGOGA.

O TRABALHO CONTOU COM A CONSULTORIA DA PROFESSORA BENIGNA MARIA DE FREITAS VILLAS BOAS, DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

BENIGNA VILLAS BOAS

A construção participativa do Projeto Político Pedagógico da Escola Fazenda Libório¹

LEILA CHALUB MARTINS
EDUCADORA E ANTRÓPOLOGA SOCIAL,
PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DA UNB E TUTORA DO GRUPO PET –
EDUCAÇÃO.

Apoiar o trabalho pedagógico desenvolvido pela Escola Municipal Fazenda Libório, desde 1996, tem significado para o Grupo PET- Educação da UnB um importante desafio: como colocar em prática vivências adquiridas nas diferentes disciplinas formativas do curso de Pedagogia e construir, juntamente com aquela comunidade escolar, práticas de planejamento e avaliação que orientem a escolha didático-metodológica do conjunto de professores, apoiem

a aprendizagem dos seus alunos, e ajudem as famílias a expressar suas expectativas por uma escola realmente vocacionada para o campo para a educação dos seus filhos? A Escola Municipal Fazenda Libório tem a sua origem em um processo intenso de luta e de participação. Surgiu do anseio pela escolarização dos filhos de 70 famílias de trabalhadores rurais Sem Terra acampados na Fazenda Nossa Senhora do Carmo, do município de Água Fria de Goiás, em agosto de 1996. Sua organização curricular, portanto, além de fazer jus a essa história, deveria se somar ao esforço pela constituição de uma educação básica voltada para

Programa de apoio à pecuária leiteira em áreas de cerrado - PAMPLAC

MARCELO COSTA MARTINS ENGENHEIRO AGRÔNOMO, MESTRANDO EM ECONOMIA, BOLSISTA DO CNPQ.

JOSÉ MAURO DA SILVA DIOGO

PROFESSOR DA FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA - UNB - BRASÍLIA. NÚBIA SILVA DE SOUSA

MÉDICA VETERINÁRIA, BOLSISTA DO CNPQ. NUCOMP/FAV/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - BRASÍLIA/BRASIL.

O Programa de Apoio à Pecuária Leiteira em Áreas de Cerrado - PAMPLAC - é conduzido no âmbito do Núcleo de Apoio à Competitividade e Sustentabilidade da Agricultura - NUCOMP/FAV/UnB com o apoio do CNPq e da Escola de Extensão/UnB. Consiste em uma ação permanente de articulação entre a Universidade de Brasília, a iniciativa privada e órgãos e instituições oficiais ligados a cadeia produtiva do leite.

As ações desenvolvidas compreendem estudos e diagnósticos do sistema agroindustrial do leite visando a modernização e o desenvolvimento tecnológico do setor.

O trabalho teve início em 1998, sendo realizado mediante duas bases de dados: a primeira obtida pelo monitoramento mensal de dez propriedades e cinco agroindústrias beneficiadoras de leite, onde são levantadas informações relacionadas à produção, comercialização, recursos humanos e finanças; e a

segunda, pela aplicação de questionários em propriedades rurais, agroindústrias, mercado atacadista e varejista e consumidor final, visando obter uma ampla base de informações sobre a cadeia produtiva.

Alguns entraves referentes ao setor, no Distrito Federal, já podem ser mensurados. No segmento de produção, a deficiência gerencial dos produtores aliada à falta de qualificação da mão-de-obra e o frequente aumento no preço dos insumos são preponderantes.

Em relação ao segmento processador de leite, alguns aspectos como concorrência com outras agroindústrias, mercado informal,

sazonalidade da produção, flutuação de preços entre os períodos de safra e entressafra, e a qualidade da matéria-prima são relevantes na viabilização, ou não, do empreendimento.

Este trabalho tem sido utilizado na elaboração de pesquisas direcionadas à necessidade do setor na área agrônoma, zootécnica, veterinária e econômica envolvendo a participação de professores, alunos de graduação e pós-graduação, técnicos da extensão rural, além de fornecer subsídios ao Governo do Distrito Federal, que tem utilizado essa base de informações para a formulação de políticas públicas para o setor.

Avaliação da saúde bucal no projeto "Saúde integral em famílias carentes na cidade satélite de Santa Maria-DF"

PELLI, A. M.¹; DOURADO, G. G.²; ACEVEDO, A. C.¹; MESTRINHO, H. D.¹; GANDOLFI, L.²
1 - DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, UNB, BRASÍLIA - DF
2 - DEPARTAMENTO DE PEDIATRIA, FACULDADE DE MEDICINA, UNB, BRASÍLIA - DF

RESUMO

O projeto multidisciplinar de extensão da Universidade de

Brasília (UnB) "Saúde Integral em Famílias Carentes na Cidade-Satélite de Santa Maria", composto por professores e alunos de Medicina, Nutrição e Odontologia, tem como objetivo proporcionar conhecimentos básicos sobre saúde a esta população.

O objetivo da equipe odontológica é: 1 – conhecer as condições de vida e de saúde bucal das famílias cadastradas; 2 – orientar medidas dietéticas e de higiene oral; 3 – realizar aplicações tópicas de flúor; e 4 – formar agentes multiplicadores de saúde bucal. Na execução inicial deste projeto, foram realizadas visitas domiciliares quinzenais com aplicação

de questionário e exame clínico simplificado. 168 indivíduos de 26 famílias, com idades entre 06 meses e 62 anos, foram examinados. A avaliação dos questionários revelou que 55,3% dos chefes de família não haviam concluído o 1º grau; 96,15% reclamavam de algum desconforto dentário; 46,1% ingeriam alimentos açucarados com frequência; 85% possuíam escovas dentais; e 92,3%

consideravam a escovação dental a medida mais importante para evitar a cárie dental. Esses dados nos permitem concluir que existe associação entre carência sócio-econômica, reduzido nível educacional e má condição de saúde bucal. Há, portanto, necessidade de implantação de programas educativos, preventivos e curativos para melhorar a qualidade de vida dessa população.

Atenção nutricional a creches do Distrito Federal

BETHSAIDA DE ABREU SOARES SCHMITZ
(COORDENADORA)
RAHILDA BRITO TUMA ; MARIANA SILVA
MELENDEZ; RENATA SANTOS DE MIRANDA;
RENATA MONTEIRO;
ELISABETTA RECINE - DEPT^o. DE NUTRIÇÃO

A situação nutricional da população infantil é essencial para aferir a evolução das condições de saúde e de vida da população em geral, uma vez que está relacionada com o grau de atendimento das necessidades básicas como alimentação, saneamento, acesso aos serviços de saúde, nível de renda e educação entre outros.

A avaliação do padrão de consumo de alimentos, constitui importante fonte de informação para identificar situações de "risco alimentar e nutricional" em grupos e populações, além de subsidiar a definição de políticas sociais e agrícolas e o delineamento de intervenções.

Nesse contexto é que surge a

presente proposta que prevê, inicialmente, a realização e formação de um amplo banco de dados sobre consumo alimentar e estado nutricional de pré-escolares de creches de Brasília-DF e posteriormente subsidiar ações destinadas à melhoria da assistência e educação alimentar da clientela e seus familiares.

Este projeto visa portanto traçar o perfil antropométrico e de consumo alimentar de pré-escolares de creches de Brasília-DF.

As ações também buscam a identificação das principais variáveis que interferem no padrão dietético dos pré-escolares e avaliar a contribuição calórica e nutricional da alimentação consumida no lar e na creche.

Ações de educação alimentar junto aos pais e ao corpo técnico administrativo das creches estão sendo realizadas.

A avaliação antropométrica é realizada periodicamente, sendo

então estabelecidas ações de incentivo à melhoria do estado nutricional das crianças. Para a formação e análise do banco de dados está sendo usado o Programa EPLINFO versão 6.04 b.

A classificação do estado nutricional é realizada segundo os critérios da OMS e o padrão antropométrico do NCHS.

Para a avaliação de variáveis sócio-econômicas são utilizados os dados contidos nas fichas cadastrais das creches e informações coletadas junto aos pais ou responsáveis.

Para a avaliação dietética, os inquéritos usados são o registro alimentar das refeições feitas na creche; recôrdatório das refeições feitas em casa e a frequência de consumo alimentar.

O estudo do valor energético e nutricional das refeições é feito no programa Virtual Nutri/FSP/USP.

As ações educativas desenvolvidas propõem a elaboração de

cartilhas sobre higiene; conservação de alimentos; boas maneiras e orientação alimentar para crianças com sobrepeso, desnutrição e anemia, além de reuniões com corpo técnico-administrativo das creches e com pais e responsáveis. Também é transmitida orientação técnica ao pessoal

responsável pelo preparo das refeições nas creches.

As ações desenvolvidas até o momento tanto de diagnóstico quanto de orientação e acompanhamento nutricional, indicam a relevância desta atividade na busca de uma melhor qualidade de vida para crianças carentes institucio-

nalizadas de creches do Distrito Federal.

No momento este projeto atende a aproximadamente 300 pré-escolares de três creches, envolvendo além de professores do departamento de Nutrição, alunos de graduação e de pós-graduação.

Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva do Hospital Universitário de Brasília

SILVÉRIA MARIA DOS SANTOS (COORD.)*; ANA CATARINA LABOISSIÈRE VASCONCELOS; ANDRESSA HONORATO DE AMORIM; DAYSE CRISTINA PEREIRA VIANA; DIANA RAMSON SIEBERT; FERNANDA MONTEIRO DE CASTRO FERNANDES; FLÁVIO DA SILVA ARAÚJO; GUILHERME GUERRA DE A. NEVES; LILIAN GOMIDES DOS SANTOS; LUIZ FÁBIANO CHAVES BARBOSA; MARCIA CARDOSO TEIXEIRA SINÉSIO; PAULA ARAÚJO CORRÊA; RENATA HELENA COELHO SOUSA; SIMONE PRADO DE LIMA**.

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – BRASIL

Este trabalho é uma atividade permanente de extensão realizado em encontros semanais*, com duração de três horas, que se propõe a acolher, sob forma de livre demanda, a clientela regular do Ambulatório de Pré-natal do Hospital Universitário de Brasília. Desenvolve-se a partir de abordagens participativa e problematizadora, permitindo à mulher vivenciar a gestação, parto e nascimento como fenômeno fisiológico, capaz de resgatar os diferentes aspectos que compõem a integralidade do ser mulher, ampliando o espaço de construção de novas formas de atuação da enfermagem e

demais profissionais da saúde em relação às gestantes e/ou casal grávido. É realizado por docentes, acadêmicos da área da saúde e demais profissionais envolvidos com a saúde da mulher. As estratégias utilizadas são, dinâmicas de grupo, vivências, troca de experiências de vida compartilhadas, orientações educativas, prática de exercícios físicos, visitas a maternidade, relaxamento, palestras e recursos audiovisuais. Temos como objetivo do projeto: promover a gestação e o parto saudáveis, preparar para o parto e maternidade-paternidade, o auto cuidado para o casal grávido, por meio de diferentes alternativas do acolher e do cuidar desses sujeitos durante a fase reprodutiva. A metodologia de avaliação dá-se de forma contínua e participativa segundo referencial teórico da Ana Maria Saul (1988). Sabemos da importância de reconhecer os indivíduos que compõem este grupo, visto que cada um está "em relação com o outro no ambiente social, gerando uma impossibilidade de dicotomia, razão e emoção, criação e

sensibilidade" (Cabral, 1998). Para tanto, precisamos refletir nosso ser no mundo e nos despojarmos de tabus e preconceitos, permitindo um olhar mais amoroso no potencial de cada ser, grávido ou não, envolvidos neste processo. "A função do acompanhamento da gravidez é oferecer informações técnicas e suporte emocional sobre os fenômenos e sensações que envolvem o pré-natal, trabalhando informações colhidas de várias fontes de conhecimento de forma adequada, dando conhecimento, apoio e amparo às gestantes, tendo reflexos no parto e na amamentação" (Rosiane Rabelo, 1997). Todas estas reflexões nos trouxeram inquietudes que nos estimularam a redimensionar o cuidado humano nas áreas da saúde, tendo como referência a descoberta e o desenvolvimento de recursos interiores—subjetivos—de forma responsável, buscando a harmonia do corpo, mente e espírito como forma de contribuição para consolidar o prazer de quem cuida e de quem recebe o cuidado, no pleno exercício da cidadania.

CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA



FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS
&
UNIÓN LATINO AMERICANA DE EXTENSIÓN



UnB

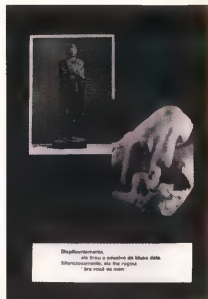
Dóris Santos de Faria (UnB)
Organizadora

Roberto Mauro Gurgel Rocha (UFMA)
Carlos Tünnermann Bernheim (UNESCO)
Maria das Dores Pimentel Nogueira (UFMG)
Maria das Graças Medeiros Tavares (UFAL)
Consejo Interuniversitario Nacional de la Argentina
Maria das Graças Martins da Silva (UFMG)
Ana Luiza Lima Sousa (UFG)
Edineide Mesquita Jezine (UA)
Pedro Demo (UnB)
Sílvio Paulo Botomé (UFSC)
Dóris Santos de Faria (UnB)



Cristiane Brandão
Instalação e objetos
Feminal

Suzana Dobal
Instalação
Love Stories II



Afriás
Ins e
Pece
Dêjàvida

Régina Melo
Instalação
In Perpetuum



Sainy Veloso
Instalação
O que sustenta uma memória?



Exposições
GALERIAS CAL
2001/2002



Simone Marçal
Instalação e objetos
A-Colhedora



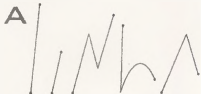
Ieli Carneiro
Instalação
Espelho

CASA DA
CULTURA
DA AMÉRICA
LATINA

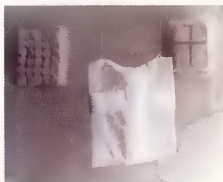
A Casa da Cultura da América Latina (CAL) conta com duas galerias: Galeria da CAL e Galeria de Bolso. Ambas realizam exposições, tanto do Acervo, quanto de Arte Contemporânea (artistas convidados ou selecionados).

O edital para inscrições para a realização de exposições de Arte Contemporânea em 2002 estará disponível a partir de 30 de novembro.

SOBRE



Artistas convidados
Diferentes técnicas
Sobre a linha



Elenir Ferreira
Instalação e objetos
Via Crucis

Casa da Cultura da América Latina
SCS quadra 4, Edifício Anápolis, Brasília, DF.
telefone-FAX: 61- 3215811
www.unb.br/dex/cal
e mail: cca@unb.br